



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Tatyana de Amaral Maia

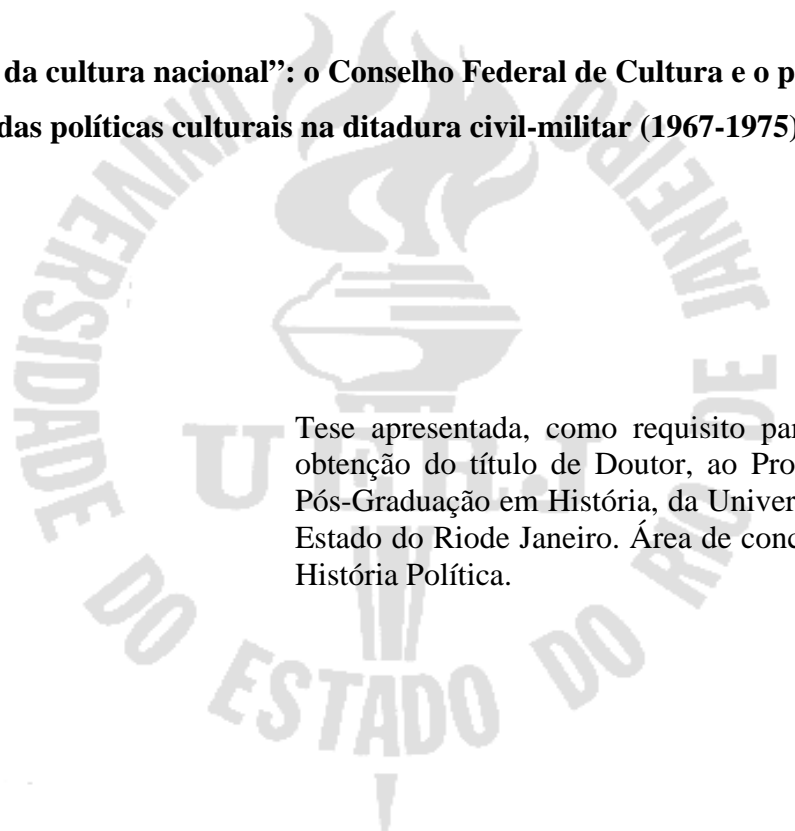
**“Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o  
papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar  
(1967-1975)**

Rio de Janeiro

2010

Tatyana de Amaral Maia

**“Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

M217 Maia, Tatyana de Amaral  
“Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975) / Tatyana de Amaral Maia. – 2010.  
194 f.

Orientador: Francisco Carlos Palomanes Martinho.  
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
Bibliografia.

1. Conselho Federal de Cultura (Brasil) – Teses. 2. Intelectuais - Teses. 3. Civismo - Teses. 4. Ditadura – Teses. I. Martinho, Francisco Carlos Palomanes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU008(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Data

Tatyana de Amaral Maia

**“Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico  
das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975)**

Tese de doutorado apresentada, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 09 de abril de 2010

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Prof. Livre-docente Antônio Edmilson Martins Rodrigues  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Prof. Dr. Carlos Fico  
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Rollemberg  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Maria Lippi Oliveira  
Fundação Getúlio Vargas/CPDOC-RJ

Rio de Janeiro

2010

## AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, professores e amigos que contribuíram decisivamente para a concretização dessa tese de doutorado. Sem eles, todo investimento teria sido inócuo. Fica aqui o registro da minha mais profunda gratidão.

Aos meus pais e irmão por me apoiarem incondicionalmente nesta longa trajetória iniciada nos tempos de graduação. Meus pais foram os grandes responsáveis por essa conquista ao me proporcionarem a oportunidade de estudar e por todo amor a mim dispensado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, com quem tive a oportunidade de estudar nos cursos de Graduação e Doutorado, e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, onde cursei o mestrado, registro o meu mais profundo respeito. As minhas conquistas profissionais são o resultado do trabalho dedicado desses mestres que me ensinaram a arte de ser historiadora.

À banca de avaliadores desta tese de doutorado, Antônio Edmilson Martins Rodrigues, Carlos Fico, Denise Rolemberg, Lúcia Maria Lippi Oliveira, e ao orientador Francisco Carlos Palomanes Martinho, muito obrigado pela leitura atenta e avaliação cuidadosa. Ter essa banca é um privilégio. Afinal, ela foi cuidadosamente formada por professores com quem tive oportunidade de conviver nos anos da minha formação e de quem sou leitora assídua e entusiasta. Peço licença, para um agradecimento especial ao meu orientador Francisco Carlos Palomanes Martinho, sempre atencioso, presente e amigo. Os pontos positivos desse trabalho são frutos de sua orientação, marcada sempre pelo diálogo e pela disponibilidade de tempo, apesar de suas inúmeras tarefas acadêmicas. Sua serenidade e experiência foram fundamentais nos meus momentos de insegurança.

Ao prof. Carlos Alvarez Maia, meu carinho especial e minha admiração. Sua dedicação ao magistério e sua amizade foram responsáveis pela conclusão de toda a minha formação. O prof. Carlos Maia foi fundamental na minha caminhada, apresentando-me os percalços da teoria e metodologia da História, além de sempre presente. A ele, toda a minha gratidão.

A todos os colegas de doutorado, agradeço a alegria do convívio. Aos amigos Ana Carolina G. Delmas, Camila Borges, Fabiana Vieira Maia, José Ricardo Ferraz e Luciana Bacellar muito obrigada por compartilharem comigo minhas dúvidas, incertezas e alegrias.

À equipe do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ meu agradecimento pela atenção e pela prontidão em atender minhas demandas. À prof.<sup>a</sup> Maria Teresa Toríbio B. Lemos, atual coordenadora geral do PPGH/UERJ, muito obrigada pelo apoio incondicional. Sua generosidade, atenção, respeito e carinho sempre me emocionam.

Aos meus orientandos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior da UERJ, Diego Neves, Valéria Santos e Marina Marques, obrigada pelo auxílio e pela dedicação.

À CAPES, pelos quatro anos de bolsa de doutorado, sem a qual esta tese não seria possível. Espero poder retornar à sociedade esse investimento.

*Que valores interessam a cultura nacional?*

Eis a pergunta que preludia os trabalhos deste Conselho.

Digamos sem reservas: aqui nos interessam os **valores políticos** (...).

Valores políticos que são rigorosamente embebidos da essência humana. Valores criados e conservados na tradição (...).

Por que perpetuá-los? Porque devemos cuidar de sua permanência? Aqui está o **sentido político**: porque são estímulos de consistência e de vigor da alma nacional. Porque são patrimônio de significação cívica. Porque representam nossa unidade orgânica de “povo”.

Valores artísticos, científicos, históricos, eles têm luminescência própria para a retina espiritual, que não esmoreceu na percepção do sentido da pátria, conservando o “instinto da nacionalidade”. (...) Valores que cumprem preservar para sobreviver. É a tarefa máxima deste órgão: a visibilidade nacional do processo de nossa consistência como povo. *Djacir Menezes*. Comemoração do Dia da Cultura, 7 de novembro de 1971.

## RESUMO

MAIA, Tatyana de Amaral. “*Cardeais da cultura nacional*”: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975). Brasil, 2010. 194f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O Conselho Federal de Cultura, CFC, foi o principal órgão responsável pelas políticas culturais entre 1967 e 1975. O CFC era formado por vinte e quatro intelectuais com o objetivo de organizar o setor cultural e elaborar o inédito Plano Nacional de Cultura. Esta tese possui um duplo objetivo: primeiro, investigar como a criação do Conselho está integrada à participação desses intelectuais no campo político e cultural brasileiro desde a década de 1920; segundo, analisar como os discursos e projetos organizados pelo Conselho incorporam o ideário cívico vigente na ditadura civil-militar (1964-1985).

Palavras-chaves: Intelectuais. Civismo. Políticas culturais.

## **ABSTRACT**

The Conselho Federal de Cultura, CFC, was the main organ responsible for the cultural policies between 1967 and 1975. The CFC was formed by twenty-four intellectuals with the objective of organizing the cultural sector and elaborating the original Plano Nacional de Cultura. This thesis has a double objective: first, investigate how the creation of the Conselho is integrated with the participation of these intellectuals in the Brazilian political and cultural sectors since the decade of 1920; second, analyze how the speeches and projects organized by the Conselho incorporate the current civil ideas in the civil-military dictatorship (1964-1985).

Key words: Intellectuals. Civility. Cultural policies.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 <b>TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS: ENCONTROS EM DEFESA DA CULTURA NACIONAL.....</b>	19
1.1 <b>Companheiros ilustres: a formação de uma rede de intelectuais (1920-1970).....</b>	26
1.2 <b>Variáveis e limites na construção do consenso como mecanismo de organização política.....</b>	38
1.3 <b>Homenagens e sociabilidades na caracterização do grupo.....</b>	44
1.4 <b>Fissuras internas na construção do consenso: o caso da censura.....</b>	52
2 <b>O “SENADO DA CULTURA NACIONAL”: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SETOR CULTURAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR.....</b>	64
2.1 <b>A construção de uma rotina burocrática para a cultura;.....</b>	64
2.2 <b>O periódico como “espelho fiel” da atuação intelectual: as revistas <i>Cultura e Revista Brasileira de Cultura</i>.....</b>	79
2.2.1 <u><i>Cultura</i>: o boletim informativo do Conselho.....</u>	85
2.2.2 <u>Leitura para especialistas: <i>A Revista Brasileira de Cultura</i>.....</u>	96
3 <b>EM NOME DO “OTIMISMO”, EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CIVISMO COMO LUGAR DA NACIONALIDADE.....</b>	100
3.1 <b>Continuidades e rupturas: a presença dos ideais modernistas e do pensamento conservador no Conselho Federal de Cultura.....</b>	101
3.1.1 <u>Memórias de si, sentidos revisitados: comemorações em torno do movimento modernista.....</u>	105
3.1.2 <u>Vozes conservadoras no Conselho Federal de Cultura.....</u>	119
3.2 <b>O patrimônio brasileiro: debates e ações no Brasil Republicano.....</b>	121
3.2.1 <u>O “Encontro sobre a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”.....</u>	127
3.3 <b>O civismo como expressão máxima da consciência nacional.....</b>	131
3.3.1 <u>A formação da “consciência cívica” e os deveres do cidadão.....</u>	138

4	<b>A FUNÇÃO CÍVICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS: DISCURSOS E AÇÕES PROMOVIDOS PELO CFC</b> .....	145
4.1	<b>A ação editorial do Conselho Federal de Cultura</b> .....	147
4.1.2	<b>As obras coletivas do CFC: a divulgação da cultura brasileira</b> .....	148
4.2	<b>Os Calendários Culturais do MEC: lugares de memória?</b> .....	158
4.3	<b>Os documentos-síntese: “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura” e o “Plano Nacional de Cultura”</b> .....	164
4.3.1	<b>“<u>Diretrizes para uma política nacional de cultura</u>”</b> .....	168
4.4	<b>Novos tempos no setor cultural: o esgotamento político do Conselho Federal de Cultura</b> .....	173
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	178
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	181
	<b>APÊNDICE A</b> – Colaboradores da Revista Brasileira de Cultura (1969-1974) .....	186
	<b>APÊNDICE B</b> – Obras financiadas pelo CFC (1967-1975).....	188
	<b>APÊNDICE C</b> – Calendários Culturais: 1969, 1970, 1973 e 1974.....	189

## INTRODUÇÃO

A atuação dos intelectuais, a partir de 1930, no aparato burocrático ou nos círculos de debates sobre as “questões nacionais” tornou esses atores personagens relevantes na construção de projetos para o Brasil. Dentre as muitas leituras sobre as relações entre os intelectuais e a política no Brasil, as dedicadas àqueles intelectuais envolvidos nas disputas políticas e no aparato burocrático entre 1930-1964 ocupam parte significativa da produção historiográfica.<sup>1</sup> Observamos que a atuação dos intelectuais no universo político, especialmente, no interior do Estado ultrapassa esse período e atravessa a ditadura civil-militar (1964-1985), preservando a relativa autonomia desses atores em relação ao direcionamento político empreendido pelo Estado.

Dos diversos setores em que os intelectuais atuaram, o Ministério da Educação e Saúde, posteriormente, subdividido em Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde, foi palco de inúmeros embates e polêmicas, acirrando rivalidades entre grupos concorrentes. A concepção de “organização da nação através da organização da cultura” tornou-se uma bandeira para os atores envolvidos com os debates culturais. A crença difundida entre a elite intelectual de que seria portadora da “missão” de elevar a consciência da população, de guiar os menos favorecidos e, assim, orientar e planejar os rumos do país mobilizou dezenas de nossos intelectuais<sup>2</sup>.

A “construção institucional” de uma política cultural nos governos militares ocorreu no final de 1960 e durante a década de 1970, especialmente, nas gestões dos ministros Tarso Dutra (1967), Jarbas Passarinho (1969-1974) e Ney Braga (1974-1978). A dinamização da área cultural no interior do MEC ocorreu graças à criação de núcleos e grupos-tarefas dedicados a implementar no país políticas de preservação do patrimônio e de auxílio aos diversos setores da produção cultural (cinema, teatro, música, folclore etc). O estabelecimento de políticas culturais que abrangessem o território nacional só foi possível com a montagem de vários órgãos dispostos a produzir e difundir a cultura.<sup>3</sup> Esse período marcou a participação

---

<sup>1</sup> Sobre a relação dos intelectuais com o Estado a partir de 1930 ver: GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1980. 4ª edição. ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense: 1986. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>2</sup> Sobre a crença da elite intelectual brasileira de seu papel político desde as primeiras décadas da República ver: SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>3</sup> ORTIZ, Renato. Op.cit. p. 78

do Estado como agente financiador e organizador de projetos culturais, tornando-o “o grande mecenas da cultura brasileira dos anos de 1970”<sup>4</sup>. Para Renato Ortiz, a intervenção do Estado, a partir de 1964, nos assuntos culturais está relacionada à compreensão dos governos militares do papel da cultura no direcionamento da sociedade,

“O movimento cultural pós-1964 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado, se define pela repressão ideológica e política, por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais. (...) Reconhece-se, portanto, que a cultura envolve uma relação de poder, que pode ser maléfica quando nas mãos de dissidentes, mas benéfica quando circunscrito ao poder autoritário. Percebe-se, pois, a importância de se atuar junto às esferas culturais. Será por isso incentivada a criação de novas instituições, assim como iniciará todo um processo de gestação de uma política de cultura.”<sup>5</sup>

O Ministério da Educação e Cultura agregou, em instâncias por ele criadas, importantes grupos intelectuais e técnicos durante a ditadura civil-militar (1964-1985), dentre os quais: o Conselho Federal de Cultura (1966), o Departamento de Assuntos Culturais (1970), a Fundação Nacional de Arte (1975) etc. Esses núcleos tinham como objetivo central orientar as políticas culturais a serem implementadas no país, visando a divulgação da produção cultural e a definição dos padrões culturais adequadas ao direcionamento político imprimido pelo Estado.

No final de 1966, o presidente Castelo Branco instituía o Conselho Federal de Cultura, CFC, com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Cultura e coordenar as atividades culturais do MEC, definindo os rumos da cultura nacional. O Conselho, instalado no Rio de Janeiro, ficou responsável por reequipar as principais instituições culturais do país, isto é, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro, e elaborar as diretrizes de atuação desses lugares de cultura.

Durante a solenidade de instalação do CFC no Palácio da Cultura, em 27 de fevereiro de 1967, o presidente Castelo Branco ressaltou a importância de ser elaborado um plano nacional de cultura, associando a sintonia que deveria existir entre a “cultura nacional” e o direcionamento político empreendido pelo governo. A reforma cultural deveria ser articulada ao processo de reforma universitária, buscando orientar os princípios do desenvolvimento desejado para o país. Momentos depois, Tarso Dutra, ministro da Educação e Cultura, durante a posse do secretário-geral do Conselho Manoel Caetano Bandeira de Mello, afirmou:

---

<sup>4</sup> HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem/CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/70*, São Paulo: Brasiliense, 1980.

<sup>5</sup> ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 116

“As duas linhas de ação que compõem este Ministério – a da Educação e a da Cultura – reclamam servidores devotados, com largo tirocínio e o alto propósito de bem cumprir os seus programas de trabalho.”<sup>6</sup>

A existência de “duas linhas de ação”, uma voltada para a educação e outra para a cultura, possibilitou que a área cultural fosse compreendida como setor diferenciado do educacional, garantindo uma visibilidade e uma intervenção dissociadas daquelas promovidas na educação. A importância da esfera cultural para os governos militares possibilitou a discussão do papel político da cultura e das diretrizes estabelecidas pelo Estado para o setor, especialmente, entre os intelectuais dedicados exclusivamente aos assuntos culturais.

O CFC foi organizado graças à articulação do acadêmico Josué de Souza Montello junto ao ministro da Educação e Cultura Raymundo Moniz de Aragão (1965-1966) e dividido em quatro sub-áreas: a Câmara de Ciências Humanas, a Câmara de Letras, a Câmara das Artes e a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As Câmaras foram definidas de acordo com as áreas consideradas essenciais na definição do que comporia a “cultura nacional”, reunindo as personagens de proeminência de cada especialidade. O Conselho era formado por vinte e quatro membros cujos mandatos variavam de dois a seis anos escolhidos pelo próprio ministro e empossados pelo presidente da República. Além de Josué de Souza Montello, que assumiu a presidência do Conselho, participavam intelectuais como Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Djacir Lima Menezes, João Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, Roberto Burle Marx, Affonso Arino de Mello Franco, Hélio Vianna entre outros.

O objetivo desta pesquisa é analisar a experiência do Conselho Federal de Cultura, investigando a importância do civismo na elaboração das políticas culturais entre 1967 e 1975. Buscamos compreender como as propostas desses intelectuais associavam o culto ao civismo às políticas de proteção e difusão da cultura nacional. Trata-se de analisar a dupla relação existente no interior do CFC: primeiro, aquela estabelecida entre as demandas do Estado e o projeto para o setor cultural proposto pelo grupo; segundo, a definição desses intelectuais sobre os elementos e valores que compõe a cultura e a memória nacional. O projeto político para o setor cultural proposto pelos intelectuais do Conselho tem nos eixos cultura regional, identidade nacional e memória nacional seus principais fundamentos.

O corte cronológico desta pesquisa contempla o período de 1967 a 1975, caracterizado pela relativa autonomia dos intelectuais que atuavam no interior do MEC, especialmente, os

---

<sup>6</sup> Discurso do Ministro Tarso Dutra. In: *Cultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultural, ano I, nº1, 1967. P. 14

membros do CFC. Consideramos este período o mais profícuo da discussão intelectual promovida pelo Conselho sobre a intervenção do Estado na área cultural. Neste momento, abre-se um campo de possibilidades para a ação dos intelectuais, cujo traço principal foi a orientação das políticas culturais através das concepções em torno do conceito da “cultura nacional” associadas ao civismo.<sup>7</sup>

As políticas culturais estabelecidas pelos intelectuais do CFC orientavam-se a partir das ideias de defesa do patrimônio e de difusão da cultura nacional. A historiografia existente sobre a ação do CFC na esfera cultural tem como foco de análise o caráter patrimonialista, elitista, tradicionalista e conservador de suas políticas. A intervenção do Estado até 1975 ocorreria essencialmente na preservação do patrimônio e na orientação de políticas alinhadas à ideologia de segurança nacional.<sup>8</sup> Consideramos que essas leituras sobre as políticas culturais só compreendem parcialmente a ação intelectual promovida durante a ditadura civil-militar.

A participação de vários grupos intelectuais no interior do MEC desde sua criação, em 1931 – inicialmente Ministério da Educação e Saúde –, favoreceu a relativa autonomia do setor cultural até 1975, e possibilitou a existência de projetos identificados por outras matrizes que diferem da ideologia de segurança nacional. Reconhecemos que o período em questão é marcado pelo autoritarismo, cujo marco será o Ato Institucional nº5, decretado em 1968. Contudo, a excessiva homogeneização da ação estatal tem dificultado uma análise mais específica das disputas internas e das orientações teóricas existentes no MEC. Dessa forma, acreditamos que os projetos culturais organizados pelos intelectuais do CFC são melhor compreendidos à luz das orientações teóricas e políticas do grupo e de suas inter-relações com os setores concorrentes do MEC.

A historiografia tem demonstrado a participação decisiva dos grupos civis na montagem e no funcionamento do Estado ditatorial brasileiro, seja intervindo diretamente no aparelho estatal ou apoiando a presença dos militares no controle do executivo. Muitas dessas

---

<sup>7</sup> Gabriel Cohn, numa tentativa de periodização, observou dois momentos distintos da ação do Estado na área cultural durante o regime militar. O primeiro, marcado pelo período 1966-1974, considerado fase inicial da presença do Estado na área cultural durante os governos militares; o segundo, a partir de 1975 quando ocorre uma centralização das políticas pela cúpula do executivo através de ações extremamente controladas e do esvaziamento dos grupos formados no interior do MEC. Apoiamo-nos nesta periodização para estabelecer o corte cronológico desta pesquisa, nos dedicando ao primeiro período. Ver: COHN, Gabriel. “A concepção oficial da política cultural nos anos 70”. In: MICELI, Sérgio. Op. cit. pp. 87-96.

<sup>8</sup> A obra de referência sobre a intervenção do Estado na área cultural durante a ditadura civil-militar foi organizada por Sérgio Miceli. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. Também podemos encontrar nas obras de Renato Ortiz algumas análises sobre a ação do Estado no fomento à cultura neste período, ver: ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense: 1986; ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

pesquisas adotaram como perspectiva teórica a relação ambígua estabelecida entre civis e militares gerando momentos de proximidade-legitimidade e outros de clara oposição, evitando as armadilhas do “mito da resistência” elaborado pela memória social a partir do lento processo de retorno à democracia iniciado em 1979, cujo marco foi o decreto da anistia política.<sup>9</sup> É nesta perspectiva teórica que nos apoiamos para demonstrar a relação de proximidade/crítica existente entre o CFC e as diretrizes da cúpula do executivo.

Os conselheiros formavam, nos dizeres de Gilberto Freyre, um corpo de cardeais. Freyre cunhou a expressão “os cardeais da cultura nacional”, tal como aparece no título desta tese, para identificar naqueles intelectuais a autoridade conferida pela experiência e prestígio conquistados no universo político e cultural. O trânsito desses homens por esses universos remontam aos anos de 1920. A participação intensa desse grupo nas instituições e movimentos culturais, nos ministérios, nas agências governamentais, exercendo cargos no legislativo e executivo, especialmente entre as décadas de 1930 e 1970, indicam a importância desse grupo no cenário político. Identificados com as correntes modernistas conservadoras, os membros do CFC reeditaram projetos executados no Estado Novo (1937-1945), incorporando aos debates nacionalistas sobre a cultura, o culto ao civismo, este sempre alicerçado pela visão otimista quanto aos rumos da nação. Nesta perspectiva, duas hipóteses correlacionadas são investigadas nesta tese: 1º) O CFC é o resultado da ação de seus intelectuais no universo político e cultural, desde a década de 1920, incorporando as propostas dos modernistas conservadores atuantes no interior do MEC, especialmente, durante o Estado Novo; 2º) O civismo será o suporte teórico utilizado para a execução das políticas culturais elaboradas pelo CFC.

A formação de uma “consciência cívica” necessária à convivência harmônica entre o Estado e a sociedade civil será considerada pelos conselheiros a função prioritária das políticas culturais. Essa “consciência cívica” surge na ditadura civil-militar como radicalização do “espírito da nacionalidade” elaborado na Era Vargas (1930-1945). O civismo

---

<sup>9</sup> Um dos primeiros trabalhos sobre a participação dos civis no apoio ao golpe e ao regime militar foi elaborado por René Dreifuss. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981. Nas últimas décadas, importantes pesquisas vêm intensificando os estudos sobre a participação dos civis no aparelho estatal e/ou na legitimação do regime ditatorial brasileiro. Ver: CORDEIRO, Janaina Martins. “A nação que se salvou a si mesma”. *Entre Memória e História, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008. mimeo. FICO, Carlos. *Reinventado o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1997; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe militar e a ditadura. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, EDUSC, 2004; ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2008]. pp. 1-38

estará ancorado no otimismo, buscando no passado as experiências consideradas constitutivas da cultura nacional. A radicalização da noção de civismo, já existente no pensamento político brasileiro desde os primórdios da República, marcará as especificidades do projeto elaborado pelos intelectuais do Conselho na ditadura civil-militar. Neste período, o civismo sobrepõe-se à cidadania, amputando alguns de seus direitos fundamentais em nome da preservação da nação ameaçada pela presença constante do inimigo interno.

A metodologia empregada considera a multiplicidade de fontes que inclui desde a vasta produção intelectual desenvolvida no interior do CFC estendendo-se até a relatórios técnicos e atas produzidos no âmbito do Conselho. Além destas, há ainda os anteprojetos de lei, a produção editorial e as notícias veiculadas pela imprensa. Dessa forma, procederemos utilizando uma análise quantitativa das fontes associada a uma análise que valorize os conteúdos discursivos existentes.

A especificidade e a diversidade do conjunto documental solicitam formas de análise metodológica que articulem conteúdos discursivos de naturezas diferentes, porém, que os qualifiquem separadamente, em suas características próprias. Aplico aqui um modelo de análise crítica da ação política efetiva manifesta em seus produtos: discursos, textos, e práticas discursivas concretizadas. Assim, o sentido é algo produzido no justo tempo de sua circulação-leitura pelos atores que dela participam em função de seus capitais simbólicos, matizes ideológicos e enredamento societário. Por exemplo: Os “bastidores” da cena teórico-conceitual apresentada por esses agentes encontram motivação tendencial nos seus embates políticos-institucionais realizados no interior do governo? Ou a sua recíproca?

O CFC editava mensalmente a revista *Cultura*, a partir de 1971, *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, como meio de divulgação das diretrizes do MEC e dos artigos dos membros do Conselho. Contudo, a grande quantidade de dados relativos aos pareceres e eventos públicos realizados pelo MEC sufocou a divulgação dos artigos dedicados à “cultura nacional”, acarretando um descontentamento generalizado entre os intelectuais do CFC. Em 1969, o CFC criava seu segundo periódico, a *Revista Brasileira de Cultura*, cujo objetivo era publicar exclusivamente os artigos relativos às manifestações culturais e artísticas do país. Assim, o Conselho passava a divulgar sua atuação institucional e seu pensamento intelectual em dois periódicos distintos, porém, complementares. Esses dois periódicos oficiais formam o principal corpo documental desta tese. Neles, encontramos na íntegra toda a trajetória burocrática do Conselho como as atas, os anteprojetos de lei, as notícias veiculadas pela imprensa, as efemérides comemoradas, as visitas dos ministros e gerais-presidentes etc.



O capítulo I investiga a rede de sociabilidade e intelectual existente na concretização do Conselho Federal de Cultura, destacando a importância dessa rede no agenciamento político desses intelectuais. A investigação da rede de intelectuais ao qual pertenciam é uma variável decisiva na compreensão das opções político-ideológicas do grupo. Além disso, são analisados os mecanismos internos de criação do consenso necessários à formação de um discurso coeso e de práticas similares, evitando-se ao máximo o desgaste com disputas internas. Para isso, selecionei três mecanismos que considero fundamentais na manutenção do consenso deste grupo: a) hierarquia interna; b) divisão de tarefas; c) autoridade conferida a cada integrante sobre o lugar de sua atuação. Além disso, as auto-homenagens funcionavam como mecanismo de definição da identidade do grupo, distinguindo-o dos demais grupos concorrentes. A criação de uma identidade para o grupo e também de um consenso interno não elimina a existência de tensões internas, investigadas neste capítulo.

O capítulo II retrata a construção da rotina burocrática do CFC, incluindo seu orçamento, o processo de institucionalização do Conselho, suas linhas de ação, as regras de financiamento estipuladas, a divisão das verbas orçamentárias. Os dois periódicos do Conselho – *Cultura/Boletim do Conselho Federal de Cultura* e *Revista Brasileira de Cultura* – também serão investigados, merecendo destaque por atuarem como instrumentos na circulação de suas ideias. Tradicionalmente, os periódicos no Brasil funcionam como espaços privilegiados para os debates políticos, favorecendo a intervenção do intelectual neste universo.

O capítulo III é dedicado à análise das posturas político-ideológicas adotadas pelo Conselho Federal de Cultura. Iniciamos este capítulo, avaliando a presença do pensamento modernista e conservador no interior do MEC. Acredito que a criação do CFC responde, observando as especificidades do período, ao projeto modernista, iniciado nos anos 20 e vitorioso no interior do aparelho estatal nos anos de 1930. Trata-se de uma continuidade não-linear, cujo ponto de inflexão será a radicalização do civismo alicerçado no ideário otimista adotado na ditadura civil-militar.

O capítulo IV inventariou os principais projetos executados pelo CFC, suas limitações e o processo de esgotamento político vivenciado pelos conselheiros nos anos de 1970. A criação de novas instituições e agências dedicadas ao setor cultural possibilitou o aparecimento de novos grupos no MEC, reduzindo a centralidade do Conselho. O CFC e seu projeto modernista-conservador já não eram capazes de absorver as demandas existentes no setor. O Conselho foi perdendo legitimidade e força política com a criação do Departamento de Ações Culturais (1970); do Programa de Ação Cultural (1973) e, finalmente, com a

Política Nacional de Cultura, em 1975. Apesar de permanecer funcionando até 1990, o CFC já não teria mais a expressividade observada nesses tempos.

## 1 TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS: ENCONTROS EM DEFESA DA CULTURA NACIONAL

“Age como pensador, pensa como homem de ação.”

Bergson

Na cerimônia de instalação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 27 de fevereiro de 1967, o presidente da República marechal Humberto Castelo Branco destacou que a cultura era o setor mais tranquilo e o que causava menos convulsões sociais, se comparado às inquietações provocadas pelo setor educacional. O ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra, por sua vez, informava que a instalação do CFC começava a preencher as graves lacunas existentes na infra-estrutura cultural, enfatizando que a política cultural a ser realizada pelo Ministério estaria dentro da realidade democrática do país, com o objetivo de construir uma nação desenvolvida e harmônica. Assim, caberia ao CFC elaborar políticas associadas ao projeto desenvolvimentista do governo militar, valorizando na cultura aqueles elementos considerados representativos da nação.<sup>10</sup>

A frase de Bergson, epígrafe deste capítulo, aparece em destaque no discurso de posse do secretário-geral do Conselho Federal de Cultura, Manoel Caetano Bandeira de Melo, durante a cerimônia de instalação do Conselho. O discurso é redigido em agradecimento à confiança do ministro Tarso Dutra, ao tê-lo escolhido para aquele cargo.<sup>11</sup> A participação dos intelectuais no CFC estava sintetizada na frase de Bergson. Os ilustres homens da cultura foram cuidadosamente escolhidos para, no dizer de Montello, executarem uma “ação patriótica”, qual seria, garantir a proteção do patrimônio cultural do país. Assim, o Conselho foi um espaço de ação idealizado e organizado por intelectuais que, para além de diagnósticos e definições sobre a cultura nacional, pretendiam intervir nos rumos dessa cultura, incorporando o ideal de civismo como norteador das políticas culturais. Buscava-se construir uma rotina institucional centralizada até então inexistente.

O Conselho Federal de Cultura foi criado pelo decreto-lei n.74, de 12 de novembro de 1966, e funcionou no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, até sua extinção em 1990. O

<sup>10</sup> A cerimônia de instalação do Conselho Federal de Cultura foi marcada pelos discursos do presidente do Conselho, Josué Montello, do presidente da República Marechal Castello Branco, do Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra e do Secretário-Geral do Conselho Manoel Caetano Bandeira de Mello. Todos os discursos foram publicados no primeiro volume da revista “Cultura”. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n°.1, julho de 1967 pp.5-18

<sup>11</sup> Discurso proferido por Manoel Caetano Bandeira ao Ministro Tarso Dutra. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n°.1, julho de 1967 pp.17-18

início de suas atividades ocorreu em janeiro de 1967. O órgão tinha caráter normativo e de assessoramento ao ministro de Estado. A criação do Conselho Federal de Cultura teve como objetivo principal institucionalizar a ação do Estado no setor cultural.

A criação de um Conselho Federal de Cultura ocorreu graças à capacidade de articulação de Josué Montello adquirida através da sua experiência em diversos cargos do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Sua carreira na burocracia iniciou em 1937 quando assumiu o cargo de Inspetor Federal do Ensino Comercial, no Rio de Janeiro. Durante os anos do Estado Novo (1937-1945) exerceu vários cargos no setor educacional do MEC. Em 1947, foi nomeado diretor geral da Biblioteca Nacional. Na década de 1950, além de outras funções, foi diretor por oito anos do Museu Histórico Nacional e diretor-fundador do Museu da República. No executivo, exerceu, no ano de 1956, o cargo de subchefe da Casa Civil da Presidência da República. Foi eleito para Academia Brasileira de Letras (ABL) em 4 de novembro de 1954.

Em 1964, Josué Montello foi convidado pelo ministro da Educação e Cultura Raymundo Moniz de Aragão para reformular o setor cultural e propôs como solução a criação de um Plano Nacional de Cultura e de um órgão responsável pela coordenação das atividades culturais do Ministério. Em 1965, foi composta uma comissão presidida por Josué Montello e formada por Adonias Filho, Augusto Meyer, Rodrigo de Mello Franco de Andrade e Américo Jacobina Lacombe que elabora o projeto do Conselho Federal de Cultura. Em 1966, Josué Montello, então diretor da ABL, aproveitando-se da presença do presidente da República Humberto Castello Branco na Academia Brasileira de Letras para uma conferência proferida por Afonso Arinos de Mello Franco, propôs ao presidente a criação de um Conselho dedicado à cultura. Josué Montello aproveitou a presença do presidente Castello Branco para tecer uma estratégia de reação às críticas recebidas pela imprensa e por agentes da área cultural para convencer Castello Branco da importância de institucionalização do setor e do fomento estatal na cultura. Anos depois deste decisivo encontro, durante seu depoimento ao CFC, em 1971, para a comemoração do sétimo aniversário da – por eles designada – “Revolução de 1964”, Josué Montello narrou o episódio informando que Castello Branco demonstrava preocupação com as campanhas sistemáticas denominadas “Terrorismo Cultural” que se abatiam

principalmente sobre o Rio de Janeiro e São Paulo, estados marcados pela hegemonia das esquerdas na produção cultural.<sup>12</sup>

As intervenções nas universidades, as aposentadorias compulsórias e demissões sumárias nas instituições de educação básica e superior, as invasões à União Nacional dos Estudantes (UNE), as perseguições e as prisões de jornalistas, professores, escritores, artistas e estudantes, além das cassações dos direitos políticos de vários parlamentares e intelectuais são alguns exemplos das práticas sistemáticas promovidas pela ditadura e nomeadas pela intelectualidade de “Terrorismo Cultural”. Tais práticas se espalhavam por todo o país e provocaram uma série de manifestos e artigos na grande imprensa denunciando o caráter repressor do governo instalado com o golpe de 1964. Foram redigidas e publicadas dezenas de cartas, manifestos e artigos nos principais jornais do país denunciando essas ações – ditas “terroristas” – organizadas pelo Estado.

Nelson Werneck Sodré publicou no primeiro número da *Revista Civilização Brasileira*, em março de 1965, o artigo “Terrorismo Cultural”. Tratava-se de um minucioso inventário das principais denúncias de perseguição promovida pelo governo ao setor cultural e das sanções sofridas por professores, estudantes e intelectuais desde o golpe de 1964. Ao encerrar o texto, Sodré desabafa: “Porque o que existe, hoje, neste país, é um imenso, gigantesco e ignominioso IPM contra a cultura”.<sup>13</sup> Meses depois, o editor Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira, foi preso. Em 30 de maio de 1965, aproximadamente seiscentos intelectuais e artistas divulgaram no *Correio da Manhã* (RJ), *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil* (RJ) o manifesto “Intelectuais e artistas pela liberdade” exigindo a imediata libertação de Ênio Silveira.<sup>14</sup> O próprio Castelo Branco, como afirma Elio Gaspari, reportou-se ao seu chefe de gabinete militar, o general Ernesto Geisel, questionando-o sobre o ato e alertando-o sobre a repercussão negativa da prisão para a imagem do governo no setor cultural:

“Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repressão é contrária a nós. (...) Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros

---

<sup>12</sup> Depoimento de Josué Montello durante reunião plenária no Conselho Federal de Cultura. Registrado na ata da 255ª sessão plenária em 31 de março de 1971. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Ano I, n.º 2, abril-junho de 1971. pp.131-136

<sup>13</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. “Terrorismo Cultural.” *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, n.º.1, março de 1965. pp.329-303 p.254. Nelson Werneck Sodré refere-se aos inquéritos policiais-militares, instaurados pelo governo Castelo Branco, IPM.

<sup>14</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 227-228

imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural.”<sup>15</sup>

A produção cultural brasileira era controlada por intelectuais e artistas articulados aos movimentos das esquerdas<sup>16</sup> brasileiras bastante atuantes nas décadas anteriores. A arte engajada propôs como função política da cultura a conscientização das parcelas da população menos favorecidas economicamente, principalmente, o operariado urbano e os camponeses. No final da década de 1950 e durante os anos de 1960 surgem movimentos culturais identificados com as esquerdas sob a influência das teses do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do Partido Comunista ou inspirados em leituras de teóricos marxistas. Os movimentos culturais como o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC), o Teatro de Arena e o Teatro Oficina tornaram o artista um militante e produziram uma dramaturgia revolucionária nos moldes marxistas<sup>17</sup>. No áudio-visual, o Cinema Novo provocou uma revolução estética ao produzir filmes que buscavam descortinar a realidade brasileira, destacando as mazelas que afligiam parte considerável das classes operárias e camponesas, também com o intuito pedagógico de conscientizá-los e denunciar as ações imperialistas apoiadas pelas oligarquias e burguesia nacional.<sup>18</sup>

A efervescência dos movimentos culturais das esquerdas não foi interrompida com o golpe militar de 31 de março de 1964. Ao contrário, os anos de 1964 a 1969 são marcados por produções em diferentes expressões artísticas e intelectuais – cinematográficas, editoriais, musicais e teatrais – que denunciavam as ações arbitrárias promovidas pelo governo e mantinham o engajamento político na arte. Os *shows* do Grupo Opinião no final de 1964 e seus espetáculos teatrais, a produção de dezenas de filmes nacionais no ano de 1967, o cinema

<sup>15</sup> Trecho de uma correspondência manuscrita de Castello a Geisel, em maio de 1965, transcrito por Elio Gaspari. In: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2003 p.231. *apud*. REIMÃO, Sandra. “Fases do ciclo militar e censura a livros – Brasil 1964-1978. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, 2005. Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM

<sup>16</sup> A categoria “esquerdas” foi proposta por Daniel Araújo Reis e Jorge Ferreira para retratar os múltiplos grupos no Brasil identificados com projetos reformistas ou revolucionários alternativos ao modelo liberal e às propostas da elite política tradicional brasileira. Para os autores, é mais apropriado utilizar a categoria no plural, haja vista as diversas filiações e formatos desses grupos. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Araújo. *Nacionalismo e Reformismo no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 2. Coleção “As esquerdas no Brasil” 3vl.

<sup>17</sup> Os movimentos teatrais da década de 1960 compartilhavam os mesmos paradigmas ideológicos incorporados do Partido Comunista, do ISEB e de alguns teóricos marxistas. Contudo, os mecanismos de produção e execução dessa arte engajada e sua relação com o público variavam conforme o posicionamento de cada grupo sobre o formato das produções artísticas. Ver: GARCIA, Miliandre. “A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes.” In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, n. 47, vol. 24, julho de 2004; HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem/CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/70*, São Paulo: Brasiliense, 1980. HOLANDA, Heloísa Buarque e GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e Participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>18</sup> SIMONARD, Pedro. *A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

de Glauber Rocha, as peças de Dias Gomes, a importância do teatro universitário, a encenação das peças de Bertolt Brecht, a *Revista da Civilização Brasileira* (1965-1968), os lançamentos da Editora Civilização Brasileira, o Festival da Música Popular Brasileira (1965-1969), as denúncias do periódico *Correio da Manhã* que reunia grandes nomes da intelectualidade e atuou como veículo de denúncia das arbitrariedades da ditadura civil-militar, são exemplos indiscutíveis do predomínio das esquerdas nos meios de produção cultural.<sup>19</sup> Para minimizar a presença dos artistas e intelectuais identificados com essa produção cultural, a ditadura civil-militar desde 1964 investiu em mecanismos de controle através da repressão e da censura. Como afirma Alexandre Stephanou “a censura já era prévia no teatro, cinema, televisão e rádio desde 1964, sendo, após o AI-5, estendida à imprensa escrita e ao mercado editorial”<sup>20</sup>. Os Inquéritos Policiais-Militares, os Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a Nova Lei de Segurança Nacional formavam o aparato repressivo do Estado e foram usados indiscriminadamente no controle da produção intelectual e artística nacional.

Ao lado da montagem de um aparelho repressor, o Estado durante todo o período ditatorial incentivou a criação de agências e órgãos fomentadores na área cultural. O Estado atuou em duas frentes: a repressão e a censura, que pretendia esvaziar a presença das esquerdas no setor, e o investimento estatal sob o controle dos órgãos ligados ao Ministério da Educação e Cultura.<sup>21</sup> Durante a ditadura civil-militar (1964-1985) o setor cultural sofreu profundas transformações com o aparecimento de novos atores e a participação decisiva do Estado na repressão e no fomento das ações culturais. O Estado investiu nas criações de diversas agências, institutos e conselhos como: Instituto Nacional de Cinema (1966); Conselho Federal de Cultura (1966); Embrafilmes (1969); Departamento de Assuntos Culturais (1970); Conselho Nacional de Direito Autoral (1973); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); Fundação Nacional de Arte (1975); Conselho Nacional de Cinema (1976); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979); Fundação Nacional Pró-Memória (1979). Foram organizados encontros, documentos, programas e campanhas, como por exemplo: o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973); o Programa de Ação Cultural (1973); a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); o

---

<sup>19</sup> Um importante inventário e análise da produção cultural de esquerda e suas principais personagens foram realizados por Alexandre A. Stephanou. STEPHANOU, Alexandre Ayub. Op. cit.

<sup>20</sup> Idem p.14

<sup>21</sup> OLIVEN, George Ruben. “A relação entre Estado e Cultura no Brasil”. In: Miceli, Sérgio. (org.) *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, p.44-62. Rubem Oliven organiza cronologicamente as políticas culturais oficiais na década de 1970, expondo a diversificação de instituições, campanhas e atores que participaram dessas políticas.

Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975); a Política Nacional de Cultura (1975); o Seminário Nacional de Artes Cênicas (1979).<sup>22</sup>

A criação do Conselho Federal de Cultura aparecia como uma opção à imagem negativa construída pela atuação extremamente repressora de setores do governo na cultura. Contudo, a percepção do Conselho sobre a função do Estado na cultura construiu uma prática que pouco interferia nos cenários ocupados pelas esquerdas. O Conselho permaneceu nos espaços tradicionalmente ocupados pelas elites culturais atuantes no Estado desde o primeiro governo Vargas (1930-1945). O objetivo do Conselho era fortalecer esses espaços considerados fundamentais na preservação da memória nacional. O CFC privilegiou a preservação, a defesa e a divulgação do patrimônio cultural. Para os membros do Conselho a ação estatal no setor deveria priorizar as áreas consideradas essenciais da cultura nacional: os conjuntos arquitetônicos, as obras da literatura, as comemorações dos acontecimentos históricos singulares, as manifestações folclóricas. Esses elementos apareciam em oposição aos “episódios de cultura” característicos da produção de bens culturais. O CFC incorporou e ampliou o modelo de preservação do patrimônio elaborado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado e dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1969), minimizando seus investimentos nos setores de produção de bens culturais de massa.

O CFC foi estruturado em quatro Câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. Esta divisão era considerada decisiva pela comissão que elaborou o projeto do Conselho por constituir os elementos considerados definidores da cultura nacional. Além disso, os conselheiros organizaram a Comissão de Legislação e Normas para garantir o suporte jurídico necessário à apresentação de portarias, anteprojetos de lei ou resoluções.

Os membros do Conselho foram divididos entre as Câmaras de acordo com sua formação e experiência profissional. Os conselheiros eram, em sua maioria, escolhidos pelo presidente do CFC e nomeados pelo presidente da República, cuja permanência no cargo, a princípio, vigorava durante o mandato de dois anos do presidente do Conselho. Na prática, os conselheiros eram reconduzidos ao cargo a cada nova posse dos presidentes do Conselho. No período pesquisado (1967-1975) o Conselho teve três presidentes: Josué Montello (1967-1968), Arthur Cezar Ferreira Reis (1969-1972) e Raymundo Moniz de Aragão (1973-1974). Os membros fundadores do CFC foram:

---

<sup>22</sup> Idem. p.58



Presidente do Conselho – Josué Montello;

Câmara de Artes – Clarival do Prado Valladares (presidente), Ariano Suassuna, Armando Sócrates Schnoor, José Candido Andrade Muricy, Octávio de Faria, Roberto Burle Marx;

Câmara de Letras – Adonias Aguiar Filho (presidente), Cassiano Ricardo, João Guimarães Rosa, Moyses Vellinho, Rachel de Queiroz;

Câmara de Ciências Humanas – Arthur Cezar Ferreira Reis (presidente), Augusto Meyer, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Manuel Diégues Júnior;

Câmara do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Afonso Arinos de Mello Franco (presidente), Hélio Vianna, Dom Marcos Barbosa, Pedro Calmon, Raymundo Castro Maya, Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Durante o período de 1967 até 1975 quarenta intelectuais exerceram o cargo de conselheiro. Dos vinte quatro membros fundadores, dezesseis conselheiros permaneceram atuantes no Conselho até 1975. Foram feitas quinze substituições, das quais cinco por falecimento: a vaga de João Guimarães Rosa foi ocupada por José Otão (1967); a vaga de Raimundo Castro Maya foi ocupada por Deolindo Couto (1968); Renato Soeiro discípulo e substituto da vaga de Rodrigo Mello Franco de Andrade (1969); a vaga de Hélio Vianna foi ocupada por Raymundo Moniz de Aragão (1972); a vaga de Cassiano Ricardo foi ocupada por Miguel Reale (1974). Em dois casos as substituições devem-se à nomeação dos conselheiros para outros cargos públicos: Vianna Moog substituiu Gladstone Chaves de Mello indicado ao cargo de Adido Cultural do Brasil em Lisboa (1972); Peregrino Júnior e Raymundo Faoro substituíram interinamente o conselheiro Josué Montello que foi nomeado Adido Cultural do Brasil em Paris, respectivamente em janeiro e outubro de 1969, e permaneceram no Conselho mesmo após o retorno de Montello em 5 de outubro de 1970. José Candido de Mello Carvalho para a vaga aberta com a transferência do Conselheiro Manuel Diégues Júnior para a vaga de membro nato, como Diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), em 1974. Maria Alice Barroso substituiu Ariano Suassuna (1973), sem razão conhecida. Gladstone Chaves de Mello assumiu em 1970 a vaga de Moyses Vellinho, que saiu no final de 1969. Silvio Meira ingressou em 1971 – não foram encontradas informações sobre sua posse. Herberto Sales foi nomeado membro-nato do Conselho na qualidade de Diretor do Instituto Nacional do Livro (INL) após a mudança do regimento interno do Conselho em 1974 que passou a designar os diretores do INL e DAC como

membros-natos do Conselho. No ano de 1975, Francisco de Assis Barbosa e Sabato Magaldi ocuparam as vagas deixadas por término de mandato dos conselheiros Peregrino Júnior e Maria Alice Barroso.

Esses homens participaram de outros lugares de sociabilidade e podem ser identificados como integrantes do mesmo grupo: o da elite cultural brasileira. Madalena Diégues investigou, a partir da análise de três instituições culturais na década de 1970, Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Conselho Federal de Cultura, a existência de uma elite cultural com o mesmo padrão de características profissionais: pertencia a instituições tradicionais como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; possuía uma formação polivalente; atuava em diversas áreas do conhecimento e estava habilitada a tratar de vários temas do universo cultural; tinha larga experiência burocrática no setor, especialmente, na direção de museus e institutos históricos e culturais; se auto-definia como representante de um estado ou região do país; realizava missões de divulgação da cultura nacional no exterior.<sup>23</sup> Nos apoiamos nesta definição de elite cultural para compreender como as práticas da ABL e do IHGB foram incorporadas pelo Conselho. Contudo, proponho concentrar a análise no Conselho Federal de Cultura e na formação de uma rede de sociabilidade, que ultrapassa os limites do campo intelectual ao se interligar à esfera política. A existência de uma rede não pressupõe a homogeneidade como fator determinante no convívio de um grupo social, mas articulações que minimizam o confronto e possibilitam a formação negociada do consenso.

### 1.1 Companheiros ilustres: a formação de uma rede de intelectuais (1920-1970)

“No exercício dos cargos em que cada um de nós aqui traz o seu cabedal em favor da cultura, sabemos que somos aqui uma ordem fraterna de companheiros e irmãos.”<sup>24</sup>

Josué Montello

<sup>23</sup>Maria Madalena Diégues Quintella propõe analisar o CFC a partir de caracterização desses intelectuais enquanto grupo social, indicando os elementos que os definem como elite cultural. Ver: QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. “Cultura e poder ou espelho, espelho meu: Existe alguém mais culto do que eu?” In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.113-134

<sup>24</sup>Josué Montello no discurso de recepção do novo membro do Conselho Federal de Cultura, Raymundo Moniz de Aragão. Registrado na ata da 305ª sessão plenária realizada em 5 de março de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, nº5, jan-mar de 1972, pp. 135-147 p.137.

Em 1972, Josué Montello no discurso de recepção ao novo integrante do CFC, o ex-ministro da educação e cultura Raymundo Moniz de Aragão, responsável pelo projeto de criação do CFC, destaca o sentimento fraternal que une os conselheiros. Os membros do Conselho pertenciam a um seletto grupo de obreiros da cultura, dedicados homens de Estado que empenhavam suas vidas ao ato cívico de defesa da memória da nação e, como consequência deste ato, eles se tornavam irremediavelmente companheiros. Eram companheiros de uma longa trajetória no campo político e intelectual iniciada naqueles estonteantes anos 20.

Ao analisar a organização e funcionamento dessas instituições, especialmente, CFC, IHGB e ABL, Madalena Diégues procurou caracterizar essa elite investigando “(...) postura, relacionamento, representação e legitimidade dos atores sociais componentes deste grupo.”<sup>25</sup> O ingresso de um indivíduo ao grupo dependia de critérios formais como “mérito” e “eminência” e não-formais como a identificação com uma região ou estado do país. Ao lado desses critérios, essa elite cultural formava uma “grande irmandade” e ressaltava os laços pessoais tecidos ao longo dos anos e expressos em formas de tratamento como “amigos”, “companheiros”, “mestres”.<sup>26</sup>

Em todas as celebrações, o companheirismo formado pelos anos de serviços prestados à cultura através da ação no Estado era habilmente lembrado. As diversas homenagens prestadas aos pares pelo transcurso da data de nascimento, prêmio recebido, novo livro ou ainda pelo triste desaparecimento, eram marcadas por discursos que ressaltavam as características do “companheiro, amigo, irmão” ali reverenciado. Laços de parentesco, e, principalmente, o longo tempo de convívio, iniciado nos tempos de escola ou na mesma praça dividida na infância também corroboravam na construção deste seletto e pujante círculo no qual todos se relacionavam e se tornavam “vizinhos”. Ainda em seu discurso, Montello enfatizava:

“(...) no caso de Raymundo Moniz de Aragão, o que ele traz para esta vizinhança é o exercício da amizade e, sobretudo, uma longa folha de serviços prestados à cultura brasileira que ele, em boa hora e nesta hora, incorpora ao CFC. Agradeço a honra que tenho de poder saudá-lo como companheiro fraterno e amigo e agora ver como membro do CFC em Raymundo Moniz de Aragão uma das glórias do Brasil.”<sup>27</sup>

A identificação desses laços de companheirismo e amizade associados aos cargos exercidos nas fileiras do Estado são um indicativo da rede a que pertenciam. Rede tecida no

<sup>25</sup> QUINTELLA, Maria Madalena. op. cit. p.116

<sup>26</sup> Idem. p.121

<sup>27</sup> Idem. p.138

tempo; tempo que era a marca indelével da trajetória compartilhada e o objeto central das políticas a serem realizadas pelo Conselho. A medida do “tempo” foi o pré-requisito adotado nas seleções das efemérides comemoradas nos “Calendários Culturais” organizados pelo Conselho; na edição da “Coleção Centenário”; na organização das temáticas de “História da Cultura Brasileira”; na escolha dos edifícios para as Casas de Cultura. O exercício dos cargos públicos ao longo do tempo informava que ali se reuniam autoridades no setor cultural, formando, conforme palavras de Josué Montello, o “senado da cultura nacional”.

Naquele momento, com exceção de Ariano Suassuna, todos os membros fundadores já ultrapassavam os cinquenta anos de idade e, como já foi mencionado, tinham uma larga presença no cenário cultural e político brasileiro. A experiência desses intelectuais na burocracia foi fundamental na organização, no funcionamento e na capitalização dos recursos políticos da nova instituição. O exercício de funções públicas dedicadas ao setor cultural foi decisivo na auto-definição daqueles que integravam uma mesma rede de intelectuais, por favorecer a identificação de interesses compartilhados. Na comemoração dos setenta anos de Carlos Drumond de Andrade, Adonias Filho destacou que o homenageado, cuja qualidade das obras foi comparada às obras de Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo, pôde como funcionário do MEC realizar um importante serviço “em prol da cultura brasileira.”<sup>28</sup> Dessa forma, os intelectuais do CFC pertenciam a uma rede que extrapolava os limites institucionais do Conselho, ampliando sua legitimidade nas disputas políticas do setor; afinal, estavam inseridos em um grupo que há muito lutava pela sua organização.

Consideramos que esses “companheiros” ilustres pertencem a uma mesma rede de intelectuais, construída a partir das experiências na burocracia, e cujos traços principais, para além daqueles já apresentados por Madalena Diégues, são: a organização de grupos bem articulados no interior do Estado; a participação ativa em periódicos especializados como estratégia de inserção nos debates políticos e culturais do país; a crença no papel da “tradição” como valor da modernidade. Estes posicionamentos políticos estavam alicerçados a outras matrizes ideológicas, principalmente, no otimismo, regionalismo e nacionalismo.

O conceito de intelectual utilizado nesta tese baseia-se na auto-definição dos conselheiros: o intelectual é o “homem de pensamento e ação”, ou seja, um produtor de idéias capaz de tratar de diversos assuntos e problemas sociais e também um agente político, que

---

<sup>28</sup> Discurso proferido por Adonias Filho em homenagem aos setenta anos de Drumond na 337ª sessão plenária, realizada no dia 12 de outubro de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, vol.II, n°. 8, out-dez. de 1972. pp.91-96 p.94

intervém através da participação no Estado nos rumos da sociedade. Nossa opção teórico-metodológica corresponde à proposta da análise do discurso que busca compreender os conceitos nos cenários em que foram forjados. Dessa forma, o intelectual não assumia outra função social ao ingressar nas fileiras do Estado. Ao contrário, nomear-se intelectual significava também ter uma ação política intensa, ocupando diversos espaços do campo político, dentre eles o Estado.

Essa auto-definição não foi exclusiva dos intelectuais que atuaram no Conselho Federal de Cultura. Ao contrário, faz parte de uma tradição intelectual brasileira realçada a partir da década de 1920 que legitimou a ação dessas personagens garantindo-lhes uma “vocação nacional” na definição dos rumos do país. A busca incessante pela “realidade nacional” se tornou uma bandeira constantemente empenhada na tarefa de organização do Estado e na criação das suas instituições. Tal tarefa caberia aos intelectuais, detentores do conhecimento, investigadores perspicazes das condições sociais e, portanto, capazes de identificar os elementos que constituem as categorias “povo” e “nação”, dando-lhes a unidade necessária através das matrizes culturais.<sup>29</sup>

As redes de sociabilidade nas quais os intelectuais estão envolvidos são consideradas espaços privilegiados na troca de experiências e nos debates entre atores de um mesmo grupo social<sup>30</sup>. A intervenção deste grupo no aparelho estatal também está vinculada a uma disputa no campo intelectual<sup>31</sup> que neste período ainda está em processo de institucionalização no país e em profundo contato com o universo político. E essa declaração inicial de princípio – o não isolamento dos agentes intelectuais produtores/difusores de idéias, integrados em redes de sociabilidade – fornece um norte para a composição do quadro teórico-metodológico aqui utilizado.

Ao lado da noção de redes de sociabilidade incorporamos o conceito de redes intelectuais<sup>32</sup> para compreender a ação das personagens que integram o CFC. Tais conceitos são complementares e as especificidades analíticas trazidas pela categoria de redes

---

<sup>29</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>30</sup> BERSTEIN e SIRINELLI, Jean-François. “Las Élités Culturales”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para una Historia Cultural*. México: Taurus, 1999.

<sup>31</sup> Estamos utilizando o conceito de campo intelectual proposto por Pierre Bourdieu. IN: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Contudo, consideramos que a formação de um campo intelectual autônomo do político com regras específicas e hierarquizações próprias no Brasil só irá se efetivar a partir da década de 1980 com o desenvolvimento dos cursos de Pós-Graduação e o maior investimento nas pesquisas e publicações científicas.

<sup>32</sup> DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes Intelectuales em América Latina*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados, Ed. Universidad Santiago de Chile, 2007.

intelectuais se tornam úteis na compreensão da formação e organização do Conselho. Usaremos o conceito de rede de sociabilidade quando os laços construídos por essas personagens ou pela instituição ultrapassarem as relações específicas entre os intelectuais como, por exemplo, nas articulações com o campo político e seus atores. No caso das relações tecidas no campo intelectual e que respondem prioritariamente às normas desse campo, adotaremos, por sua maior precisão, o conceito de rede de intelectuais.

As diferenças internas à formação de qualquer grupo só interferem na sua coesão quando são construídas fissuras – graves ou suficientes – que terminarão por tornar a existência do grupo inviável. No caso do CFC, as divergências não minavam os laços que mantinham sua coesão. As experiências profissionais compartilhadas favoreceram os laços de identificação necessários à manutenção dessa rede. As formas de organização das redes intelectuais irão variar de acordo com as múltiplas relações existentes no mundo intelectual; contudo, a idéia de rede pressupõe que haja “(...) um conjunto de pessoas ocupadas na produção e difusão do conhecimento, que se comunicam em razão de sua atividade profissional, ao longo dos anos.”<sup>33</sup> Se a constituição de uma rede depende do contato de seus integrantes ao longo do tempo, este convívio não ocorre de forma linear durante os anos e nem todos os atores têm participação contínua e ativa. A própria vitalidade da rede é extremamente variável e está associada a outros tipos de relação: afetivas, políticas, ideológicas etc. Essa perspectiva nos permite compreender a ação dos intelectuais através das continuidades ao mesmo tempo em que retira da ação coletiva uma suposta linearidade. As redes intelectuais são marcadas por espaços de convívio e valores compartilhados, mas também se relacionam com fatores externos que interferem na sua composição e na sua orientação.

A existência dessa rede intelectual extrapola o espaço institucional do Conselho e o recorte desta pesquisa (1967-1975); contudo, demonstra os laços políticos e afetivos aos quais os membros do Conselho estão conscientemente ligados. Por isso, definimos o período entre as décadas de 1920 e 1970 como um momento decisivo na formação e atuação dessa geração de intelectuais no campo político e no campo intelectual. Além disso, esses cinquenta anos marcam interpretações e debates sobre o Brasil e sua entrada na modernidade. Foi neste período histórico de intensas transformações que observamos o surgimento de diversos movimentos intelectuais e da presença do intelectual no interior do aparelho estatal.

---

<sup>33</sup> Idem. p.30. Tradução livre da autora.

O movimento modernista, o tenentismo, a crise política da 1ª República, e, finalmente, a Revolução de 1930, fomentaram a formação de um novo Estado, para o qual os intelectuais foram convocados e desejavam participar da sua construção. Os intelectuais, ligados às diversas correntes ideológicas, se auto-incumbiram de uma natural e legítima “vocação nacional” para organizar esse Estado, guiar os menos favorecidos e propor mecanismos para o desenvolvimento do país, debruçando-se na tarefa de construir a identidade, a memória e, finalmente, os rumos da nação.

O processo de expansão e organização do aparelho burocrático e, por consequência, da ação dos intelectuais nas instâncias administrativas podem ser observados desde a década de 1930 até a vigência dos governos militares (1964-1985). Os novos espaços de poder possibilitaram a incorporação de intelectuais, especialistas e técnicos no interior do aparelho estatal. A necessidade de mão-de-obra qualificada para as tarefas burocráticas, os serviços administrativos, as repartições públicas, os institutos governamentais e os grupos de consultoria aos programas do governo possibilitou a emergência desses atores nos debates e nas disputas políticas. Como propõe Miceli,

“Durante o período 'populista' (1945-1964), verifica-se uma ampliação das carreiras reservadas aos intelectuais ao mesmo tempo em que se intensifica o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração etc); muitos deles se alçaram aos postos-chaves da administração central, dos quais foram sendo excluídos outros grupos de intelectuais e especialistas que resistiram à implementação das diretrizes e dos programas adotados pela nova coalizão dominantes nos últimos quinze anos em que os militares se apoderaram do controle do Estado”.<sup>34</sup>

Esses espaços passaram a exercer funções fundamentais na regulamentação e no controle da vida pública, sendo disputados pelas facções que compunham as elites dirigentes. Decerto, a ocupação desses setores beneficiou, predominantemente, as redes de intelectuais ligadas aos grupos que assumiram o governo, possibilitando a ampliação do seu campo de atividades e redefinindo as relações entre os intelectuais e a política. A incorporação desses homens ao Estado, a partir do governo Vargas, garantiu uma aproximação estreita dos intelectuais com a elite política, ou seja, com o grupo existente em torno do chefe do executivo, viabilizando uma maior burocratização e racionalização da gestão pública.<sup>35</sup>

Para os intelectuais, o Estado tornou-se a instituição central para a realização de qualquer projeto político a ser efetivado no país. A crença no papel preponderante do Estado para a organização e desenvolvimento do Brasil era associada à idéia de que só através das

---

<sup>34</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 197

<sup>35</sup> idem. p. 198.

instituições governamentais seria possível interferir nos rumos da sociedade. Esses homens acreditavam que o Estado contribuiria para formação de uma sociedade moderna, minimizaria a desigualdade social e orientaria o processo de mudança em curso. Dessa forma, foram seduzidos pela necessidade de forjar um novo Estado-nação, ainda que suas concepções de “consciência” “povo”, “desenvolvimento”, “cultura” e “identidade” variassem conforme as alianças políticas e os embates ideológicos do período. Cabe lembrar, que o uso comum dessas categorias por grupos de esquerda, direita e extrema-direita não significa que os sentidos sejam compartilhados. A intelectualidade brasileira imbuíu-se da missão de forjar uma “consciência nacional” até então inexistente e considerava fundamental que o “povo” tomasse “consciência” da sua nação, processo necessário à construção da soberania nacional. A correlação entre cultura e nação, unidas pelo nacionalismo nas suas diferentes acepções, possibilitou ao intelectual tornar-se um sujeito político por excelência ao garantir uma função política à cultura<sup>36</sup>. Acredito que a função política da cultura ancorada na construção do Estado-nação durante o primeiro governo Vargas foi ampliada na ditadura civil-militar, quando ideais como desenvolvimento, civismo e soberania nacional foram incorporados ao discurso autoritário.

A trajetória profissional dos intelectuais que atuaram no Conselho Federal de Cultura nos permite compreender a importância das redes intelectuais na estruturação e no funcionamento do Conselho. A análise da composição dos membros do Conselho, a partir do levantamento biográfico de suas trajetórias, é um importante indicador dos posicionamentos político-ideológicos compartilhados pelo grupo e que serão verificados nas propostas e ações realizadas pelo Conselho Federal de Cultura. Os espaços comuns compartilhados por esses homens permitiram a formação de uma rede intelectual que manteve a coesão do grupo ainda que sejam observadas divergências internas.

Para visualizarmos a composição dessa rede de intelectuais, capaz de descortinar os processos de produção do conhecimento e intervenção dos intelectuais no campo político e cultural, conforme propõe a História Cultural francesa<sup>37</sup> dedicada à “história dos intelectuais”, inventariamos os espaços prioritários da atuação dessas personagens entre as décadas de 1920 e 1970, aqui compreendidos como lugares de formação de sociabilidades, considerados

---

<sup>36</sup> Sobre a função política da cultura na Era Vargas ver: BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. São Paulo: EDUSC, 2005.

<sup>37</sup> RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para Uma história Cultural*. México: Taurus, 1999. SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais.” In: Rémond, Réne. *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.



fundamentais na seleção daqueles que iriam compor o Conselho e na formação da unidade da instituição.

Ao enfatizar a importância da rede intelectual a que pertence os conselheiros nas propostas e ações empreendidas pelo CFC, destaco a existência dessa rede como fator preponderante para a institucionalização do Conselho. Verificam-se quatro aspectos decisivos na institucionalização do CFC – a sua composição, a prática do auto-reconhecimento, a definição da função política da cultura e a seleção das intervenções prioritárias – que correspondem a processos já observados nos demais espaços de atuação desse grupo de intelectuais, com destaque, para duas instituições: o Ministério da Educação e Cultura e a Academia Brasileira de Letras. Todos estes quatro aspectos serão acompanhados ao longo dos capítulos desta tese. Começaremos a demonstrar a importância dessa rede de intelectuais, observando a composição dos membros Conselho.

Para caracterizar a existência dessa rede de intelectuais formada entre as décadas de 1920 e 1970, selecionei seis espaços prioritários da ação dessas personagens e os elegi como pré-requisitos fundamentais na escolha dos integrantes para o Conselho, ordenados hierarquicamente: os cargos exercidos na área de competência do Ministério da Educação e Cultura; a participação em movimentos culturais e políticos; o pertencimento a associações como as academias de letras e os institutos históricos e geográficos; a colaboração em periódicos; os mandatos exercidos no legislativo; as reitorias das universidades. Cabe destacar que era desejo do presidente Castelo Branco expresso durante seu discurso na cerimônia de inauguração do Conselho que os conselheiros fossem representantes das diversas regiões do país. De fato, se inventariados os estados de origem dos conselheiros observaremos que o colegiado era efetivamente formado por homens de vários estados. Contudo, salta aos olhos que eles atuaram profissionalmente nos cargos subordinados ao MEC, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A atuação desses intelectuais ocorreu, na maioria das vezes, concomitantemente, nos espaços aqui destacados. Ao ocuparem vários setores do campo cultural conseguiam aumentar a sua área de influência. Tratava-se de um jogo de táticas-estratégias cujo objetivo é ampliar os recursos políticos e simbólicos através da ocupação e do controle dos diversos lugares destinados aos embates político-culturais. Observa-se que esses espaços foram hierarquizados na definição daqueles que iriam compor o Conselho, dos quais dois foram preponderantes: a participação nos movimentos culturais e políticos das décadas de 1920 e 1930 que possibilitaram a construção de laços profissionais e afetivos; e, a experiência no exercício de

cargos públicos do setor cultural. Os demais espaços estão relacionados à formação e à manutenção da rede de intelectuais na qual os conselheiros estavam integrados.

Os quadros, a seguir, buscam organizar um panorama desses lugares ocupados por esse grupo de intelectuais.<sup>38</sup>

<b>Participação em Movimentos Políticos e Culturais entre 1920 e 1975</b>		
Conselheiro	Partido/Movimento Político	Movimento Cultural
Afonso Arinos de Melo Franco	1929 – participou da campanha da Aliança Liberal; 1943 – signatário do “Manifesto dos Mineiros”; 1945 – participou da Fundação da União Democrática Nacional (UDN); 1950 – tornou-se líder da UDN na Câmara dos Deputados; 1966 – foi um dos fundadores do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA);	(?)
Adonias Filho	Ação Integralista Brasileira (AIB);	3ª fase do modernismo iniciada a partir de 1945; Movimento Modernista Gaúcho – poesia regionalista (1920); folclorista;
Augusto Meyer	(?)	
Cassiano Ricardo	Partido Republicano Paulista;	Modernismo Paulista – associado aos Grupos: <i>Verde-Amarelo</i> e <i>Anta</i> (1920); Fundou o grupo <i>A Bandeira</i> (1937), afastando-se do integralismo de Plínio Salgado;
Clodomir Vianna Moog	Integrou a Aliança Liberal e participou	(?)

<sup>38</sup> Os quadros foram elaborados a partir das informações retiradas da historiografia sobre os diversos movimentos culturais e as fases de institucionalização do setor cultural a partir de 1920 no Brasil e nos dados biográficos disponibilizados pela Academia Brasileira Letras e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não pretendemos esgotar a trajetória intelectual e política dessas personagens; dessa forma, nos dedicamos apenas àqueles dados considerados relevantes para a compreensão das redes intelectuais existentes antes da criação do CFC e de sua ampliação/transformação a partir da criação do CFC. Cabe lembrar que a rede intelectual à qual os conselheiros pertenciam é constituída por outros intelectuais que não participaram do Conselho. Contudo, para não extrapolarmos os limites desta tese, nos detivemos apenas às trajetórias dos conselheiros. Para citarmos outros intelectuais que integravam esta rede, podemos observar a presença constante de Manuel Bandeira, Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Gustavo Barroso e Mário de Andrade nos mesmos espaços de sociabilidade. Ver: GOMES, Angela Maria. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, 2ª edição; GOMES, Angela. “Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de *Festa*”. *Luso-Brazilian Review*. Michigan: The University of Wisconsin–Madison, 2004. pp.80-106; LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE: FGV, 1997.

	da Revolução Paulista de 1932;	
Gladstone Chaves de Mello	Filiou-se a UDN;	Colaborador da revista <i>A Ordem</i> (1921);
Gilberto Freyre	1946 – filia-se a UDN;	Autor do “Manifesto Regionalista” (1926);
Gustavo Corção	(?)	Participa da <i>reação católica</i> , atua no <i>Centro Dom Vital</i> (1922) e no grupo <i>Permanência</i> (1968);
Hélio Vianna	Ação Integralista Brasileira (AIB);	(?)
José C. Andrade Muricy	(?)	Modernismo Carioca – revista <i>Festa</i> ;
Manuel Diégues Júnior	(?)	Movimento Folclórico Brasileiro – Comissão Nacional de Folclore (1947); I Congresso Brasileiro de Folclore (1951); Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958);
Miguel Reale	Chefe do Departamento de Doutrina da AIB; participa do ISEB;	(?)
D. Marcos Barbosa	(?)	Participou da <i>reação católica</i> atuando no <i>Centro Dom Vital</i> , na <i>Ação Universitária Católica</i> e na revista <i>A Ordem</i> ;
Octávio de Faria	(?)	Participou da <i>reação católica</i> colaborando na revista <i>A Ordem</i> ;
Rachel de Queiroz	(?)	Liga da Defesa da Cultura Popular vinculada à ANL (1935);

***Cargos exercidos na área de competência do Ministério da Educação e Cultura entre 1931 e 1975***

Adonias Aguiar Filho	Diretor da Biblioteca Nacional;	(1961-1971)
Afonso Arinos de Mello Franco	Conselho Consultivo do SPHAN; Lecionou no SPHAN;	(nomeado em 1937) (1938-?)
Andrade Muricy	Conselho Nacional de Cultura;	(1961-?)
Augusto Meyer	Criador e diretor do Instituto Nacional do Livro;	(1937-1967)
Josué Montello	Diretor Substituto de Ensino Comercial; Diretor do Museu Histórico Nacional; Diretor do Serviço Nacional de Teatro;	(1937) (1960-1967)

	Diretor da Biblioteca Nacional; Fundador e Diretor do Museu da República; Membro do Conselho Federal de Educação; Conselheiro do SPHAN;	(1947-1951) (1947-1951) (1960) (1962-1967) (1960-1967)
Cassiano Ricardo	Diretor do jornal <i>A Manhã</i> ; Diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional;	(1940-1944) (1937-1945)
Deolindo Couto	Presidente do Conselho Federal de Educação	(?)
Francisco de A. Barbosa	Técnico de educação do INL; Assessor do IBECC;	(?) (1946-1948)
Gilberto Freyre	Membro do Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco; Membro do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco;	(1949-?) (1956-1964) (?)
Gladstone Chaves de Mello	Membro do Conselho Federal de Educação;	(1970-?)
Heberto Sales	Diretor do Instituto Nacional do Livro;	(?)
Maria Alice Barroso	Diretora do Instituto Nacional do Livro;	(?)
Manuel Diégues Júnior	Diretor do Departamento de Assuntos Culturais;	(1974-?)
Pedro Calmon	Ministro da Educação e Cultura nos governos Dutra e Kubitschek;	(1950-1951) (1959-1960)
Peregrino Júnior Raymundo Moniz de Aragão	Membro do Conselho Federal de Educação; Ministro da Educação e Cultura no governo Castello Branco;	(?) (1966)
Renato Soeiro	Diretor do IPHAN; Diretor do Departamento de Assuntos Culturais;	(?) (1972-1974)
Rodrigo de Mello Franco de Andrade	Chefe de gabinete do Ministro Francisco Campos no Ministério Educação e Saúde; Fundador e diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	(1931-1932) (1936-1966)

***Colaboradores dos periódicos (1920-1975)***

<i>A Manhã</i> (jornal oficial do Estado Novo)	Adonias Aguiar Filho; Afonso Arinos; Cassiano Ricardo (Diretor); Djacir Menezes; Josué Montello; Gilberto Freyre;
<i>A Ordem</i>	Gladstone Chaves de Mello; Gustavo Corção; Dom Marcos Barbosa; Otávio de Faria;
<i>Correio da Manhã</i>	Adonias Aguiar Filho; Gladstone Chaves de Mello; Gilberto Freyre; Josué Montello; Pedro Calmon; Rachel de Queiroz; Francisco de Assis Barbosa;
<i>Diário de Notícias/RJ</i>	Adonias Aguiar; Afonso Arinos; Gustavo Corção; Gladstone Chaves de Mello; Josué Montello; Gilberto Freyre;
<i>Jornal do Comércio</i>	Adonias Aguiar Filho; Andrade Muricy; Hélio Vianna; Josué Montello;
<i>O Cruzeiro</i>	Gilberto Freyre; Heberto Sales; Pedro Calmon; Rachel de Queiroz;
<i>O Jornal</i>	Gladstone Chaves de Mello; Josué Montello; Dom Marcos Barbosa; Peregrino Júnior; Rachel de Queiroz;
<i>Revista do Brasil</i>	Dom Marcos Barbosa; Gilberto Freyre; Rodrigo de Mello Franco de Andrade (diretor).

***Mandatos exercidos no legislativo (1930-1975)***

Afonso Arinos de Mello Franco	Eleito três vezes deputado federal/MG (1947-1958); senador eleito pelo Distrito Federal (1958); Deputado Estadual no Estado da Guanabara (1960-1963); Ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros (1961);
Arthur César Ferreira Reis	Governador do estado do Amazonas (1964-1966);
Gilberto Freyre	Eleito deputado federal pela UDN em 1946;
Gladstone Chaves de Mello	Eleito duas vezes vereador pela UDN; deputado estadual no Estado da Guanabara pelo Partido Democrata Cristão (1960-1963);
Pedro Calmon	Deputado estadual na Bahia (1927-1930);

***Reitores das Universidades:***

Pedro Calmon	UFRJ – 1948/1950;
Deolindo Couto	UFRJ – 1950/1951;
Pedro Calmon	UFRJ – 1951/1966;
Raymundo Castro Moniz de Aragão	UFRJ – 1966/1969;
Djacir Lima Menezes	UFRJ – 1969/1973;
Miguel Reale	USP – 1949/1950; 1969/1973;
Josué Montello	UFMA – pró-tempore 1972/1973;
José Otão	PUC-RS – 1954/1978.

Os intelectuais que atuaram no CFC forjaram uma identidade que os autorizava a interferir no cenário cultural e os definia como elite cultural. Dessa forma, apresentavam-se como um grupo social relativamente uniforme e integravam o “pequeno mundo” dos produtores da cultura nacional. O pertencimento a um grupo social está diretamente relacionado ao reconhecimento de seus pares. O quadro de conselheiros era definido internamente e, a princípio, sofria pouca interferência do executivo. Provavelmente, só seis nomeações sofreram interferência direta da presidência da República: Hélio Vianna, cunhado do presidente Castelo Branco; Rachel de Queiroz, amiga do presidente Castelo Branco; Maria Alice Barroso e Miguel Reale, ambos indicados pelo presidente Costa e Silva; Francisco de Assis Barbosa e Sabáto Antônio Magaldi, também designados pelo presidente Ernesto Geisel. Conforme observamos, a escolha da maioria dos membros do Conselho priorizou aqueles que estavam inseridos em instituições tradicionais de cultura, tornando-se uma estratégia na busca de legitimidade política. Dos quatorze conselheiros fundadores atuantes no CFC até 1975, onze tinham larga experiência no interior do Ministério da Educação e Cultura. No panorama político, integravam grupos que, observadas suas diferenças, são classificados como conservadores ao se associarem à Ação Integralista Brasileira, à UDN e ao Centro Dom Vital. Aqueles que participaram dos movimentos modernistas, o fizeram através da defesa do nacionalismo e do regionalismo. Como veremos adiante, muitos ingressaram em associações tradicionais de cultura durante o primeiro governo Vargas, como a ABL e o IHGB. Essas duas instituições influenciaram práticas institucionais do Conselho como as comemorações de efemérides e os atos de homenagem e deferência ao conselheiro recém-chegado ou falecido.

## **1.2 Variáveis e limites na construção do consenso como mecanismo de organização política**

A institucionalização do CFC, suas propostas e intervenções políticas estão articuladas à longa trajetória desses intelectuais na arena política; à presença dessas personagens em outros espaços de sociabilidade; e às suas participações no cenário cultural, definindo práticas, objetivos e hierarquias. Assim, a ação dos intelectuais que atuaram no CFC e as práticas políticas adotadas pelo Conselho só podem ser compreendidas a partir da análise da participação dessa geração em suas redes de sociabilidade, neste caso, redes intelectuais

construídas a partir de outros espaços de convívio e inseridas dentro de uma tradição intelectual que, como propôs Daniel Pécaut, legitimava a participação política dessas personagens<sup>39</sup>. Esse grupo social atuou em vários espaços, institucionalizados ou não, reforçando a sua função de dirigentes culturais e controlando os acessos aos lugares de cultura.

Madalena Diégues elegeu os membros do CFC como “elite cultural”, propondo que a homogeneidade existente na categorização de um grupo social só pode ser compreendida na relação dialética necessária com os demais setores sociais. Essa metodologia analítica busca compreender as ações coletivas de um grupo a partir das diferenciações com os demais grupos com os quais se disputa o controle sobre uma área de influência. Assim, as ações e discursos produzidos por essa elite cultural ao entrarem em contato com outros grupos que disputam o espaço no mesmo setor demonstram uma unicidade que supera as divergências internas.

“(…) a análise da elite cultural parte do pressuposto de que podemos tomar este grupo como algo homogêneo no confronto com os grupos próximos não apenas pelo tipo de saber que manipulam, como também pelo tipo de poder que disputam. Assim, em face da sociedade abrangente, algumas divergências internas podem ser entrevistas e supostas e cedem diante dos objetivos maiores que integram o grupo, fazendo com que o mesmo responda em uníssono às solicitações da sociedade mais ampla. Este parece ser o mecanismo fundamental de manutenção do poder para todo o grupo no interior da sociedade, especialmente no universo simbólico reconhecido e legitimado como aquele da cultura.”<sup>40</sup>

Além dessa homogeneidade formada por relações externas, constroem-se elementos internos de pertencimento dessa elite cultural capaz de reforçar a homogeneidade. Como menciona Madalena Diégues, esse aparato será constituído pelo “emprego de termos aproximativos”, pelos mecanismos de admissão e pelo fato desses homens transitarem nas principais instituições culturais do país<sup>41</sup>. Penso que essa questão é bastante pertinente, porém para explicar a coesão necessária ao funcionamento do CFC, é preciso identificar os mecanismos internos específicos que propiciaram a sua coesão. Acredito que a análise da elite cultural proposta por Madalena Diégues ao investigar a presença dos mesmos atores nas três instituições tradicionais do Rio de Janeiro, ABL, CFC e IHGB, nas décadas de 1960 e 1970, é muito útil. Contudo, há especificidades no funcionamento do CFC, por ser um órgão estatal com objetivos delimitados, que devem ser pontualmente categorizadas. Em outras palavras, como os conselheiros selecionam as temáticas prioritárias e constroem um projeto comum

---

<sup>39</sup> Pécaut. Op. cit.

<sup>40</sup> QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Op.cit. p. 123

<sup>41</sup> idem.

sem expor as contradições inerentes à existência de qualquer grupo diante da multiplicidade de interesses dos seus membros?

Primeiro, optei por não tratar desse grupo como homogêneo, ainda que sejam observados em suas trajetórias elementos que os aproximam ideologicamente. Prefiro a noção de consenso. A configuração de um grupo social pressupõe a existência de um consenso entre os seus integrantes necessário à ação coletiva. A construção do consenso tem como objetivo organizar um discurso aparentemente uníssono capaz de se confrontar com os demais discursos sociais.

A composição do Conselho contribuiu decisivamente para a existência de um grupo coeso; afinal, as trajetórias políticas e profissionais compartilhadas nos mesmos espaços de convívio atuaram como elementos agregadores e facilitaram a formação de um projeto comum. Contudo, essas vivências estruturantes não reduzem a multiplicidade de interesses existentes dentro de uma elite cultural. As diferentes proposições são negociadas através do reconhecimento coletivo da função de cada ator dentro do grupo. No caso do Conselho, três mecanismos formados e legitimados no interior do grupo funcionavam como um importante elemento na busca pelo consenso: a) hierarquia; b) divisão de tarefas; c) autoridade conferida a cada integrante sobre determinado lugar de atuação. Esses mecanismos minimizavam as possíveis fraturas provocadas pelas divergências internas, evitando-se ao máximo o confronto. As divergências entre os conselheiros aparecem sutilmente; afinal, ao serem garantidos os espaços de autoridade de cada membro do grupo evitava-se o embate direto. Neste caso, as propostas e intervenções promovidas pelos conselheiros são resultado de negociações e composições. Os mecanismos de reconhecimento do grupo ligados ao lugar de atuação de cada conselheiro (hierarquia, divisão de tarefas e autoridade sobre um determinado discurso) foram fundamentais na busca do consenso. Assim, o consenso não deve ser compreendido como a formação de um discurso ou prática monolíticos, mas do possível convívio entre propostas distintas, que pelas trajetórias semelhantes não eram radicalmente contraditórias. Aqui, o consenso opõe-se ao confronto – e não às divergências – gerando a formação de uma ação integrada, capaz de articular propostas diversas e torná-las complementares.

Para compreendermos a formação do consenso que caracteriza a existência de um Conselho coeso, capaz de agir coletivamente através de ações e discursos integrados irei detalhar os três mecanismos fundamentais na construção desse consenso, anteriormente citados: a hierarquia, a divisão de tarefas e a autoridade sobre determinado discurso.



A participação dos intelectuais no Conselho é hierarquizada; nem todos têm o mesmo envolvimento e nem participam igualmente na elaboração das políticas públicas propostas pelo Conselho. A hierarquia existente no interior da instituição é inicialmente verificada pela permanência de alguns intelectuais durante o período mais profícuo de seu funcionamento, salvo os casos de falecimento; a partir dos ocupantes dos cargos de direção ou chefia; dos relatores das comissões especiais, dos responsáveis pelos principais projetos do Conselho. No CFC, os cargos de presidente do Conselho, presidentes das Câmaras e membros da Comissão de Legislação e Normas, especialmente, seu relator, indicam aqueles que controlavam as ações prioritárias – pois cabia aos ocupantes destes cargos a organização das tarefas centrais. O presidente do Conselho, eleito democraticamente pelos demais conselheiros para um mandato de dois anos, deveria, entre outras incumbências:

“convocar reuniões ordinárias e extraordinárias; (...); aprovar a pauta de cada sessão e a ordem do dia respectiva; (...); resolver questões de ordem; (...); designar os Conselheiros nas Câmaras e Comissões; (...); autorizar despesas e pagamentos; propor funcionários para as funções de chefia ou designá-los para o empenho de cargos especiais; (...).”<sup>42</sup>

O presidente do Conselho era o responsável pela distribuição das verbas existentes e definia o valor dos convênios e auxílios aprovados pelo plenário. Além disso, cabia a ele manter permanente contato com o ministro da Educação e Cultura para solucionar as questões relativas à área de atuação do Conselho. As eleições para o cargo de presidente eram realizadas por indicações dos demais conselheiros, através da constituição de chapa única e voto secreto. O Vice-Presidente assumia as funções do presidente em caso de ausência do titular e o cargo foi ocupado por Pedro Calmon, Andrade Muricy e Manuel Diégues Júnior. Os Conselheiros Pedro Calmon e Manuel Diégues se destacaram no Conselho e no MEC. Foram os responsáveis respectivamente pelos projetos de comemoração do sesquicentenário da Independência (1972) e da coletânea História da Cultura Brasileira – obra coletiva editada em dois volumes pelo CFC. Além disso, Manuel Diégues Júnior assumiu a direção Departamento de Assuntos Culturais, DAC, em 1970, órgão executivo do responsável pelo setor cultural. Os presidentes das Câmaras estão na base dessa hierarquia; eles eram convocados a participarem da elaboração dos anteprojetos de lei, das comissões, da elaboração do regimento interno, da aprovação anual do Plano de Ação Cultural proposto pelo DAC etc. Todos esses documentos deveriam ser aprovados democraticamente pelo plenário, que poderia sugerir mudanças. Observamos poucos debates sobre tais documentos, apenas

---

<sup>42</sup> Regimento do Conselho Federal de Cultura. “Compete ao Presidente”. Publicado do *Diário Oficial* de 20 de março de 1967; fls.3299, 3300.

sugestões pontuais, o que demonstra a autoridade conferida aos presidentes, vice-presidentes e presidentes das Câmaras e Comissão de Legislação e Normas.

No caso dos dois projetos editoriais coletivos do CFC: *Atlas da História Cultural e História da Cultura Brasileira*, ambos ficaram sob responsabilidade de conselheiros que ocupavam cargos hierárquicos: o atlas foi organizado por Arthur Cezar Ferreira Reis, que no lançamento do projeto era presidente do Conselho. No caso de Manuel Diéguas, além de ser autor da proposta, ele ocupava a vice-presidência.

A divisão de tarefas e a autoridade sob o discurso ficam explícitas nas comissões permanentes e temporárias. As comissões eram espaços igualmente importantes na ação do Conselho. Às comissões temporárias cabia a organização de projetos específicos enquanto à Comissão de Legislação e Normas cabia a redação final dos anteprojetos de lei, dos convênios, das regras para distribuição de verbas, do regimento interno etc. O cargo de presidente da Comissão de Legislação e Normas foi exercido por Afonso Arinos de Mello Franco durante todo o período pesquisado. Sua experiência como jurista e no Congresso Nacional habilitaram-no ao cargo. Nesta Comissão também atuavam Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon, Rodrigo de Mello Franco de Andrade. Raymundo Moniz de Aragão e Raymundo Faoro ingressariam, respectivamente, com o falecimento de Rodrigo Mello Franco de Andrade e Hélio Vianna. Outra comissão foi nomeada para elaboração do anteprojeto de lei de Defesa Integrada do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujos integrantes foram Pedro Calmon, Renato Soeiro, Manuel Diéguas Júnior, Burle Marx e Josué Montello. Também foram criadas diversas comissões para planejamento e execução de efemérides como para as comemorações do sesquicentenário, presidida por Pedro Calmon; do quarto centenário dos “Lusíadas”, presidida por Gladstone Chaves de Mello.<sup>43</sup> Se a presidência das comissões era exercida pela autoridade do discurso, como veremos, a participação de outros membros pode ser enquadrada nas divisões de tarefas do Conselho.

A principal tarefa realizada por todos os conselheiros era a análise e o julgamento dos processos de solicitação de recursos financeiros para execução de projetos culturais. No

<sup>43</sup> Sobre a criação da Comissão Especial para elaboração do anteprojeto de lei de Defesa Integrada do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ver a ata da 335ª sessão plenária realizada em 10 de outubro de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º.8. out-dez. de 1972, pp.83-88. Pedro Calmon registra em ata a criação da Comissão Especial para a comemoração do sesquicentenário da independência em 1972. Ata da 196ª sessão realizada em 09 de abril de 1970. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n.º.34, abril de 1970 pp.78-81. Sobre a liderança de Gladstone Chaves de Mello no programa de comemorações do IV Centenário de publicação de “Os Lusíadas” ver: ata da 252ª sessão plenária realizada em 26 de março de 1971. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º.1, jan-mar. de 1971, pp. 183-185

período estudado foram enviados ao Conselho pedidos de auxílio que inicialmente eram encaminhados às Câmaras por área de atuação e divididos entre seus membros. Após o parecer do relator, os processos seguiam à reunião mensal do plenário. Em geral, eram aprovados por unanimidade, respeitando-se o parecer do companheiro. Ainda na esfera da divisão de tarefas, Pedro Calmon, Silvio Meira e Raymundo Faoro foram designados para ocupar a vaga do CFC no Conselho dos Direitos de Defesa da Pessoa Humana, órgão do Ministério da Justiça criado em 1968 para apurar as denúncias de violação dos direitos humanos promovidos pelo Estado brasileiro.<sup>44</sup>

Na esfera da autoridade sobre o discurso, cujo reconhecimento da especialização em um assunto era o pré-requisito na escolha do conselheiro responsável, somam-se exemplos: Andrade Muricy, especialista na área musical, foi indicado para participação num grupo de trabalho de restauração do material musical do século XVIII em Minas Gerais ao lado de representantes do Arquivo Sonoro da ABL e da Associação de Canto Coral; também elaborou o anteprojeto de lei sobre o depósito das gravações musicais; Pedro Calmon, historiador e presidente do IHGB, foi nomeado presidente da Comissão Preparatória das Comemorações do Sesquicentenário da Independência; Gladstone Chaves de Mello, filólogo e diplomata, foi o responsável pelo planejamento do programa de Comemoração do Quarto Centenário da primeira edição de “Os Lusíadas” de Camões; Ariano Suassuna, autor de peças sobre o nordeste, e Manuel Diégues Júnior, folclorista, organizaram os folhetos do poeta popular Leandro Gomes de Barros para posterior publicação; Cassiano Ricardo, escritor modernista, foi indicado para a Comissão de Prêmios Nacionais do Instituto Nacional do Livro como representante do CFC; Raymundo Faoro, jurista e cientista social, foi designado membro do CFC junto à Fundação Castro Maya; também foi o responsável pela organização dos panfletos escritos entre 1821 e 1823 sob o processo de Independência do Brasil para reprodução fac-símile e que integrariam os atos de comemoração do sesquicentenário; Peregrino Júnior, ensaísta e jornalista, planejou as comemorações do Ano Internacional do Livro.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Sobre a nomeação de Pedro Calmon, Silvio Meira e Raymundo Faoro para o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos ver: atas da 108ª sessão plenária, realizada em 25 de outubro de 1968. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.6, outubro de 1968; e as atas das sessões plenárias 310, realizada em 03 de abril de 1972, e 318, realizada em 5 de junho de 1972; *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.6, abril-junho de 1972.

<sup>45</sup> Sobre a participação dos conselheiros nos diversos projetos citados, ver, respectivamente: ata 243ª sessão plenária, realizada em 6 de fevereiro de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n°.1, jan-março de 1971; ata da 281ª sessão plenária, realizada em 6 de outubro de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n°.4, out-dez de 1971; ata 244ª sessão plenária realizada em 9 de fevereiro de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n°.1,

Podemos observar que a maioria dos Conselheiros se integrava em alguma Comissão; era designada para representar o CFC em solenidades ou eventos; tinha como tarefa avaliar os processos e emitir parecer; assumia a responsabilidade por um determinado projeto. Todos esses mecanismos propiciavam a coesão interna, pois havia espaços disponíveis para que interesses diferentes convivessem. Como veremos no último capítulo, projetos específicos identificados com área de atuação de apenas alguns conselheiros foram plenamente adotados pelo Conselho. Todos tinham as suas proposições efetivadas, ainda que isso ocorresse de forma hierarquizada. Aqueles que controlavam os lugares decisórios exerciam maior controle sobre os rumos do CFC.

A análise dos lugares ocupados pelos Conselheiros a partir de três mecanismos geradores de coesão (hierarquia, divisão de tarefas e autoridade sobre o discurso) indica que Adonias Filho, Afonso Arinos de Mello Franco, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djacir Lima Menezes, Josué Montello, Manuel Diégues Júnior, Otávio de Faria, Pedro Calmon, Raymundo Moniz de Aragão, Renato Soeiro e Rodrigo Mello Franco de Andrade foram os intelectuais mais atuantes e destacados do CFC. Formavam a cúpula do Conselho. Eles ocuparam a presidência, vice-presidência, presidência das Câmaras e comissões; foram responsáveis pelos principais projetos e estiveram atuantes ao longo do período mais profícuo do Conselho (1967-1975) – com exceção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, por ter falecido em 1969.

### 1.3 Homenagens e sociabilidades na caracterização do grupo

Dos quarenta intelectuais que atuaram no CFC entre 1967 e 1975, doze já eram membros da Academia Brasileira de Letras antes da sua nomeação para o CFC: Pedro Calmon (1936), Cassiano Ricardo (1937), Vianna Moog (1945), Peregrino Júnior (1945), Josué Montello (1954), Afonso Arinos de Mello Franco (1958), Augusto Meyer (1960), Deolindo Couto (1963), Guimarães Rosa (1963), Adonias Filho (1965), Francisco de Assis

---

jan-março de 1971; ata da 281ª sessão plenária realizada em 3 de janeiro de 1972. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º 5, jan-março de 1972; ata da 253ª sessão plenária realizada em 29 de março de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º.1, jan-março de 1971; ata da 288ª sessão plenária realizada em 8 de novembro de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º4. out-dez. de 1971. Ata da 313ª sessão plenária realizada em 6 de abril de 1972. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º6, abril-junho de 1972; ata da 310ª sessão plenária realizada em 03 de abril de 1972. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º6, abril-junho de 1972.

Barbosa (1970); Herberto Sales (1971); três conselheiros foram eleitos para a ABL durante sua participação no Conselho: Octávio de Faria (1972), Miguel Reale (1975) e Rachel de Queiroz (1977); e, outros quatro conselheiros foram eleitos após sua passagem pelo CFC: Dom Marcos Barbosa (1980), Ariano Suassuna (1989), Sábato Antônio Magaldi (1994) e Raymundo Faoro (2000). Além de intelectuais vinculados à Academia Brasileira de Letras, quatorze conselheiros pertenciam ao quadro social do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: Pedro Calmon (1931), Arthur Reis (1936), Afonso Arinos de Mello Franco (1949), Gilberto Freyre (1954), Manuel Diégues Júnior (1956), Josué Montello (1963), Djacir Lima Menezes (1969), Raymundo Moniz de Aragão (1970), Renato Soeiro (1971), Clodomir Vianna Moog (1975), Moyses Vellinho (1975), Clarival do Prado Valadares (1979), Miguel Reale (1983) e Silvio Meira (1987). Quatro conselheiros eram duplamente filiados no período desta pesquisa, ou seja, pertenciam à ABL e ao IHGB: Pedro Calmon, Josué Montello, Afonso A. de M. Franco e Clodomir Vianna Moog.<sup>46</sup> Além disso, dos três Conselheiros eleitos para a ABL durante sua participação no Conselho, dois foram recebidos pelo conselheiro Adonias Filho na Academia: Otávio de Faria (1972) e Rachel de Queiroz (1977). Dos quarenta conselheiros atuantes no Conselho, vinte e cinco pertenciam a pelo menos uma dessas instituições entre 1967 e 1975. Ao observarmos o ingresso desses intelectuais no IHGB, constatamos que seis foram eleitos membros da instituição entre 1930 e 1966; cinco admissões ocorreram durante o período de maior atuação do Conselho (1967-1975). A convivência mensal de Pedro Calmon, presidente do IHGB, com os demais companheiros de Conselho propiciava uma aproximação dos conselheiros com o IHGB fato que provavelmente favoreceu o ingresso desses cinco conselheiros no quadro social do IHGB. Além disso, a presença de onze membros do IHGB no Conselho possibilitou a aproximação entre as duas instituições.

---

<sup>46</sup> Os anos indicados são referentes ao ano de eleição dos respectivos intelectuais a Academia Brasileira de Letras. Esses dados quantitativos indicam a existência de uma rede de sociabilidade sob a égide dessas duas instituições, inclusive se considerarmos como um indício que seis intelectuais que atuaram no Conselho foram eleitos para a ABL depois do convívio profissional com os acadêmicos que integravam o CFC – também consideramos que outros fatores compõem os pré-requisitos para eleição de um membro da ABL. Cabe lembrar, que outros intelectuais atuantes no Conselho Federal de Cultura após 1975 também pertenciam à ABL. Estes não aqui estão listados, pois extrapolam o corte cronológico desta pesquisa. Madalena Diégues inventariou a participação de todos os membros do Conselho Federal de Cultura na ABL e IHGB até a década de 1980. Apropriamo-nos de seus dados referentes à presença desses intelectuais nessas instituições, ampliando-os e propondo o período de eleição destes conselheiros nas referidas instituições como indicativo da ampla ação dessa rede de sociabilidade em diversos cenários. Ver: QUINTELLA, Maria. Op. cit. p.134

<b><i>Participação nas academias de letras e institutos históricos:</i></b>	
Adonias Aguiar Filho	Academia Brasileira de Letras (1965);
Afonso Arinos de Mello Franco	Academia Brasileira de Letras (1958); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1949);
Ariano Suassuna	Academia Brasileira de Letras (1989);
Arthur Cezar Ferreira Reis	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1936); Instituto Histórico Geográfico do Amazonas (?);
Augusto Meyer	Academia Brasileira de Letras (1960);
Cassiano Ricardo	Academia Brasileira de Letras (1937); Academia Paulista de Letras (?);
Clarival do Prado Valadares	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1979);
Clodomir Vianna Moog	Academia Brasileira de Letras (1945); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1975);
Djacir Lima Menezes	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1969); Instituto do Ceará (?);
Deolindo Couto	Academia Brasileira de Letras (1963); Academia Nacional de Medicina (1942);
Francisco de A. Barbosa	Academia Brasileira de Letras (1970);
Gilberto Freyre	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1954); Instituto Joaquim Nabuco (1949);
Herberto Sales	Academia Brasileira de Letras (1971);
João Guimarães Rosa	Academia Brasileira de Letras (1963);
Josué Montello	Academia Brasileira de Letras (1954); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1963); Academia Maranhense de Letras (?); Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão(?);
José C. Andrade Muricy	Academia Brasileira de Música;
D. Marcos Barbosa	Academia Brasileira de Letras (1980);
Manuel Diégues Júnior	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1956);
Miguel Reale	Academia Brasileira de Letras (1975); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1983);
Moyses Vellinho	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1975); Instituto Histórico e Geográfico do RS (?);
Otávio de Faria	Academia Brasileira de Letras (1972);
Pedro Calmon	Academia Brasileira de Letras (1936); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1931);
Peregrino Júnior	Academia Brasileira de Letras (1945); Academia Nacional de Medicina (?);

Raquel de Queiroz	Academia Brasileira de Letras (1977);
Raymundo Faoro	Academia Brasileira de Letras (2000);
Raymundo Moniz de Aragão	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1970);
Renato Soeiro	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1971);
Sábato Antônio Magaldi	Academia Brasileira de Letras (1994);
Silvio Meira	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1987);

Os espaços de convívio ultrapassavam os encontros profissionais, estabelecendo sociabilidades que iam desde comemorações pessoais até o comparecimento à cerimônia de posse de um novo imortal na ABL. As reuniões do Conselho eram adiantadas ou remarcadas para que os conselheiros participassem desses espaços que envolviam relações de prestígio, reconhecimento e, principalmente a lembrança de que pertencer ao Conselho era integrar um espaço maior, o de elite cultural. Quando Cassiano Ricardo empossou Fernando de Azevedo na Academia Brasileira de Letras, todos os conselheiros foram informados pelo presidente Josué Montello durante sessão plenária do CFC e muitos foram à ABL a fim de participar da cerimônia de posse, num reconhecimento de que aquele ato era parte integrante das atividades sociais a serem realizadas pelo grupo. Dias depois, a posse de Fernando de Azevedo e o discurso de Cassiano Ricardo na ABL foram lembrados em outra sessão plenária, destacando a importância daquele evento para os membros do Conselho. Cabe lembrar, que essas informações são registradas nas atas oficiais do CFC. Assim, cerimônias desvinculadas do MEC são incluídas na pauta das sessões plenárias. Gerava-se uma articulação inter-institucional, compondo um único cenário onde transitam os mesmos sujeitos históricos e são marcados por categorizações específicas do campo cultural.

Observa-se entre os conselheiros uma elaboração de cenas discursivas fundamentais na composição dos sentimentos de pertencimento e identificação. Madalena Diégues apontou uma dessas estratégias na formação dessas cenas discursivas: a autocultuação.

“Esta autocultuação é manipulada aparentemente através de mecanismos distintos, visto que se refere tanto a pessoas como a instituições, mas que sob uma forma ou outra tendem a legitimar o grupo enquanto elite. Por outro lado, estes elogios podem assumir uma forma indireta, quando não são dirigidos diretamente aos membros do grupo, mas sim pessoas de fora da instituição, vivas ou mortas, mas que são reconhecidamente iguais ou pares dos membros da instituição. Neste caso, a

autocultuação assumiria forma de projeção, ou seja, são projetadas nestes indivíduos as qualidades ou características requisitadas pelo próprio grupo.”<sup>47</sup>

Esse processo de autocultuação pode ser observado nas homenagens realizadas pelo CFC para seus membros. Neste caso, observamos um novo componente nas práticas simbólicas de reconhecimento que é a articulação das características do homenageado com a própria instituição. Assim, a construção de uma instituição confunde-se com a trajetória das personagens que dela participam. A homenagem é um ritual simbólico, espaço de elaboração de categorias de reconhecimento e que ocorre através da enunciação das características valorativas do homenageado. Essas características valorativas não são inerentes apenas ao indivíduo, mas compartilhadas por todos os membros do CFC.

As homenagens, realizadas pelo Conselho para seus próprios pares, foram utilizadas como instrumentos na caracterização daquele grupo e demonstravam os diversos laços que uniam aqueles intelectuais. O hábito da homenagem foi incorporado da Academia Brasileira de Letras. Além deste hábito, a comemoração das efemérides, através de discursos previamente elaborados por um conselheiro, e o ato de recepção de um novo integrante ao Conselho seguiam rituais semelhantes aos da ABL, se bem que com menos repercussão e menos aparato cenográfico. Para a análise deste tipo de homenagem nos apoiamos na metodologia utilizada por Madalena Diégues:

“Na análise do discurso dos informantes são encontrados certos termos que nos parecem indicadores de uma identidade assumida entre pares. É comum encontrarmos, nos estudos dos grupos sociais, formas de nomeação dos indivíduos que por seu sentido e contexto de emprego delimitam as fronteiras de um grupo provido de determinado *ethos*, conhecido e identificado por seus participantes como próprio.”<sup>48</sup>

Como na ABL, havia dois tipos de homenagens: a póstuma e a comemorativa. A homenagem póstuma tinha como função imortalizar a obra do homenageado, ressaltando que a morte provocava a ausência de um “companheiro”, mas transformava sua produção literária em patrimônio da nação e reconhecia uma vida dedicada à luta pela institucionalização da cultura. A homenagem celebrativa, por ser um ritual festivo, era menos formal. A justificativa da homenagem em vida era sustentada por um acontecimento comemorativo externo ao CFC e em alguns casos contava com a participação de outras personagens, que por terem alguma ligação com o homenageado eram convidadas a integrar a cerimônia. Comemorava-se o transcurso da data de nascimento, um prêmio recebido, uma obra publicada. Neste caso, o conselheiro homenageado encerrava a série de discurso agradecendo as palavras dos

---

<sup>47</sup> idem. p.132

<sup>48</sup> Idem, P.121



“companheiros” e ressaltava o seu pertencimento ao grupo. No geral, os conselheiros que discursavam já conheciam o homenageado antes de ingressarem no CFC, salientando que as palavras proferidas eram fruto de um longo contato que, muitas vezes, extrapolava o profissional.

Nas homenagens mais importantes, o transcurso da data nascimento ou a despedida póstuma, a cerimônia ocorria em sessões plenárias especiais convocadas pelo presidente do Conselho e apesar da designação de um orador oficial, vários conselheiros manifestavam-se sobre a vida pública e a obra do homenageado. As principais homenagens ganhavam destaque nas páginas da revista *Cultura*, que reproduzia integralmente tanto os discursos realizados em plenário quanto aqueles publicados em periódicos de grande circulação.

Foram realizadas cinco cerimônias *in memoriam* de conselheiros: Guimarães Rosa (1967); Castro Maya (1968); Rodrigo de Mello Franco de Andrade (1969); Hélio Vianna (1972); Cassiano Ricardo (1974). Só o presidente da República Castello Branco (1964-1967), por ter sido o presidente responsável pela criação do CFC, foi homenageado nos mesmos padrões dos conselheiros (1967). O hábito de celebrar os mortos inicia-se na modernidade. Regina Abreu, apoiando-se nas análises de Pierre Nora, Eric Hobsbawm e Philippe Ariès, propõe que “o ritual de evocação dos mortos” está associado à perda da memória coletiva das sociedades industrializadas. Esse esfacelamento da memória gerou a necessidade de construtores da memória social, verdadeiros criadores dos lugares de memória. Esse ritual evocativo promovido pelos agentes responsáveis pela construção da memória coletiva personifica em alguns mortos as representações do mundo moderno, ao identificá-los como portadores de características valorativas para determinado grupo. Dessa forma, os mortos passam a carregar consigo marcas simbólicas que identificam os comportamentos e atitudes esperadas daqueles vivos que compartilham o mesmo espaço social. Isso significa que os mortos adquirem a mesma importância que os vivos ao serem evocados como exemplos a seguir.<sup>49</sup>

Nesta perspectiva, alguns aspectos eram ressaltados no processo de comemoração dos mortos. A morte era declarada como uma perda irreparável para todo o país e só superada pela certeza da imortalidade da obra – esta compreendida como a produção intelectual e a ação política no setor cultural. Destacava-se a importante função que o homenageado desempenhou no Conselho. Neste caso, características profissionais como “eficiência”, “preocupação com

---

<sup>49</sup> ABREU, Regina. “Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol.7, n.14, 1994. pp.205-230

os assuntos em exame”, “devoção à causa pública”, “dedicação ao serviço público” confundiam-se com os traços de personalidade como “meticuloso”, “metódico”, “rigoroso”, “combativo”, “discreto” e “ponderado”, construindo imagens que os transformavam em “agentes”, “vigilantes” da cultura nacional.

As homenagens aos vivos e aos mortos traziam constantemente a definição do intelectual e seu papel social. Neste caso, o que importava eram as suas “virtudes cívicas”, expressas justamente pela capacidade desse grupo ser formado por homens de letras e não tecnocratas, estes últimos apontados como incapazes de compreender as necessidades da cultura. Na homenagem póstuma prestada a Rodrigo de Mello Franco de Andrade a definição desse agente que atua no Estado como um intelectual e a crítica ao tecnocrata aparecem em destaque.

“Homem público, mas principalmente homem de estudo é o que ele foi. (...) Numa época em que medíocres unidos por uma meia-ciência pretendem arvorar-se, intitulado-se técnicos, em dirigentes da cultura brasileira, como técnicos disto e técnicos daquilo e, como técnicos, pretendendo declarar superados ou ultrapassados seus superiores, os super-técnicos, os humanistas científicos, os grandes criadores nas letras e nas ciências humanas e noutros (sic) letras e noutros (sic) ciências, conforta aos brasileiros poderem destacar num brasileiro eminente como o que o Brasil acaba por perder, o exemplo, por ele deixado de modo luminoso, de super-técnico, de humanista, de generalista, que por essas suas superiores virtudes, tanto pode fazer pela cultura do seu e nosso país.”<sup>50</sup>

O papel do intelectual no Estado distinguia-se da função do técnico. As críticas à excessiva autoridade do técnico nos assuntos nacionais eram constantes nas páginas da revista *Cultura* e nas sessões plenárias realizadas pelo CFC. Para os membros do CFC, o tecnicismo presente nos setores da vida moderna promovia a “asfixia dos elementos humanísticos” e ameaçava a cultura. O conhecimento sobre o passado produzido pelos estudiosos era fundamental na produção da consciência e nas ações propostas. Assim, o intelectual, ao dedicar-se às funções do Estado, não se tornaria um técnico. Ao contrário, o valor do intelectual como investigador dos anseios do homem possibilitaria uma ação mais eficaz, pois ao voltar-se para o passado dar-lhe-ia uma “nova opulência”, lançando luzes sobre o presente.

Além dos traços que caracterizavam a personalidade e confundiam-se com as exigências de posturas nas instâncias burocráticas, era fundamental ressaltar a trajetória intelectual daquele “companheiro”, salientando à qual corrente ele pertencia e os espaços onde transitou. Ainda durante a homenagem *in memoriam* de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, o orador oficial Gilberto Freyre, informa que conheceu o homenageado na direção

---

<sup>50</sup>FREYRE, Gilberto et all. “À memória de Rodrigo Mello Franco de Andrade”. In: *Cultura*. Ano II, nº23, maio de 1969. P.39-68 p.47

da *Revista do Brasil* e que ele era um representante do movimento regionalista ao mesmo tempo modernista e tradicionalista.

“Rodrigo Mello Franco desejou prestar – creio eu – não a um individuo só, mas a todo um movimento renovador: o representado pelo regionalismo ao mesmo tempo modernista e tradicionalista, que se esboçou no Recife em 1923; e de que lá se irradia até hoje por outras regiões do país. Movimento que tendo chegado aos ouvidos e, por vezes, aos olhos de uns tantos homens influentes da então metrópole (...) despertou-os para a consideração de aspectos de problemas brasileiros de cultura, em geral e de arte em particular, dos quais o modernismo de São Paulo e Rio de Janeiro (...) nem sempre se apercebera. Despertou-os também para o problema de articulação dos valores regionais do Brasil sob um critério inteiramente novo de articulação desses valores. Um critério, esse novo dinamicamente interregional; e não estática e convencionalmente regional ou regionalista.”<sup>51</sup>

Na homenagem em vida a Cassiano Ricardo, realizada em função da Semana Cassiano Ricardo, realizada pela prefeitura de São José dos Campos em 1970, Adonias Filho, orador responsável pela homenagem ressalta que a obra de Cassiano Ricardo está inserida no movimento modernista e traz os componentes da autêntica brasilidade. Na homenagem aos setenta anos de Gilberto Freyre observamos novamente a vinculação do homenageado à corrente ideológica que é compartilhada pelos membros do Conselho. Em seu depoimento, Manuel Diégues Júnior, enfatiza que a obra do sociólogo permitiu uma compreensão regionalista da formação brasileira. O sociólogo Gilberto Freyre é apresentado como um inovador ao adotar a percepção regionalista da cultura brasileira, defendendo a idéia de que o regionalismo não opõe o universo rural ao urbano, pois esses espaços não são considerados como dissociados, mas complementares, apresentando o conceito de *rurbanização*.

“No desenvolvimento e defesa dessa idéia de rurbanização provoca justamente Gilberto Freyre encontrar um ambiente em que se torne possível surgir um denominador comum de valores que, sem chegar aos exageros xenófobos do ruralismo, também não os descaracterize nacionalmente como sucede quase sempre aos meios urbanos; nem o conservadorismo apegado do rural, nem descaracterização regional do urbano.”<sup>52</sup>

Os discursos incluíam constantemente adjetivos que legitimavam e justificavam a auto-definição do Conselho como o “mais alto colegiado da cultura brasileira” através, por exemplo, das homenagens *in memoriam* a Raymundo Castro Maya, um “benemérito da cultura nacional”; a Rodrigo Mello Franco de Andrade, um “ilustre brasileiro”; ou, a Cassiano Ricardo, “poeta extraordinário”. Essas práticas discursivas são importantes mecanismos na constituição de um grupo social e funcionam como referenciais ao identificarem os seus integrantes e delimitarem seu espaço em relação a outros grupos.

<sup>51</sup> FREYRE, Gilberto. *idem*. p.47

<sup>52</sup> JÚNIOR, Manuel Diégues. “Respeito e Gratidão a Gilberto Freyre”. In: *Cultura*, ano IV, n° 33, março de 1970. pp.35-38 p.36

“Esta autocultuação é manipulada aparentemente através de mecanismos distintos, visto que se refere tanto a pessoas como a instituições, mas que sob uma forma ou outra tendem a legitimar o grupo enquanto elite. Por outro lado, estes elogios podem assumir uma forma indireta, quando não são dirigidos diretamente aos membros do grupo, mas sim pessoas de fora da instituição, vivas ou mortas, mas que são reconhecidamente iguais ou pares dos membros da instituição. Neste caso, a autocultuação assumiria forma de projeção, ou seja, são projetadas nestes indivíduos as qualidades ou características requisitadas pelo próprio grupo.”<sup>53</sup>

As deferências por prêmios recebidos e obras publicadas eram bastante simples, mas nem por isso menos importante. Um conselheiro mencionava o prêmio ou a publicação de uma obra e os demais congratulavam o companheiro homenageado. Havia obras que ganhavam destaque na apreciação dos conselheiros como: “Além de apenas Moderno”, de Gilberto Freyre; “O Brasil no pensamento brasileiro”, Djacir Menezes; a 2ª edição de “Panorama do Simbolismo Brasileiro”, de Andrade Muricy.<sup>54</sup>

As diversas homenagens sugerem os mecanismos referenciais do grupo, incorporados de outras instituições culturais, mas cujo intuito era reforçar os elementos simbólicos de auto-definição e reconhecimento. Tanto nas comemorações festivas quanto nas fúnebres, as características profissionais e pessoais garantiam o exercício de duas funções complementares que formavam o ser intelectual: a produção intelectual e a ação no aparato estatal. Dessa forma, eram ao mesmo tempo “homens de pensamento e ação” e assumiam a “missão” de orientar o país nos rumos da modernidade.

#### 1.4 Fissuras internas na construção do consenso: o caso da censura

As pesquisas dedicadas em compreender o período de 1964 até 1985 têm destacado a participação dos grupos civis, institucionalizados ou não, na construção do Estado ditatorial brasileiro. Tais investigações contrastam com as memórias construídas logo após início do processo de abertura de que o regime instalado após o golpe de 1964 era exclusivamente militar.<sup>55</sup> Recentemente, a historiografia brasileira incorporou os conceitos de “zona cinzenta”

<sup>53</sup> QUINTELLA, Maria Madalena. op. cit. p.132

<sup>54</sup> As deferências podem ser encontradas respectivamente: Ata da 377ª sessão plenária realizada em 9 de agosto de 1973; ata da 354ª sessão plenária realizada em 12 de março de 1973; ata da 378ª sessão plenária realizada em 10 de setembro de 1973. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC. Respectivamente os números. 11, 9 e 11. p. 139, p. 103 e p.110

<sup>55</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981. FICO, Carlos. *Reinventado o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1997. KUSHNIR, Beatriz. “Da tesourinha ao sacerdote: os dois últimos chefes da censura brasileira”. In: FILHO, João Roberto Martins. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006. pp. 47-66. Para uma discussão detalhada sobre o processo de esquecimento e a

e “*penser-double*” elaborados por Pierre Laborie, em suas análises sobre o regime de Vichy na França (1940-1944), rompendo as rígidas fronteiras da memória social que identificava claramente aqueles agentes favoráveis ou contra o regime autoritário. Por isso,

“(…) Pierre Laborie chamou de *zona cinzenta*: o enorme espaço entre os dois pólos – *resistência* e *colaboração/apoio* e mais, o lugar da *ambivalência* no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo. (...) Laborie cunhou o conceito *penser-double*: muitas vezes, se é um e outro, se é duplo.”<sup>56</sup>

Acredito que a percepção teórica dessa ambivalência na relação estabelecida entre civis e militares pode ser duplamente exemplificada no caso dos intelectuais que integraram o CFC. Por um lado, lançando luz às tensões provocadas por ações do executivo, especialmente no caso da censura, no Conselho. Por outro, o apoio dos membros do Conselho ao regime é possível justamente pela permanência de posicionamentos críticos, ainda que moderados, àquelas intervenções consideradas excessivamente arbitrárias. As “resistências” a algumas ações de outros setores do Estado buscavam gerar mecanismos de conciliação e reorganização do regime, não contestando a sua legitimidade.

A relação dos membros do CFC com a cúpula do executivo não foi homogênea, nem mesmo linear. Se a tentativa de construir uma infra-estrutura para o setor cultural que garantisse à cultura o mesmo espaço dedicado à educação exigia um grande investimento político e, logo, uma proximidade com o ministro da Educação e Cultura, a postura dos intelectuais do Conselho diante das diretrizes impostas pelos governos militares, especialmente no caso da censura, era uma área de inevitáveis conflitos. O consenso negociado constantemente pelo grupo mostrava seus pontos de fissura nos debates sobre os rumos da ação do Estado e sua relação com a sociedade civil. Observamos, pelo menos, dois

---

construção de uma memória social que elaborou o “mito da resistência” dos civis ao regime militar, ver: CORDEIRO, Janaina Martins. “*A nação que se salvou a si mesma*”. *Entre Memória e História, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008; mimeo; REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” In: RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe e a ditadura. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, EDUSC, 2004. pp. 29-52. RIDENTI, Marcelo. “Resistências e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe e a ditadura. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, EDUSC, 2004. pp. 53-66. ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2008]. pp. 1-38;

<sup>56</sup> ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2008]. pp.1-38 p.5. A historiadora destaca duas obras de Pierre Laborie para melhor compreensão dos conceitos utilizados: LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles. De la guerre d’Espagne à la Libération*. Paris, Seuil, 2003. \_\_\_\_\_, *L’opinion française sous Vichy. Les Français ET La crise d’identité nationale. 1936-1944*. Paris, Seuil, 2001.

posicionamentos sobre as ações dos militares: primeiro, o golpe era considerado por alguns conselheiros como um ato revolucionário na manutenção da democracia; e, segundo, havia a ênfase na necessidade de liberdade para a criação artística contra a promoção da censura, o que causava algumas dissensões. Cabe lembrar que esses posicionamentos não são necessariamente excludentes e que as relações entre os membros do Conselho Federal de Cultura e a cúpula do executivo irão variar conforme as situações apresentadas, reforçando a existência do *penser-double*, gerando pontos de apoio e críticas quase que simultaneamente. Começamos pelos pontos de apoio ao regime.

Quando foi anunciada a morte do ex-presidente Castelo Branco, em 1967, depois de um trágico acidente, o CFC lançou um breve editorial em solidariedade à família do marechal. O editorial apenas enfocava aquilo que considerava a principal obra do marechal no setor cultural: a sua própria criação. Naquele momento não houve nenhuma homenagem sistemática organizada pelos conselheiros e o editorial se associava ao “sentimento de consternação nacional”, indicando claramente uma posição neutra sobre o acontecimento.

Um ano depois, outro cenário seria construído em torno da comemoração póstuma pelo primeiro aniversário da morte de Castelo Branco. Os conselheiros Adonias Filho, Hélio Vianna e Rachel de Queiroz romperam com o silêncio inicial do Conselho e prestaram uma homenagem à memória de Castelo Branco. A morte do “eminente estadista” mereceu destaque nas páginas de *Cultura*. Essa homenagem rompeu com os rituais de autocultuação e reconhecimento tradicionalmente realizados. Neste caso, a ênfase é na legitimidade do golpe militar a partir da ação do marechal Castelo Branco. Cabe destacar, que Castelo Branco foi o único presidente do período ditatorial homenageado pelo CFC e foi reverenciado em todos os anos até 1975, durante a comemoração da “Revolução de 1964”.

Inicialmente, Castelo Branco é lembrado por sua preocupação com as questões culturais, sendo apresentado como o responsável pela criação do CFC. Construía-se a imagem do patrono do Conselho. Ele era considerado defensor das liberdades civis e da democracia. Esse discurso é logo associado às questões políticas mais amplas, como o significado do golpe militar de 1964. O golpe é considerado um ato revolucionário, em defesa da democracia e da legalidade, incorporando e reforçando o discurso dos militares sobre a necessidade de afastar do governo o então presidente João Goulart (1961-1963). O orador oficial, Adonias Filho, ressaltou o caráter democrático da ação militar, acusando o governo de Goulart de traidor e promotor da desordem. O orador afirmava que o “ato revolucionário” foi fundamental para manter a democracia e a vocação histórica e política do país. Além do

discurso de Adonias Filho, os conselheiros Raquel de Queiroz e Hélio Vianna publicaram artigos em periódicos de grande circulação que foram integralmente transcritos para a sessão especial “Homenagem à memória de Castelo Branco” da revista *Cultura*, nº13, de julho de 1968.<sup>57</sup>

Os conselheiros estavam empenhados em enfatizar os valores individuais de Castelo Branco. A escritora Rachel de Queiroz compara Castelo Branco a Vargas, salientando que o marechal, ao contrário de Vargas, foi um defensor do regime democrático. Em seu artigo, publicado inicialmente em “O Jornal”, como parte das homenagens ao primeiro ano da morte de Castelo Branco, a escritora enfatiza as características militares do marechal, construindo um discurso marcado por termos usuais nas forças armadas como “capitulação”, “trégua”, “recuar”, “tropa”, “retaguarda”, “missão”, “combate”, associando as características do soldado à sua “vitoriosa ação” na presidência da República.

“Serviu como tropa de vanguarda que recebe todo o impacto, todo o choque do ataque, para que a retaguarda possa cumprir sua missão. Durante os três anos do seu governo, jamais saiu da linha de combate. Nem de dia nem de noite deram-lhe trégua ou pediu tréguas. Recebeu voluntariamente todos os ônus das medidas impopulares e difíceis; (...) Para esses sucessores forjou todas as armas que pode, capitalizou prestígio e crédito, criou no exterior uma imagem nacional respeitada e respeitável, amealhou dinheiro e conquistou amigos e adesões. (...) Sim, um ano é pouco tempo; mas os brasileiros já podem começar a ver em linhas mais nítidas a figura poderosa desse homem de estado (sic), desse erudito, desse soldado, aparentemente frio, e cuja passionalidade se concentrava toda num absoluto amor e numa total dedicação ao povo do Brasil e à terra do Brasil.”<sup>58</sup>

Além da homenagem ao marechal Castelo Branco, o que evidencia o apoio de alguns intelectuais do Conselho ao regime, havia o apoio aos ideais desenvolvimentistas amplamente divulgados pelo executivo. O presidente do CFC Arthur Cesar Ferreira Reis (1969-1972) redigiu um documento para exemplificar as atividades do Conselho até o início de 1969. No documento, intitulado, “O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil”, o presidente Arthur Reis afirma que a política cultural é um dos índices do desenvolvimento de uma nação e que “após os atos revolucionários que mudaram a orientação política do país, uma série de medidas visando a uma melhor utilização de recursos financeiros e valores humanos, foi sendo decretada.”<sup>59</sup> A idéia da cultura como parte integrante do desenvolvimento almejado pelo Estado foi constantemente lembrada pelo Conselho. Neste caso, a reforma e a atualização das instituições culturais seriam fundamentais para alcançar o

<sup>57</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º13, julho de 1968. pp.59-72

<sup>58</sup> QUEIROZ, Rachel. “Um ano depois”. *O Jornal* – 14 de julho de 1968. Transcrito para a revista *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º13, julho de 1968. pp.65-66

<sup>59</sup> REIS, Arthur Cesar Ferreira. “O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil”. In: *Cultura*, ano III, n.º 25, junho de 1969 pp.7-20

“progresso” e o “desenvolvimento.” A relação entre cultura e desenvolvimento nacional ocorria sempre que o discurso do Conselho enfatizava a necessidade de construir uma infraestrutura para o setor e resgatar as instituições tradicionais da cultura do abandono em que se encontravam. Por isso, um termo como “desenvolvimento” aparece com maior frequência em momentos específicos como nas cerimônias oficiais, no envio de documentos aos ministros e nos editoriais.

Assim, tanto a reverência à memória do presidente Castelo Branco, ocupando o lugar de patrono do Conselho, quanto a associação das ideias de “desenvolvimento” e de “investimento na cultura” eram ações discursivas que ressaltavam a proximidade do CFC com as diretrizes do executivo. Ambas destacavam a importância do CFC no aparelho estatal; afinal, o primeiro presidente da ditadura civil-militar deixava como legado a criação de um Conselho responsável pela organização do setor cultural. O desenvolvimento do país preconizado pelos dirigentes militares era incorporado no discurso do CFC, numa clara demonstração de alinhamento dos objetivos do Conselho com os objetivos gerais do Estado, especialmente, no governo de Castelo Branco.

Contudo, a relação dos intelectuais do CFC com as diretrizes da cúpula do executivo tinha seu ponto de fissura no debate sobre a censura e a liberdade de criação artística, especialmente, a partir do governo Costa e Silva, identificado com a “linha dura”. A ditadura civil-militar construiu todo um aparato repressivo que incluía a censura prévia aos espetáculos, às produções teatrais e cinematográficas, ao mercado editorial, aos meios de comunicação e aos setores de diversões públicas como mecanismo de controle do Estado sobre os produtos veiculados nos meios de comunicação e nas produções artísticas e intelectuais. No período republicano, a censura prévia por motivos políticos foi regulamentada durante Estado Novo (1937-1945), ficando sob responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda criado em 1939.<sup>60</sup> Durante a ditadura civil-militar, a construção de um aparato censório e repressor teve início logo após o golpe de 1964 com os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e a centralização da censura através do Serviço de Censura e Diversões Públicas, órgão vinculado ao Departamento de Polícia Federal. A periodização proposta por Alexandre Stephanou define dois momentos distintos da ação repressiva do Estado no setor cultural: primeiro, o período de 1964 até o AI-5, decretado em 1968; e, a

---

<sup>60</sup> DE LUCA, Tânia Regina. “As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas”. IV Encontro Nacional de História da Mídia. A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura. São Luis do Maranhão/MA. *Anais do 4º Encontro Nacional de História da Mídia*. São Luis/MA : Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 1. p. 1-13.



segunda fase, mais abrangente e organizada, entre os anos de 1968 a 1978.<sup>61</sup> Apoiado nesta periodização, Carlos Fico enfatiza que a censura deve ser investigada como parte integrante da sistematização do aparelho repressor que só foi possível com a vitória do grupo radical identificado como “linha dura” no poder:

“(...) a existência de um projeto repressivo que foi globalmente implantado pela “linha dura” quando ela tornou-se vitoriosa, deixando de ser “grupo de pressão” e assumindo a posição de “comunidade de informações e de segurança”. (...) No poder, ela implantou meticulosamente os “sistemas” que completariam a tarefa da “Operação Limpeza”, interrompida contra a sua vontade. Criou a polícia política, instituiu um sistema nacional de “segurança interna”, reformulou e ampliou a espionagem, estabeleceu um procedimento de julgamento sumário para confiscar os bens de funcionários supostamente corruptos, implantou a censura sistemática da imprensa, instrumentou a censura de diversões públicas para coibir aspectos políticos do teatro, cinema e TV, dentre outras iniciativas (...)”<sup>62</sup>

A questão censura no setor cultural fez-se presente como polêmica no CFC em alguns momentos, seja na defesa de uma organização do setor pelo Estado que não limitasse a capacidade criadora de artistas e intelectuais, ou ainda pontualmente, em protestos episódicos contra os cortes provocados pela censura. Nos discursos oficiais e nos anteprojetos de lei apresentados pelos conselheiros era constante a idéia da liberdade de criação garantida pela própria atuação do Estado no setor. Todos os presidentes do Conselho em seus discursos de posse são categóricos na defesa da liberdade de criação artística. Ao tomar posse como presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis, já investido como representante oficial do Estado nos assuntos culturais, informa como a política de Estado para a cultura tem na liberdade de criação seu ponto nevrálgico:

“Numa política de Estado, visando o desenvolvimento do país e na qual não poderá deixar de constituir capítulo do maior relevo o de sua cultura (...). A liberdade de criar não pode nem deve sofrer restrições, o que não significa que o Estado esteja ausente, numa atitude contemplativa, inoperante. Neste conselho, não temos a pretensão de vir a fixar normas ou princípios que possam, de qualquer forma, restringir essa liberdade de criar. Nesse particular, em manifestações continuadas, temos assumido atitudes que definem essa posição de pensamento, mas também de decisão.”<sup>63</sup>

O discurso de Arthur Cezar Reis não era nem ofensivo nem mesmo provocador. A cúpula do executivo insistia que o golpe de 1964 era uma Revolução democrática que buscava restabelecer a ordem ameaçada pela instabilidade política e as agitações sociais dos anos precedentes. O ministro Tarso Dutra ao participar da inauguração do plenário do CFC, em fevereiro de 1968, lembrou que aquele espaço funcionaria com total “liberdade de pensamento” e que o governo Costa e Silva atenderia em “termos democráticos” o setor

<sup>61</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. Op.cit. p.14

<sup>62</sup> FICO, Carlos. “Prezada censura”: cartas ao regime militar.” *Topoi - Revista de História*. Rio de Janeiro: UFRJ. n.º 5, pp. 251-286, set. 2002. p.254

<sup>63</sup> REIS, Arthur Cezar. “Programa de Ação em Favor da Cultura”. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º 18, dezembro de 1968. pp. 9-18 p.16

cultural. Se os discursos e documentos oficiais do CFC sinalizavam para a importância da liberdade de criação para o desenvolvimento do setor cultural, na prática, a temática não era defendida igualmente por todos os conselheiros.

A primeira “decisão” dos conselheiros a favor da liberdade de criação foi contra a censura do filme de Glauber Rocha, “Terra em Transe”, em março de 1967, opondo-se formalmente à ação do aparato repressivo montado pelo executivo. O conselheiro Octávio de Faria formulou uma moção de protesto contra a censura do filme, recebendo o apoio e a assinatura de Afonso Arinos, Arthur Cezar Ferreira Reis, Ariano Suassuna, Clarival Valladares, Djacir Menezes, Guimarães Rosa e Rodrigo Mello Franco de Andrade. A solicitação de Otávio de Faria foi integralmente publicada na revista “Cultura”, n.º2, em maio de 1967.

“Ora, a nossa condição de defensores da cultura e de suas diversas manifestações (de liberdade de criação e de liberdade de expressão), parece-me que nos obriga a tomar posição em tão delicada conjuntura. Para nós o artista é livre, a obra de arte sagrada(...) Tudo mais é excessivo, desnecessário e opressivo – além de contraproducente.”<sup>64</sup>

Josué Montello aproveitou o ensejo para realinhar a questão e propor não o fim da censura, mas sua transferência da esfera policial para o setor cultural. A presidência do Conselho decidiu “dirigir-se ao Ministro encaminhando a posição de Octávio de Faria que seria aprovada em plenário e fazendo a ponderação de que o ideal seria o problema da censura fosse encaminhado pelo órgão de cultura.”<sup>65</sup> Em junho de 1967, Pedro Calmon leu o ofício a ser enviado ao ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra sugerindo que a censura no setor cultural caberia ao MEC.<sup>66</sup> Um mês depois, Ariano Suassuna informa indignado que sua peça “O Santo e a Porca” sofrera retaliações dos censores, recebendo a solidariedade de outros conselheiros. Naquele final de ano, Manuel Diégues Júnior consegue aprovação do plenário para a publicação do documento divulgado pelos participantes do “3º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro”, solicitando a transferência da censura do âmbito policial para o Ministério da Educação e Cultura.<sup>67</sup>

A Câmara de Artes era enfática em relação aos atos da censura, posicionando-se contrária à ação censória no setor cultural. Seus integrantes Clarival do Prado Valladares

<sup>64</sup> FARIA, Octávio. “Moção sobre o filme Terra em Transe”. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º2, maio de 1967. p.44

<sup>65</sup> Ata da 11ª sessão plenária realizada em 25 de abril de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º2, maio de 1967. pp.67-69 p.68

<sup>66</sup> Ata da 26ª sessão plenária realizada em 15 de junho de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º3, junho de 1967. pp.103-106 p.104

<sup>67</sup> Ata da 57ª sessão em 11 de dezembro de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º6, dezembro de 1967. pp.147-151

(presidente), Ariano Suassuna, José Candido Andrade Muricy, Octávio de Faria exigiam que o CFC se posicionasse oficialmente, suscitando os principais debates em torno do tema. Esse fato é compreensível, pois os conselheiros e as áreas nas quais trabalhavam eram alvos constantes da censura. Além dos membros da Câmara de Artes, Rodrigo Mello Franco de Andrade também condenava a censura no setor cultural. Octávio de Faria, na reunião plenária de 22 de dezembro de 1967, solicitou a intervenção direta do CFC nos cortes promovidos pelos censores ao filme “Cara a Cara” de Júlio Bressame, recebendo o apoio de Clarival Prado Valladares que informava como a censura ceifava a criatividade dos diversos artistas, atentando contra a produção nacional. A solicitação de Octávio de Faria foi unanimemente aceita, enviando-se ao ministro da Justiça Luis Antonio Gama e Silva, por intermédio do ministro interino da Educação e Cultura Bastos Mércio, um ofício informando sobre a improbidade dos cortes que descaracterizavam o filme de Bressame.<sup>68</sup>

A insistência do CFC sobre o problema da censura, especialmente, sobre a definição das normas da censura possibilitou que o Conselho indicasse um de seus membros para integrar o Grupo de Trabalho que estudava no Ministério da Justiça a reformulação da censura federal aos espetáculos. Apesar de relutar para aceitar a função, o conselheiro Dom Marcos Barbosa foi indicado e passou a integrar a comissão.

Na 74ª sessão plenária, realizada em 20 de março de 1968, o conselheiro Ariano Suassuna, integrante da Câmara de Artes, reascendeu novamente os debates sobre o problema da censura. Em resposta ao pronunciamento de Dom Marcos Barbosa que, integrando o Grupo de Trabalho do Ministério da Justiça como representante do CFC, defendeu a censura como um direito e obrigação do Estado para resguardar a população, Ariano Suassuna manifestou sua posição contra toda a censura às obras de arte, à literatura, ao teatro e ao cinema, ponderando sobre a necessidade de liberdade de criação para os artistas, dramaturgos e escritores. Dom Marcos Barbosa respondeu que apenas achava a censura necessária e Raquel de Queiroz insistiu que o caso da censura deveria passar do âmbito da justiça para o âmbito da cultura. Montello apoiando as palavras de Raquel de Queiroz definiu como posição oficial do Conselho Federal de Cultura a transferência da censura para o MEC. Diante dos debates provocados por Ariano Suassuna, Montello insistiu na permanência de Dom Marcos

---

<sup>68</sup> Ata da 66ª sessão plenária realizada em 22 de dezembro de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, nº7, janeiro de 1968. pp.91-94

Barbosa no Grupo de Trabalho, afirmando que caso não houvesse um conselheiro disposto a acompanhá-lo nas reuniões, ele mesmo o faria.<sup>69</sup>

A escolha de Dom Marcos Barbosa para a função e a insistência do presidente Josué Montello para mantê-lo como representante do CFC no GT do Ministério da Justiça demonstra que, para alguns conselheiros, o problema da censura não era o da sua existência, mas o fato da censura ser decidida pelo Ministério da Justiça e não pelos grupos intelectuais do Ministério da Cultura.

Para solucionar as divergências entre os conselheiros, Andrade Muricy leu indicação da Câmara de Artes para que o CFC fizesse um pronunciamento formal sobre o problema da censura após o exame de todas as Câmaras. O presidente Josué Montello e outros conselheiros se mostravam menos reticentes ao controle das criações artísticas. Por proposta de Manuel Diégues, o documento produzido pelas Câmaras e pela Comissão de Legislação e Normas seria encaminhado à Presidência da República e ao grupo de trabalho do Ministério da Justiça. A percepção da Câmara de Artes da impossibilidade do CFC opor-se radicalmente à censura, por ser um órgão de governo, fez com que a Câmara propusesse em reunião plenária uma censura declaratória e não restritiva. Diante dessa impossibilidade de oposição radical à censura, todos os conselheiros concordavam que a responsabilidade sobre o controle das artes deveria ser transferida para o setor cultural. Para a maior parte dos conselheiros somente os especialistas no campo da cultura eram capazes de definir quais os parâmetros adequados à realização da censura. Esses parâmetros deveriam ser guiados, segundo Josué Montello, apenas por “valores éticos”, sem jamais atingir os “estéticos”.<sup>70</sup>

O presidente Josué Montello passou a assumir um discurso burocrático sempre que o debate em torno da censura estivesse situado na necessidade de combater qualquer tipo de controle sobre a produção artística. Quando Ariano Suassuna propôs que o Conselho se dirigisse ao ministro da justiça apoiando a conclusão do Grupo de Trabalho do CFC para que a censura seja declaratória e não restritiva, o presidente Josué Montello solicitou que a questão fosse inicialmente apreciada pela Câmara de Artes à qual Ariano Suassuna pertencia, para só então ser trazida ao plenário. O mesmo acontece com Cassiano Ricardo, ao ler um ofício encaminhado pelo Conselho Estadual de Cultura de São Paulo e redigido por Cacilda Becker, presidente da Comissão Estadual de Teatro de São Paulo, sobre a centralização da

---

<sup>69</sup> Ata da 74ª sessão plenária realizada em 20 de março de 1968. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º 10, março de 1968, pp.105-109

<sup>70</sup> Ata da 74ª sessão plenária realizada em 20 de março de 1968. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º 10, março de 1968, pp105-109

censura no teatro. Montello apenas respondeu que a questão estava sendo analisada através da participação de Dom Marcos Barbosa no GT do Ministério da Justiça e que encaminharia aquele ofício ao referido Ministério.<sup>71</sup>

O Conselho Federal de Cultura não conseguiu transferir a Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal para o Ministério da Educação de Cultura. Entretanto, os constantes ofícios enviados aos setores do executivo e os debates publicados em *Cultura* renderam ao CFC sua principal vitória neste campo: a indicação de um integrante do Conselho para o Conselho Superior de Censura (CSC). Em 22 de novembro de 1968, Josué Montello informou que fora publicado, no dia anterior, no Diário Oficial da União, a lei n.º 5.536 que “Dispõe sobre a censura das peças teatrais e cinematográficas”, criando o Conselho Superior de Censura (CSC).

Após o Ato Institucional n.º 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, os debates promovidos pelos conselheiros em torno da censura, que já eram poucos, tornaram-se raros. Em meados de 1969, Octávio de Faria solicitou novamente a intervenção do CFC na defesa de outro filme que sofrera os cortes da censura. Dessa vez, tratava-se de “Macunaíma”, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade. Arthur Reis, então presidente do CFC, atendeu ao pedido do companheiro e propôs pedir esclarecimentos sobre o caso ao ministro da Justiça Luis Antonio da Gama e Silva. Ariano Suassuna completou o debate informando que sua peça “A Compadecida” também foi alvo dos censores.<sup>72</sup>

Na 225ª sessão plenária realizada em 31 de março de 1971, quando comemoraram mais um aniversário do golpe, Adonias Filho, orador oficial da efeméride, apresenta-se como um partidário da “Revolução”, mas solicita ao Conselho que intervenha para a suspensão da lei de censura prévia<sup>73</sup> aos trabalhos intelectuais, incluindo-a entre as práticas do “terrorismo cultural” que se abateu sobre o país após 1964. Josué Montello, diante do acalorado debate

---

<sup>71</sup> Ata da 91ª sessão plenária realizada em 17 de julho de 1968 e ata da 86ª sessão plenária realizada em 10 de julho de 1968. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º13, julho de 1968 pp. 91-93.

<sup>72</sup> Após o AI-5 só encontramos quatro registros em sessões plenárias sobre o problema da censura. Sobre o pedido de Octávio de Faria ver: ata da 154ª sessão plenária realizada em 26 de agosto de 1969. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n.º26, agosto de 1969. pp.82-85.

<sup>73</sup> O decreto-lei 1.077 do presidente da República, o General Emílio G. Médici, que submeteu os livros e periódicos à censura prévia foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 1970. No dia seguinte, o “Jornal do Brasil” publicou o artigo “Marcha do Obscurantismo” posicionando-se contra a aprovação do decreto-lei, destacando o ineditismo do episódio no Brasil, só comparando aos regimes fascistas europeus. No dia 20 de maio de 1970, o Senado aprova o referido decreto-lei. A Academia Brasileira de Letras transcreveu o artigo para seu anuário, também se opondo à censura prévia de livros. Ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, “Marcha do Obscurantismo”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, n.70 vol.119, anais de janeiro/junho de 1970. pp.9-10

que se formara em torno do tema, enfatizou que “cria-se uma nova mentalidade e compete ao Conselho levar avante uma campanha de tal maneira que, quando completar no país toda a obra que propôs a Revolução (...) estejam plenamente resolvidos problemas como o da censura.”<sup>74</sup> Afonso Arinos apóia o discurso de seus dois companheiros, mas “declara que não tem o Conselho de se manifestar a respeito da censura, porque em longo parecer, aprovado por unanimidade, se pronunciou oficialmente, contra a instauração desse controle.”<sup>75</sup> O parecer foi enviado ao ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho e ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid, posicionando o Conselho contra a censura das obras intelectuais.

Se o problema da censura causava divergências internas entre os membros do Conselho, a ação estudantil e a defesa das liberdades individuais básicas também foram alvo de debates nas sessões plenárias. Na sessão plenária, realizada em 27 de setembro de 1968, o conselheiro Armando Schnoor solicitou um voto de pesar pelos danos causados ao edifício da Escola de Belas Artes devido à explosão de uma bomba. Adonias Filho informou que as janelas da Biblioteca Nacional também foram danificadas por aquela explosão. Pedro Calmon e Gustavo Corção repudiaram o protesto. Para Gustavo Corção os protestos eram sistemáticos e indicavam que o país estava atravessando “uma revolução cultural semelhante a que houve na China.” Na tentativa de atender às reclamações dos conselheiros, Montello informou que enviaria ao presidente da República, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, um ofício refutando os protestos que tantos danos causavam ao patrimônio histórico e artístico nacional. Para Dom Marcos Barbosa era preciso dar visibilidade da posição do CFC aos nefastos acontecimentos que ameaçavam o patrimônio, relatando os confrontos entre o aparato repressor e os movimentos estudantis.

Ainda que a proteção do patrimônio seja o foco do conselho nos debates sobre as manifestações estudantis realizadas na Cinelândia, no RJ, eventualmente a violência policial no combate a essas ações também preocupava alguns membros do CFC. Os conselheiros se comoveram com a morte de um estudante, segundo os próprios conselheiros, comprovadamente alheio aos agitos estudantis do período. Na sessão plenária de 23 de outubro de 1968, Dom Marcos Barbosa relatou a morte de um estudante universitário, seu ex-aluno, durante um confronto com a polícia, informando que o jovem era contrário às agitações do movimento estudantil. Raquel de Queiroz consternada com o acontecido sugeriu que o assunto tivesse maior atenção com a publicação de artigos nos jornais de grande circulação.

---

<sup>74</sup> Ata da 255ª sessão plenária realizada em 31 de março de 1971. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Ano I, n.º2, abril-junho de 1971. pp.131-136 p.134

<sup>75</sup> Idem. p.135

Contudo, o presidente Josué Montello lembrou que os trabalhos do plenário deveriam ficar circunscritos ao setor cultural. Dois dias após a esta sessão, que registrou a morte de um estudante pela polícia, Montello fez questão de registrar em ata a instalação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, constituído por iniciativa do Congresso Nacional, para preservação das liberdades básicas, em cerimônia presidida por Costa e Silva com a presença do ministro da Justiça, do presidente da OAB e dos membros daquele Conselho, entre eles o conselheiro Pedro Calmon, que passou a integrar o referido Conselho.

A convivência dos intelectuais do Conselho com as diretrizes políticas da ditadura civil-militar foi, em geral, bastante harmônica. A liberdade de criação defendida pelos conselheiros não abalou as relações com a cúpula do executivo. Para muitos conselheiros, o controle sobre a produção artística era salutar desde que subordinada aos especialistas do setor cultural. Nas poucas vezes que se manifestaram contra a ação do regime, as divergências internas enfraqueceram qualquer ação coletiva. Como a prática prioritária do CFC era a definição e proteção do patrimônio cultural associada à montagem de uma infra-estrutura no setor cultural que organizasse os investimentos estatais e disciplinasse a participação de estados e municípios, as práticas repressoras e censurais do regime não causaram grandes impactos no cotidiano dos conselheiros. Os cortes e proibições dos censores provocaram manifestos e indignações pontuais, especialmente entre os membros da Câmara de Artes, mas logo desapareciam diante da incapacidade política do Conselho de manter aceso o debate no interior do aparelho estatal.

## 2 O “SENADO DA CULTURA NACIONAL”: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SETOR CULTURAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR

### 2.1 A construção de uma rotina burocrática para a cultura

“São 24 homens pagos para defender a cultura nacional. Eles são os membros do Conselho Federal de Cultura, órgão do Ministério da Educação e Cultura incumbido de traçar a política cultural do país.” (O Globo 20/10/1969)

O Conselho Federal de Cultura iniciou suas atividades no dia 28 de fevereiro de 1967 elegendo para os cargos de presidente e vice-presidente do Conselho, no biênio 1967/1968, respectivamente, Josué Montello e Pedro Calmon. A partir de então, os ilustres homens de cultura se reuniram mensalmente, no Palácio Capanema, sede do Conselho, localizado no Rio de Janeiro, para deliberar sobre os rumos da política nacional de cultura. À época de sua criação, no final de 1966, Josué Montello apresentou, na Academia Brasileira de Letras, o motivo que o levou a propor a criação de um conselho específico para o setor cultural: a precária infra-estrutura das instituições culturais vinculadas ao MEC devido à escassez de investimentos no setor. Para Montello, o descaso que desfigurava essas instituições era o resultado da ineficiência do Estado em organizar o setor cultural através de um sistema integrado e da inexistência no executivo de um órgão dedicado exclusivamente à cultura. O projeto do Conselho Federal de Cultura foi apresentado, inicialmente, como alternativa para solucionar este quadro de crise ao ministro da Educação e Cultura Raymundo Moniz de Aragão, em 1966. O CFC foi planejado e criado à semelhança do Conselho Federal de Educação:

“(…) com os mesmos dispositivos, com os mesmos mandatos, de tal maneira que aquela liberdade que nós, membros do Conselho de Educação, temos para defender os nossos pontos de vista, esta liberdade nós a tenhamos também ou tenham aqueles que integrarão o CFC.”<sup>76</sup>

O CFC não foi a primeira tentativa de criar um órgão centralizador para o setor cultural no interior do aparelho estatal. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Cultura mas, sem estrutura e recursos adequados, mostrou-se incapaz de atender às demandas do

<sup>76</sup> Discurso pronunciado por Montello na ABL em 24 de novembro de 1966. MONTELLO, Josué. “Criação do Conselho Federal de Cultura”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, vol.112, junho-dezembro de 1966 pp.38-43, p.43



setor. A tentativa de definir o Conselho Federal de Cultura em relação ao Conselho Nacional de Cultura sempre foi ambígua. O presidente Josué Montello, na terceira sessão plenária do CFC, “referiu-se ao fato de que o Conselho Federal de Cultura é um desdobramento do antigo Conselho Nacional de Cultura, órgão que praticamente não existia, pois dispunha apenas de 3 ou 4 funcionários à sua disposição.”<sup>77</sup> Esse “desdobramento” indica uma possível demonstração de continuidade com um projeto de ação executiva anterior ao golpe de 1964, evitando-se a ideia do ineditismo na intervenção estatal, estratégia habilidosa de Josué Montello, especialmente num momento político conturbado, no qual qualquer ação intervencionista do Estado na área poderia ser associada ao chamado “terrorismo cultural”. Contudo, na rotina da instituição a proximidade do CFC com a proposta do antigo Conselho Nacional de Cultura aparece ocasionalmente entre os representantes do Conselho Federal de Cultura. Além disso, é bastante razoável pensarmos que a lembrança do antigo Conselho seja apenas para marcar a existência de uma demanda intra-estatal para a institucionalização do setor cultural.

“Várias razões motivaram minha vinda a este Conselho. A primeira delas diz respeito ao antigo Conselho Nacional de Cultura, hoje Conselho Federal. Aquela antiga instituição transformou-se numa outra, com espírito paralelo e simétrico ao Conselho Federal de Educação”<sup>78</sup>

A tentativa de equiparar o CFC ao Conselho Federal de Educação, criado em 1961, diante deste pronunciamento, nos parece muito mais importante. A ideia de criar um conselho na área cultural similar ao Conselho Federal de Educação foi claramente uma tentativa de evitar os entraves burocráticos e as interferências políticas sofridas por um órgão de ação executiva. Além disso, buscava-se dar ao setor cultural a mesma visibilidade e organização do setor educacional no interior do MEC.

“6.º – As funções de membro do Conselho Federal de Cultura, equiparadas às de membro do Conselho Federal de Educação, serão consideradas de relevantes interesse nacional (...)”<sup>79</sup>

O Conselho Federal de Cultura, órgão normativo e de assessoramento ao ministro da Educação e Cultura, gozava das mesmas prerrogativas do Conselho Federal de Educação, especialmente, da liberdade de ação.

<sup>77</sup> Ata da 3ª sessão plenária realizada 06 de março de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*, ano I, n.º.1, março de 1967, p.36

<sup>78</sup> MONTELLO, Josué. “Realidade Cultural Regional, ponto de partida do Conselho”. In: *Cultura*, vol. 1, n.1. julho de 1967 pp. 19-22 p. 19

<sup>79</sup> DECRETO-LEI n.74 de 21 de novembro de 1966. “Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências.” In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, Ano I, n.1, julho de 1967. pp.107-110. p.108

“Os conselheiros, por força do mandato, encontram as condições de liberdade que faz com que defendamos ali os nossos pontos de vista, porque dispomos realmente de um órgão para defender a educação com a altitude que não teve até hoje o Conselho Nacional de Cultura.”<sup>80</sup>

“Quero, (...), marcar a diferença entre os dois Conselhos (Nacional e Federal): um Conselho Nacional com preocupação executiva está sujeito a pressões institucionais e de ordem individual (...).”<sup>81</sup>

Ao lado de uma restrição inicial à ação executiva do novo órgão, compreendida como sujeita às intempéries políticas, há uma diferença latente entre os dois conselhos de cultura apresentada através da oposição entre nacional e federal, expressa na nomenclatura dos dois órgãos. Assim, nas palavras de Josué Montello, ao contrário da tentativa anterior, o Conselho Federal de Cultura compreendia a organização política brasileira como eminentemente federalista e amparada na visão regionalista da cultura.

“Inspirado na idéia federativa, o novo órgão começa por levar em consideração, no panorama da cultura brasileira, a variedade regional consagrada pela federação política. Parte assim da peculiaridade local numa nação de dimensões continentais, para atingir a harmonia da sociedade. Não há de impor uma política de cultura, ao saber das planificações abusivas, senão que há de recolher de cada região do país as aspirações, tendências e tradições que motivaram essa política, na ordenação de um Plano Nacional.”<sup>82</sup>

Se o CFC não deveria, a princípio, atuar diretamente no cotidiano burocrático do MEC, tampouco seria um lugar de debates acadêmicos, pois “pretendia-se que fosse um órgão de atuação em favor da cultura.”<sup>83</sup> A tentativa de Josué Montello de restringir o caráter executivo do órgão e evitar o envolvimento do Conselho com solicitações miúdas existentes no MEC não eliminou a construção de uma prática executiva para a instituição. Como informa o próprio Josué Montello, “O Conselho é executivo até certo ponto, (...), pois sua atribuição precípua é fazer que se faça.”<sup>84</sup>

Aparentemente, o novo órgão do Ministério da Educação e Cultura tinha apenas o caráter normativo, consultivo e fiscalizador, tal como definido no seu Regimento. Na prática, o Conselho tornou-se encarregado pela distribuição das verbas; financiamento de instituições públicas e privadas do setor cultural; assessoramento ao ministro da Educação e Cultura; definição das áreas de atuação do Estado; realização de convênios com instituições culturais; elaboração de regulamentos e resoluções; organização de campanhas nacionais de cultura; e

<sup>80</sup> Discurso pronunciado por Montello na ABL na sessão de 24 de novembro de 1966. MONTELLO, Josué. “Criação do Conselho Federal de Cultura”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, vol.112, junho-dezembro de 1966 pp.38-43, p.43

<sup>81</sup> Idem p. 19

<sup>82</sup> Discurso proferido por Josué Montello durante a instalação do CFC. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º1, julho de 1967, pp.5-8 p.7

<sup>83</sup> Idem p. 19

<sup>84</sup> Ata da 13ª sessão plenária realizada em 26 de abril de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º1, julho de 1967, pp.74-79 p.75

defesa do patrimônio cultural. Ainda no Regimento do Conselho ficaram definidas as linhas de atividades e as instituições a elas relacionadas: as instituições nacionais de cultura do MEC; as instituições estaduais de cultura; os setores culturais das universidades; e os institutos particulares reconhecidos pelo Conselho como de utilidade pública. Dessa forma, o CFC passou a ter uma atuação ampla, importante e centralizadora na orientação das políticas culturais até 1975, privilegiando aquelas ações que melhor institucionalizassem o setor cultural no interior do aparelho estatal.

“O Conselho Federal de Cultura não fará episódios de cultura, pequenas atuações individuais. Não promoverá a montagem de um único espetáculo teatral.”<sup>85</sup>

Durante a cerimônia de inauguração do Plenário do CFC, em 1968, o ministro Tarso Dutra, apropriando-se das palavras de Josué Montello, afirmou que o plenário era o “fórum oficial da cultura brasileira no MEC”<sup>86</sup>. Somava-se à ideia de “fórum” a de “senado da cultura nacional”, expressão cunhada por Afonso Arinos de Mello Franco e, posteriormente, incorporada por Josué Montello ao apresentar os presidente e vice-presidente do Conselho reeleitos para o biênio 1971-1972, respectivamente, Arthur César Ferreira Reis e José Andrade Muricy.<sup>87</sup> O novo “fórum da cultura nacional” associado à noção de “senado” reforçava a legitimidade dos membros do Conselho e revelava a expectativa dos conselheiros sobre a atuação do novo órgão no MEC; afinal, pretendiam atuar como orientadores e legisladores das políticas referentes à área cultural.

O Regimento do CFC, aprovado pelo decreto de n. 60.448 de 13 de março de 1967, previa que o Conselho se reuniria em plenário em caráter ordinário até o limite de doze sessões mensais. O Conselho funcionava em sessões de Plenário, Câmaras e Comissões.<sup>88</sup> Até a Reforma Administrativa do MEC, em 1970, o Conselho realizava normalmente dez sessões mensais, sendo cinco plenárias e cinco reuniões das Câmaras. A Reforma Administrativa limitou o número de sessões realizadas pelos conselhos, definindo que os órgãos de deliberação coletiva da União subordinados aos ministros de Estado, categoria em que o CFC se enquadrava, poderiam efetuar no máximo oito sessões mensais. Esta medida administrativa buscava cortar os gastos com o pagamento de jetons aos conselheiros do MEC que a partir de

<sup>85</sup> MONTELLO, Josué. “Realidade Regional, ponto de partida do Conselho”. Discurso proferido durante visita ao Conselho Estadual da Guanabara. In: *Cultura*, vol.1, n.1. julho de 1967 p.19-22 p.22

<sup>86</sup> DUTRA, Tarso. “Discurso do ministro da educação e cultura, deputado Tarso Dutra”. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º8, fevereiro de 1968 pp.7-8 p. 8

<sup>87</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA.”Editorial”. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º1, janeiro-março de 1971. pp.3-4

<sup>88</sup> DECRETO N.º. 60.448, 13 de março de 1967. “Regimento do Conselho Federal de Cultura.” In: *Cultura*, ano I, n. 1, março de 1967. pp. 118-127

então receberiam cento e quarenta e seis cruzeiros por sessão e, como resultado, produziu uma sobrecarga de trabalho difícil de ser equacionada pelo CFC.

No intervalo das reuniões do Plenário, funcionavam separadamente as reuniões das Câmaras e das Comissões, preparando pareceres, relatórios e demais trabalhos. A Presidência do Conselho e a Secretaria Geral funcionavam em caráter permanente. O secretário-geral era responsável pelas questões administrativas da burocracia federal como o orçamento, a contabilidade, o serviço de documentação, o serviço de publicação, a separação dos processos e seu envio às Câmaras. Durante todo o período pesquisado, Manuel Caetano Bandeira de Mello manteve-se no cargo de secretário-geral. As quatro Câmaras (Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a Comissão de Legislação e Normas elegiam seus respectivos presidentes. Dentre as funções das Câmaras estavam: apreciar os processos destinados à concessão de auxílio e emitir parecer; responder às consultas encaminhadas pelo presidente do CFC; examinar os relatórios das instituições culturais; promover a instrução de processos; fazer as diligências determinadas em plenário etc. O parecer de cada processo era lido em plenário onde poderia ser alterado – fato este pouco observado.

Dessa forma, todos os esforços iniciais foram dedicados à criação de uma rotina de cultura com o intuito de produzir uma ação sistemática no setor. Para articular as ações do CFC e instituir um conjunto de práticas orientadas para o setor cultural foi criada a Comissão de Legislação e Normas. A Comissão era constituída, com exceção de Gustavo Corção, por membros da Câmara do Patrimônio Histórico e teve um papel decisivo em quase todas as ações do CFC. À Comissão de Legislação e Normas cabia a adequação dos anteprojetos às normas jurídicas. Os anteprojetos de lei, os convênios, as regras para a distribuição de verbas, o regimento interno, entre outros, eram redigidos por esta Comissão. A Comissão era inicialmente composta por Afonso Arinos de Mello Franco, Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon Moniz Bittencourt e Rodrigo Mello Franco de Andrade. A presença maciça de representantes da Câmara de Patrimônio na constituição da Comissão pode ser analisada a partir de duas sentenças: primeiro, a importância da área do patrimônio para o Conselho; segundo, a experiência bem sucedida das políticas de preservação do patrimônio instituídas pelo Estado desde a década de 1930.

As atribuições do Conselho Federal de Cultura foram estabelecidas pelo decreto-lei n. 74 de 21 de novembro de 1966 e ratificadas no Regimento do CFC aprovado pelo decreto-lei n. 60.448 de 13 de março de 1967. O decreto-lei n. 74, de criação do Conselho, no artigo 2º,

estabeleceu vinte objetivos para o novo órgão, dentre os quais destacamos: a) formular a política nacional de cultura; b) articular-se a órgãos públicos e a universidades dedicados à cultura e à educação para execução de programas culturais; c) atuar junto aos órgãos competentes para a defesa e preservação do patrimônio; d) conceder auxílios às instituições culturais oficiais ou particulares de utilidade pública para conservação e restauração de seu patrimônio histórico, artístico ou bibliográfico, e ainda, a execução de projetos de difusão da cultura; e) promover campanhas nacionais; f) publicar boletim informativo; g) estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; h) elaborar o Plano Nacional de Cultura; i) assessorar quando solicitado o ministro da Educação e Cultura; j) auxiliar a realização de exposições, espetáculos, conferências, debates, festivais, que promovam a divulgação cultural e aprimorem o conhecimento sobre as regiões brasileiras.<sup>89</sup>

Esse amplo conjunto de objetivos indica que o Conselho exerceria uma função executiva e centralizadora na organização das ações culturais. A articulação dessas várias competências formaria a política cultural do MEC. Neste trabalho, o conceito de políticas culturais pressupõe a existência de uma ação estatal organizada, contínua, com recursos destinados exclusivamente ao setor e que atenda, ainda que de forma hierarquizada, aos múltiplos espaços que compõe a área. Essa compreensão está ancorada na definição proposta por Néstor Garcia Canclini:

“Um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico e satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.”<sup>90</sup>

A orientação e a execução desse conjunto amplo de ações interventoras nas diversas áreas que compõem a cultura e que nomeamos de políticas culturais não significam que a ação do Estado brasileiro seja destituída de disputas políticas internas ou produzam políticas planificadoras. Ao contrário, verifica-se no interior do Estado durante a ditadura civil-militar a atuação de grupos distintos que disputam a primazia da condução dessas políticas, especialmente, a partir da década de 1970, com o surgimento de inúmeros órgãos dedicados à cultura, vinculados a diversos Ministérios, e disputas em torno do Plano Nacional de Cultura.

O CFC, até 1975, com exceção da produção cinematográfica, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Cinema, centralizou as ações culturais do MEC, tal como definido no

---

<sup>89</sup> DECRETO-LEI n.74 de 21 de novembro de 1966. “Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências.” *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, Ano I, n.1, julho de 1967. pp.107-110.

<sup>90</sup> CANCLINI, Néstor Garcia. *Políticas Culturales em América Latina*. México, D.F.: Grijalbo, 1987. p.26 *apud*. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processos: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ;Minc-Iphan, 2005. 2ª edição. p.50

decreto de sua criação. Para garantir as verbas necessárias ao funcionamento do Conselho, o decreto-lei n.172, de 15 de fevereiro de 1967, estabeleceu a transferência automática das dotações orçamentárias do Conselho Nacional de Cultura para o Conselho Federal de Cultura.

<sup>91</sup> Para o funcionamento inicial do órgão, incluindo as despesas com a sua instalação, foi concedido, em fevereiro de 1967, um crédito especial de trezentos e cinquenta mil cruzeiros novos<sup>92</sup>. Em outubro daquele ano, concedeu-se um novo crédito de igual valor para despesas de infra-estrutura<sup>93</sup>. A instalação e a organização burocrática do CFC foram realizadas ao longo de 1967. As normas para auxílios a instituições de cultura oficiais e privadas foram estabelecidas na 26ª sessão plenária realizada em 15 de junho de 1967<sup>94</sup>. Com a criação dessas normas o Conselho pode realizar convênios e utilizar as verbas destinadas aos projetos culturais. No ano de 1967 foram realizados quatorze convênios num total de quase um milhão de cruzeiros novos.<sup>95</sup>

Em 1967, a principal realização do CFC no setor cultural foi orientar a “Primeira etapa do Plano de Emergência da Cultura (1967)”<sup>96</sup>. O decreto n.º 61.629, de 3 de novembro de 1967, concedeu crédito suplementar no valor de pouco mais de novecentos cruzeiros novos para a execução do projeto destinado exclusivamente aos órgãos vinculados ao Conselho Federal de Cultura. As instituições beneficiadas foram: Instituto Nacional do Livro (duzentos mil cruzeiros novos), Museu Histórico Nacional (cem mil cruzeiros novos), Biblioteca Nacional (cem mil cruzeiros novos), Serviço Nacional de Teatro (cem mil cruzeiros novos), Serviço de Radiodifusão Educativa (oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e um cruzeiros novos e noventa centavos), Museu Nacional de Belas Artes (cem mil cruzeiros novos), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (cem mil cruzeiros novos) e outros programas (cento e vinte mil cruzeiros novos).<sup>97</sup> Neste momento, o programa emergencial objetivava suprir algumas carências na infra-estrutura dos órgãos culturais sob responsabilidade do Conselho. As instituições beneficiadas investiram as verbas em reformas, restaurações,

---

<sup>91</sup> DECRETO N.º.172, 15 de fevereiro de 1967. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, ano I, n. 1, março de 1967. P.112

<sup>92</sup> DECRETO-LEI N.º268, 28 de fevereiro de 1967. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, ano I, n. 1, março de 1967. p.118. A moeda brasileira entre 1967 e 1970 era o Cruzeiro Novo. Entre maio de 1970 e fevereiro de 1986, a moeda voltou a se chamar Cruzeiro. Dados do Banco Central do Brasil. [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). No corte cronológico desta pesquisa irão aparecer as duas moedas.

<sup>93</sup> DECRETO N.º. 61.553, de 17 de outubro de 1967. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, outubro de 1967, p.82

<sup>94</sup> Ata da 26ª sessão plenária realizada em 15 de junho de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Ano I, n.º 3, setembro de 1967. pp.103-106

<sup>95</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil”. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, Ano I, n.º25, pp.07-20, p.11

<sup>96</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Conselho Federal de Cultura inicia primeira etapa do Plano de Emergência da Cultura (1967). *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, ano I, n.º5, novembro de 1967 pp.75-76

<sup>97</sup> Idem, p.75

aquisição de materiais diversos e móveis, com exceção do Serviço Nacional de Teatro que destinou todo o auxílio recebido ao “Programa de Desenvolvimento da Campanha Nacional do Teatro”. A opção de usar as verbas em infra-estrutura é compreensível, afinal o Plano tinha como proposta atender essas instituições em caráter emergencial, suprindo suas principais queixas. O presidente Josué Montello encerrava as atividades do CFC no exercício de 1967 endereçando uma carta ao presidente da República Arthur da Costa e Silva (1967-1969) em agradecimento ao “amparo proporcionado (pelo Plano) à cultura brasileira através deste Conselho.”<sup>98</sup>

O triênio 1968-1970 foi o período de maior estabilidade financeira para o Conselho. Nestes anos, o CFC recebeu quatro milhões de cruzeiros novos, além dos créditos especiais para a manutenção da rotina do órgão (incluindo a folha de pagamento dos funcionários e os jetons dos Conselheiros). As dotações orçamentárias provinham da parcela estipulada para a cultura nos três Fundos Nacionais de Educação. No ano de 1968, o CFC elaborou duzentos e sessenta pareceres emitidos sobre os processos enviados ao Conselho para solicitação de auxílios, totalizando quatro milhões de cruzeiros novos em convênios.<sup>99</sup> No ano de 1969, o CFC concedeu novamente através de convênios três milhões setecentos e noventa e nove mil quinhentos e cinquenta e nove cruzeiros novos a cinquenta e nove instituições culturais.<sup>100</sup> No ano de 1970, as verbas destinadas aos convênios do CFC também giraram em torno de quatro milhões de cruzeiros novos.

O ano de 1970, marcado pela Reforma Administrativa, que resultou na criação do Departamento de Assuntos Culturais, foi o início do deslocamento das atribuições executivas do Conselho e, sobretudo, da redução das suas dotações orçamentárias. Em 1971, o Conselho recebe pouco mais de dois milhões de cruzeiros. Neste ano, foram concedidos auxílios a seiscentos e trinta entidades culturais, totalizando um investimento de dois milhões seiscentos e dezesseis cruzeiros. A redução nas verbas atingira outros órgãos do MEC, mas o CFC continuaria sofrendo com os cortes anuais em seu orçamento ao longo da década, só minimizados pelas dotações extraordinárias concedidas pelo ministro da Educação e Cultura. Na sessão plenária, realizada em 5 de janeiro de 1972, o presidente do CFC, Arthur César Ferreira Reis, informou que as propostas orçamentárias inicialmente divulgadas para o CFC

<sup>98</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Editorial”. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, ano I, n.º6, dezembro de 1967 pp.05-06 p.5

<sup>99</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil”. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, Ano III, n.º25, julho de 1969, pp.07-20, p.13

<sup>100</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Relatório das atividades do exercício de 1969”. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, Ano III, n.º29, novembro de 1969, pp.07-15, p.

para o exercício de 1972 no valor de Cr\$ 4.236.000,00; de 1973 no valor de Cr\$ 5.965.000,00; e de 1974 no valor de Cr\$ 7.169.000,00; foram reduzidas pelo governo para respectivamente: Cr\$ 3.179.000,00; Cr\$ 3.345.000,00; Cr\$ 3.519.000,00.<sup>101</sup> No triênio 1972-1974, as verbas foram menores do que estas anunciadas no início do exercício de 1972, girando em torno de pouco mais de dois milhões de cruzeiros, valor só alcançado novamente através de verbas complementares concedidas pelo ministro Jarbas Passarinho.<sup>102</sup> No ano de 1973, o CFC recebeu um milhão e seiscentos mil cruzeiros e foi obrigado mais uma vez a recorrer ao ministro Jarbas Passarinho, recebendo recursos extraordinários num total de quatro milhões de cruzeiros.

As verbas destinadas à cultura no Brasil sempre foram deficitárias e as do CFC, se comparadas aos demais órgãos do MEC, eram muito restritas, o que comprometeu a capacidade de intervenção do Conselho no setor cultural. Desde a instalação do CFC, os conselheiros propuseram a criação de um Fundo Nacional de Cultura que receberia verbas do Fundo Nacional de Educação para obtenção de recursos orçamentários capazes de suprir as carências do setor cultural. Entretanto, os técnicos do Ministério do Planejamento eram desfavoráveis à medida. As propostas enviadas ao Congresso Nacional para inclusão no orçamento anual da União de dotações específicas à cultura também não surtiam o efeito desejado.

O debate sobre a carência e a pulverização das dotações orçamentárias dominou as reuniões do “Grupo de Trabalho para estudar a reforma e a atualização das instituições culturais” formado por membros do CFC, diretores de instituições culturais e representantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento pelo decreto n. 63.235, de 12 de setembro de 1968.<sup>103</sup> Os recursos destinados ao setor cultural eram distribuídos a diversos órgãos do MEC. Em 1968, o CFC recebeu quatro milhões de cruzeiros novos enquanto o Departamento Nacional de Educação dispôs de doze milhões de cruzeiros novos e as diversas instituições de

---

<sup>101</sup> Ata da 300ª sessão plenária realizada em 5 de janeiro de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, Ano II, n°5, Jan-Março de 1972, pp.116-119, p.117

<sup>102</sup> Ata da 338ª sessão plenária realizada em 6 de novembro de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, Ano II, n°8, out-dez. de 1972, pp.96-100 p. 96

<sup>103</sup> O GT era formado por Josué Montello (presidente do CFC), Pedro Calmon (CFC), Iolanda Penteadó, (Museu de Arte); Donatelo Grieco (chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores); Renato soeiro (Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); Umberto Peregrino (Diretor do Instituto Nacional do Livro); Joraci Camargo e dois representantes técnicos nomeados pelos Ministérios da Fazenda e Planejamento. *Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1968.



cultura receberam um total de quarenta e dois milhões de cruzeiros novos.<sup>104</sup> Ao final das reuniões, o GT recomendava a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura. Contudo, a Reforma Administrativa de 1970 não alterou a estrutura orçamentária do MEC, engavetando as soluções oferecidas pelo Conselho.

Outra proposta do GT foi a criação de um órgão executivo específico, considerada fundamental na construção de uma rotina burocrática que elaborasse mecanismos de planejamento e gestão financeira centralizados e, principalmente, desvinculados do setor educacional. Desde a criação do CFC, Josué Montello, primeiro presidente do Conselho, informava ao ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra da necessidade de criar uma Secretaria da Cultura capaz de articular as atividades da área cultural. Insistia que não se tratava de interferência na aplicação das verbas destinadas às instituições culturais, mas de promover uma ação coordenada através da elaboração de um programa específico.<sup>105</sup> A estrutura administrativa da Secretaria deveria contemplar às áreas do patrimônio histórico e artístico nacional, do patrimônio bibliográfico, da música, das ciências humanas, além, dos serviços administrativos e sociais. O projeto previa que a Secretaria ficaria diretamente subordinada ao ministro da Educação e Cultura e contaria com três serviços: Coordenação Administrativa, Coordenação de Programas Culturais e Coordenação de Intercâmbio e Comunicações. Sua criação ocorreria na Reforma Administrativa. A partir daquele momento, iniciou-se uma longa batalha política a favor da Secretaria, considerada pelos membros do CFC o embrião de um futuro Ministério da Cultura. O GT aceitou incluir em seu relatório final a proposta da Secretaria de Assuntos Culturais destinada a centralizar os recursos e executar o Plano Nacional de Cultura. Na 134ª sessão plenária realizada pelo Conselho, em 15 de abril de 1969, foram definidos os objetivos da nova Secretaria:

“(...) para execução da política cultural do governo, que não seria a de um controle da autoridade sobre a cultura, mas o estabelecimento de estímulos e fornecimento de recursos para o desenvolvimento da cultura. Essa Secretaria deve enquadrar as instituições culturais na política normativa do CFC sendo executora das decisões normativas e estímulos que o Conselho fixar, e ficará diretamente subordinada ao Ministro de Estado, (...), a exemplo do que deverá ocorrer com a Secretaria de Assuntos Educacionais e a Secretaria de Assuntos Universitários.”<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup> Ata da 6ª sessão plenária realizada pelo GT destinado a estudar a reforma das instituições culturais em 29 de outubro de 1968. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º 18, dezembro de 1968 pp.138-141

<sup>105</sup> Ata da primeira sessão plenária realizada pelo Grupo de Trabalho para estudar a reforma e a atualização das instituições culturais realizada em 9 de outubro de 1968. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º 18, dezembro de 1968

<sup>106</sup> Ata da 134ª sessão plenária realizada em 15 de abril de 1969. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n.º 23, maio de 1969. pp.83-87 p.84

Contudo, a proposta de criação da Secretaria não logrou sucesso. O mais próximo de uma secretaria executiva foi a criação do Departamento de Assuntos Culturais. O decreto n.º 66.967 de 27 de julho de 1970 reorganizou, a partir das diretrizes da Reforma Administrativa do decreto n.200, de 1967, o aparato administrativo do Ministério da Educação e Cultura. Ficava instituído o Departamento de Assuntos Culturais, sob direção de Renato Soeiro que acumulava também os cargos de diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e membro do CFC. O DAC ficou enquadrado dentro da categoria “Órgãos Centrais da Direção Superior” enquanto o CFC enquadrava-se nos “Órgãos Normativos”. O IPHAN, órgão autônomo do MEC, e a Comissão Nacional de Belas Artes vinculavam-se ao DAC. O novo órgão não foi considerado pelos conselheiros a opção adequada à estruturação do setor. Para o presidente do CFC, Arthur Reis,

“A Secretaria (de Assuntos Culturais), na reforma adotada, ficou reduzida a um Departamento de Assuntos Culturais, com a competência estranha, em matéria de técnica de administração, de supervisionar e ter sob sua coordenação os demais departamentos e institutos.”<sup>107</sup>

Com a criação do DAC, o CFC começava a perder o espaço de ação executiva que até então dominava. A secretaria executiva do Plano Nacional de Cultura foi transferida do CFC para o novo órgão; as instituições culturais que recebiam subvenções do MEC como a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço de Rádio Difusão Educativa, a Fundação Casa Rui Barbosa foram vinculadas ao DAC. O Departamento de Assuntos Culturais passou a gerenciar as comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil; elaborar e executar projetos e programas na área cultural; elaborar anualmente o Plano de Ação Cultural. Em 1974, Manuel Diégues Júnior deixou o cargo de vice-presidente do CFC para assumir a direção do DAC, ocupando a vaga deixada por Renato Soeiro. A escolha dos dois diretores para o DAC oriundos do CFC demonstra a força política do Conselho no interior do MEC. Porém, a transferência de atribuições executivas do Conselho para o DAC preocupava os conselheiros que exigiam do Departamento a apresentação de seus programas e planos para prévia aprovação.

As relações entre o CFC e o DAC foram harmônicas, especialmente, pela presença dos diretores do Departamento no Conselho. Entretanto, ao longo da década de 1970, as transformações ocorridas no MEC através das atividades realizadas no DAC e em outros órgãos contribuiriam para o esvaziamento político do Conselho. A Reforma Administrativa havia possibilitado a criação de grupos-tarefas desvinculados da estrutura burocrática do

<sup>107</sup> Conferência proferida por Arthur César Ferreira Reis para os membros da Academia Catarinense de Letras e Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano I, n. 1, jan-abril de 1971, pp.48 a 65. p.61

Ministério, artifício que foi amplamente utilizado na tentativa de evitar os entraves burocráticos e os debates ideológicos dos grupos atuantes no interior do MEC, favorecendo o aparecimento de novos grupos. Em 1973, o ministro Jarbas Passarinho, enviou ao DAC recursos vultuosos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o planejamento e a execução de atividades culturais através de um Programa de Ação Cultural (PAC), sob a organização de Roberto Parreira, secretário da Câmara de Legislação e Normas do CFC e futuro diretor executivo da FUNARTE (1975). Sobre a importância do Programa nas transformações do setor cultural, Isaura Botelho nos informa:

“Com o Programa de Ação Cultural – PAC –, pela primeira vez a cultura, no MEC, tinha recursos dignos para o estímulo às suas atividades. Ao que tudo indica, o fato de o Programa ter um caráter emergencial e não ter nenhuma orientação prévia em relação a condução de sua política levou-o a ir ocupando os vazios deixados pela dificuldade que a administração direta impunha ao Departamento de Assuntos Culturais. (...) Não é difícil imaginar os conflitos internos resultantes dessa liberdade de ação e do poder do Programa, que abrangia o incentivo à criatividade, à difusão de bens de valor cultural e à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Tendo de priorizar a promoção de eventos para evitar as rotas de colisão com outros órgãos do MEC, o PAC acabou por transformar o ministério ‘num poderoso e moderno empresário de espetáculos, abrindo novas frentes de trabalho no mercado cultural’.”<sup>108</sup>

Na prática da rotina burocrática, a importância do Conselho Federal de Cultura reside na sua experiência inédita de organização de um órgão destinado exclusivamente às diversas áreas da cultura, cuja maior conquista foi a institucionalização inicial do setor com a criação do Departamento de Assuntos Culturais – embrião da Secretaria de Assuntos Culturais e do Ministério da Cultura. Dessa forma, apesar de suas limitações financeiras, a experiência do Conselho possibilitou a formação de um espaço político exclusivamente destinado aos setores da área cultural no interior do MEC. No campo político, os conselheiros concretizaram no interior do Estado experiências acumuladas em outros espaços de sociabilidade sob a tutela do discurso cívico, mesmo com ações pontuais, devido à falta de recursos necessários ao desenvolvimento de projetos de grande envergadura. Essas ações se tornaram valiosas estratégias nas disputas pela autoridade sobre a definição da cultura nacional no interior do campo intelectual.

O Conselho Federal de Cultura atuou como catalisador dos anseios de agências e instituições do Ministério da Educação e Cultura, especialmente, ao se tornar o principal responsável pela distribuição de verbas para o setor. As instituições e órgãos do MEC passaram a estar sob o manto protetor do Conselho, numa relação de aparente dependência. Entretanto, muitos dos diretores ou ex-diretores das instituições de cultura eram membros do

---

<sup>108</sup> BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000 p.62

Conselho e sua criação foi uma estratégia, bem-sucedida, para a institucionalização da área cultural. Essa relação de aparente subordinação esconde a força política dos diretores das instituições de cultura que ao se agregarem em torno de um conselho puderam negociar suas demandas diretamente com o ministro e, por inúmeras vezes, enviar diversos anteprojetos de lei ao Congresso Nacional, como no caso, dos anteprojetos de lei de reforma das instituições nacionais de cultura que previam autonomia administrativa e financeira a essas instituições. O Grupo de Trabalho de reforma das instituições culturais presidido por Josué Montello buscou contemplar nos anteprojetos as principais demandas de seus diretores.

Para garantir que as verbas atendessem prioritariamente às solicitações das instituições nacionais de cultura vinculadas ao MEC, Josué Montello apresentou para aprovação do plenário do CFC uma hierarquia na concessão de auxílios. Os processos aprovados em plenário deveriam atender prioritariamente às instituições nacionais; de outra maneira seriam retidos na ordem de distribuição. As normas para aprovação de processos praticamente reiteram as normas para distribuição:

“(...) primeiro, para obras de restauração; segundo, para obras novas de caráter nacional; e, terceiro, para obras novas e de restauração de caráter estadual; também promoverá o reexame da lei sobre concessão de subvenções e auxílios oriundos de verbas orçamentárias.”<sup>109</sup>

O reconhecimento da legitimidade política do CFC no interior do Ministério e nos órgãos estaduais e municipais dedicados à cultura pode ser verificado através das visitas dos diretores de instituições culturais ao Conselho e da criação dos conselhos estaduais e municipais de cultura. As visitas dos diretores das instituições culturais foram frequentes. O General Umberto Peregrino, diretor do Instituto Nacional do Livro, foi o primeiro a comparecer à reunião plenária do CFC em 25 de abril de 1967. Durante a presença de Umberto Peregrino, o presidente Josué Montello, informava que o diretor do INL estava ali para “informar e ser informado”.<sup>110</sup> Assim, as visitas ao Conselho eram um ato político marcado pela reciprocidade. Aos visitantes caberia informar sobre as atividades realizadas pelas instituições, seus projetos e suas necessidades mais urgentes e, em contrapartida, o Conselho se comprometia a apoiar os projetos alinhados às suas propostas gerais.

Ainda naquele ano, o Conselho recebeu as visitas de Alfredo Galvão, diretor do Museu Nacional de Belas Artes; Meira Pires, diretor do Serviço Nacional de Teatro; Emerildo

---

<sup>109</sup> Ata da 103ª sessão realizada em 27 de setembro de 1968. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, n.º 16, outubro de 1968 pp.81-88 p.81

<sup>110</sup> Ata da sessão extraordinária realizada em 25 de abril de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. MEC: Rio de Janeiro, ano I, n. 1, julho de 1967. pp. 71-74 p. p.73

Vianna, do Serviço de Radiodifusão Educativa; Luís Castro de Faria, diretor do Museu da Quinta da Boa Vista; Gilberto Amado, diretor da TV Educativa. Em 1968, o CFC recebeu as visitas de Durval Gomes, presidente do Instituto Nacional de Cinema; novamente de Alfredo Galvão, em agradecimento aos auxílios destinados pelo CFC ao MNBA; de Felinto Rodrigues, novo diretor do Serviço Nacional de Teatro. Em 1969, recebeu as visitas da direção superior da Casa Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe, Thiers Martins Nogueira e Irapuã Cavalcanti da Lyra; Diogo Lordelo, do Instituto Superior de Administração Municipal; de Emerildo Vianna, que novamente vem solicitar auxílio para a crise financeira que atravessava o Serviço de Radiodifusão Educativa. Em 1970, recebeu as visitas de Raul Lima, diretor do Arquivo Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça; e de Maria Alice Barroso, nova diretora do Instituto Nacional do Livro. Em 1973, Renato Almeida, o diretor da Campanha Nacional de Folclore, recentemente instituída, comparece ao Plenário do CFC.

O CFC estimulou a criação dos conselhos estaduais de cultura (CECs) e dos conselhos municipais de cultura (CMCs) considerados fundamentais para o planejamento e a execução de políticas culturais que abrangessem todo o território nacional. A criação de conselhos estaduais e municipais era necessária à formação de um “sistema nacional de cultura” capaz de atender às diversas demandas regionais constitutivas da nacionalidade. A base desse sistema seriam os conselhos municipais de cultura articulados com os conselhos estaduais. Para fortalecer esses conselhos, foi organizada a “I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura”, realizada entre os dias 22 e 24 de abril de 1968, em Brasília. O decreto n. 62.256, de 12 de fevereiro de 1968, assinado pelo presidente da República Arthur da Costa e Silva convocou para a “I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura” os membros do Conselho Federal de Cultura, os diretores das instituições nacionais de cultura vinculadas ao Conselho e os representantes dos Conselhos Estaduais de Cultura ou seus similares. Foram convidadas outras autoridades do MEC e dos Ministérios do Planejamento e das Relações Exteriores, além das comissões de educação e cultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Ao CFC coube coordenar todas as atividades da reunião cujo objetivo central seria o “estudo das questões pertinentes à articulação, à coordenação e à execução do Plano Nacional de Cultura”.<sup>111</sup>

Os conselhos estaduais deveriam estar articulados às diretrizes gerais do Conselho Federal de Cultura, mas a autonomia de cada conselho estadual ou municipal foi preservada.

---

<sup>111</sup> Decreto n. 62.256 de 12 de fevereiro de 1968. Publicado no diário oficial de 15 de fevereiro de 1968. In: *Cultura*, ano II, vol. 7, janeiro de 1968. p.67

A Reunião contou com a participação de vinte e dois representantes dos Conselhos estaduais, muitos dos quais foram criados às pressas, sem estrutura ou verba definida, existindo apenas para cumprir a exigência federal e disputar os poucos recursos destinados ao CFC. Às vésperas da Reunião, o Conselho Estadual da Paraíba enviou um telegrama ao CFC informando que apesar de seus três anos de existência não possuía dotação orçamentária. Os representantes dos estados de Alagoas e do Sergipe informavam, respectivamente, que os membros do CEC/AL e CEC/SE haviam sido empossados há poucos dias. Os telegramas dos CECs enviados um mês antes da reunião, que se pretendia anual, denunciavam a precariedade dos estados na organização do setor cultural e anunciavam os limites daquele encontro, que foi mais declaratório das intenções do CFC do que capaz de planejar ações concretas devido à debilidade dos conselhos estaduais ainda em estruturação. Alguns conselhos estaduais e municipais lograram êxito como, no caso, dos conselhos estaduais dos estados do Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, além dos conselhos municipais de São José do Rio Preto (SP) e, principalmente, do estado do Rio de Janeiro – com vinte conselhos municipais –, que promoveram dois encontros estaduais em 1972 e 1973. O CEC/GO e o CEC/RJ elaboraram seus respectivos planos estaduais de cultura à semelhança dos anteprojetos do Plano Nacional de Cultura elaborados pelo CFC. Alguns representantes do CFC participavam dos conselhos estaduais como, por exemplo, Gilberto Freyre (presidente do CEC/PE) e Ariano Suassuna que integravam o Conselho Estadual de Pernambuco. Os conselhos estaduais também eram convocados para colaborar com alguns projetos do CFC como o Calendário Cultural, a comemoração de efemérides, a obra *História da Cultura Brasileira* indicando a relação de reciprocidade existente entre o conselho federal e os conselhos estaduais.

No discurso de abertura da “I Reunião”, o ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra reforçou a idéia da criação do CFC, pelo já falecido marechal Humberto Castelo Branco, como uma demonstração a todo o país de uma das funções da “Revolução de 1964”. Segundo Tarso Dutra, “após assegurar o restabelecimento da ordem no país, (a suposta Revolução) incluía entre os seus superiores objetivos a instituição de um órgão destinado a orientar o governo nas providências fundamentais em favor da cultura.”<sup>112</sup> O ministro insistiu sobre a “vocação democrática do país”, assegurada pela Constituição Federal. É curioso observarmos como o discurso de Tarso Dutra incorpora as linhas de ação propostas pelos intelectuais do CFC, como a valorização dos aspectos regionais; a importância dos Conselhos Estaduais de

---

<sup>112</sup> Discurso do Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra. In: *Cultura*, ano II, vol. 10, abril de 1968. pp.7-9 p.7

Cultura na construção de uma infra-estrutura capaz de gerenciar os problemas do setor; e a necessidade de um levantamento dos problemas da cultura em busca de soluções. Essa proximidade entre os discursos dos conselheiros e do ministro atesta novamente a força política do CFC no interior do Ministério da Educação e Cultura. Cabe ressaltar que Josué Montello, além de criador e presidente do CFC, prestava assessoria ao ministro. Ao final do encontro ficou definido que as verbas do MEC destinadas à cultura só seriam liberadas mediante a realização de convênios entre o CFC e os conselhos ou secretarias estaduais de cultura.

## **2.2 O periódico oficial como “espelho fiel” da atuação intelectual: as revistas *Cultura* e *Revista Brasileira de Cultura***

Os periódicos se tornaram o principal veículo na divulgação dos grupos intelectuais e foram utilizados como instrumentos de intervenção política e disputas no universo cultural, confirmando a tradição dos homens de letras no Brasil como “homens de pensamento e ação”. As análises sobre a atuação dos intelectuais através dos periódicos destacam a importância dessas publicações para o pensamento político e social brasileiro. Devido aos inúmeros objetivos que norteavam a fundação de uma revista acredita-se ser improdutivo classificá-las num mesmo conjunto documental ou hierarquizá-las em importância. Assim, a interferência dos intelectuais nos debates políticos ocorreu também através dos periódicos, especializados ou não, utilizados na divulgação de seus posicionamentos, propostas, ações interventoras, respostas às acusações sofridas etc.

As revistas tornaram-se instrumentos essenciais no universo intelectual, graças à rapidez na sua edição e distribuição; à ampla capacidade de circulação de ideias; e à possibilidade de serem organizadas por grupos intelectuais bem definidos.<sup>113</sup> Dessa forma, o papel de destaque do intelectual na construção da identidade nacional, na formulação de prognósticos e na legitimação ou contestação dos regimes políticos no Brasil pode ser observado através da análise dos periódicos desde o século XIX, em publicações como *A República* e a *Revista Ilustrada*, até o século XX com a criação, de revistas como *Terra do Sol*, *Terra Roxa*, *A Revista*, *Revista do Brasil*, *Festa*, *Cultura Política*, *Cultura*, *Revista Brasileira de Cultura*, entre outras.

---

<sup>113</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

A entrevista de Gilberto Freyre, presidente do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco e também membro do CFC, concedida ao periódico *O Jornal* durante o lançamento da revista do CEC/PE, merece uma análise cuidadosa. A entrevista, dada sua relevância, foi transcrita para a revista *Cultura*, nº28, e transformada em artigo intitulado “Conselhos de Cultura”.<sup>114</sup> Vejamos a resposta de Freyre quando questionado sobre a importância de um periódico dedicado à cultura:

“Precisamente aqui é que revistas de cultura como a que acaba de iniciar sua publicação no Recife, podem desenvolver uma atividade que desmanche qualquer suspeita em torno dos propósitos com que foram criados e para que existem o CFC e os conselhos estaduais de cultura no Brasil. Eles não visam dirigir a cultura nacional ou as culturas regionais ou estaduais ou municipais; não pretendem oficializá-las; não se propõem a subordiná-las ao governo federal ou aos estados ou aos municípios como órgão passivamente burocráticos desses governos (...). O que se procura, através, quer do sistema de Conselhos de Cultura que atualmente funciona no país, quer através de suas revistas, é favorecer, amparar, estimular instituições e atividades em que se exprima, ou que venha se exprimindo, uma cultura brasileira – inclusive protegendo contra a ação do tempo ou contra os desvarios de insensatos ou a ganância de interesses privados, valores históricos, monumentos artísticos, paisagens de interesse públicos ou de significação nacional. Pois, sem pretenderem concorrer para qualquer oficialização da cultura brasileira ou para sua passiva subordinação – como os Estados totalitários – a governos, conselhos de cultura e suas revistas e iniciativas não põem ir ao extremo de se considerarem alheios a responsabilidades para com o que, naquelas instituições e naquelas atividades, vai sendo e continua a ser, expressão de um espírito nacional e de formas regionais – inclusive folclóricas – de cultura. Por serem, o espírito, nacional, e as formas, regionais, e até municipais, não deixam, de ter, entretanto, ou deveria ter, projeções transnacionais; nem estão impedidas de alcançar, ou de vir, a alcançar, significados e repercussões universais (...).”<sup>115</sup>

Esta longa citação nos revela a importância dos periódicos no universo intelectual, a função política desses impressos e a interação entre as esferas culturais e políticas estimuladas pelos intelectuais dessa geração. Os dois espaços de atuação dessas personagens, o administrativo e o intelectual, se confundem e se associam de tal maneira que são capazes de incorporar uma mesma função, neste caso, preservar e estimular uma determinada perspectiva analítica sobre a “cultura nacional”.

A equalização entre o papel dos periódicos e o próprio aparato burocrático é enfatizada por Freyre durante toda a entrevista. Dessa forma, o sociólogo propõe que os periódicos e a máquina administrativa produzam o mesmo efeito de sentido: são instrumentos de “preservação”, “estímulo” e “amparo” às instituições e atividades relacionadas à cultura nacional. Ambos os instrumentos de proteção da cultura, distintos em sua natureza e organização, tornam-se comparáveis pela dimensão política que adquirem na ação intelectual:

<sup>114</sup> FREYRE, Gilberto. “Conselhos de Cultura”. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC/CFC, nº 28, outubro de 1969. pp.13-15

<sup>115</sup> Entrevista de Gilberto Freyre ao “O Jornal” em 03 de outubro de 1969. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC/CFC, nº 28, outubro de 1969.



são utilizados como mecanismos de promoção e divulgação dos projetos e paradigmas intelectuais; altamente valorizados e complementares entre si. Uma agência burocrática dedicada a assuntos predominantes no universo intelectual necessariamente precisa incorporar estratégias de intervenção próprias do campo intelectual como, por exemplo, o estímulo a publicações diversas como parte das políticas estatais para a cultura.

Alguns fatores contribuem para a exaustiva presença dos intelectuais na política entre as décadas de 1920 e 1970: o pouco desenvolvimento do mercado editorial; a debilidade das instituições dedicadas exclusivamente ao trabalho intelectual; o incipiente desenvolvimento das pós-graduações neste período. Dessa forma, fazia-se necessária a construção de um modelo de ação que legitimasse essa tênue relação entre os dois campos de atuação do intelectual, o político e o cultural evitando a subordinação de um ao outro. Portanto, a função de um periódico oficial ou de uma instituição burocrática dedicada à cultura, como insiste Freyre, não seria “oficializar” a esfera cultural, posto que a autonomia do campo depende da criação de regras específicas do próprio campo, legitimadas e disputadas pelos seus membros<sup>116</sup>. A declaração não-oficializante de Freyre, tão compartilhada pelos seus companheiros de Conselho, tem por objetivo preservar a integridade do campo cultural, e principalmente do intelectual, estabelecendo com a esfera política um intercâmbio salutar.

As análises sobre a ação dos intelectuais através dos periódicos nos possibilitam identificar a manutenção de práticas do universo intelectual que institucionalizaram o campo cultural e identificam a participação do intelectual como agente político. Ao longo do século XX, a intelectualidade brasileira criou mecanismos de inserção social que foram compartilhados por vários grupos intelectuais, independente das diferenças ideológicas, dos posicionamentos políticos ou dos objetivos imediatos. Sem detalhar exaustivamente a historiografia podemos observar que dentre as práticas institucionalizadas pela intelectualidade brasileira no período republicano estavam: a busca constante pelos elementos caracterizadores da nacionalidade; a criação de periódicos com a publicação de calendários temáticos; o auto-reconhecimento do grupo através de homenagens ou da descrição da trajetória dos seus integrantes.

A historiadora Mônica Pimenta Velloso investigou a ação intelectual carioca na Primeira República, propondo que o modernismo fluminense será prioritariamente expresso

---

<sup>116</sup> Sobre a autonomia e as regras específicas do campo cultural ver: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 2ª edição

através dos periódicos e caricaturas, cuja estratégia de interferência política ocorrerá pelo uso do humor associado à noção de modernidade. Ao analisar a revista *D. Quixote* (1917-1927), Velloso resalta algumas práticas intelectuais na publicação da revista como o caráter memorialista, a criação de um calendário (Kalendário Humorístico) e o uso do passado na compreensão da nacionalidade.<sup>117</sup>

Os primeiros anos da República foram marcados por uma grande euforia gerada por uma industrialização, ainda que incipiente, e a incorporação de novas tecnologias. Como afirma Velloso, este era um período marcado no universo intelectual pela efervescência cívica e patriótica ao lado de um desencanto pela condução política orquestrada pelos governantes da nova República. O alijamento político de ampla parcela da população, os altos índices de analfabetismo e a manutenção de práticas monarquistas, como o clientelismo, tornavam a política o alvo central dos debates intelectuais e de suas publicações. Para Velloso, os periódicos estão integrados a outros espaços como os salões, as associações e os cafés, ampliando as redes intelectuais e os lugares de convívio. Esses espaços de sociabilidade fomentavam a circulação de ideias e a criação de grupos mais ou menos coesos. A formação e a manutenção desses grupos dependiam da convivência nesses múltiplos espaços e as publicações intelectuais respondem, a favor ou contra, aos debates promovidos nesses ambientes sobre a realidade social. Neste caso, a criação e a vitalidade de um periódico estão articuladas à constituição do grupo e ao pertencimento dos indivíduos neste *pétit monde* que deveriam responder a certas práticas de reconhecimento.<sup>118</sup>

Outro periódico que ganhou destaque nos círculos intelectuais foi a *Revista do Brasil*, investigado por Tania Regina de Luca. Como destaca De Luca, a primeira fase da revista (1916-1925) foi financiada por Júlio Mesquita, diretor do jornal *O Estado* de São Paulo, dirigida inicialmente por Plínio Barreto e depois adquirida por Monteiro Lobato (1918). A revista teve como redator-chefe Rodrigo Mello Franco de Andrade. A revista, cujo objetivo foi a defesa da cultura nacional nos moldes do modernismo paulista, tornou-se um importante periódico a circular no campo intelectual da 1ª República. Para Tania Regina de Luca, a *Revista do Brasil* compunha com *Terra Roxa* e *A Revista* a produção intelectual que buscava a essência brasileira através da “nacionalização da arte”. O periódico se tornou uma referência no círculo intelectual paulista. Com linguagem especializada e formal, dirigia-se a elite intelectual e política e propunha debates clássicos do universo político brasileiro como “(...)

---

<sup>117</sup> VELLOSO, Mônica (2006) op.cit.

<sup>118</sup> Idem. p. 37

eleições presidenciais, voto secreto, reforma constitucional, estado de sítio, pobreza do Nordeste, problemas sanitários etc (...).<sup>119</sup>

O periódico, cujo primeiro nome sugerido foi *Cultura*, funcionou como um espaço de sociabilidade privilegiado na fomentação de ideias e na defesa de práticas políticas que permitissem ao país consolidar uma democracia moderna. As práticas cívicas identificadas como instrumentos da cidadania eram expressas através de artigos cujas temáticas valorizavam “(...) a língua, a literatura, o folclore, a história e a geografia nacional, além de infundir o culto e o respeito pela bandeira, pelo hino, pelas festas cívicas e pelos nossos heróis.”<sup>120</sup> Em meio a páginas com objetivos reformistas e cívicos, ainda havia espaço para seções temáticas, cuja mais recorrente foi a seção dedicada à vida e à obra dos imortais da Academia Brasileira de Letras. Apesar de não detalhar as seções da *Revista do Brasil*, De Luca apresenta através de dados estatísticos a importância da seção dedicada aos acadêmicos diante das demais: a seção “Academia Brasileira de Letras” ocupou vinte seis números dos cento e treze números estudados pela historiadora, enquanto que o segundo lugar em publicações na seção especializada foi “Fatos e Idéias” com apenas sete números. Para De Luca, esse fato pode ser interpretado como o reconhecimento da importância da ABL no cenário intelectual. Cabe ressaltar que a historiografia brasileira dedicada à compreensão dessas publicações tem apontado com frequência o destaque que os membros da ABL recebem nos periódicos especializados.

Além da *Revista do Brasil*, outro periódico que merece nossa atenção é *Cultura Política* (1941-1945). A historiadora Angela de Castro Gomes realizou importante estudo sobre essa publicação que, ao contrário da *Revista do Brasil*, foi financiada pelo Estado durante a ditadura de Vargas com o objetivo de divulgar a política cultural estadonovista e explicar os rumos e orientações promovidos por esse Estado. A criação do jornal *A Manhã* e da revista *Cultura Política* em 1941 marcam a importância dos debates nacionais e da produção de ideias para o Estado Novo. As representações sobre a “realidade nacional” divulgadas nas páginas desses dois periódicos, respectivamente, sob a direção de Cassiano Ricardo e Almir Bonfim de Andrade deveriam expressar as virtudes cívicas e morais do país, ressaltando o esforço do novo governo em promover a modernização sem romper com uma suposta essência política e cultural brasileira constitutiva de nossa nacionalidade. Os periódicos oficiais funcionavam como interlocutores entre o Estado e a intelectualidade,

---

<sup>119</sup> DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.48

<sup>120</sup> Idem. p. 301

divulgando as “mudanças patrióticas” promovidas por Vargas e buscando no passado a legitimidade necessária para os vínculos ideológicos preconizados pelo Estado Novo. Neste momento, também são realçados elementos como a língua, a literatura, o folclore, os símbolos cívicos (hino e bandeira), os grandes heróis nacionais, as figuras proeminentes que fizeram nossa história, tornando-os patrimônios a serem lembrados e reverenciados, anunciando nosso futuro pródigo e demonstrando a especificidade brasileira diante das demais nações, que por sua singularidade não poderia se apropriar de modelos políticos alheios a sua trajetória histórica.<sup>121</sup>

A historiografia dedicada a investigar os periódicos demonstra como o período republicano marcou o início de um longo debate sobre a nacionalidade e a vida política brasileira com publicações de forte conteúdo cívico e ancoradas numa releitura do passado que supostamente descortinasse as autênticas estruturas culturais e políticas nacionais. O descontentamento com os caminhos da República, a manutenção de práticas políticas clientelistas, a incapacidade do Estado em prover educação e saúde a todas as camadas da população, corroboravam com as visões do país atrasado e arcaico. Assim, a intelectualidade brasileira elabora uma auto-imagem que a define como construtora dos rumos da nação e detentora dos conhecimentos e práticas necessárias à condução do país à modernidade. Como podemos observar, através da historiografia, algumas práticas são recorrentes na organização dos periódicos: a forte presença dos acadêmicos nestes projetos; o papel cívico dado aos periódicos; o caráter essencialista da nacionalidade; a visão regionalista da cultura nacional; a supremacia dos ideais modernistas.

O Conselho Federal de Cultura também optaria pela publicação de periódicos como veículos de divulgação de suas ideias e das políticas executadas. Os dois periódicos publicados pelo Conselho foram: *Cultura* e *Revista Brasileira de Cultura*. Além disso, o CFC sempre incentivou a presença de jornalistas nas sessões plenárias e fazia questão de publicar no seu periódico mensal as notícias veiculadas sobre o órgão, numa clara demonstração da importância da divulgação de suas ideias e ações para o maior número possível de leitores, especialistas ou não em assuntos culturais.

### 2.2.1 *Cultura*: O boletim informativo do Conselho

O Conselho Federal de Cultura, tal como seu congênere – o Conselho Federal de Educação (CFE) –, era obrigado pelo decreto-lei de seu regimento a publicar em boletim

---

<sup>121</sup> GOMES, Angela Castro. Op.cit.

oficial e informativo todas as suas atribuições e realizações, incluindo anteprojetos de leis, atas das sessões plenárias, deliberações, sindicâncias, inventários, resoluções, ou seja, todo o seu cotidiano burocrático. O CFC passou a editar a revista *Cultura*, em caráter simétrico a *Documenta*, revista do CFE, com duplo objetivo: informar sobre as ações do Conselho, obrigatório por lei, e divulgar o posicionamento dos conselheiros sobre as questões pertinentes ao universo cultural. Por portaria ministerial, a revista *Cultura*, que já existia, e estava a cargo do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, até março de 1967, foi transformada na nova publicação do CFC.<sup>122</sup> Em abril de 1967, o secretário-geral do MEC, Edson Franco, assinou no CFC o convênio que autorizava a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro a publicar o periódico.<sup>123</sup>

A revista *Cultura* foi editada no período de 1967 a 1970 sendo, posteriormente, substituída pelo *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Como não há diferenças editoriais entre a *Cultura* e o *Boletim*, iremos classificar ambos os periódicos como um único corpus documental. Cabe explicar que a mudança na nomenclatura, a partir de 1971, buscava esclarecer o papel do periódico como divulgador das ações políticas do CFC no setor cultural, diferenciando-o da sua segunda publicação: a *Revista Brasileira de Cultura*. A única diferença entre a *Cultura* e o *Boletim do Conselho Federal de Cultura* era sua periodicidade: a *Cultura* era mensal, enquanto o *Boletim* passou a ser editado trimestralmente. Foram editados quarenta e dois números de *Cultura* (1967-1970) e vinte números do *Boletim do Conselho Federal de Cultura* entre 1971 e 1975, totalizando sessenta e dois exemplares no período pesquisado.

O diretor-responsável pela revista foi Manoel Caetano Bandeira de Mello, secretário-geral do Conselho. A estrutura do periódico permaneceu a mesma durante todo o período pesquisado e possuía quatro seções fixas, organizadas inicialmente nesta ordem: “Estudos e Proposições”; “Pareceres”; “Noticiário” e “Atas”. Essa organização não impediu que os acontecimentos considerados importantes pelos conselheiros fossem incluídos nas páginas de *Cultura*. Dessa forma, alguns números apresentavam editoriais dedicados aos eventos e aos debates sobre o setor; outros números publicavam seções esporádicas, como aquelas dedicadas às homenagens ou aos registros de “encontros” e “seminários” promovidos pelo

---

<sup>122</sup> Portaria n. 71 de 13 de março de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.1, julho de 1967. p.115

<sup>123</sup> Ata da 16ª sessão plenária realizada em 28 de abril de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.2, agosto de 1967. p.89-95 p.91

Ministério, ou ainda a seção móvel “Atos Relativos à Cultura”, que só era publicada para divulgar os atos administrativos do MEC referentes ao setor cultural.

A própria ordem das sessões sofreu mudanças ao longo da publicação. A partir do terceiro número, a seção “Noticiário” passou a encerrar o periódico e a seção “Pareceres” foi publicada após a seção móvel “Atos Relativos à Cultura”. Quando um acontecimento era incluído através da criação de uma seção temporária, o seu lugar na revista era determinado pelo seu grau de importância. No geral, os eventos organizados pelo MEC abriam o número e as homenagens eram alocadas após a 1ª seção “Estudos e Proposições”. No caso dos editoriais, estes raramente eram assinados, apresentando-se como a opinião geral do Conselho. Por se tratar de um periódico de divulgação das propostas e realizações do CFC não havia espaço para publicação de cartas de leitores. A função primordial de *Cultura/Boletim* era apresentar a um leitor interessado nas questões burocráticas do setor cultural as ações governamentais, por isso sua distribuição ficou restrita a espaços bem definidos, selecionados por sua relevância cultural ou institucional como órgãos culturais, públicos e privados, e universidades. A tentativa de informar o grande público sobre as ações do CFC cabia à imprensa.

As quatro seções serão apresentadas neste capítulo com o objetivo de avaliarmos a construção da ação institucional dos membros do CFC, na medida em que defendemos que a revista funcionou como um duplo espaço, burocrático e divulgador das ideias coletivas, e expressava a tradição intelectual brasileira do uso dos periódicos como espaços de sociabilidade. Assim, uma publicação que materializasse as duas características do SER intelectual, “homem de pensamento e ação” corroborava para legitimar a auto-imagem construída por essa geração que incluía a participação ativa no Estado e a elaboração de conceitos definidores da nação, que neste caso, está ancorada na definição do civismo. Reforçamos que o civismo como o cerne da nacionalidade não foi exclusividade do projeto apresentado pelo Conselho Federal de Cultura ou pelos ideólogos da ditadura civil-militar, ainda que neste momento, tenha contornos específicos; ao contrário, já aparece no universo intelectual desde meados da década de 1910 e foi detectado na historiografia, já brevemente apresentada, dedicada aos periódicos especializados e organizados pela intelectualidade.

A primeira sessão, “Estudos e Proposições”, tinha a finalidade de apresentar os debates intelectuais travados pelos membros do Conselho nos diversos espaços frequentados por essas personagens. Devido à ampla participação desses homens no universo cultural e político, os textos publicados possuem várias temáticas: a unificação da ortografia; a

preservação das reservas naturais brasileiras; a música; a relação entre ensino e cultura. Além disso, a seção publicava os artigos elaborados por solicitação do próprio plenário do Conselho, especialmente, na comemoração de alguma efeméride como o nascimento ou morte de alguma personagem do mundo das letras ou das artes. O texto da homenagem, inicialmente lido em sessão plenária, era transcrito na íntegra e publicado com o intuito de reverenciar o homenageado. Cabe lembrar, que tais homenagens são distintas daquelas que tratamos no capítulo anterior; neste caso, prevalece a percepção de que a nacionalidade é construída por personagens singulares e acontecimentos épicos, ao contrário das homenagens aos pares, cujo objetivo central é a construção de uma auto-imagem específica do grupo que legitime sua atuação no aparelho estatal.

Na seção “Estudos e Proposições”, eram publicados de dois até dezoito artigos por número editado e prevaleciam temáticas relacionadas ao patrimônio cultural brasileiro; às ações promovidas pelo Estado para defendê-lo e divulgá-lo; às efemérides e às homenagens aos companheiros. Os artigos são um importante indicador da função do periódico como veículo de divulgação dos posicionamentos ideológicos do grupo sobre os elementos formadores do patrimônio cultural brasileiro. Entre os anos de 1967 e 1975 foram publicados quatrocentos e dois artigos. Desse total, trezentos e sessenta e dois são assinados individualmente pelos conselheiros (90%), vinte e três não são assinados, indicando que se tratava de um artigo do CFC (5,7%) e dezessete são de outros representantes do cenário cultural (4,3%). Muitos desses artigos eram previamente lidos nas sessões plenárias ou inicialmente publicados em jornais de grande circulação e, posteriormente, pela repercussão entre os conselheiros, indicados à publicação nos periódicos. Neste período, apenas os números 1, 30, 34 e 41 da revista *Cultura* e os números 1 e 18 do *Boletim do Conselho Federal de Cultura* não apresentam a seção “Estudos e Proposições” suprimida para a publicação dos textos vencedores de concursos ou encontros promovidos com o apoio do CFC.

A análise quantitativa da autoria dos artigos publicados indica que a maioria dos conselheiros publicou nos periódicos. Os conselheiros que publicaram mais de dez artigos, em geral, o fizeram publicando mais de um artigo por número da revista. O conselheiro Dom Marcos Barbosa foi quem mais colaborou com o periódico, totalizando trinta artigos; contudo, este número não ultrapassa 10% do total de artigos publicados, revelando a ampla participação dos vários membros do Conselho nas revistas *Cultura/Boletim*. Dos quarenta intelectuais que atuaram no CFC entre 1967 e 1975 apenas seis conselheiros não publicaram

artigos nos periódicos *Cultura* e *Boletim do Conselho Federal de Cultura* no período estudado: Armando Schnoor, Augusto Meyer, Deolindo Couto, Francisco de Assis Barbosa, Miguel Reale, Raymundo Castro Maya e Sabbato Magaldi. O secretário-geral do CFC Manoel Caetano de Mello publicou quatro artigos na *Cultura*. Os treze artigos publicados por não integrantes do CFC têm como autores: Abgar Renault, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Drummond de Andrade, Edson Franco, Elvio Clemente, Euryalo Canabrava, Fernando de Mello Freyre, Gilberto Amado, Hélio Polvora, João Lyra Filho, Leandro Tocantins, Santos Morais e Tristão de Athayde.

<b><i>Número de artigos publicados entre 1967-1975 na seção “Estudos e Proposições” dos periódicos “Cultura” e “Boletim do Conselho Federal de Cultura”</i></b>		
<b><i>Conselheiros:</i></b>	<b><i>Número de artigos:</i></b>	<b><i>%</i></b>
Dom Marcos Barbosa	30	8,2
Hélio Vianna	26	7,1
Manuel Diégues Júnior	26	7,1
Octávio de Faria	25	6,2
José C. Andrade Muricy	22	6,0
Djacir Lima Menezes	21	5,8
Gilberto Freyre	21	5,8
Irmão José Otão	18	4,9
Cassiano Ricardo	17	4,6
Josué Montello	17	4,6
Pedro Calmon	17	4,6
Roberto Burle Marx	17	4,6
Arthur César F. Reis	14	3,8
Clarival Prado Valladares	14	3,8
Raquel de Queiroz	14	3,8
Silvio Meira	13	3,5
Raymundo Faoro	11	3,0
Renato Soeiro	6	1,6
Gustavo Corção	5	1,3
Afonso Arinos	4	1,1
Ariano Suassuna	4	1,1
Rodrigo M. F. de Andrade	4	1,1
Adonias Aguiar	3	0,8
Moyes Vellinho	3	0,8
José Candido M. Carvalho	2	0,5
Maria Alice Barroso	2	0,5
Vianna Moog	2	0,5
Gladstone Chaves de Mello	1	0,2
Herberto Sales	1	0,2
João Guimarães Rosa	1	0,2
Peregrino Júnior	1	0,2
<b><i>Artigos publicados pelos conselheiros:</i></b>	<b><i>362</i></b>	<b><i>90%</i></b>
<b><i>Artigos não assinados:</i></b>	<b><i>23</i></b>	<b><i>5,7%</i></b>
<b><i>Artigos de representantes do cenário cultural</i></b>	<b><i>17</i></b>	<b><i>4,3%</i></b>
<b><i>Total:</i></b>	<b><i>402</i></b>	<b><i>100%</i></b>



A análise quantitativa e qualitativa dos temas presentes nesses artigos demonstra que a seção “Estudos e Proposições” era prioritariamente dedicada às temáticas relacionadas aos elementos definidos pelo CFC como integrantes do patrimônio cultural brasileiro e às personagens que defendiam, promoviam e divulgavam esse patrimônio, ou seja, as áreas do patrimônio histórico, artístico e natural; a história nacional, as letras seus eventos e personagens principais. Além do patrimônio cultural brasileiro, os artigos dedicados às homenagens e às políticas culturais ocuparam um importante espaço nos volumes das revistas.

As homenagens reverenciavam as personagens do cenário cultural em virtude de um prêmio recebido, do transcurso do aniversário, o mérito de uma obra publicada ou o desaparecimento trazido pela morte, perda considerada irreparável para a cultura nacional. A ação de reverenciar outras personagens do universo cultural funcionava como ato simbólico de imputar no outro os traços constitutivos dos “homens da cultura”. A homenagem identificava no homenageado as características compartilhadas pelo grupo, registrando os parâmetros definidores do pertencimento a esse *petit monde*, no qual os conselheiros estavam integrados.

<b>Temáticas:</b>		
Temas:	Números:	%
Homenagens	79	19,6
História/Comemorações/Centenário	76	18,9
Política Cultural	43	10,6
Literatura/Literatos/Publicações	41	10,1
Patrimônio Artístico, Histórico e Natural Nacional	33	8,2
Ideias	29	7,7
	<b>1ª Parcial: 301</b>	<b>75,1%</b>
Concursos/Congressos/Festivais/Prêmios	18	4,4
Educação	12	2,9
Cinema	9	2,2
Investimento em pesquisas no Brasil	9	2,2
Pensamento Social e Político Brasileiro	9	2,2
Práticas Cívicas/Símbolos Nacionais	8	1,9
Música	7	1,7
Discursos de recepção-posse de conselheiros/Visitas	7	1,7
Movimento Modernista	6	1,4
Direito	6	1,2
Situação dos índios no Brasil	4	0,9
Intelectuais	2	0,4
Unificação da Língua Portuguesa	2	0,4
Movimento Academicista	1	0,2
	<b>2ª Parcial: 101</b>	<b>21,7%</b>
	<b>Total: 402</b>	<b>100%</b>

A seção “Estudos e Proposições” destacava às ações do CFC e do MEC no setor cultural, por isso o número elevado de artigos sobre os rumos da política cultural. A

institucionalização do setor cultural a partir da organização burocrática era um dos principais pilares de ação do Conselho.

“Estudos e Proposições” refletiu a lógica de intervenção dos conselheiros, suas práticas de institucionalização e reconhecimento no campo cultural, especialmente, a importância de uma ação intelectual alicerçada no amplo conhecimento da história, literatura e artes nacionais. A organização da cultura, nestes parâmetros, não poderia ser um trabalho realizado por técnicos, pois dependia de uma elite cultural que por sua erudição era capaz de identificar, nomear e valorizar a produção de uma cultura genuinamente nacional.

A seção “Pareceres” era a segunda seção na organização da revista, eventualmente precedida da esporádica seção “Atos Relativos à Cultura” ou por seções de homenagem ou eventos do Ministério. Esta seção se dedicava à publicação dos pareceres emitidos pelos conselheiros sobre os pedidos de auxílio financeiro solicitados por instituições culturais públicas ou privadas; grupos teatrais e folclóricos; artistas e escritores em geral; e conselhos ou secretarias estaduais e municipais. As solicitações eram encaminhadas a uma das Câmaras e distribuídas entre os conselheiros do setor para emissão do parecer. Cada processo era avaliado por apenas um conselheiro-parecerista. Após a aprovação ou rejeição do parecer pelos conselheiros e sua leitura em sessão plenária, o resumo do processo era publicado na revista, com o intuito de tornar públicas as decisões do conselho.

Entre os anos de 1967 e 1975 foram publicados dois mil duzentos e sessenta e cinco pareceres. A grande quantidade de processos e a obrigatoriedade da aprovação dos pareceres nas reuniões plenárias sobrecarregavam os conselheiros e sacrificavam outras áreas de atuação. Além disso, os poucos recursos disponíveis dificultavam a realização dos convênios, apesar da grande quantidade de pareceres favoráveis. As normas definidas pelo Conselho hierarquizaram o processo de distribuição de recursos, gerando processos aprovados que simplesmente não eram executados. Dentro dos objetivos e limites desta tese, optei por uma breve apresentação da seção, legando para uma futura pesquisa uma investigação mais detalhada sobre os mecanismos de avaliação dos processos. Um breve inventário da documentação referente aos processos nos permite algumas considerações iniciais.

O CFC criou normas para orientar a autorização e distribuição das verbas, que ocorriam através da criação de convênios. Os critérios adotados para a concessão de auxílios foram fixados pelo Conselho através das “Normas para concessão de auxílios da União a instituições de cultura oficiais e particulares”. No caso das instituições particulares, estas só seriam beneficiadas com verbas da União se fossem comprovadamente de “utilidade pública”,

título que recebiam da presidência da República. Essa exigência do Conselho e a função do Estado como principal financiador das instituições culturais promoveram uma verdadeira corrida em busca do título. Tais normas foram elaboradas pelos conselheiros e enviadas ao ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra para homologação como projeto de resolução. O projeto de resolução, redigido por Afonso Arinos e aprovado em sessão plenária resolveu que:

“1º - A concessão de auxílios da União a instituições oficiais e particulares de utilidade pública, para conservação e guarda de seu patrimônio artístico ou bibliográfico e para execução de projetos específicos visando à difusão da cultura científica, literária e artística, será feita pelo Conselho na conformidade de um plano anual que o plenário deverá aprovar até 31 de maio de cada ano, em obediência às determinações da presente resolução.”<sup>124</sup>

O CFC passou a controlar a distribuição das escassas verbas orçamentárias destinadas a auxiliar as instituições culturais, públicas e particulares, mas insistia na criação de um órgão executivo, a Secretaria da Cultura, para evitar a burocracia que envolve a distribuição de verbas. Dessa forma, o interesse do Conselho era controlar a aplicação dos auxílios cedidos pela União, inclusive definindo prioridades para a concessão, enquanto a fiscalização e a liberação das verbas ficariam a cargo de uma secretaria executiva.

As atividades realizadas pelo CFC, incluindo a realização de convênios, eram informadas ao ministro da Educação e Cultura através de relatórios anuais publicados integralmente nas páginas de *Cultura* e do *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Não havia um padrão na elaboração dos relatórios, por isso apresentamos os dados possíveis sobre a quantidade de convênios e o volume das verbas empenhadas na execução dos mesmos. Esse inventário inicial revela a prioridade dos investimentos nos projetos da Câmara de Artes e da Câmara de Letras. Cabe lembrar que a divisão dos processos era definida pelo próprio Conselho, sem a interferência do solicitante.

Os relatórios de 1967 e 1968 foram produzidos em conjunto. Em 1967, foram assinados quatorze convênios, “num total de quase um milhão de cruzeiros novos”. Em 1968, foram realizados sessenta e dois convênios, um investimento de NCr\$ 4.000.000,00, cujos objetivos eram: “aquisição de equipamentos e instalações” – NCr\$ 800.000,00; “realização

---

<sup>124</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Normas para auxílios a instituições de cultura oficiais e particulares. In: *Cultura*, CFC/MEC, ano I, n°3, setembro de 1967 pp.53-55 p.53

de festivais e prêmios” – NCr\$ 500.000,00; publicação de obras – NCr\$ 200.000,00; “novas obras” em instituições culturais – NCr\$ 1.300,00; “obras de restauração” – NCr\$ 1.160,00.<sup>125</sup>

Em 1969, o relatório informativo das ações empreendidas pelo CFC, assinado pelo presidente do Conselho Arthur Cézár Ferreira Reis, destaca que foram firmados cinquenta e nove convênios no valor total de NCr\$ 3.799.559,00, não informando sua distribuição entre as Câmaras. Neste relatório ficaram expostas as limitações do CFC em responder às demandas do setor, ao informar a quantidade de processos de solicitação de apoio e/ou auxílio financeiro remetidos às Câmaras – mil e quinhentos processos –, em contraste com o número de processos examinados, apenas quatrocentos e quinze.<sup>126</sup>

No ano de 1970, foram firmados oitenta e seis convênios distribuídos por dezesseis estados da federação, totalizando um investimento de Cr\$ 3.483.185,00, o equivalente a 73,5% do orçamento destinado ao Conselho naquele ano (Cr\$ 4.738.400,00). O estado mais beneficiado pelos recursos do CFC foi o da Guanabara com Cr\$ 1.805.226,73, seguido pelo estado do Rio Grande do Sul com Cr\$ 276.290,00. Ainda foram realizados convênios com os estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo. O total das verbas foi assim distribuído entre as Câmaras:<sup>127</sup>

<i>Câmaras:</i>	<i>Cr\$:</i>
Câmara de Artes	1.074.826,27
Câmara de Letras	1.799.378,73
Câmara de Patrimônio	578.980,00
Câmara de Ciências Humanas	30.000,00

Em 1971, José Otão, em entrevista publicada no jornal *Correio do Povo*, e transcrita integralmente para o *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, informava as atividades realizadas no ano de 1971. O relatório de atividades, precedido da lista de objetivos do CFC, insistia na falta de recursos que inviabilizava o atendimento a todos os pedidos aprovados.

<sup>125</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “O Conselho Federal de Cultura e as atividades a serviço do Brasil”. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, julho de 1969, pp. 7-20

<sup>126</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Relatório das atividades do exercício de 1969.” In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n.º 31, janeiro de 1970 pp. 7-17

<sup>127</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Relatório do Presidente do CFC”. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n.º 42, dezembro de 1970. pp. 7-20.

Foram avaliados pelo Conselho duzentos e quarenta e oito processos. Dos noventa e quatro pedidos aprovados, trinta não receberam recursos, sendo firmados sessenta e quatro convênios no valor total de Cr\$ 2.618.200,00. Ainda no relatório constavam os dados relativos à divisão de verbas entre os estados, destacando os seis mais beneficiados: “(...) Guanabara (41,78%), Pará (10,96%), Minas Gerais (9,52%), São Paulo (7,58%), Pernambuco (6,83%) e Rio Grande do Sul (5,87%).” Novamente, o estado da Guanabara concentrou uma parcela importante dos investimentos. Tais dados quantitativos indicam que a defesa da cultura regional como característica da cultura nacional não se traduzia na descentralização da cultura, pois o núcleo do investimento prevalecia nas instituições localizadas no estado da Guanabara, priorizando-se aquelas de caráter federal. Sobre a distribuição de processos e verbas entre as Câmaras neste ano foi informado:<sup>128</sup>

<i>Câmaras:</i>	<i>Número de processos avaliados:</i>	<i>Investimento por Câmara (Cr\$)</i>
Câmara de Letras	65 processos	781.190,00
Câmara de Artes	96 processos	747.530,00
Câmara de Ciências Humanas	29 processos	726.980,00
Câmara de Patrimônio	58 processos	362.500,00

No biênio 1970-1971, as câmaras de Letras e de Artes receberam os maiores volumes de recursos. Esses dados, mesmo que incipientes, pois não estão sendo inventariados os projetos beneficiados, indicam que o patrimônio de *pedra e cal*, sob ingerência da Câmara de Patrimônio, não foi priorizado pelo Conselho em detrimento dos demais setores da cultura.

Durante a posse do novo presidente do CFC para o biênio 1973/1974, o então presidente do CFC Arthur César Ferreira Reis informou ao ministro da Educação e Cultura, em seu discurso final, que ao longo de sua gestão, 1969-1972, foram realizados duzentos e setenta e três convênios com os mais diversos estados da federação, exigindo-se a prévia aprovação dos conselhos estaduais de cultura ou secretarias estaduais de cultura.<sup>129</sup>

<sup>128</sup> OTÃO, José. “O Conselho Federal de Cultura no ano de 1971”. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º 5, jan-mar de 1972 pp.26-30

<sup>129</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Eleição dos novos presidente e vice-presidente do Conselho Federal de Cultura”. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n.º 9, janeiro-março de 1973, pp. 11-37.

Na visita do ministro Jarbas Passarinho, no início de 1974, Raymundo Moniz de Aragão fez uma breve prestação de contas dos trabalhos executados durante o ano que acabara de findar informando que, em 1973, com os quatro milhões de cruzeiros disponibilizados pelo MEC, foram privilegiados três setores, cujas verbas foram assim distribuídas: patrimônio (35%); difusão da cultura (37%); incentivo à criatividade (28%). As Câmaras solicitavam maior volume de recursos financeiros conforme suas atividades. A Câmara de Patrimônio devido ao alto custo dos projetos de restauração e preservação do acervo arquitetônico e bibliográfico era a mais desejosa de investimentos, seguida pela Câmara de Artes e a de Letras. A Câmara de Ciências Humanas dedicada a pesquisas sobre a cultura nacional recebia menos recursos, pois suas necessidades financeiras eram menores.

Tais dados infelizmente são pouco reveladores, pois não detalham as instituições e os projetos beneficiados pelo Conselho Federal de Cultura. Contudo, podemos averiguar associando a outros projetos empreendidos pelo Conselho, como sua ação editorial, o lançamento de um calendário cultural anual, as casas de cultura, a comemoração de efemérides, que a valorização do patrimônio de *pedra e cal* era apenas mais uma área de atuação do CFC e não sua prioridade, desmitificando a compreensão do CFC como uma instituição dedicada apenas aos projetos preservacionistas do conjunto arquitetônico colonial. Só uma análise detalhada dos processos enviados e dos pareceres emitidos permitirá no futuro a formulação de respostas a indagações como: quais eram os pedidos relatados nos processos e as condições para aprovação dos mesmos? Quais as solicitações sumariamente negadas? Quais as instituições mais beneficiadas? Por que o estado da Guanabara foi disparado o maior beneficiado com as verbas do CFC? Quais os processos que efetivamente resultaram em convênios? Quais as Câmaras que mais dispunham de verbas para o financiamento? Quais os critérios de avaliação dos processos e distribuição das verbas?

A penúltima seção, “Atas”, publicou integralmente as quatrocentas e oitenta e nove atas das sessões plenárias realizadas até dezembro de 1975, dos grupos de trabalho e dos encontros realizados. As sessões plenárias ocorriam preferencialmente na terceira semana de cada mês, com exceção do mês de dezembro, quando as reuniões eram transferidas para as primeiras semanas. A abertura de cada sessão era marcada pelo registro dos conselheiros presentes e pela leitura da ata anterior. Os trabalhos eram iniciados através das “comunicações” com a apresentação dos temas centrais: os conselheiros apresentavam seus projetos, traziam solicitações de seus estados; promoviam debates sobre um episódio ocorrido; e, por fim, registravam condolências ou felicitações; logo após, eram lidos os

pareceres sobre os pedidos de auxílio das instituições culturais; caso houvesse alguma data comemorativa naquele mês que figurasse no Calendário Cultural, esta era apresentada por um membro do Conselho designado previamente pelo presidente, seguida por uma salva de palmas. As sessões eram encerradas com o item “Assuntos Gerais” que trazia as informações do MEC.

As notícias publicadas nos periódicos de grande circulação sobre o CFC eram integralmente transcritas para a seção “Noticiário”. A seção “Noticiário” passou a encerrar a revista a partir de seu terceiro número e nos sessenta e um números pesquisados foram publicados aproximadamente trezentos artigos. A maior parte dos artigos transcritos para as revistas foi publicada nos jornais do Rio de Janeiro, especialmente, “O Globo”, “Correio da Manhã”, “Diário de Notícias”, “Jornal do Comércio” e “Jornal do Brasil”. Os jornais publicavam todo o tipo de informação, fornecida através de entrevistas ou da presença de jornalistas nas sessões plenárias, ambas estimuladas pelo Conselho, ainda que o espaço destinado pela imprensa ao CFC fosse pequeno. Raramente apareciam grandes reportagens sobre o Conselho, mas a presença da imprensa na cobertura dos principais eventos do CFC foi constante e os pequenos artigos ou notas eram suficientes para serem reproduzidos nas páginas dos periódicos *Cultura/Boletim* e serem usados como demonstração da visibilidade da ação do Conselho, atingindo o grande público.

A proximidade do Conselho com a imprensa ocorria através de três importantes canais: como já foi registrado, o Conselho incentivava a presença de jornalistas nas reuniões plenárias e nos eventos oficiais do MEC; segundo, muitos conselheiros escreviam periodicamente para os jornais e, posteriormente, transcreviam os seus artigos para *Cultura/Boletim*; terceiro, congratulavam e registravam nas sessões plenárias aqueles periódicos que possuíam ou criavam suplementos literários semanais. Para os conselheiros, os jornais atuavam como importantes veículos na divulgação da literatura nacional e das realizações do Ministério na área cultural. Em resposta ao “Correio da Manhã”, que solicitava publicamente na sua edição de 01 de julho 1967 notícias sobre o extinto Conselho Nacional de Cultura, o secretário-geral do CFC, Manoel Caetano de Mello, também publicamente respondeu:

“O referido Conselho foi extinto (...). Em seu lugar, foi criado o Conselho Federal de Cultura (...). Ainda esta semana, terei a satisfação de passar às mãos do ilustre jornalista o primeiro número da revista *Cultura*, órgão mensal, que reflete toda atividade do Conselho em favor da cultura. Valho-me da oportunidade para solicitar à Vossa Senhoria que, na semana de reuniões do Conselho Federal de Cultura, seja designado um redator desse importante órgão para acompanhar os referidos trabalhos, ao mesmo tempo que ponho à disposição (...) toda a documentação interna

do Conselho, sob minha guarda, notadamente os livros de atas das sessões de Câmaras e do Plenário.”<sup>130</sup>

Essa necessidade de informar a parcelas da opinião pública, como no caso da imprensa, as ações do CFC, buscava garantir uma maior visibilidade ao Conselho, forjando a percepção de que aquele era o principal órgão na condução das políticas culturais e que seus membros eram formados por nomes de incontestável capacidade intelectual para gerir o setor.

A revista *Cultura*, posteriormente *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, fonte e objeto desta pesquisa, publicou grande parte do cotidiano burocrático do CFC, tornando-se o principal meio de divulgação das ações desses intelectuais da cultura no MEC. O periódico, não mais editado, ainda funciona como um guardião da memória do Conselho ao preservar em suas páginas os documentos oficiais como as atas, os pareceres dos processos analisados, os anteprojatos de lei, as resoluções ministeriais, os encontros realizados, os discursos de posse. Tais documentos, integralmente publicados, mostram-se capazes de reconstituir a intervenção do CFC no Estado e no setor cultural naqueles anos tortuosos. Um olhar cuidadoso sobre esse documento ainda nos permitiu observar divergências internas e cisões com as diretrizes gerais do executivo, mesmo que de forma tímida, como foram apresentadas no primeiro capítulo desta tese, dado o caráter oficial da publicação.

## 2.2.2 Leitura para especialistas: A Revista Brasileira de Cultura

A revista *Cultura/Boletim do Conselho Federal de Cultura* foi uma publicação prioritariamente burocrática, tal como definido por lei, dedicadas a transcrever a rotina do Conselho e as decisões ministeriais para o setor cultural. O pouco espaço destinado aos debates e às pesquisas intelectuais sobre a cultura brasileira desagradou a muitos conselheiros. Para contornar esse desajuste, foi proposta a criação de um novo periódico: a *Revista Brasileira de Cultura*. A nova revista cumpriria o papel de divulgador da cultura nacional, atuando de maneira complementar a revista *Cultura/Boletim*. Essa revista, nos dizeres de seu diretor, Mozart de Araújo, estaria incluída no conjunto de periódicos que tanto influenciaram o campo intelectual, responsáveis por divulgar os posicionamentos intelectuais em torno na nacionalidade. Assim, a *Revista Brasileira de Cultura*:

---

<sup>130</sup> MELLO, Manoel Caetano. Cartas à Redação. “Correio da Manhã” – 5/7/1967. In: *Cultura*, ano I, n.º. 2, agosto de 1967. Pp.72-73 p.73



“Alinha-se a *Revista Brasileira* de José Veríssimo, *Americana*, *Terra de Sol*, *Revista do Brasil* e a *Contemporânea* de Otávio Tarquínio de Souza, marcando momentos estelares na vida cultural do país.”<sup>131</sup>

Na 125ª sessão, realizada em 24 de fevereiro de 1969, o presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis informou que providenciava a publicação da *Revista Brasileira de Cultura* e solicitou aos conselheiros que indicassem os colaboradores. O primeiro número da revista foi lançado no trimestre julho/setembro de 1969. O Conselho de Redação foi inicialmente formado por Clarival do Prado Valladares, Manuel Diégues Junior, Adonias Filho, Pedro Calmon e Afonso Arinos de Mello Franco. Posteriormente, Octávio de Faria substituiu Clarival do Prado Valladares e Djacir Menezes substituiu Manuel Diégues Júnior.

No total, foram editados vinte números, trimestralmente, de julho de 1969 até abril de 1974, quando a publicação neste formato foi encerrada. Os artigos produzidos para cada setor da revista deveriam estar inseridos nas linhas de ação do CFC e expressavam a noção de patrimônio cultural adotada pelo Conselho, cuja definição já era observada na nomenclatura das Câmaras. Assim, as áreas investigadas pela nova revista seguiam a mesma divisão das Câmaras do Conselho: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. Contudo, o patrimônio histórico e artístico nacional foi a área com menor publicação de artigos. O periódico concentrou suas investigações nas áreas de ciências humanas, letras e artes.

<b>Áreas investigadas pela Revista Brasileira de Cultura (1969-1974)</b>		
<b>Áreas:</b>	<b>Distribuição de artigos por área:</b>	<b>%</b>
Ciências Humanas	105	50,4
Letras	62	29,9
Artes	35	16,9
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	6	2,8
<b>Total: 208 artigos</b>		<b>100%</b>

Diferente de *Cultura/Boletim do Conselho Federal de Cultura*, onde os temas mais recorrentes eram as homenagens, a política cultural e o patrimônio artístico, histórico e natural, na *Revista Brasileira de Cultura* prevaleciam os temas relacionados às áreas de Ciências Humanas e Letras. Além disso, a maioria dos textos publicados era escrito por autores convidados, apesar da dificuldade do Conselho em amearhar artigos. Do total de

<sup>131</sup> ARAÚJO, Mozart. “Apresentação”. *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n.º. 1. Ano I. julho-setembro de 1969.

noventa e cinco autores, trinta e nove publicaram mais de um artigo no periódico. O conselheiro Arthur Cezar Ferreira Reis foi o maior colaborador da revista ao publicar em todos os seus números. A maior parte dos conselheiros colaborou com o periódico, escrevendo artigos sobre as quatro áreas de intervenção do periódico, independente da temática retratada extrapolar a área de atuação da Câmara ao qual pertenciam. Esse trânsito entre as diferentes áreas funcionou como uma demonstração pública da erudição dessas personagens e da capacidade de dominarem os diversos assuntos do campo cultural<sup>132</sup>.

A dificuldade em obter os artigos necessários à elaboração de cada volume era assunto constante nas sessões plenárias do Conselho. Nessas reuniões, o presidente em exercício insistia na necessidade de colaboradores para o sucesso da publicação. O projeto da *Revista Brasileira de Cultura* foi organizado em fevereiro de 1969; contudo, ainda nas sessões plenárias de julho e agosto daquele ano, o presidente Arthur Reis solicitava artigos para a concretização da revista. O primeiro número, referente ao trimestre de julho a setembro de 1969, só foi lançado em dezembro daquele ano e os atrasos foram constantes. Mantinham-se as datas trimestrais para registrar uma continuidade, mas os números sempre foram editados com consideráveis atrasos. Tais atrasos não eram exclusividade da nova revista do CFC. A revista *Cultura/Boletim* também sofria o mesmo problema: somente em dezembro de 1969 foi distribuído o número 24 da *Cultura*, referente ao mês de junho de 1969, e ainda havia a expectativa de serem publicados até o final daquele ano os números referentes ao período de julho a novembro. O fato repetiu-se ao longo dos anos.

Uma investigação quantitativa nos permite algumas conclusões: a maioria dos autores era convidada; algumas vezes encontramos o mesmo artigo publicado em ambas as revistas do Conselho; o atraso na publicação dos volumes é atribuído à falta de colaboradores; os conselheiros contribuíam para a revista. Os temas apesar de variados podem ser tipificados. A literatura, a organização política, a demarcação territorial e a definição do “tipo” brasileiro aparecem constantemente e são consideradas os elementos chaves na compreensão da cultura nacional. O caráter ensaístico prevalece nos artigos refletindo à própria formação intelectual dessa geração. Assim, a tentativa de elaborar generalizações sobre o objeto selecionado e lançá-lo nos percalços da longa duração é uma opção analítica recorrente. Os artigos dedicados às personagens da literatura, por vezes, escapam dessas análises, prevalecendo a biografia ou a síntese das obras. Leitura árdua para um público leigo, a *Revista Brasileira de*

---

<sup>132</sup> A lista completa com autores que publicaram na *Revista Brasileira de Cultura* e com a quantidade de artigos publicados por cada autor encontra-se no anexo desta tese.

*Cultura* destinava-se aos especialistas, ou melhor, aos pares daquelas áreas investigadas como representativas do patrimônio cultural nacional.

Mas, pergunto-me, será que a *Revista* cumpriu o desejo de Mozart Araújo, promovendo “momentos estelares na vida cultural do país”, tal como suas congêneres?

A revista não se tornou marcante para a intelectualidade brasileira e a audaciosa profecia de Mozart Araújo na abertura do primeiro volume não foi concretizada. O periódico teve uma presença acanhada nos círculos intelectuais. Levantamos alguns fatores que suspeitamos possam ter contribuído para a pouca repercussão da revista: as dificuldades para conseguir colaboradores; a pequena participação dos conselheiros; a inexistência de uma linha editorial bem definida; a desconexão entre as áreas publicadas, agrupadas apenas sob a ampla ótica do “patrimônio cultural”; os múltiplos objetos; e, muito provavelmente, por ser uma revista produzida por intelectuais atuantes num Estado ditatorial notadamente de direita, quando as esquerdas dominavam os círculos acadêmicos e a produção cultural no Rio de Janeiro. A cultura centrada na análise dos elementos formadores da nacionalidade desconsiderava os debates políticos pujantes naquele período; as ideias-força foram aos poucos sendo substituídas pelos objetos pontuais de investigação. Já não estavam mais nos empolgantes anos 20 e 30 daquele século; enfatizamos, eram anos turbulentos.

### 3 EM NOME DO “OTIMISMO”, EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CIVISMO COMO O LUGAR DA NACIONALIDADE

“Pergunto-me, diante de certas coisas que li nos jornais, se será do caráter brasileiro êste (sic.) desamor ao culto, quer do civismo, quer das coisas do Patrimônio, e me pergunto, ao mesmo tempo, se isto, em vez de ser um traço do caráter brasileiro, não será uma consequência do sistema educativo que, ao longo dos anos, nos tem condicionado a êste (sic.) procedimento.”<sup>133</sup>  
Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura.

O golpe civil-militar de 1964 promoveu uma drástica mudança na relação entre o Estado e a sociedade civil. Aliados de qualquer iniciativa política, os movimentos políticos e sociais, há muito organizados, foram sofrendo com as constantes censuras, perseguições e desaparecimentos de seus integrantes provocados arbitrariamente pelo Estado brasileiro. A sucessão de Atos Institucionais, cujo mais emblemático foi o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, sufocou os movimentos sociais por reformas de base. As liberdades individuais e políticas garantidas pela constituição de 1946 foram suspensas em nome da “segurança nacional”. Ao lado de todo um aparelho de repressão e de censura, os governos militares criaram e financiaram importantes setores na construção de imagens ufanistas que se incorporadas ao imaginário social legitimariam a atuação repressora e autoritária de seus governos. A elaboração de representações ancoradas na formação do sentimento de civismo concebido como sinônimo de patriotismo foi considerada fundamental pelos grupos civis e militares atuantes no Estado. A ditadura civil-militar sobrepôs a idéia de civismo à de cidadania.

---

<sup>133</sup> Discurso do ministro Jarbas Passarinho na cerimônia de inauguração do “Encontro dos Governadores sobre defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil”, realizado em Brasília entre os dias 01 e 03 de abril de 1970. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n.º 34, abril de 1970, pp.07-13 p.10

O objetivo deste capítulo é investigar como as propostas do CFC para o setor cultural estão integradas à noção de civismo que se tornou uma idéia-força na ditadura civil-militar, apesar da noção estar presente no pensamento social brasileiro desde os primórdios da República. Além disso, busca-se analisar como essas propostas estavam articuladas aos movimentos intelectuais e políticos iniciados na década de 1920, ganhando contornos específicos no período ditatorial. Como vimos no capítulo I, os intelectuais que participavam do CFC atuavam no interior do MEC com relativo grau de autonomia desde o primeiro governo Vargas, transportando para o aparelho estatal as concepções estéticas e políticas existentes no projeto modernista ao qual pertenciam. Dessa forma, as propostas dos intelectuais atuantes no CFC para o setor não foram exclusivamente cunhadas a partir da criação da instituição, no final de 1966; ao contrário, elas foram o resultado de uma longa ação desses intelectuais que encontraram novamente no Estado, após o golpe de 1964, o espaço político propício para se organizarem em torno de um órgão centralizador. Essa continuidade não implica uma ação linear dessa intelectualidade. Observa-se a manutenção de práticas e projetos originários do ideário modernista e do pensamento conservador das décadas de 1920 e 1930 associados a novas concepções sobre a “função política da cultura” gestada na ditadura civil-militar.

### **3.1 Continuidades e rupturas: a presença dos ideais modernistas e do pensamento conservador no Conselho Federal de Cultura**

O inventário dos espaços de sociabilidade frequentados pelos intelectuais que integraram o CFC indica a proximidade dessas personagens com os movimentos intelectuais surgidos a partir da década de 1920, especialmente, o modernismo, nas suas diferentes fases, o regionalismo, a “reação católica” e o integralismo – os conselheiros participaram ativamente desses movimentos. Além disso, as comemorações realizadas pelos conselheiros em torno do modernismo, na década de 1970, constroem uma memória sobre este movimento amplamente utilizada para legitimar suas opções políticas à frente do setor cultural nas décadas de 1960 e 1970.

Neste capítulo, estamos privilegiando os grupos modernistas que participaram ativamente do setor cultural do MEC e cujos discursos enfatizam a simbiose entre cultura, passado e nacionalismo. É possível observarmos, no movimento modernista ou no

regionalista, a presença de intelectuais profundamente associados ao nacionalismo, cuja visão otimista do país prevalece em seus ensaios. Cabe lembrar que os intelectuais do CFC atuantes no movimento modernista pertenceram ao grupo paulista *verde-amarelo* e ao grupo carioca organizado em torno de *Festa*. Muitos desses intelectuais integraram as fileiras do Estado a partir de 1930, ocupando postos de destaque e definindo políticas de modernização para o país. A experiência desses atores sociais nos cargos do executivo os levou a acreditar na necessidade de centralização da ação estatal no setor cultural.<sup>134</sup>

Os movimentos intelectuais surgidos na década de 1920 apontavam para a urgência em definir os elementos característicos da sociedade brasileira, considerados essenciais na elaboração de diagnósticos para a superação do atraso do país. O longo debate que culminou na Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922, possibilitou a emergência de inúmeras interpretações sobre a cultura brasileira, acirrando os debates no campo intelectual. Para os modernistas paulistas do período de 1917-1924 a entrada do país na modernidade dependia do rompimento com as estruturas arcaicas e da incorporação dos padrões civilizatórios identificados com a industrialização, a urbanização e a racionalidade.<sup>135</sup>

“Ser moderno era identificado com ser civilizado, cosmopolita, ou seja, estar atualizado com o mundo. Daí o tema da cidade predominar sobre o da província, sobre o regional. (...) O centro urbano é visto como pólo da cultura, como região privilegiada do encontro e fermentação de novas idéias.”<sup>136</sup>

Ainda nas décadas de 1920 e 1930, os integrantes do movimento modernista articularam a cultura à consolidação do Estado-nação com o objetivo de favorecer a construção da cidadania moderna através da formulação de representações simbólicas que gerassem um sentimento de pertencimento a uma “comunidade imaginada”.<sup>137</sup> Para André Botelho, o debate sobre a questão nacional neste período é parte integrante do processo de formação do Estado-nação como comunidade política típica da modernidade.<sup>138</sup> Neste debate, a cultura tem um lugar central no espaço político ao se tornar uma estratégia no projeto centralizador do Estado Novo.

---

<sup>134</sup> Sobre a presença dos intelectuais modernistas no MEC a partir de 1930 ver: CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Brasília: Iphan, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2ª edição, revista, 2000; FONSECA, Marica Cecília Lourdes. *O patrimônio em processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Brasília: Minc, Iphan, 2005, 2ª edição; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro; *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

<sup>135</sup> OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990

<sup>136</sup> Idem. p. 182

<sup>137</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

<sup>138</sup> BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, Modernismo e Rotina Intelectual*. São Paulo: EDUSC, 2005.

“O Brasil encontrava, desse modo, sua coesão social, a cultura nacional; seus intérpretes e construtores de sentido, os intelectuais; seus portadores sociais, as elites dirigentes; e sua unicidade, o Estado.”<sup>139</sup>

A constituição de uma rotina intelectual autoritária possibilitou a construção de um discurso que valorizava o papel das elites na organização social e “fomentou os recursos da autoridade sobre os da solidariedade social”<sup>140</sup>. Esses intelectuais se auto-proclamavam os principais agentes sociais na organização e na modernização da sociedade brasileira.

A historiadora Angela de Castro Gomes, ao analisar as políticas culturais do Estado Novo, através do periódico *Cultura Política* e do suplemento literário do jornal *A Manhã*, entre 1941 e 1945, ambos veículos oficiais de divulgação do Estado Novo, demonstrou a importância da intervenção do Estado no setor cultural. O projeto estadonovista necessitava formar uma “consciência nacional” que aproximasse o executivo dos diversos setores sociais, favorecendo a governabilidade. A construção dessa “consciência nacional” não pôde prescindir de elementos culturais como a língua, a religião e o passado histórico comum. No caso do Estado Novo, buscou-se elaborar um “espírito de nacionalidade” pautado na cultura popular e numa leitura linear do passado através da valorização dos grandes fatos e personagens históricas. A propaganda do novo regime, elaborada através de uma leitura positiva dos elementos culturais, foi realizada graças a uma intervenção consciente dos intelectuais ligados à burocracia.<sup>141</sup>

Os movimentos intelectuais, modernista e regionalista, apesar de possuírem características gerais distintas, tinham como objetivo comum construir uma identidade nacional através da análise empírica da sociedade brasileira. Neste caso, modernismo e regionalismo forjaram um sentido político para a cultura, associando-a a noções como nação e cidadania. Para André Botelho, ao definirem a “função política da cultura”, esses movimentos incluíram o papel do intelectual, considerado o porta-voz dos anseios nacionais, como ideólogo do Estado.<sup>142</sup> E, ao Estado caberia organizar a nação, despertar nas diversas camadas sociais a “consciência nacional” e elaborar uma identidade nacional. Essas árduas tarefas dependiam de um esforço de incursão ao passado associado à noção de patrimônio brasileiro, este último, formado por registros autênticos e singulares da cultura nacional. Cabe lembrar que esses movimentos não foram uníssonos; em seu interior, podemos verificar a presença de

---

<sup>139</sup> Idem. p.37

<sup>140</sup> Idem. p. 30

<sup>141</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996

<sup>142</sup> BOTELHO, André. Op. cit.

intelectuais com diversas vivências e inseridos em correntes ideológicas até mesmo opostas.<sup>143</sup>

“(…) enquanto nos anos vinte o projeto ideológico do modernismo correspondia à necessidade de atualização das estruturas, propostas por frações das classes dominantes, nos anos 30 esse projeto transborda os quadros da burguesia, principalmente, em direção às concepções esquerdizantes (denúncia dos males sociais, descrição do operário e do camponês), mas também no rumo das posições conservadoras e de direita (literatura espiritualista, essencialista, metafísica e ainda definições políticas tradicionalistas, como a de Gilberto Freyre, ou francamente reacionárias como o integralismo).”<sup>144</sup>

A partir da ditadura civil-militar, há um redirecionamento nessa “função política da cultura”, ainda que o papel intervencionista do Estado ficasse inalterado. Neste momento, não se tratava mais de consolidar o Estado-nação, afinal esta tarefa foi concluída pelo Estado Novo. Na ditadura busca-se ampliar o que já foi construído, ou seja, enaltecer aqueles elementos anteriormente definidos como geradores desse Estado-nação, especialmente num período marcado pelas restrições dos direitos políticos dos cidadãos, onde a legitimidade do governo vigente era questionada por representativas parcelas da opinião pública. Esse movimento nacionalista de proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro foi considerado pelos membros do CFC fundamental como exercício cívico. Assim, os intelectuais do Conselho recuperaram práticas já instituídas pelo Estado Novo como a comemoração de efemérides, a criação de suplementos literários, a valorização da cultura popular, a defesa dos conjuntos arquitetônicos como valor histórico, a edição de obras clássicas da literatura etc. O próprio conceito de patrimônio, que será ampliado pelos conselheiros, recuperou as principais ideias-força do período getulista como “tradição”, “passado histórico”, “identidade nacional” e “memória nacional”, demonstrando a manutenção do projeto dos modernistas, ainda que observadas as especificidades do projeto executado pelo CFC nas décadas de 1960 e 1970.

---

<sup>143</sup> Sobre os movimentos modernista e regionalista e seus diferentes grupos, fases e concepções, ver: BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, Modernismo e Rotina Intelectual*. São Paulo: EDUSC, 2005; D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição redescoberta: Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992; LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Editora 34, 2000, 2ª edição; MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; VELLOSO, Mônica Pimenta. “A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 6, n.11, 1993, p. 93 pp.89-112; \_\_\_\_\_, “Controvérsias em torno do moderno brasileiro; as revistas na 1ª República” In: ALMEIDA, Marta, VERGARA, Moema Resende (org.). *Ciência, História e Historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro:MAST, 2008. pp.277-292. SANTOS, Afonso Carlos Marques. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007. Nesta tese estamos privilegiando os discursos modernistas dos grupos que participaram ativamente do setor cultural do Ministério da Educação, desde sua criação em 1931, e cujos discursos enfatizam a inter-relação entre cultura, passado e nacionalismo.

<sup>144</sup> LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Editora 34, 2000, 2ª edição, p. 29



A intelectualidade presente no Conselho Federal de Cultura redefiniu o papel político da cultura nacional durante a ditadura civil-militar, incorporando uma ampla idéia de civismo ancorada nas políticas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Essa redefinição faz-se necessária inclusive para manutenção do papel do intelectual definido por esta geração nas décadas anteriores. A revalidação dessa perspectiva sobre a cultura era fundamental diante do avanço, a partir dos anos de 1960, das novas vanguardas culturais e do aparecimento da indústria cultural de massas.

### 3.1.1 Memórias de si, sentidos revisitados: comemorações em torno do movimento modernista

O primeiro artigo sobre o movimento modernista registrado nas páginas dos periódicos oficiais do CFC não foi sobre a clássica Semana de Arte Moderna de 1922. Ao invés do modernismo paulista, que quantitativamente predominará nos artigos publicados pelos conselheiros acerca do assunto, totalizando seis referências sobre a temática, será o movimento modernista carioca que fará a estréia no mensário *Cultura*, em novembro de 1967. Trata-se da comemoração dos quarenta anos da revista *Festa*, lançada em outubro de 1927. Não por acaso, o artigo foi escrito pelo conselheiro Andrade Muricy com o título “Festa aos 40 anos...”.<sup>145</sup> Afinal, foi ele o responsável por organizar junto com Tasso da Silveira a revista modernista carioca.

A revista *Festa* agregou os intelectuais e artistas modernistas impregnados pela experiência simbolista vivenciada nos círculos intelectuais cariocas desde o início do século XX. Esses novos “modernistas simbolistas” influenciados pela estética do romantismo e marcados pela proximidade com o catolicismo, afastavam-se definitivamente das radicalizações produzidas pela vanguarda modernista paulista. Conforme propôs Angela de Castro Gomes, as principais características desses modernistas cariocas eram:

“(...) a recusa aos procedimentos estéticos e políticos da vanguarda, quer fossem os da estratégia do escândalo, no dizer de Mário (de Andrade), quer fossem os da radical ruptura com o passado ou do radical nacionalismo/regionalismo. (...) Trata-se de ser moderno e nacionalista, mas de forma distinta de outros nacionalismos modernistas, e, em especial, dos paulistas. (...) Por contraste, o grupo de *Festa* assume o espiritualismo e o universalismo na arte, não renegando o epíteto de novos simbolistas e procurando capitalizar a tradição que vinha do romantismo.

<sup>145</sup> MURICY, José Candido Andrade. Festa aos 40 anos... In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º 5, novembro de 1967, pp. 50-52

Nacionalistas – leitores-admiradores de Alberto Torres e Euclides da Cunha – e universalistas; subjetivistas que, por sugestão de Proust, trabalhavam o objetivismo; modernos e tradicionalistas; enfim, *modernistas espiritualistas*, como se designavam, para demarcar o seu espaço.”<sup>146</sup>

No artigo escrito por Andrade Muricy para comemorar os quarenta anos de *Festa* prevaleceu o destaque à experiência das personagens do grupo “modernista espiritualista” que se reuniu em torno da revista. Sobre a publicação, Muricy pouco tratou, limitando-se a dizer que aquele era um projeto modernista elaborado “para pensar, e para realizarem-se em alegria serena, certos de já se poderem deixar de valerem-se da zombumba e do histrionismo sistemático.”<sup>147</sup> Muricy também fez questão de inventariar as atividades modernistas realizadas após a Semana de Arte Moderna de 1922, destacando a produtividade dos modernistas no final da década de 1920 e, principalmente, registrando que o fenômeno modernista não se reduziu à Semana de 22, considerada por ele apenas o seu impulso inicial. Muricy, nesta comemoração, preferiu retratar as personagens que participaram de *Festa*, citando também aqueles que com suas críticas compreenderam a importância do movimento modernista carioca. As análises sobre aquele grupo seriam apresentadas, segundo ele, em momento posterior numa “antologia crítica já em preparação.”<sup>148</sup> Mais do que a memória sobre o movimento modernista carioca, buscava-se lembrar as personagens que dele fizeram parte. Essa opção, de reverenciar as personagens que participaram ou se interessaram por *Festa*, ao invés de retratar as principais diretrizes adotadas pelo movimento, demonstra a importância dada por Muricy à rede de intelectuais formada em torno do modernismo carioca, alguns dos quais continuavam atuantes no cenário político e cultural brasileiro, inclusive no CFC.

Além de *Festa*, outro grupo modernista ganharia espaço nas páginas de *Cultura*: o grupo *Anta*. O artigo “A poesia de 22: o neo-indianismo e outros aspectos”, do conselheiro Cassiano Ricardo, foi publicado em abril de 1968. Cassiano Ricardo, integrante do *Anta*, ao contrário de Muricy, optou por apresentar os principais pontos do modernismo paulista e os motivos que o levaram a ingressar no grupo constituído por Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho e Raul Bopp.<sup>149</sup>

<sup>146</sup> GOMES, Angela de Castro. “Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de *Festa*”. *Luso Brazilian Review*. Michigan: The University of Wisconsin–Madison, 2004. pp. 80-106 p. 93

<sup>147</sup> MURICY, ANDRADE. “Festa aos 40 anos...”. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.º 5, novembro de 1967, pp. 50-52 p.50

<sup>148</sup> Idem, p.52

<sup>149</sup> RICARDO, Cassiano. “A poesia de 22: o neo-indianismo e outros aspectos. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º 10, abril de 1968, pp.37-56, p.37

O artigo de Cassiano Ricardo traz na introdução as três características consideradas pelo autor os pilares do movimento modernista: “um, a reforma estética; outro, o neo-indianismo, em sua ideologia nativista; e um terceiro, o regionalismo, em sua temática”. Tais características não refletem todo o movimento modernista, como enunciou o próprio autor, mas são referências utilizadas para compreender as opções dos diversos grupos modernistas. Cassiano Ricardo fez questão de registrar que a única característica comum a todos eles era a “reforma estética”. Escolhera retratar o grupo *Anta* por dele ter participado, construindo um artigo-depoimento. Considerava algumas explicações fundamentais: primeiro, a Semana de Arte Moderna de 1922 era apenas um episódio marcante, afinal a ação dos modernistas “(...) já dura nada menos de 40 anos... e continua viva até hoje;”<sup>150</sup> segundo, participou ativamente do grupo *Anta*, que identificou como “dissidente” do modernismo paulista. As afirmações revelam a tentativa de manter vivo o pensamento dos modernistas; afinal seus principais intelectuais ainda estavam atuantes. Cassiano Ricardo apontou três motivos para aquela dissidência:

“1º) Porque alguns maiores da Semana de Arte Moderna, apesar de sua brasilidade, deram pra importar “ismos” europeus: o “dadaísmo” (francês), o “futurismo” (italiano), o “expressionismo” (alemão). Não podíamos concordar.

2º) porque se instalaram eles (é uma informação de Mário de Andrade) nos salões de São Paulo. Eram grã-finos, freqüentavam as opulentas fazendas de Paulo Prado e D. Olivia Guedes Penteadó; entregavam-se a festanças (é a palavra que Mário usa em “O Modernismo” p.42) regadas a champagne. Não podíamos concordar.”<sup>151</sup>

*Anta*, para Cassiano Ricardo, por princípio ideológico, era um grupo “anti-salonista”, e pelo mesmo princípio via-se identificado com as coisas do “povo” e da “rua”. Cassiano Ricardo, mesmo tendo passado mais de quarenta anos, mantinha a mesma resposta produzida no calor dos anos 20 aos críticos do grupo *verde-amarelo*, que negativamente os acusavam de produzir uma literatura regional, e respondia em tom igualmente acusatório que os “maiores” eram europeizados demais.<sup>152</sup> Cassiano Ricardo faz questão de apresentar as diferenças estéticas do modernismo em relação ao parnasianismo: o uso de linguagem e temática brasileiras; as transformações na imagem descrita nos poemas que deixou de ser “ornamental” para se tornar “funcional”; e, por fim, e, mais importante, a adoção do neo-indianismo na compreensão da brasilidade. Inspirado no movimento nativista do século XIX, o neo-indianismo associou-se a uma suposta poesia autêntica, buscando construir um mito de origem para a poesia nacional do qual seriam herdeiros.

---

<sup>150</sup> Idem. p. 37

<sup>151</sup> Idem. p. 38

<sup>152</sup> Idem., p. 39

“Daí o nosso neo-indianismo, que ficou evidenciado no “Macunaíma”, de Mário; no “Pau-Brasil”, de Oswald e na sua “Antropofagia”; na “Cobra Norato”, de Raul Bopp; na “A Outra Perna do Saci”, de Menotti; (...) no “Nheengatu” verde-amarelo (manifesto) de Plínio Salgado, e em seus romances. (...) Não quero dizer que a única poesia nacionalista, ou tipicamente brasileira, tenha sido a neo-indianista. O que não se pode negar é que se formos buscar a primeira manifestação de poesia brasílica terá que ser essa, que está na origem do próprio país.”<sup>153</sup>

O grupo *Anta* foi constituído como desdobramento do grupo *verde-amarelo* marcado pela influência do movimento regionalista nordestino, liderado por Gilberto Freyre. Contrapondo-se à visão cosmopolita do modernismo paulista em sua primeira fase, os intelectuais do Centro Regionalista do Nordeste, fundado por Gilberto Freyre em 1924, propuseram uma leitura do carácter nacional ancorada no regionalismo, na valorização do passado e no folclore. Para José Almeida, o *Manifesto Regionalista*, de Joaquim Inojosa, apresentado em 1926 buscava deslocar a visão pessimista do nordeste substituindo-a por uma percepção otimista marcada pela noção de “pureza e autenticidade culturais”. Dessa forma, o movimento regionalista nordestino elaborou uma prática discursiva alicerçada nas palavras-chaves “região” e “tradição” e identificada com os aspectos geográficos e as manifestações folclóricas.<sup>154</sup>

“Para o intelectual nordestino em busca de afirmação no plano nacional, não se tratava de encontrar linguagens artísticas revolucionárias para exprimir um mundo em acelerada transformação, mas de procurar apoiar-se na riqueza das tradições culturais e artísticas locais para fazer de sua revalorização, bandeira de luta.”<sup>155</sup>

O regionalismo nordestino ao valorizar a tradição popular, o folclore, a língua em nome da autenticidade cultural, ameaçada pela presença de elementos alienígenas à nossa cultura, carregava consigo o substrato necessário aos grupos nacionalistas e ufanistas que atravessaram os movimentos culturais do período. O regionalismo como base da cultura nacional não seduziu apenas os intelectuais nordestinos, mas foi uma corrente de idéias que atravessou vários grupos intelectuais dedicados a fornecer ao país a sua identidade nacional. Como propõe Mônica Pimenta Velloso, já é possível ver entre os modernistas, na segunda fase do movimento, a partir de 1924, manifestações que buscam na unidade nacional através da valorização das tradições e do espaço geográfico a base para identificar as características nacionais brasileiras:

“A preocupação com a valorização de nossas tradições culturais e folclóricas é plenamente encampada pelos modernistas. Recuperá-las significa construir a

<sup>153</sup> Idem. p. 44

<sup>154</sup> ALMEIDA, José Maurício Gomes. “Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfson et all. (org). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. pp. 315-326

<sup>155</sup> Idem. p.321

identidade brasileira, sem a qual seria impossível ao país afirmar sua autonomia no panorama internacional.”<sup>156</sup>

Após o lançamento do manifesto regionalista, o grupo modernista paulista *verde-amarelo* incorporou parte dos ideais defendidos pelo regionalismo nordestino. Prevalencia no discurso uma visão otimista sobre o Brasil. Neste momento, construiu-se uma prática discursiva que compunha a relação “modernismo-regionalismo-nacionalismo”. Assim, o grupo *verde-amarelo* inseriu novos elementos ao regionalismo nordestino, incorporando ao movimento modernista a análise do espaço geográfico. Ao investigar a influência do regionalismo no grupo *verde-amarelo*, Mônica Velloso propõe que,

“Para o grupo Verde-Amarelo, o que está em primeiro plano é o culto das nossas tradições, ameaçadas pelas influências alienígenas, tornando-se, por isso, urgente a criação de uma ‘política de defesa do espírito nacional’. Assim, a valorização do regionalismo coloca-se como imprescindível porque possibilita ‘delimitar fronteiras, ambiente e língua local’. E mais: só o regionalismo é capaz de dar sentido real no tempo e no espaço, já que o ritmo da terra é local. Assim, o brasileiro não deve acompanhar o ritmo da vida universal, pois este é abstrato, genérico e exterior. A alma nacional tem um ritmo próprio que deve ser respeitado custe o que custar. É este senso extremado do localismo que marca a doutrina verde-amarela, diferenciando-a do ideário modernista.”<sup>157</sup>

O Conselho Federal de Cultura incorporou as características gerais desse regionalismo proposto pelo grupo verde-amarelo; entretanto, não o reduziu aos aspectos geográficos, ainda que destacasse em seus discursos a importância da questão espacial. O editorial da revista “Cultura”, periódico oficial do CFC, de janeiro de 1968, dedicado à “I reunião do Conselho Federal de Cultura” com a participação dos conselhos estaduais de cultura, informava que a política brasileira era fruto da realidade regional, por isso a criação de conselhos estaduais.<sup>158</sup> Dessa forma, ampliava-se a ideia de regionalismo, compreendendo que essa característica nacional perpassava todas as esferas sociais, influenciando, inclusive, na definição do modelo político brasileiro. Os intelectuais do CFC observavam na organização política do país os traços comprobatórios da realidade regional como característica da nacionalidade. Arthur Cezar Ferreira Reis, em outro momento, destacou novamente a importância do regionalismo na constituição política da nacionalidade:

“Nação – continente e arquipélago ao mesmo tempo, se examinarmos a condição de gigantismo geográfico, espacial que nos marca no mundo físico e a regionalização que nos proporciona uma existência não-global, mas em unidades mais ou menos autônomas, que compõe o arquipélago, social, econômico, cultural, e, porque não concluir também, político, mesmo que se procure justificar esse arquipélago político pela existência de um sistema federativo em sua concepção realística (...) o Brasil, na sua regionalização, não se comprometeu com qualquer sistema divisionista. Ao

<sup>156</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. op.cit. (1993) p.93

<sup>157</sup> Idem. p.97

<sup>158</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Editorial”. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano II, n° 7, janeiro de 1968. pp.5-6, p.5.

contrário, nessa variedade, nessa pluralização, vamos encontrar justamente toda a seiva que, pela política de interligação, de intercomunicação, de vinculação mais forte do pensamento e da ação social, há matéria-prima admirável para a transformação do continente arquipélago em continente global, total, unitário, com esse unitarismo em nada se prejudicando as variantes que tanta cor e tanta riqueza asseguram ao contexto nacional, sob qualquer ângulo por que o busquemos.”<sup>159</sup>

Sem desconsiderar o aspecto geográfico, necessário à compreensão da singularidade do regionalismo na composição da nacionalidade, Arthur Reis, então presidente do Conselho, fez questão de enfatizar a relação política entre o regional e a unidade, a transformação do “continente arquipélago” em “continente global”, desde que considerada a pluralidade cultural da formação social brasileira. A noção de país arquipélago traduzia a dificuldade em forjar uma identidade nacional compartilhada por todos os brasileiros, num período em que a integração nacional ainda era temática política corrente e fomentava diversos projetos políticos, como a transamazônica.

A importância do movimento modernista foi novamente lembrada pelo CFC nas comemorações dos cinquenta anos da Semana de Arte Moderna realizadas pelo próprio Conselho, em 1972. O primeiro e mais importante artigo publicado no *Boletim do Conselho Federal de Cultura* para comemorar a efeméride é de autoria do conselheiro Peregrino Júnior. O artigo, intitulado “Modernismo Brasileiro” informava que a data era importante na história da cultura brasileira, mas o autor registrava que o episódio era um evento já ultrapassado, “quer dizer: foi superado”<sup>160</sup>. Peregrino Júnior destacou que o Movimento de 1922 precisava ser compreendido como parte integrante das transformações sociais e políticas decorridas do pós-1ª Guerra Mundial e do descontentamento de alguns grupos sociais no Brasil com a Primeira República, provavelmente, numa referência à crise do pacto oligárquico e ao fortalecimento das camadas médias urbanas. Para o autor, o grande marco do modernismo, expresso através da Semana de 1922, foi criar entre os intelectuais uma tradição de participação nas questões nacionais.

“Criou-se com ela, entre os escritores, o gosto pela participação política, o interesse pelos problemas econômicos-sociais, uma geral curiosidade pelas coisas brasileiras o que resultou no movimento de “introspecção nacional” que permitiu um “levantamento” geral da vida brasileira.”<sup>161</sup>

Dessa forma, os anos de 1920 marcavam a formação de uma tradição que buscava inserir o intelectual no campo político forjando a identidade nacional através de análises

<sup>159</sup> Discurso de posse de Arthur Cesar Ferreira Reis na presidência do CFC para o biênio 1969-1970. REIS, Arthur Cesar Ferreira. “Programa de ação em favor da cultura”. *Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, n. 18, dezembro de 1968. pp. 09-18. p. 11

<sup>160</sup> Peregrino Júnior. “Modernismo Brasileiro”. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Janeiro-março de 1972, ano II, n.º5. pp. 18-25. p. 18

<sup>161</sup> Idem. p. 21

sociológicas e culturalistas. Essa tradição definiu o intelectual como “homem de pensamento e ação”, legitimando a sua participação nas fileiras do Estado na construção de um país moderno. Essa tradição intelectual identificada pela historiografia brasileira como central nas relações entre os intelectuais e o Estado é apontada por Peregrino Junior como resultado mais profícuo do movimento modernista, incluindo nas produções intelectuais aspectos como:

“2º) Interesse pelo homem brasileiro, com estudos profundos de sua formação, de sua origem, de sua condição de vida, resultando daí a reabilitação do negro e do índio, pelas pesquisas sociológicas (...); 3º) Revitalização do regionalismo, do tradicionalismo, do folclore, como resultante de um movimento unânime de introspecção nacional; (...) 5º) Por fim, com a radicação na terra e no povo, a identificação total com os problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil, e um resolutivo movimento de participação ativa na vida nacional.”<sup>162</sup>

O movimento modernista, tal como lembrado por Peregrino Júnior, trouxe para o debate intelectual a necessidade de identificação das “autênticas” raízes nacionais, a preocupação com os rumos do país e a conscientização do “povo” brasileiro, possibilitando a incorporação dos debates políticos no campo intelectual. Peregrino Júnior constrói uma imagem do movimento modernista definindo-o como um movimento de “introspecção nacional” realizado a partir de valores como o regionalismo e o tradicionalismo.

A idéia de modernidade, entre os modernistas brasileiros, não aparece em oposição a valores como regionalismo e tradição, ao contrário, a tradição é considerada um valor da modernidade. O conceito de tradição, neste caso, está remetendo à “reabilitação” dos traços de formação da sociedade brasileira e à “identificação total” das mazelas nacionais. No sentido proposto, a tradição traz como marca valorativa a autenticidade dos monumentos, documentos e produções simbólicas eleitos como expressão da nacionalidade. Para Eduardo Jardim Moraes, o “passado abstrato” torna-se fundamental na formação de uma trajetória comum compartilhada por todos os cidadãos brasileiros, cujo objetivo é a “integração nacional”. A crítica dos modernistas ao passado restringe-se às leituras bacharelescas sobre esse passado, que desconsideravam a “autêntica” cultura nacional ao simplesmente transplantarem os modelos estéticos produzidos pela Europa, distanciando a produção cultural da “realidade nacional”. A incorporação da tradição como componente do projeto modernista, a partir de 1924, só foi possível graças à presença do ideário nacionalista entre os intelectuais modernistas. A segunda fase do modernismo, marcada pela “questão da brasilidade”, definiu

---

<sup>162</sup> Idem. p.25

para a cultura uma função política, qual seja, forjar as bases da nacionalidade, associando cultura à identidade nacional.<sup>163</sup>

“(...) o modernismo não é o negador da totalidade do passado. Ao contrário, ele deve se propor à integração do moderno a um certo passado. Passado nacional. Paisagem nacional.”<sup>164</sup>

Luiz Antônio Lafetá, ao investigar os aspectos ideológicos do movimento modernista e sua proximidade com as elites cafeicultoras paulistas destaca que o financiamento dos intelectuais, artistas e escritores modernistas por parte dessas elites rurais paulistas modernizantes na década de 1920, explica-se pela admiração desse grupo aos modernos padrões comportamentais europeus. Entretanto, a manutenção de seu componente classista, notadamente arcaico, buscou nas raízes brasileiras e suas tradições, sua legitimidade:

“O aristocratismo de que se reveste precisa ser justificado por uma tradição que seja característica, marcante e distintiva – um verdadeiro caráter nacional que ela represente em seu máximo refinamento. (...) Dessa forma, os artistas do Modernismo e os senhores do café uniam o culto da modernidade internacional à prática da tradição brasileira.”<sup>165</sup>

Essa geração de intelectuais, identificados com as matrizes nacionalistas, posteriormente radicalizadas na formação do grupo *Anta*, desde a década de 1920, promoveu uma releitura do passado capaz de garantir uma trajetória singular ao país, assentada na figura do índio e na permanência dos aspectos positivos da colonização portuguesa na América. A simbiose entre o passado e o presente, através da manutenção das tradições, e o papel desse passado de informar sobre os elementos essenciais na composição da identidade nacional, através da defesa de um patrimônio cultural nacional, são notadamente características do pensamento conservador.<sup>166</sup> Lúcia Lippi Oliveira, destaca a presença dessa vertente conservadora, desde os primórdios da República, cujas práticas discursivas exaltavam: “(...) a excelência de nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica e defendia a nacionalidade como continuação da defesa e da valorização do singular. (...)”<sup>167</sup>

A valorização das tradições como aspecto autêntico da cultura só é eficaz quando são elaboradas ações capazes de naturalizá-las. Assim, “o patrimônio só existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus” .<sup>168</sup> Os

<sup>163</sup> Sobre a função política do modernismo na definição da cultura nacional ver: MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978

<sup>164</sup> Idem, p.98

<sup>165</sup> Op.cit. LAFETÁ, João Luiz. p. 24

<sup>166</sup> MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. Trad. Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes.

<sup>167</sup> OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *Cultura é patrimônio. Um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. p. 62

<sup>168</sup> CANCLINI, Carlos Nestor Garcia. Op. cit. p. 162



conceitos de patrimônio e identidade são concebidos como tradutores da “essência nacional” e integrados aos valores modernos da nacionalidade.

“Muitos propunham a valorização do “tradicional” e do “regional” na construção de uma imagem nacionalista singular do Brasil. Acreditavam que, para identificar ou redescobrir o Brasil, o país teria de retornar aos seus mais autênticos valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado, assim como em valores regionais. A arte e a literatura eram instrumentos privilegiados para a definição da brasilidade”.<sup>169</sup>

Angela de Castro Gomes destaca a importância do “passado” na produção cultural estadonovista, fundamental no campo político para a construção de um imaginário social que se identificasse com o Estado nacional. Para a autora, o passado, ao apontar as especificidades da formação social brasileira, através do culto à tradição, funcionava como um grande orientador das ações políticas a partir da década de 1930. Além disso, para a autora, essa construção do passado atendia a duas proposições: um passado que responde às tradições e está continuamente presente no cotidiano, daí o seu caráter atemporal; e um “passado histórico” que destacava os fatos e acontecimentos singulares. A valorização do passado deveria responder simultaneamente a esses dois lugares: aos eventos únicos e ao conjunto de elementos que formavam a sociedade brasileira. Essas duas faces do passado caracterizavam o “espírito nacional”.<sup>170</sup>

O processo de “recuperação do passado”, proposto por Angela de Castro Gomes, pode ser associado à noção de “perda do patrimônio”, definida por José Gonçalves dos Santos. O passado, fruto da simbiose entre as tradições e os eventos singulares, estaria ameaçado pelo descaso com o patrimônio, desfigurando a nação. A “retórica da perda”<sup>171</sup>, de José Gonçalves dos Santos, articulada à necessidade de “recuperação do passado” pressupõe que a identidade brasileira é identificada por elementos concretos e objetivos, procurando numa suposta essência nacional os referenciais que precisam ser reorganizados e resguardados. Dessa forma, a valorização do passado, a urgência de sua recuperação e a denúncia da perda do patrimônio compõem o mesmo cenário discursivo: a necessidade de centralização das ações estatais através de um discurso conservador sobre a cultura e a política.

<sup>169</sup> SANTOS, José Reginaldo Gonçalves dos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/IPHAN, 1996, pp.88-114 p. 42

<sup>170</sup> GOMES, Angela de Castro. Op. cit. 1996, p.141 Acreditamos que o processo de “recuperação do passado”, promovido pela ação dos intelectuais no Estado Novo e que foi demonstrado pela historiadora, permaneceu presente nas propostas dos intelectuais da ditadura civil-militar. Dessa forma, há uma continuidade na ação intelectual nesses dois períodos, observadas as especificidades no projeto desenvolvido pelo CFC, na ditadura civil-militar.

<sup>171</sup> SANTOS, José Reginaldo Gonçalves dos. op.cit.

A “questão da brasilidade”, inaugurada pelos modernistas a partir de 1924, é incorporada pelo governo getulista e transforma-se no Estado Novo no eixo sustentatório do “espírito nacional”. Aqui neste trabalho, proponho que outra metamorfose irá ocorrer na ditadura civil-militar, quando o “espírito nacional” será incorporado ao projeto cívico defendido pelo Conselho Federal de Cultura entre 1967 e 1975, sob a ótica da necessidade de formação de uma “consciência cívica”, considerada fundamental nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Assim, acredito que essas três ideias-força – “questão da brasilidade” (1920), “espírito nacional” (1930) e “consciência cívica” (1960) – pertencem a um mesmo processo, não-linear, ocorrido entre as décadas de 1920 e 1960: o de construção das representações geradoras do sentimento de pertencimento a uma mesma “comunidade imaginada”, ou seja, estão imbricadas no ideário nacionalista que busca no passado os elementos autênticos da cultura nacional. A “questão da brasilidade” será incorporada pelo Estado e ampliada, gerando o “espírito nacional” na década de 1930. A partir do golpe de 1964, observamos a radicalização deste “espírito nacional”, doravante nomeado “consciência cívica”. Convém destacar que a releitura do modernismo atravessou os diversos movimentos culturais da década de 1960, inclusive os movimentos de vanguarda:

“A década de 1960 veio mostrar, no debate efervescente em torno do projeto de se elaborar uma cultura nacional, o quanto a mensagem modernista poderia ser utilizada na definição dos novos rumos da cultura brasileira. O movimento concretista de São Paulo, a eclosão do tropicalismo na música, no teatro e no cinema, os novos passos dados pela literatura no país são momentos de revisão e reutilização das propostas modernistas.”<sup>172</sup>

Os Estados-nação modernos incorporaram leituras tradicionais na consolidação da memória e da identidade nacionais, considerados como instrumentos legítimos na formação de seus cidadãos. A massificação dos bens culturais e a consolidação da indústria cultural não eliminaram o papel preservacionista do Estado no setor cultural, ao contrário, provocaram a reação dos grupos intelectuais nacionalistas em defesa dos lugares de memória. A associação entre identidade cultural e a nação, realizada prioritariamente pelos Estados-nação modernos, possibilitou a ingerência do aparelho estatal sobre a identidade cultural de um grupo social, apresentada como sinônimo de identidade nacional. A orientação da identidade nacional variou entre os Estados e entre os períodos históricos, mas sempre definida pela exaltação dos elementos escolhidos para caracterizar essa identidade.

---

<sup>172</sup> MORAES, Eduardo Jardim. Op.cit. p.15

“Toda a discussão do segundo tempo modernista gira em torno desta questão geral: só atingiremos o universal passando pelo nacional. Está definido, desta maneira, o ideário nacionalista de todo o grupo modernista, sem exceção, a partir de 1924.”<sup>173</sup>

O nacionalismo tornou-se a base ideológica das mais variadas correntes políticas brasileiras, de esquerda, centro e direita, permeando os movimentos culturais brasileiros e sustentando teoricamente instituições, periódicos e agremiações entre as décadas de 1910 e 1970. O nacionalismo, em suas muitas leituras e usos, foi a mola propulsora que permitiu aos intelectuais forjarem a cultura brasileira e a identidade nacionais. Cada grupo político e intelectual incorporou das diretrizes teóricas dos nacionalismos os elementos necessários para legitimar seus projetos políticos. A nacionalidade brasileira seria forjada através da descrição de elementos singulares como a língua, a composição étnica, a conquista territorial, os fatos históricos, a literatura, a arquitetura<sup>174</sup>. Esses signos da nacionalidade foram dotados de monumentalidade, tornando-se incontestáveis na formulação de representações políticas sobre a cultura nacional.

Se o nacionalismo atuou como matriz ideológica das diversas leituras sobre a “realidade nacional” e impulsionou a intervenção da intelectualidade brasileira no cenário político, as trajetórias diversas dos grupos intelectuais, suas proximidades com as correntes de esquerda ou direita, fomentaram projetos e propostas de intervenções diferentes para o Estado brasileiro – inclusive conflitantes. A busca pela “conscientização nacional”, que traduz a necessidade de incorporação do “povo” aos projetos de uma nação que se desejava moderna, produzia sentidos distintos entre os grupos intelectuais de esquerda, centro e direita (1922-1985), ainda que sejam observadas semelhanças no uso de categorias como “povo”, “realidade nacional”, “interesses nacionais” e “democracia”.

Os integrantes do CFC vinculavam a identidade nacional às comemorações históricas, à defesa do patrimônio e às manifestações artísticas populares, numa releitura e ampliação das políticas culturais realizadas pelo Estado Novo. A valorização da memória nacional ocorreria através da institucionalização da cultura e da revitalização do patrimônio histórico e artístico cujos maiores exemplos são a criação de um conjunto comemorativo de efemérides e o investimento em políticas de proteção do patrimônio. Ambos representavam a consagração dos elementos considerados constitutivos da cultura, em geral, encontrados em duas faces: por um lado, nas figuras proeminentes nas diversas áreas culturais; por outro, nas manifestações folclóricas e nas expressões artísticas populares. Essas últimas eram as únicas capazes de

---

<sup>173</sup> Idem, p.167

<sup>174</sup> Sobre a incorporação e os usos do nacionalismo por diversos setores na área cultural ver: OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Op.cit. (2008)

caracterizar nossa nacionalidade. Desse modo, o trabalho de enquadramento da memória apoiava-se no projeto estadonovista aplicado para o setor cultural que buscava alternar a exaltação de grandes vultos e obras com a valorização da arte regional e popular, considerados como elementos de “recuperação do passado”<sup>175</sup>.

A construção de uma memória nacional, como afirma Michel Pollack, passa pelo enquadramento das memórias coletivas em favor de determinados interesses que não podem negligenciar os elementos referenciais do grupo social no qual se deseja promover o sentimento de pertencimento. Assim, as memórias nacionais são construídas a partir do enquadramento das memórias coletivas com o intuito de reforçar o sentimento de pertencimento e as referências que precisam ser compartilhadas para garantir a identificação com as diretrizes definidas pelos Estados. Para o autor, “todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer certas exigências de justificação”<sup>176</sup>.

No Brasil a construção da memória oficial esteve relacionada aos grandes atos heróicos e aos momentos supostamente vitoriosos da nação. Raramente encontramos passagens que demonstram as feridas históricas, as mazelas do país, ou mesmo lutas internas que ameaçassem a cordialidade e a unidade do “povo brasileiro”. A visão do povo vitorioso na sua trajetória histórica deve muito à valorização dessas ideias nas diversas expressões artísticas e na literatura que são exaltadas no discurso oficial, nas instituições educacionais e culturais e nos lugares de memória.<sup>177</sup>

O discurso oficial do CFC ressaltava a importância dos lugares de memória, verdadeiros templos da cultura nacional, guardiões da essência do povo brasileiro. Para esses intelectuais, a cultura brasileira só pode ser definida através de uma investigação cultural que contemple o estudo da formação histórica da sociedade. A identidade remete à origem de um determinado grupo que supostamente caracterizaria o indivíduo de maneira autêntica. Tal compreensão da identidade cultural como reflexo das raízes constitutivas de um grupo social aparece tanto nas leituras “naturalistas” como “culturalistas” realizadas pelas ciências sociais. Neste caso, nos interessa, sobretudo, as leituras culturalistas da formação de determinada identidade cultural.

---

<sup>175</sup> GOMES, Angela. (1996). op. cit.p.140

<sup>176</sup> POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In: *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989. pp. 03-15. p.9

<sup>177</sup> CARVALHO, José Murilo. “Nação Imaginada: memória, mitos e heróis”. In: NOVAES, Adauto (org.): *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 397-418

“Em uma abordagem culturalista, a ênfase não é colocada numa herança biológica, (...) mas na herança cultural, ligada à socialização do indivíduo no interior do seu grupo cultural. Entretanto, o resultado é quase o mesmo, pois segundo esta abordagem o indivíduo é levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, até o ponto de se identificar com o seu grupo de origem. Ainda assim a identidade é preexistente ao indivíduo. Toda identidade cultural é vista como consubstancial com uma cultura particular.”<sup>178</sup>

Nesse enfoque, a definição da identidade resulta de uma série de determinantes objetivos como a origem comum, a língua, a religião, o território etc. A identidade seria resultado da essência cultural de um grupo, cabendo aos intelectuais o papel de difusor dessa identidade, pela investigação dos elementos formadores da cultura. A própria divisão das câmaras do Conselho indica essa compreensão: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. As câmaras foram definidas conscientemente pelos conselheiros de acordo com as áreas consideradas essenciais na composição da “cultura nacional”, reunindo as personagens de proeminência de cada especialidade.

O Conselho se apropriava de elementos nacionalistas característicos do período ditatorial, criando um cenário cultural marcado pelo binômio cultura nacional – invasão estrangeira. A cultura nacional estaria ameaçada pela consolidação da indústria cultural de massas que introduzia no país elementos estranhos a nossa formação social. Para impedir a descaracterização da cultura nacional que ameaçava a segurança nacional era fundamental reconstruir uma memória que valorizasse os heróis do passado e os elementos folclóricos, estes últimos compreendidos como manifestações autênticas do “povo”.

A valorização desses bens simbólicos era essencial na preservação cultural do país, considerada ameaçada pelo aparecimento e consolidação da *mass media*. O desenvolvimento da indústria cultural de massas no país nas décadas de 1960 e, especialmente, 1970 era considerado um movimento “alienígena à nossa cultura”. As concepções teóricas adotadas pelos intelectuais do CFC tornavam qualquer ação em favor da cultura de massas um ato de violência e transgressão de “nossa cultura”. Neste quadro, como propõe Lia Calabre, o grupo era contrário ao financiamento do Estado para esse tipo de produção artística.

“É importante ressaltar que as atividades ligadas à área dos meios de comunicação de massa estavam fora do conjunto de questões tratadas pelo Conselho Federal de Cultura. Existia uma clara preocupação por parte dos conselheiros do CFC, e de alguns setores do governo, com um processo que poderia ser denominado de “desnacionalização da cultura” ou de avanço da cultura norte-americana sobre o país, associado, principalmente, às indústrias do audiovisual e a fonográfica”.<sup>179</sup>

<sup>178</sup> CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, Edusc, 1999. p. 179

<sup>179</sup> CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 73

Contra-pondo-se ao desenvolvimento da cultura de massas, o CFC orientou-se pelas concepções substancialistas que definem a cultura e, logo, a identidade nacional a partir de elementos como a língua, o território, e um passado comum. Tais elementos são amplamente utilizados pelos Estados para descreverem a singularidade de uma nação. Os grupos intelectuais modernistas que partilhavam dessas concepções são facilmente incorporados pelo Estado brasileiro, especialmente, em momentos onde os governos são notadamente autoritários; afinal, a legitimidade de suas ações precisa estar ancorada numa suposta “defesa de interesses da nação”.

A descrição objetiva dos elementos simbólicos que compõe e singularizam a nação são mais eficientes quanto maior a capacidade de gerar percepções homogêneas do grupo ao qual se pretende consolidar o sentimento de pertencimento. Assim, a cultura brasileira só existe no interior da nação e só é verdadeira quando corresponde aos interesses de todos os setores sociais, ou seja, é marcada pelo *desinteresse*, pois não serve a nenhum grupo em particular, respondendo aos elementos condicionantes e dinâmicos que a promovem. Toda cultura tem um caráter nacional, pois seu desenvolvimento depende de fatores geográficos, da herança étnica, dos momentos históricos e da linguagem vivenciados por um grupo social.

A defesa da cultura nacional através das concepções substancialistas, tal como ocorreu nos governos militares, expõe como estratégia do Estado a construção objetivista que naturaliza e harmoniza os processos históricos, eliminando do discurso oficial as possíveis tensões e embates próprios do jogo social. As idéias de “linearidade” e “evolução histórica” presentes no CFC funcionam como instrumentos articulados e decorrentes de supor a cultura através de sentidos estabilizados e despolitizados que desenham o objeto como uma entidade, naturalizando-o. Ao utilizarem a narrativa histórica, de caráter descritivo, traçam um enredo que lineariza e constitui o SER, a “substância”. Dessa forma, propicia a compreensão estática da cultura. Tal como um jogo de táticas-estratégias, o discurso otimista conservador, aqui analisado através das ações em favor da cultura, se apropriou de elementos caros à cúpula do executivo, como “segurança nacional” e “desenvolvimento”, resignificando-os e associando-os a noções como memória, identidade e cultura. Ao integrarem elementos discursivos largamente utilizados pelos militares aos seus discursos, os intelectuais do CFC vinculavam, até certo ponto, suas proposições às diretrizes gerais do governo, desenhando um cenário favorável a sua atuação e capitaneando recursos políticos fundamentais na consolidação da ação intelectual na gestão pública.

### 3.1.2 Voices conservadoras no Conselho Federal de Cultura

Os intelectuais que integraram o CFC entre 1967 e 1975, cuja atuação no campo político e cultural inicia nos anos 20, são representantes do pensamento conservador no Brasil e, por isso, mostram-se tão identificados com os projetos nacionalistas autoritários – antiliberais e anticomunistas – e o ideário cívico presentes na ditadura civil-militar.

A organização do pensamento conservador, segundo Karl Mannheim, surge da necessidade dos grupos que detém o poder político responderem às transformações sociais provocadas com o advento da modernidade. No século XIX, a estratificação social, a ascensão da burguesia, o fortalecimento do capitalismo, a organização do proletariado urbano, a circulação de novas ideias políticas e a ampliação da representação política, ameaçavam as tradicionais elites políticas e econômicas européias que reagiram à modernidade através do “conservantismo”.<sup>180</sup>

O conservadorismo opõe-se radicalmente ao liberalismo, considerado embrião da “anarquia política” e cujo maior perigo seria a sua “ameaça potencial à segurança do Estado”. No pensamento conservador, a realidade é dotada de normas essenciais que mantêm a ordem e a harmonia social existentes, abaladas pelas transformações que desconsideram a formação histórica das sociedades em nome de hipotéticos modelos de desenvolvimento. A valorização da tradição, tão característica no pensamento conservador, busca no passado a essência formadora daquele Estado, ou como afirma Mannheim, o “progressista pensa em termos de *normas*, o conservador em termos de *germes*.”<sup>181</sup>

No Brasil, as transformações provocadas pela crise do pacto oligárquico, o desenvolvimento da classe média, a organização do operariado, a fundação do Partido Comunista, o movimento tenentista, e, finalmente, a aceleração do processo de industrialização e urbanização, provocaram a necessidade de organização do pensamento conservador pelas altas classes médias urbanas e pelas oligarquias agroexportadoras. Os intelectuais identificados com o pensamento conservador no Brasil, a partir da década de 1920, estavam integrados ao modernismo verde-amarelo, à “reação católica”, à Ação Integralista Brasileira ou, ainda, filiados à União Democrática Nacional (UDN) e, posteriormente, à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

---

<sup>180</sup> MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. Trad. Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes.

<sup>181</sup> Idem, p.127

Em 1967, Alceu Amoroso Lima, figura importante da “reação católica”, cuja participação foi marcante no Centro Dom Vital e na revista *A Ordem*, redigiu o verbete sobre a presença da Igreja Católica no Brasil para a *Enciclopédia Delta-Larousse*, listando os principais intelectuais influenciados pelo pensamento católico, a partir dos anos 20, dentre os quais figurava o nome de dez conselheiros: Pedro Calmon, Hélio Vianna, Gustavo Corção, Cassiano Ricardo, Andrade Muricy, Octávio de Faria, Peregrino Júnior, Dom Marcos Barbosa, Adonias Filho e Gladstone Chaves de Mello.<sup>182</sup> Desses conselheiros, quatro participaram ativamente da “reação católica”, Gustavo Corção, Octávio de Faria, Gladstone Chaves de Mello e Dom Marcos Barbosa, integrando a revista *A Ordem* e/ou Centro Dom Vital, ambos fundados no início dos anos de 1920. A “reação católica” apresentava duras críticas ao racionalismo, ao modelo liberal, ao comunismo e, principalmente, à “(...) inquietação causada pelos grupos sociais em ascensão”.<sup>183</sup> Esses posicionamentos políticos, coordenados pelo Centro Dom Vital, sob a liderança de Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, circularam intensamente nos meios intelectuais, agenciando, especialmente, aqueles intelectuais mais identificados com os grupos dirigentes tradicionais. Em 1969, Alceu Amoroso Lima, principal liderança da “reação católica”, foi reverenciado pelo Conselho durante a comemoração do cinquentenário das suas atividades literárias, na 149ª sessão plenária, realizada em 1º de julho de 1969, sob a justificativa de ser um representante da “(...) expressão mais alta e autêntica da cultura brasileira”, excluindo-se da homenagem a memória de sua participação decisiva no movimento católico brasileiro.<sup>184</sup>

Os remanescentes da Ação Integralista Brasileira presentes no Conselho eram Adonias Filho, Hélio Vianna e Miguel Reale (Secretário Nacional de Doutrina da AIB). A doutrina do partido, de caráter notadamente nacionalista e autoritária, opunha-se radicalmente ao liberalismo, ao comunismo e ao capitalismo internacional. Para Héglio Trindade, “o

---

<sup>182</sup> LIMA, Alceu Amoroso. “Síntese da evolução do catolicismo no Brasil”. In: *Enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1967, pp.1848-1873. Apud. PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. “A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, junho de 2007, pp.33-49, p.35. Como destaca Fernando Pinheiro Filho, tal classificação realizada em 1960 está sujeita aos embates políticos daquele período e, provavelmente, isso explique o esforço de Alceu Amoroso Lima em listar vários intelectuais brasileiros supostamente identificados com o pensamento católico entre os intelectuais brasileiros. Contudo, compartilhamos da análise de Fernando Pinheiro que propõe que esta classificação nominal, se associada a outros dados biográficos, não descartam o uso da lista proposta por Alceu Amoroso Lima.

<sup>183</sup> PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. “A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, junho de 2007, pp.33-49

<sup>184</sup> Ata da 149ª sessão plenária realizada em 1º de julho de 1969. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n.º 25, julho de 1969. pp. 83-86 p.85



nacionalismo literário provocado pelo modernismo da década de 1920 politiza-se rapidamente e o integralismo torna-se a sua encarnação na extrema-direita após a década de 1930.”<sup>185</sup>

No caso dos ex-filiados à UDN, partido político fundado em 1945, figuravam Afonso Arinos de Mello Franco, Gladstone Chaves de Mello e Gilberto Freyre. Afonso Arinos de Mello Franco filiou-se à ARENA, após a decretação do Ato Institucional n.º2, em 27 de outubro de 1965, que extinguiu o modelo pluripartidário brasileiro, substituindo-o pelo bipartidarismo. O caráter liberal, mas antipopular, da UDN, não impediu o apoio à interferência dos militares na política através de golpes, ao contrário, a consolidação da democracia dependia de “(...) um processo de regeneração política deflagrado pelo alto com o auxílio das Forças Armadas.”<sup>186</sup>

A participação de intelectuais oriundos desses movimentos culturais e partidos políticos no CFC corrobora na adoção de posturas conservadoras nas políticas culturais desenvolvidas pelo órgão. Apesar da importância dos ideais modernistas nos discursos e nas políticas culturais executadas pelo Conselho, graças ao controle que esses intelectuais modernistas exerciam no setor cultural do Estado desde a administração Capanema, a participação de intelectuais também influenciados pelo catolicismo, remanescentes da Ação Integralista Brasileira, eleitos pela UDN no período liberal-democrático (1946-1964), ou filiados à ARENA no Conselho Federal de Cultura expõe a formação conservadora do grupo.<sup>187</sup>

### 3.2 O patrimônio brasileiro: debates e ações no Brasil Republicano

Os debates sobre a questão do patrimônio no Brasil e, principalmente, a função do Estado na identificação, seleção, preservação e divulgação desse patrimônio remontam à década de 1930. A noção de patrimônio adquiriu significados políticos, sendo considerado como elemento essencial na construção do sentimento nacional.

<sup>185</sup> TRINDADE, Hélió. “Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes... [et all.]. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, 6ª edição p.304-335 p.327

<sup>186</sup> SAES, Décio. “Classe Média e Política no Brasil (1930-1964)”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes... [et all.]. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, 6ª edição, pp.449-506 p. 468

<sup>187</sup> Não está entre os objetivos desta tese detalhar os movimentos intelectuais e políticos nos quais os conselheiros se envolveram. Por isso, neste momento, optamos por identificar o envolvimento dessas personagens nesses movimentos mais como um argumento que possibilite a compreensão da atuação do grupo durante a ditadura civil-militar, caracterizando-o como conservador.

Desde os anos de 1920, os intelectuais ligados ao movimento modernista, às direções dos museus nacionais e aos governos estaduais dedicavam-se à questão da proteção do patrimônio.<sup>188</sup> A ingerência federal na esfera cultural foi intensificada a partir de 1930, após a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), posteriormente, Ministério da Educação e Cultura (1953), e de diversos órgãos de organização e controle do setor, especialmente, nos períodos autoritários (1937-1945 e 1964-1985). Nestes períodos foram institucionalizadas diversas áreas da cultura como os setores dedicados ao teatro, livro, folclore, patrimônio artístico, cinema, radiodifusão educativa, além dos setores dedicados ao controle dessa produção através do estabelecimento de mecanismos de censura. Assim, a crescente importância dada à cultura pelo Estado está relacionada ao processo de centralização e à necessidade dos governos legitimarem seus projetos através de construções simbólicas capazes de agregar os cidadãos em torno do ideal de nação.<sup>189</sup> A área cultural do MES, na gestão de Gustavo Capanema (1934-1945), recrutou diversas personagens do movimento modernista, que permaneceram prestando serviços no setor mesmo após o fim do primeiro governo Vargas. Para Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa,

“Era sem dúvida no envolvimento dos modernistas com o folclore, as artes, e particularmente com a poesia e as artes plásticas, que residia o ponto de contato entre eles e o Ministério. Para o ministro, importavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura; para os intelectuais, o Ministério da Educação abria a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho, a partir do qual supunham que poderia ser contrabandeado, por assim dizer, o conteúdo revolucionário mais amplo que acreditavam que suas obras poderiam trazer.”<sup>190</sup>

No interior do Ministério da Educação e Saúde, a instituição cultural melhor aparelhada era o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado por Gustavo Capanema, em 1937, sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade. O SPHAN, posteriormente DPHAN e, a partir da Reforma Administrativa do MEC de julho de 1970, IPHAN, foi o órgão responsável pela definição de uma inédita política de preservação federal. A longa gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade é considerada um marco na orientação político-burocrática daquele órgão. Na década de 1930, Rodrigo Mello Franco de Andrade é convidado pelo ministro da Educação e Saúde Francisco Campos para ocupar a chefia do gabinete do ministro no MES. Em 1936, já na administração de Gustavo Capanema, formulou o projeto com as orientações definitivas do novo órgão, apoiando-se num anteprojeto apresentado originalmente por Mário de Andrade. Rodrigo Mello Franco de Andrade

<sup>188</sup> FONSECA, Maria Cecília de Lourdes. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MIN/IPHAN, 2005. 2ª edição

<sup>189</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Temos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

<sup>190</sup> Idem, p.99

permaneceu no cargo até 1967 e contou com a colaboração, de intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Lúcio Costa, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Hollanda, entre outros, além de futuros membros do CFC: Afonso Arinos, Arthur Cesar Reis, Augusto Meyer, Gilberto Freyre, Renato Soeiro.<sup>191</sup> Seu discípulo Renato Soeiro substituiu-o na direção do SPHAN em 1967, e após 1969, passou a ocupar seu lugar no Conselho Federal de Cultura.

O SPHAN-DPHAN-IPHAN não foi o único órgão criado na década de 1930 para tentar organizar e ampliar a participação do Estado na esfera cultural, tampouco o único setor da área da cultura que despertou o interesse estatal. Contudo, foi o órgão que respondeu de forma mais eficaz às demandas do executivo.

“(...) o IPHAN, ao preservar o patrimônio histórico e artístico, deveria responder a pelo menos três desafios. Primeiro, ao desafio político de estimular e canalizar a participação social na preservação cultural. Segundo ao desafio ideológico de identificar e forjar um ‘patrimônio cultural brasileiro’ (...). Finalmente, ao desafio administrativo de cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente”.<sup>192</sup>

Ao longo dos trinta primeiros anos o SPHAN conseguiu consolidar uma estrutura administrativa e uma noção de preservação do patrimônio, apesar dos recursos insuficientes destinados àquela instituição. A gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, considerada a “fase heróica”, foi pautada por discursos nacionalistas de defesa do patrimônio, cujo traço principal é a valorização dos registros do passado como elementos autênticos e singulares da identidade cultural brasileira diante das demais nações. Conforme propõe o antropólogo José Reginaldo Gonçalves Santos,

“Este projeto era implementado por uma nova elite de bases urbanas – em oposição às velhas elites agrárias – que veio a dirigir o país sob a orientação modernizadora, após a revolução de trinta. Nessa ideologia, assume o primeiro plano o projeto de construção de uma nova nação, através da modernização das estruturas econômicas, político-administrativas e culturais. Esse projeto veio a ser implantado por meio de uma burocracia estatal, centralizada e autoritária, controlada a partir de um pacto entre segmentos das velhas e novas elites.”<sup>193</sup>

Para José Reginaldo G. Santos, o caráter tradicionalista presente na produção discursiva do diretor do SPHAN compõe o cenário autoritário e modernizador projetado pela ditadura de Vargas, promovendo uma articulação entre as diretrizes gerais do Estado Novo e a atuação do SPHAN. Em contrapartida, a socióloga Maria Cecília Fonseca propõe a existência de uma “autonomia” no interior do SPHAN que produziu uma política de preservação mais

<sup>191</sup> FONSECA, Maria Cecília de Lourdes. Op.cit.

<sup>192</sup> FALCÃO, José Arruda. MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1984. pp. 21-40; p. 27

<sup>193</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op.cit. p. 39

integrada à “concretização de um projeto modernista” do que ao processo de “exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional”<sup>194</sup>. A socióloga credita essa “autonomia” da instituição à legitimidade conquistada através da habilidade de seu diretor em reunir pesquisadores das mais diversas formações e insistir na utilização de critérios científicos modernos e, principalmente, “a imagem de uma instituição coesa, desvinculada dos interesses políticos-partidários (...)”<sup>195</sup>. Se o SPHAN não pode ser reduzido a um órgão divulgador do projeto ideológico varguista, acreditamos que havia uma proximidade entre as diretrizes do executivo e a ação da instituição, conforme verificado tanto por José Reginaldo G. Santos como também por Maria Cecília Fonseca. Dessa forma, a existência de uma autonomia do órgão, se comparado à intervenção sofrida pelo setor educacional, não significou que suas ações e definições sobre o patrimônio divergissem da produção simbólica elaborada pelo Estado Novo:

“Na medida em que o Sphan foi um dos braços do ministério de Capanema, era inevitável algum compromisso entre os intelectuais que atuavam na instituição e no regime. Suponho que esse compromisso se exprimia basicamente numa demarcação de limites e numa relação de reciprocidade: ou seja, a autonomia de que gozava o Sphan dentro do MES tinha como contrapartida implícita o não envolvimento daqueles intelectuais em outras esferas de governo, inclusive aquelas que em princípio – como censura e propaganda – afetavam profundamente a vida cultural.”<sup>196</sup>

O SPHAN cristalizou uma concepção de cultura nacional a partir da preservação das obras arquitetônicas e dos centros históricos. Nesta perspectiva, a modernização só seria consolidada com o inventário e o resgate do passado, afinal, a singular trajetória brasileira nos garantiria um lugar nobre entre as potências civilizadas. Conforme demonstra Maria Cecília Fonseca, até a década de 1960, o SPHAN manteve-se centrado no patrimônio de *pedra e cal*; a prática dos tombamentos, principal área de atuação do órgão, privilegiou a definição estética, seguida do valor histórico, elegendo obras consideradas de alto valor artístico, hierarquizando-as conforme o estilo: barroco, neoclássico, moderno e eclético.<sup>197</sup> Essa visão do patrimônio como elemento indispensável à civilização e à modernidade, institucionalizada na gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, foi claramente apropriada pelos integrantes do CFC e manteve-se incorporada às suas práticas, afinal, muitos daqueles que participaram do SPHAN, integraram-se ao CFC. Contudo, o Conselho ampliou a noção de patrimônio, incorporando ao conceito os hábitos, costumes, danças, modos de agir e pensar, invenções nas áreas científicas e artísticas etc. Essa definição ampla do patrimônio foi apresentada nas

<sup>194</sup> FONSECA, Maria Cecília de Lourdes. Op.cit. p.98

<sup>195</sup> Idem, p.104

<sup>196</sup> Idem, p.121

<sup>197</sup> Idem, p. 115

*Diretrizes para uma política cultural*, em 1973, documento responsável por ordenar o papel do Estado na cultura, dando-lhe fundamentação teórica, constituindo uma definição sobre a função da política cultural e seus pilares de ação:

“constituído das tradições históricas e dos hábitos e costumes estratificados; das criações artísticas e literárias mais representativas do espírito criador brasileiro; das realizações técnicas e científicas de especial significação para a humanidade; das cidades, conjuntos arquitetônicos e monumentos de significação histórica, artística, cívica ou religiosa; das jazidas arqueológicas, das paisagens mais belas ou típicas do território pátrio; das idéias e ideais partilhados pelos brasileiros.”<sup>198</sup>

A atuação do Conselho Federal de Cultura está diretamente relacionada à sua percepção do papel do Estado no setor cultural. Tomamos o discurso dos membros do CFC como integrante do discurso estatal sobre o seu papel e a função da cultura, ainda que em alguns momentos haja uma tensão entre a proposta do CFC e as orientações da cúpula do executivo. Para o Conselho, a intervenção do Estado na cultura era essencial na produção de bens culturais e na preservação do patrimônio. O Estado era o único agente capaz de criar uma infra-estrutura que assegurasse as condições necessárias para a liberdade criadora nas diversas formas de expressão artística. Neste sentido, o Estado não aparece como um censor da produção cultural, ao contrário, ele garante que o setor cultural não sofrerá qualquer pressão que oriente, subordine ou limite sua produção.

“O que pretendemos afirmar e concluir, no entanto, é que somos ainda parte do mundo subdesenvolvido, de que nos esforçamos para sair, e que ainda não é possível prescindir da intervenção do Estado na movimentação da cultura e na criação de uma infra-estrutura capaz de assegurar condições que lhe permitam realizar-se plenamente, liberta de qualquer interferência que lhe perturbe, limite ou discipline a evolução. Nos países novos ou que ainda não lograram uma participação maior nos grandes lances da civilização universal, o papel do Estado é fundamental, o que não significa a contenção da criatividade ou seu condicionamento a fórmulas e postulados ideológicos, impostos pelo poder público como sucede em algumas nações.”<sup>199</sup>

As funções centrais do CFC foram definidas e hierarquizadas já no documento de sua criação: preservar o patrimônio e elaborar uma política nacional para o setor. É no âmbito do patrimônio que o Estado exerce uma das suas principais ações na cultura e essa definição foi elaborada pelos ideólogos do Conselho e ratificadas pelos membros que comporiam o CFC entre 1967 e 1975. O conceito de cultura brasileira proposto pelo Conselho Federal de Cultura está ancorado nas análises antropológicas e compreende a cultura nacional como um patrimônio formado desde o processo de conquista e colonização portuguesa, portanto,

<sup>198</sup> Diretrizes para uma política nacional de cultura. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, jan-março de 1973, n.º9, pp.57-64, p.60

<sup>199</sup> Discurso realizado por Arthur C. F. Reis durante a cerimônia de posse do Prof. Raymundo Moniz de Aragão da presidência do Conselho Federal de Cultura. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n.º9, Janeiro-março de 1973, pp.11-24 p.13

definida por aspectos de longa duração e singulares que permitem a distinção do Brasil em relação às demais nações.

“Ora, há, no Brasil, uma cultura, a cultura brasileira, que é a construção que vimos promovendo, nós, o povo brasileiro, no continente-arquipélago que constituímos e nos distingue no cenário mundial. A cultura brasileira, com cerca de quinhentos anos de passado, (...), é patrimônio de que nos podemos orgulhar porque é fruto de nossa constância, de nossa dramática atividade criadora como sociedade que se afirma desde a luta contra a natureza, rica e muitas vezes difícil, à construção de centros de revolução urbanística dos tempos novos que o mundo vive, como é o caso de Brasília.”<sup>200</sup>

O patrimônio nacional, tal como proposto pelo CFC, incluía as obras artísticas e arquitetônicas de valor histórico, os museus, as bibliotecas, os teatros, as academias de letras e os institutos históricos, as cerimônias cívicas, as grandes obras da literatura, as festas populares, os centros históricos. Assim, como afirma Nestor Canclini, o patrimônio é o cenário dedicado à “comemoração do passado legítimo” e aos aspectos da verdadeira “essência nacional”. O patrimônio torna-se, então, o representante máximo da nacionalidade. Investir no patrimônio é investir na cultura nacional.

“As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundir-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos (...). A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cidem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio.”<sup>201</sup>

Essa visão do patrimônio está relacionada à concepção substancialista da cultura presente nos discursos dos “intelectuais tradicionalistas”. São esses homens que definiram o “alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também bens populares sob o nome de folclore (...).”<sup>202</sup> A questão do patrimônio tornou-se a grande bandeira de atuação do Conselho Federal de Cultura. A cultura brasileira era um patrimônio ameaçado pela falta de infra-estrutura e investimentos. A tarefa principal do Conselho, e que considero vitoriosa, era centralizar as ações no setor cultural, tornando-o uma área de permanente atuação do Estado através de políticas de proteção da cultura.

### 3.2.1 O “Encontro sobre a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”

A epígrafe deste capítulo é parte integrante do discurso do ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho na cerimônia de abertura do “Encontro dos Governadores sobre a

<sup>200</sup> Idem p.12

<sup>201</sup> CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000. Trad. Heloíza Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa p.160

<sup>202</sup> Idem. p.160-161

Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil” realizada em Brasília no dia 01 de abril de 1970<sup>203</sup>. A iniciativa deste primeiro encontro foi do próprio ministro Jarbas Passarinho (1969-1974).

O “Encontro”, realizado em Brasília, entre 1 e 3 de abril de 1970, foi coordenado por Arthur Cezar Ferreira Reis, presidente do Conselho, e Pedro Calmon, presidente da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do CFC. A revista *Cultura*, nº34, foi inteiramente dedicada ao evento que contou também com a participação do Almirante Augusto Radmaker, vice-presidente da República, ministro Iberê Gilson, presidente do Tribunal de Contas da União, Renato Soeiro, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, D. José Newton, arcebispo de Brasília, além de governadores, representantes dos governos dos estados e outras autoridades.

No discurso inaugural, Jarbas Passarinho ressalta que o “Encontro” trataria do conceito de patrimônio em suas diversas ramificações, ou seja, “não só o patrimônio artístico, não só o patrimônio histórico, não só o patrimônio cultural, não só o patrimônio natural, mas todo o patrimônio da Nação e da gente brasileira (...)”.<sup>204</sup> Para o ministro, além dos poucos recursos destinados à preservação, o descaso do cidadão brasileiro com sua história aliado à falta de civismo impediam o culto aos monumentos, verdadeiros documentos da nação brasileira. As autoridades ali reunidas deveriam buscar alternativas para solucionar o descaso das autoridades públicas e também da população que não só ameaçava como já comprometia o patrimônio com perdas irreparáveis. O ministro Jarbas Passarinho esperava que aquela reunião fosse uma resposta aos constantes ataques da imprensa ao governo sobre o assunto, lembrando da notícia de um periódico dominical que informara a respeito da situação do patrimônio no país: “Brasil, um passado sem futuro”<sup>205</sup>.

O diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), antigo SPHAN, conselheiro Renato Soeiro, ficou responsável por apresentar aos presentes os pontos centrais do “Encontro”, lembrando da atuação de Rodrigo Mello Franco de Andrade na

---

<sup>203</sup> Toda a documentação referente ao Encontro foi publicada na edição n.º34 da revista *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n.º 34, abril de 1970.

<sup>204</sup> Discurso do Ministro Jarbas Passarinho transcrito por *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano IV, n.º.34. abril de 1970. pp.7-24 p. 8

<sup>205</sup> Jarbas Passarinho não informa qual o jornal que publicou a notícia. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano IV, n.º.34. abril de 1970. pp.7-24 p. 24

diretoria daquele órgão: “habituaamo-nos a não fazer distinção entre Patrimônio e Rodrigo. As duas imagens para os seus Companheiros de trabalho e amigos se confundem em uma só.”<sup>206</sup>

Dessa forma, a ideia de patrimônio presente naquela reunião seguia as diretrizes cristalizadas pela ação de Rodrigo Mello Franco de Andrade durante os trinta anos em que dirigiu o SPHAN. Para Soeiro, patrimônio brasileiro contava com uma avançada legislação criada a partir de 1937 que seria completada quando o Congresso Nacional votasse o projeto do CFC que previa uma série de medidas de controle sobre os usos dos acervos e conjuntos arquitetônicos considerados históricos, além de tratar da criação de estímulos financeiros destinados à sua preservação.

Renato Soeiro destacou a importância da participação dos estados e municípios na proteção do patrimônio regional, através da criação de órgãos semelhantes à DPHAN. Até aquele momento, apenas os estados da Bahia, Guanabara, São Paulo, Paraná e Minas Gerais já possuíam órgãos especializados que funcionavam articulados com a DPHAN. Soeiro reconhecia a dificuldade de preservar os conjuntos arquitetônicos diante das pressões provocadas pela urbanização e modernização das cidades. Para o diretor da DPHAN, a proteção do patrimônio nacional e regional dependia do reconhecimento do poder público e dos grupos sociais da importância daquele acervo histórico para a nação e sua capacidade de gerar desenvolvimento através do investimento no turismo. A associação preservação-turismo foi a resposta encontrada pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural contra o discurso daqueles setores que sob a égide do crescimento econômico e ampliação da infra-estrutura do país pressionavam o governo federal a autorizar intervenções drásticas nos conjuntos arquitetônicos e reservas naturais já preservados. Dessa forma, a política de proteção não aparecia como obstáculo ao processo de desenvolvimento econômico, ao contrário, movimentava positivamente a economia do país pelos recursos gerados com o turismo.

“As iniciativas visando o desenvolvimento dos centros urbanos e rurais, seu aproveitamento turístico e cultural, a exploração racional das florestas, são perfeitamente conciliáveis com a proteção e a revalorização da paisagem, dos monumentos e demais bens de valor histórico e artístico localizados nessas áreas, desde que respeitada a legislação específica vigente e judiciosamente projetados os respectivos planos diretores. Conciliáveis e desejáveis, pois de conseqüências propícias à economia do país, que certamente se beneficiará de uma política inteligente de exploração de suas riquezas naturais, culturais e turísticas.”<sup>207</sup>

A relação entre “preservação e desenvolvimento” identificada através do turismo, obrigou a redefinição do uso dos espaços preservados, necessariamente re-significados ao

<sup>206</sup> “Discurso do diretor da DPHAN”, Renato Soeiro. transcrito pela revista *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano IV, n°.34. abril de 1970. pp. 13-22 p.14

<sup>207</sup> “Discurso do diretor da DPHAN”, Renato Soeiro, op.cit. (1970) p.15



adquirirem uma nova função social, tornando-os novamente úteis à sociedade moderna, sem com isso deixar de registrar a sua memória. Tratava-se, então, de uma política de proteção e revalorização.

“O aproveitamento dos monumentos disponíveis de arquitetura civil, militar e religiosa tem sido preocupação constante da DPHAN, pois não basta restaurá-los, – é necessário usá-los adequadamente tais como sedes de museus, casa históricas de cultura ou outras atividades ligadas de preferência, aos planos de cultura ou ensino o que não obsta que possam ser aproveitadas também em “pousadas”, no plano econômico. Visa essa orientação, não só garantir-lhes a preservação, mas também uma destinação atuantes na sociedade contemporânea.”<sup>208</sup>

Após a cerimônia de abertura, foram discutidos os seguintes temas: “criação dos patrimônios estaduais” e sua função como órgãos congêneres à DPHAN; a formação de recursos humanos especializados em restauração, identificação e catalogação de acervos; dotação orçamentária e captação de recursos. O primeiro trabalho apresentado foi o do CFC, “Defesa do patrimônio histórico, artístico e natural do Brasil, no pensamento do Conselho Federal de Cultura”. O título do trabalho inicialmente induz no leitor a expectativa de que o CFC apresentaria seus posicionamentos políticos e o aparato conceitual utilizado. Contudo, o documento foi organizado em doze pequenos tópicos distribuídos em ordem numérica e não possui nenhuma apresentação inicial ou conclusão final. Tal estratégia conduz o leitor e os ouvintes a uma hierarquização dos temas retratados durante a sua leitura. A opção pela síntese expõe também uma segunda estratégia: destacar pragmaticamente as medidas a serem adotadas, afastando-se das tradicionais discussões conceituais ou políticas, apresentando o documento como uma série de medidas técnicas, racionais e, por isso, aparentemente desprovidas de inserções ideológicas. Dentre as propostas previa-se a criação de órgãos regionais dedicados à proteção do patrimônio histórico e artístico, nos moldes da DPHAN; dotação orçamentária dos estados da federação e a participação da União em programas nacionais; formação de equipe técnica nos estados; infra-estrutura estadual, com a criação de arquivos, bibliotecas, Casas de Cultura, museus e parques; restauração dos bens tombados; defesa dos monumentos funerários; ampliação da legislação sobre a comercialização das obras de arte; elaboração de uma legislação que estimule a preservação de bens tombados pelos proprietários; encontros anuais entre os órgãos estaduais e a DPHAN; auxílio técnico e financeiro aos municípios possuidores de conjuntos arquitetônicos tombados. Por fim, o documento recomendava que a adoção dessas medidas ocorresse por “(...) convênios entres os Estados, órgãos da administração pública federal especializados, Ministério da Educação e

---

<sup>208</sup> Idem, p.17

Cultura através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Conselho Federal de Cultura.”<sup>209</sup>

No segundo dia do encontro, os temas abordaram os “problemas de defesa e utilização do Patrimônio Cultural” e a “defesa do patrimônio natural”, destacando a importância do envolvimento dos órgãos federais, estaduais e municipais, além do poder legislativo e judiciário, e das universidades, para melhor gerenciamento e controle dos usos desse patrimônio. Vários representantes de estados se pronunciaram sobre a situação do patrimônio em cada região, apresentando os programas realizados. O secretário de educação e cultura de Minas Gerais, Heráclito Mourão Miranda propôs a realização de estudos sobre os bens imateriais de cada estado, especialmente, o folclore. O espaço dedicado pelo secretário ao tema do folclore surpreende, pois, neste encontro, privilegiou-se o patrimônio de *pedra e cal*, seguido dos acervos artísticos e documentais. O terceiro dia foi dedicado exclusivamente à aprovação do documento “Compromisso de Brasília” e à cerimônia de encerramento.

Os participantes do Encontro assinaram o *Compromisso de Brasília*, redigido por Pedro Calmon, documento-síntese dos trabalhos realizados. O documento apresentava vinte três tópicos, ressaltando a “inadiável necessidade” de estados e municípios adotarem medidas como: complementar a ação federal na proteção dos bens culturais e naturais nacionais e regionais através da criação de órgãos específicos sob orientação da DPHAN; elaborar uma legislação estadual e municipal para o setor; ampliar os recursos orçamentários; investir na formação de mão-de-obra especializada sob orientação de órgãos federais; proteção da documentação através da criação de arquivos; preservação dos cemitérios e túmulos de valor histórico; criação de museus regionais com a função precípua de documentar “(...) a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição.”<sup>210</sup> O *Compromisso* incorporou os principais tópicos do trabalho apresentado pelo CFC durante o “Encontro”. Contudo, o *Compromisso de Brasília* era mais superficial do que o trabalho “Defesa do patrimônio histórico, artístico e natural do Brasil, no pensamento do Conselho Federal de Cultura”. O *Compromisso de Brasília* não tratava do problema das fontes orçamentárias; não mencionava a necessidade de convênios entre os órgãos federais, estaduais e municipais; e não previa a criação de órgãos regionais dedicados exclusivamente à proteção do patrimônio

<sup>209</sup> Trabalho apresentado pelo CFC no “Encontro em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.” In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura. Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano IV, n.º.34. abril de 1970. pp. 127-128 p.128

<sup>210</sup> Artigo n.º 12, do *Documento de Brasília*, assinado por todos os participantes do I Encontro de Governadores em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano IV, n.º34, abril de 1970, pp.111-115 p. 113

histórico e artístico nacional. Dos vinte três tópicos presentes no *Compromisso* apenas dois são desconsiderados pelo documento produzido pelo CFC: a necessidade de proteção do patrimônio militar e eclesiástico e o papel do ensino na formação cívica do cidadão.

### 3.3 O civismo como expressão máxima da consciência nacional

A construção do ideário cívico não foi exclusividade dos intelectuais, militares ou grupos políticos integrados ao Estado durante o período da ditadura civil-militar. Desde a 1ª República (1889-1930), movimentos organizados como a Liga da Defesa Nacional, fundada por Olavo Bilac, em 1915, já expressavam a presença desse ideário no pensamento político e social brasileiro, ainda que esse ideário aparecesse de forma intermitente<sup>211</sup>. Aliás, Olavo Bilac tornou-se uma personagem-símbolo do civismo nos anos de chumbo, sendo reverenciado como exemplo de cidadão consciente de seus deveres perante sua comunidade.<sup>212</sup> A historiadora Angela de Castro Gomes destaca a construção de uma “cultura cívico-patriótica” pelos republicanos desde o final do século XIX, processo associado à formulação de uma “história pátria” considerada fundamental na formação dos cidadãos após a proclamação da República. Para Gomes, a necessidade dos republicanos de elaborar um novo discurso político capaz de forjar os elementos simbólicos da nação, os levará a buscarem na história e na geografia ensinadas os artefatos necessários à consolidação de um ideário cívico capaz de gerar o “sentimento patriótico” em todos os brasileiros.<sup>213</sup>

A ideia de civismo como pilar constitutivo da relação entre o Estado e a sociedade civil, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), será aqui investigado, prioritariamente através dos documentos e discursos produzidos naqueles cenários aonde circulavam as personagens políticas e intelectuais que por ocuparem um espaço de destaque na burocracia federal se articulavam ou pertenciam ao CFC no período entre 1967-1975. Acreditamos que os discursos construídos em torno do civismo ao longo da ditadura civil-militar apresentam especificidades próprias, com usos muitas vezes distintos dos períodos anteriores ao golpe.

<sup>211</sup> DE LUCA, Tânia. Op.cit. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

<sup>212</sup> Dentre as obras publicadas durante a ditadura civil-militar sobre o patriotismo de Olavo Bilac, citamos: BRANDÃO, Adelino. *Olavo Bilac e o serviço militar, o homem, o artista, o patriota*. Rio de Janeiro: 1969; LOPES, Moacir de Araújo. *Olavo Bilac, o homem cívico*. Brasília: Imprensa Nacional, 1968; MAGALHÃES Júnior, Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: CEA, 1974.

<sup>213</sup> GOMES, Angela de Castro. “República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: ANPUH. XXV *Simpósio Nacional de História: História e Ética*. Anais do Simpósio. Fortaleza, UFC: 2009

Dessa forma, serão privilegiados os discursos do ministro da Educação e Cultura, os discursos dos conselheiros e os documentos produzidos a partir da ação do Conselho. Essa declaração inicial não restringe a promoção do ideal cívico ao CFC ou ao setor cultural do MEC; ao contrário, observamos que a noção de civismo presente nos discursos aqui analisados está apoiada também na ação de outros setores governamentais, especialmente, a partir da criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e a inclusão das disciplinas “Educação Moral e Cívica” e “Estudo dos Problemas Brasileiros”, em 1969, nos currículos oficiais de ensino.

A noção de civismo está irremediavelmente associada ao fenômeno da cidadania. É impossível investigar o projeto político que constitui o civismo sem relacioná-lo com o ideal de cidadania. Afinal, o civismo, na ditadura civil-militar, tal como investigado nesta tese, dialoga com as concepções gerais sobre a cidadania, sacrificando alguns dos seus direitos em nome da preservação da nação. O ideário cívico na ditadura civil-militar foi gestado dentro dos padrões estabelecidos pelo fenômeno da cidadania; contudo, radicalizado pelo pensamento conservador e nacionalista, sobrepôs-se ao fenômeno originário. Por isso, dentro dos objetivos dessa pesquisa, incorporamos a noção de cidadania apresentada por José Murilo de Carvalho, sem a pretensão de esgotarmos todos os debates sobre este fenômeno. A cidadania compreende um conjunto de direitos civis, políticos e sociais surgidos na Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX com o advento da modernidade e o desenvolvimento do capitalismo. Para José Murilo de Carvalho, o ideal de cidadania não é um fenômeno igualmente vivenciado por todos os países ocidentais que buscaram na modernidade e no capitalismo os modelos político e econômico de organização social. Por isso, “a maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania”<sup>214</sup>. José Murilo de Carvalho descreve cada um desses direitos e a frequência com que esses direitos aparecem desconectados nas sociedades em determinados períodos históricos, proporcionando a existência de “cidadãos incompletos”, ainda que o ideal de “cidadania plena” seja amplamente almejado. Na definição de cada direito propõe que,

“Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Sua pedra de toque é a liberdade individual. É possível haver direito civil sem direitos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado. Finalmente, há os direitos sociais. (...) Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. (...) Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade

---

<sup>214</sup> Sobre o conceito de cidadania e seus níveis de aplicação na trajetória política brasileira, ver: CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 9ª edição, p. 12

produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar social para todos.”<sup>215</sup>

No civismo, tal como reelaborado na ditadura civil-militar, os direitos políticos, civis e sociais dos cidadãos podem ser restringidos em favor da harmonia social e da “segurança nacional”. O conceito foi habilmente utilizado para redefinir a relação entre o Estado e os cidadãos, num período marcado por Atos Institucionais que feriam os princípios da cidadania, mas que estavam perfeitamente ajustados aos princípios do civismo. Como neste período, a idéia de civismo sobrepõe-se ao ideal de cidadania, definindo prioritariamente os deveres dos cidadãos, qualquer ação do Estado em defesa da nação encontrava-se legitimada. O civismo, ideário-chave durante a ditadura civil-militar, foi incorporado aos discursos e ações políticas dos intelectuais atuantes no CFC através da associação do civismo, ideário político por excelência, à noção de cultura. Para os intelectuais do CFC, a elaboração de políticas culturais sistemáticas era fundamental na preservação e divulgação do patrimônio cultural e da memória nacional e, para os governos militares essa visão conservadora e otimista da cultura forneceria as bases da construção do civismo. Assim, o papel da cultura seria realçar os elementos que compõe a nação. A defesa da cultura foi considerada fundamental para a formação de cidadãos conscientes tanto de seu papel de devoção à pátria quanto da necessidade de solidariedade social. Ampliaram-se, dessa forma, os artefatos utilizados na elaboração do discurso cívico a partir 1ª República. Além da história, geografia e literatura pátria ensinadas nos bancos escolares era fundamental a encenação desses artefatos através de monumentos, comemorações públicas de efemérides, preservação dos conjuntos arquitetônicos, manifestações folclóricas etc.

Em 1967, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) financiou a publicação da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, sob organização do padre Fernando Bastos de Ávila e que em 1982, já na 2ª tiragem da sua 3ª edição, comemorava a reprodução de quinhentas mil cópias desde a sua primeira edição. A obra de caráter didático tornou-se referência obrigatória nos currículos escolares brasileiros. A definição de civismo presente nesta obra enfatizou o papel do cidadão e sua relação com a sociedade civil e o Estado, informando que o exercício das práticas cívicas incluía, entre outros aspectos:

“(...) obediência às leis, preservação da ordem, defesa da moral e dos bons costumes, estímulo aos valores sociais positivos, repressão dos elementos ou valores sociais negativos, incentivos aos jovens para o desenvolvimento harmonioso e sadio de sua

---

<sup>215</sup> Idem, p.10

personalidade, colaboração nas obras sociais e iniciativas que visem o bem-estar humano (...).<sup>216</sup>

A enciclopédia optava por uma apresentação ampla do conceito, ainda que as noções de obediência ao Estado, defesa da moral e manutenção da ordem fossem destacadas. A obra composta por centenas de verbetes trazia informações sobre vários órgãos da burocracia estatal, explicando o seu funcionamento, mas, contraditoriamente, não definia as noções de “subversão” ou “segurança nacional” constantemente utilizadas pelos militares à época.

Já o livro, *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*, organizado por Adonias Aguiar Filho, em 1982, com o financiamento da CNMC e do INL, através do Pró-memória, foi inteiramente dedicado ao civismo, detalhando os deveres do cidadão, a função do Estado e da sociedade civil no ensino das práticas cívicas às gerações futuras e, principalmente, a estrutura ideológica do conceito. A obra foi organizada em oito capítulos, escritos por Adonias Filho, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Arthur Machado Paupério, Américo Jacobina Lacombe, Pedro Calmon, Padre Estevão Bittencourt, Manuel Diégues Júnior, Dom Luciano José Cabral Duarte, com introdução de Ruy Vieira da Cunha.<sup>217</sup>

Para Adonias Aguiar Filho, há uma hierarquia entre os valores sociais, cujos mais fundamentais são os valores superiores absolutos, quais sejam, os valores éticos e os valores cívicos. No ensaio, o conselheiro não detalha quais são os aspectos que constituem os valores éticos, centrando-se apenas na análise dos valores cívicos. O civismo, definido como um valor social superior absoluto, é o responsável pela autodefesa da nação diante do “processo de mudança inevitável, que sempre corresponde a um risco histórico não calculado”<sup>218</sup>. Esses valores superiores absolutos estavam alicerçados nos elementos nacionais formados pelos “produtos culturais da nação.” A associação nação-cultura foi construída através da leitura estruturalista da cultura que a definia, na longa duração, como o conjunto de costumes, normas, tradições, crenças, território e língua, formando “(...) o complexo cultural, (que)

<sup>216</sup> ÁVILA, Fernando Bastos de, padre, (org.). *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: FENAME, 1967

<sup>217</sup> AGUIAR FILHO, Adonias (org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: IBRASA; RJ: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1982. A obra é tomada aqui como fonte documental por ser organizada por um conselheiro com a participação de mais dois membros do Conselho. Serão privilegiados os capítulos de autoria dos conselheiros. Apesar da edição ser posterior ao corte cronológico desta pesquisa, acredito que a obra pertence ao mesmo cenário político-ideológico.

<sup>218</sup> Idem, p.37

engendra e configura o caráter nacional”<sup>219</sup>. Nesta perspectiva, a cultura é o cenário onde o caráter nacional é forjado: “A nação, juridicamente organizada, tem nesse complexo cultural a sua estrutura fundamental.”<sup>220</sup> As práticas cívicas, realizadas pelos cidadãos conscientes de seus deveres na manutenção da nação, estão apoiadas nas estruturas culturais. O civismo por ser um valor superior absoluto constrói um aparato simbólico igualmente absoluto como os hinos, os heróis, as datas singulares, os mitos de origem.

Manuel Diégues Júnior propôs que o civismo é formado por três elementos também essenciais e necessários à harmonia social: a consciência nacional, a unidade nacional e a tradição nacional. A relação de interdependência entre esses elementos geradores do civismo é claramente apresentada. A conscientização dos cidadãos, considerados os principais agentes sociais, depende da incorporação dos “autênticos valores da nacionalidade” expressos pela cultura. Esses valores forjam o “sentimento de unidade nacional”, pois refletem o espírito nacional construído desde o princípio da formação social brasileira. A tradição nacional, por sua vez, é a soma da crença na existência da unidade nacional associada à trajetória histórica comum. O papel da tradição é fundamental na seleção dos registros culturais que devem ser preservados. Aqueles registros identificados pelos intelectuais como geradores estruturantes da sociedade brasileira integram a categoria de tradição nacional e reforçam o sentimento de unidade.

“Cumprir ressaltar que uma verdadeira política de defesa dos valores culturais e sociais não se fará se não repousar na tradição – aquilo que, como herança de nossos antepassados, é preservado e conservado, em que pesem as possíveis modificações originais de cada época em que vive respectiva sociedade.”<sup>221</sup>

A idéia de civismo como elemento chave na construção da consciência nacional estava ancorada na organização de uma política de proteção do passado. Esse passado compreendido como memória era considerado o elemento-síntese da tradição nacional – esta a principal responsável por fornecer os registros da nacionalidade. Assim, o passado deveria ser cultuado através do ensino e da cultura. Esse culto era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social, ao estabelecimento de laços de solidariedade e à reciprocidade necessária entre o Estado e a sociedade civil.

<sup>219</sup> AGUIAR FILHO, Adonias. “Pequeno ensaio sobre o cidadão e o civismo.” In: AGUIAR FILHO, Adonias (org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: IBRASA; RJ: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1982. pp.29-48 p.43

<sup>220</sup> Idem, p.37

<sup>221</sup> DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. “Compreensão dos direitos e deveres”. In: AGUIAR FILHO, Adonias (org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: IBRASA; RJ: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1982. pp. 109-118 p.116

“É invariável, no tempo e no espaço, a lei de preservação da memória com base na identificação social. (...) A liga que o (povo) envolve provém da língua em que se exprime; mas para lhe dar consciência do seu ser, tem de instrumentar as reminiscências comuns. A sua solidez decorre da sua recordação. Todos dentro desse ambiente (...) se sentirão solidários na medida em que conheçam e reconheçam o antepassado, a milagrosa força originária de que se desatou a dinâmica da evolução, o feito prodigioso (fonte das epopéias vindouras) e o herói providencial (objeto de culto cívico) em cujo complexo poético vibram a emoção, a fidelidade, o entusiasmo, o orgulho ou isso que, em amplitude ou abstração, chamamos de patriotismo.”<sup>222</sup>

A história-memória teria como função social conscientizar o cidadão do seu pertencimento a um “povo”, através da valorização do passado, da elaboração de uma trajetória compartilhada no “tempo e no espaço”, e da invenção de heróis. A construção dessas narrativas históricas associadas à memória nacional com a função de forjar nos cidadãos sentimentos de pertencimento que promovessem o patriotismo dos nacionais dependia da elaboração de um discurso otimista sobre a trajetória da sociedade brasileira. Afinal, como propõe Pedro Calmon, era preciso que os cidadãos, através de um “complexo poético” gerado por narrativas que destacassem a “dinâmica da evolução”, o “feito prodigioso” e o “herói providencial”, se identificassem positivamente com a nação, construindo laços de solidariedade. Só um passado verdadeiramente patriótico garantiria a inevitabilidade de nossa ascensão ao seletivo grupo das grandes potências mundiais.

Os intelectuais do CFC estão integrados a uma corrente de pensamento que atravessou, resguardando as diferenças entre os grupos e suas práticas de inserção no aparato político, os diversos setores que trabalhavam no direcionamento de políticas culturais e educacionais na ditadura civil-militar: o “otimismo”.<sup>223</sup> Esse discurso otimista foi habilmente incorporado como política de Estado e pode ser observado nas propagandas políticas, nas políticas culturais e nas obras destinadas à educação, buscando reforçar no imaginário social uma ideia do Brasil como um “país ordeiro”, “povo pacífico” e em processo de desenvolvimento.

“a propaganda política da época procurou consolidar como tradição incontestável uma certa tendência de fato já forte naquela ocasião de leitura sobre o Brasil: a vinculação entre os brasileiros, e a unidade na identidade, dar-se-ia através de uma cultura brasileira, mesclada com uma promissora visão do futuro.”<sup>224</sup>

A elaboração de um discurso que construísse um passado comum da nação tornava a cultura nacional um instrumento preponderante para demonstração de nosso desenvolvimento

<sup>222</sup> CALMON, Pedro. “Os grandes fatos e os grandes homens na educação moral e cívica.” In: AGUIAR FILHO, Adonias Aguiar (org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: IBRASA; RJ: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1982, pp. 85-94, p.87

<sup>223</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo. Ditadura, Propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

<sup>224</sup> Idem, p.24



e atravessou diversos setores estatais. Neste sentido, a ditadura civil-militar elaborou um conjunto de imagens com o objetivo de caracterizar a nação, a partir de idéias-força como cultura, memória e identidade. Como afirma Carlos Fico, a ditadura civil-militar buscou uma imagem sobre o Brasil que vislumbrasse na longa duração aspectos promotores de “esperança e otimismo”.<sup>225</sup>

Conforme propõe José Carlos Reis, a corrente otimista entre as décadas de 1930 e 1970 incorporou as análises antropológicas de Gilberto Freyre.<sup>226</sup> Para os defensores dessa visão sobre a identidade brasileira:

“(...) Somos um povo unido, com caráter bem definido, com bom quinhão territorial, sem rupturas, para nossa expressão, para a nossa integração, para a nossa felicidade brasileira. (...) A identidade brasileira é definida geográfica e geneticamente e está impressa no corpo-alma do brasileiro de forma inescapável, insuprimível, inalterável.”<sup>227</sup>

Esse regionalismo-nacionalista associado à valorização da mestiçagem permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil e sua singularidade ante as demais nações. O pluralismo regional que definia a sociedade brasileira não era excludente, não causou rupturas, ao contrário, visto do plano externo, irmanava as mais diferentes regiões do país, edificando a nação. Adonias Filho, em discurso comemorativo dedicado aos setenta anos de Freyre, no CFC, enfatizava a importância do sociólogo e de sua mais famosa obra *Casa Grande e Senzala* para sua geração:

“a consciência intelectual de minha geração – hoje entre os 50 e os 55 anos – se fez imediatamente depois da publicação de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. (...) o sociólogo fazia ciência como um escritor – e que escritor!”<sup>228</sup>

Adonias Filho, ao reverenciar a qualidade da escrita de Freyre, valoriza a capacidade da obra de servir como referência para as futuras produções brasileiras. A leitura otimista no pensamento social brasileiro não foi exclusividade da ditadura civil-militar. A incorporação da visão otimista pelo Estado brasileiro tem origem no primeiro governo Vargas (1930-1945) através da sua associação às correntes nacionalistas conservadoras. Contudo, na ditadura civil-militar o otimismo trazia consigo a perspectiva de um futuro próspero gestado por um passado nacional cuidadosamente reinventado. As imagens positivas construídas em torno da singularidade da formação social brasileira buscavam enfatizar a brasilidade.<sup>229</sup>

<sup>225</sup> Idem, p.74

<sup>226</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>227</sup> Idem, p.37

<sup>228</sup> Trecho do discurso de Adonias Filho durante a homenagem aos setenta anos de Gilberto Freyre. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Homenagem aos setenta anos de Gilberto Freyre.” *Cultura*. Rio de Janeiro, MEC, n. 33, março de 1970, p.33/34

<sup>229</sup> FICO, Carlos. Op.cit. p.34

“Pode-se dizer que, durante o Estado Novo, a assim chamada “identidade brasileira” seria amplamente redefinida – pelo menos do ponto de vista governamental. Muitos dos elementos que posteriormente, durante a ditadura militar pós-64, seriam utilizados pela propaganda política foram estabelecidos nessa época: a valorização do trabalho, uma certa idéia de nação – baseada nos princípios de coesão e cooperação. Pode-se dizer, então, que essas são matizes ideológicas do Estado Novo e que seriam retrabalhadas na ditadura militar.”<sup>230</sup>

A corrente otimista “reinventada” na ditadura civil-militar garantiu o substrato ideológico ao civismo, sustentando-o através da produção simbólica elaborada pelos diversos agentes e agências atuantes na ditadura civil-militar. As ideias-força de tradição, brasilidade, mestiçagem, país continental, pluralidade cultural associadas à leitura desenvolvimentista de um futuro glorioso, capitalista e ocidental produzidas pelo discurso otimista foram incorporadas ao discurso cívico. Considero que o civismo é a exacerbação desse otimismo, possibilitando uma sistematização conceitual até então difusa. O civismo ao incorporar o otimismo organizou o aparato discursivo e ideológico nacionalista-conservador em torno do projeto autoritário dos governos militares. O civismo, neste caso, sobrepõe-se à cidadania moderna por desconsiderar a legitimidade dos interesses políticos conflitantes existentes na sociedade; limitar a capacidade de organização política coletiva; aviltar a liberdade de expressão e os direitos individuais em nome de supostos valores superiores nacionais. A defesa desses valores superiores absolutos, que por princípio são imutáveis e responsáveis pela existência da sociedade, legitimava ações coercitivas que limitavam a liberdade individual, esta última sacrificada em nome de um bem considerado maior que os cidadãos: a nação. Aliás, a função social do cidadão estava bem definida: ele era o agente responsável pela proteção desses valores; ao romper com esse dever perdia também seus direitos políticos e sociais, ou seja, deixava de ser cidadão, tornava-se um subversivo.

### 3.3.1 A formação da consciência cívica e os deveres do cidadão

A relação entre o cidadão e a sociedade civil estabelecida através do processo de conscientização cívica pressupõe a participação ativa desse patriota na condução dos destinos da nação, atribuindo-lhe como dever máximo a defesa dos valores superiores diante das ameaças provocadas pelas mudanças sociais. As inevitáveis transformações vivenciadas pelas sociedades modernas traziam em seu bojo riscos à unidade nacional e ao funcionamento ordeiro da sociedade brasileira – ambos os fatores fundamentados na tradição nacional. Para

---

<sup>230</sup> Idem. p.34

resguardar a nação dos possíveis sobressaltos provocados pelas mudanças sociais que poderiam produzir abalos nas estruturas formadoras da sociedade, devido ao seu alto grau de imprevisibilidade, caberia aos cidadãos identificar os perigos de novas ideias através da proteção dos valores superiores absolutos – valores cívicos e éticos. Ao preservarem esses valores acima de todas as transformações conjunturais, as estruturas sociais permaneceriam inabaladas e as mudanças sociais trariam consigo somente os possíveis benefícios do processo de modernização sem ameaçar a sociedade. Dessa forma, o cidadão era o agente social responsável por excelência pela preservação da nação.

“E tudo porque o cidadão, como logo se subentende, é o agente em torno de quem se alicerça a própria sociedade. Não há como subestimar, pois, a condição vital do cidadão para que a sociedade se mantenha funcionalmente organizada.”<sup>231</sup>

Para Adonias Filho, a execução das funções administrativas pelo Estado, a existência de partidos políticos representativos dos interesses coletivos, a fiscalização do judiciário, dependiam da consciência dos cidadãos de seus deveres cívicos. A ameaça das ideologias totalitaristas preconizadas pelas lideranças nazistas e comunistas só seria refutada pelas sociedades democráticas com a formação desse cidadão através de investimentos estatais na área educacional.<sup>232</sup> O pleno exercício das práticas cívicas, função social prioritária do cidadão, considerado o agente conservador responsável pela preservação das estruturas sociais a partir da proteção dos valores superiores humanos, dependia da adequada formação cívica proporcionada pela educação através do Estado.

“E, precisamente porque depende do cidadão, a sociedade não tem como ignorar a sua formação educacional. (...) Mas, dentre os deveres desse cidadão educado para servir à sociedade e à família, sobressairão as atividades cívicas – concentradas no culto à Nação – que têm origens na valorização mesma do caráter nacional. (...) O complexo cultural, pois, porque abrangente de todos os valores que compõe o caráter nacional, é que deve motivar as atividades cívicas do cidadão.”<sup>233</sup>

Em 1969, foi promulgado o decreto-lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, dispendo sobre a obrigatoriedade do sistema de ensino ofertar a disciplina “Educação Moral e Cívica”. O mesmo decreto, artigos n.º 5 e n.º 6, criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo no ensino básico e “Estudo dos Problemas Brasileiros” no nível superior. O artigo n.º 2 do referido decreto destacava que às disciplinas cabiam:

“O aprimoramento do caráter, com o apoio moral, na dedicação à comunidade e à família, buscando-se o fortalecimento desta como o núcleo natural e fundamental da

<sup>231</sup> AGUIAR FILHO, Adonias. “Pequeno ensaio sobre o cidadão e o civismo”. Op.cit. p.33

<sup>232</sup> Idem, p.36

<sup>233</sup> Idem, p.36

sociedade, a preparação para o casamento e a preservação do vínculo que a constitui.”<sup>234</sup>

Em 11 de fevereiro de 1971, o Conselho Federal de Cultura recebeu a visita da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), presidida pelo almirante Benjamin Sódre. Três membros da CNMC acompanhavam o almirante Sódre: Humberto Grande, Eloywaldo Chagas de Oliveira e Álvaro Neiva. A visita refletia o caráter amigável entre os dois órgãos normativos. O almirante Benjamin Sódre lembrava os laços de amizade que uniam os membros da Comissão a diversos conselheiros. A visita oficial registrava em tom de agradecimento “(...) a colaboração do Conselho Federal de Cultura que realiza uma obra de civismo ao propugnar a cultura nacional.”<sup>235</sup> O conselheiro Pedro Calmon agradeceu a visita, enaltecendo as características do presidente da Comissão almirante Benjamin Sódre. O agradecimento não era meramente formal. Os membros do CFC empenharam-se na tarefa de divulgação do ideário cívico, seja através da incursão no setor educacional, promovendo cursos, propondo projetos cívicos, ou ainda, na orientação das políticas culturais.

O papel do ensino, em todos os níveis, na construção de uma consciência cívica associada ao valor da tradição apareceu nos documentos oficiais do Conselho, no discurso dos ministros da Educação e Cultura e, claro, nos discursos dos conselheiros. Como propõe Angela de Castro Gomes, desde a 1ª República, elaborou-se uma “pedagogia da nacionalidade” necessária à “consolidação de uma cultura política republicana”<sup>236</sup>.

No *Compromisso de Brasília* consta em dois itens do acordo o papel da educação na formação da consciência nacional:

“9. Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídos nos currículos escolares, de níveis primários, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular (...). 12. Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição.”<sup>237</sup>

Além de uma legislação adequada às necessidades preservacionistas era fundamental conscientizar a população da importância do patrimônio através da educação. A tarefa caberia às disciplinas “Moral e Cívica”, no ensino básico, e “Estudos dos Problemas Brasileiros”, no ensino superior. O patrimônio cultural do país era considerado indispensável na formação do civismo nacional. Para Renato Soeiro, o desenvolvimento era perfeitamente conciliável com a

<sup>234</sup> BRASIL. Decreto-lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969. Artigo n.2

<sup>235</sup> Ata da 246 sessão plenária realizada em 11 de fevereiro de 1971. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: jan-mar de 1971 pp.166-170 p.170

<sup>236</sup> GOMES, Angela de Castro. (2009) p.1

<sup>237</sup> *Compromisso de Brasília*. Op.cit., p.113

proteção e valorização do patrimônio; afinal, residia no patrimônio a memória histórica da formação social brasileira.

Os membros do Conselho Federal de Cultura estavam realmente empenhados na difusão do ideário cívico e sua relação com a proteção e valorização da cultura nacional. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 1971 e 1980, através do Fórum de Ciência e Cultura, promoveu o “Curso de Atualização sobre Problemas Brasileiros”, destinado à capacitação de docentes de ensino superior para ministrarem a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros. O curso foi proposto por Pedro Calmon como solução provisória à inexistência de um curso superior de Estudos Brasileiros. Organizado em conferências temáticas, o curso foi ministrado por intelectuais, ministros de Estado e militares do alto escalão do governo federal. Os conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Arthur César Ferreira Reis, Clarival do Prado Valladares, Djalma de Azevedo, Djalma de Azevedo, Gilberto Freyre, José Candido de Melo Carvalho, Manuel Diégues Júnior, Raymundo Moniz de Aragão e Pedro Calmon proferiram conferências nos cursos ao longo de sua existência. O curso foi coordenado pelo conselheiro Raymundo Moniz de Aragão. As conferências foram integralmente publicadas nos “Cadernos de Estudos Brasileiros”, editados pela UFRJ a partir de 1972. Logo no primeiro ano do curso foram realizadas vinte e cinco conferências temáticas e diplomados sessenta e cinco professores do nível superior. O editorial do primeiro número do periódico “Cadernos de Estudos Brasileiros”, em 1972, assinado pelo reitor da UFRJ, Djalma de Azevedo, e reproduzido integralmente em todos os seus vinte números, destacava a importância de conscientizar as elites intelectuais brasileiras sobre os desafios nacionais:

“Os responsáveis pelo programa, que poderíamos chamar de ‘atualização’ da consciência das elites estudiosas a respeito de nossos problemas, promovido por órgão superior de cultura universitária, têm a íntima convicção de que trabalham em prol da consolidação institucional do Brasil.”<sup>238</sup>

O investimento dos principais intelectuais do CFC neste projeto caracteriza a preocupação e a participação desses conselheiros na difusão do civismo através do ensino. A presença constante dos membros do Conselho no “Curso de Atualização dos Problemas Brasileiros”, inclusive na elaboração e organização do curso, demonstra o empenho desses intelectuais na propagação do civismo como pilar sustentatório da nacionalidade.

Além das disciplinas ministradas nas escolas e universidades do país, projetos cívicos deveriam estimular os estudantes universitários a participarem de ações sociais com o intuito de desenvolver a solidariedade social e o amor à pátria. Cabe lembrar que setores sociais

---

<sup>238</sup> MENEZES, Djalma. Editorial. In: FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA. *Cadernos de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: UFRJ, ano 1, nº1, 1972.

conservadores se organizavam desde o início da década de 1960 em torno de associações cívicas, exigindo a defesa da pátria e a preservação das tradições nacionais.<sup>239</sup> Os projetos como a Operação Rondon e a Operação Mauá, de caráter nacionalista e otimista, previam que com o trabalho assistencialista dos universitários no interior do país seria possível amenizar as mazelas cotidianas vivenciadas por parcelas da população economicamente menos favorecidas. Além disso, esse trabalho patriótico estimularia a devoção à pátria, a defesa do Estado nacional constituído e promoveria os valores superiores absolutos, afastando os jovens das ideologias perniciosas, como o comunismo, que invadiam as escolas secundárias e as universidades brasileiras. Conhecer a “realidade nacional” e estimular a cooperação social, através de intervenções assistencialistas, dissolveria a ação dos movimentos de esquerda que arrastavam para suas fileiras os cidadãos mais jovens, ameaçando a ordem social. Previa-se que as ações solidárias a serem realizadas pelos projetos Rondon e Mauá substituiriam as discussões entre os jovens sobre a questão fundiária, a concentração de renda e a falta de investimentos sociais que mantinham em condições de pobreza as camadas sociais menos favorecidas economicamente da população pela intervenção assistencialista.

Dentre os diversos projetos executados pelo CFC, o projeto Capistrano de Abreu nos chama a atenção pela associação direta com os projetos cívicos Operação Rondon e Operação Mauá, ambos organizados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo. Em 1971, Raquel de Queiroz, por sugestão do então diretor do Arquivo Nacional Raul Lima, propôs ao Conselho a criação do projeto Capistrano de Abreu junto às universidades federais brasileiras. O projeto previa que os estudantes do curso de História tivessem acesso aos arquivos brasileiros para realizar pesquisas sob devida orientação, visando “(...) engajar a mocidade em projetos de interesse para a nacionalidade.”<sup>240</sup> Ao longo do ano de 1972, os conselhos estaduais de cultura dos estados do Amazonas, Pará, Espírito Santo, Santa Catarina mostram-se entusiasmados com o projeto; inclusive, os conselhos estaduais do Amazonas, Espírito Santo e Santa Catarina apresentaram iniciativas concretas para a realização da Operação. A Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Católica de Pernambuco também enviaram telegramas em apoio ao projeto<sup>241</sup>. O Ministério do Exército enviou ofício ao Departamento de Assuntos

---

<sup>239</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. “A nação que se salvou a si mesma”. *Entre Memória e História, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008. mimeo.

<sup>240</sup> Ata da 266ª sessão plenária realizada em 3 de junho de 1971. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, 1971, ano I, n.º2, abril-junho de 1971

<sup>241</sup> Ver atas das sessões: 298, de 3 de janeiro de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º5, janeiro-março de 1972; 303, de 2 de fevereiro

Culturais parabenizando o CFC pela Operação Capistrano de Abreu. Não foi possível avaliar a extensão do projeto nas universidades brasileiras, nem se ele foi efetivado. Mas, realmente existiu a tentativa do CFC em concretizar o projeto, na medida em que alguns conselhos estaduais e universidades se mostraram parceiras do CFC nesta empreitada. O conselheiro Arthur Reis, durante visita do ministro Jarbas Passarinho, ao CFC, em 1973, para a posse dos novos presidente e vice-presidente do Conselho, destacava a execução do projeto como responsável pelo “inventário real do nosso passado”<sup>242</sup>. Para as análises aqui sugeridas, a tentativa de concretização do projeto, mesmo que mínima, já é suficiente para demonstrar a inter-relação entre os projetos cívicos apresentados pelo CNMC e o CFC.

As ações cívicas para a mocidade promovidas pelo exército brasileiro também eram prestigiadas por membros do Conselho. Gilberto Freyre transmitiu ao CFC o seu entusiasmo com as Olimpíadas do Exército Nacional, realizada em Recife/PE, em 1973. Raymundo Moniz de Aragão comungando do mesmo espírito entusiástico de Freyre informara que os jogos não eram apenas militares, mas nacionais; afinal, deles participavam os moços chamados a servir honrosamente à sua pátria. O CFC decidiu enviar ofício aos Ministros de Estado do Exército, da Educação e à Casa Civil da Presidência da República parabenizando-os pela iniciativa cívica. Gilberto Freyre ainda relatou suas melhores impressões sobre o presidente da República Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), impressionado com o “(...) homem severo, mas sempre acolhido com simpatia pela população.”<sup>243</sup>

A definição da função cívica da cultura e a ação estatal em garantir o pleno exercício desta função foram as metas principais do CFC desde o início da sua institucionalização. Os projetos apresentados pelo Conselho eram compreendidos como instrumentos de formação cívica e proteção das tradições nacionais. O CFC acreditava promover diversas ações cívicas ao valorizar os lugares da memória nacional, como por exemplo: as comemorações de

---

de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º5, janeiro-março de 1972; 317, de 3 de abril de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º6, abril-junho de 1972; 315, de 9 de maio de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, 1972, ano II, n.º6, abril-junho de 1972; 319, de 6 de junho de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º6, abril-junho de 1972; 321, de 8 de junho de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º6, abril-junho de 1972; 343, de 5 de dezembro de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º8, outubro-dezembro de 1972.

<sup>242</sup> Oração proferida por Arthur Reis durante a posse de Raymundo Moniz de Aragão para presidência e Manuel Diégues Júnior para a vice-presidência do CFC no biênio de 1973/1974. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, jan-março de 1973, pp.11-25 p.14

<sup>243</sup> Ata da 359ª sessão plenária realizada em 10 de abril de 1973. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n.º10, abril-junho de 1973

centenários, dentre as quais se destaca a comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972; o estímulo a publicação de obras completas na “Coleção Centenário”; a preservação dos conjuntos arquitetônicos coloniais, o projeto de reformulação da Biblioteca Nacional; as casas de cultura; a definição de diretrizes para as políticas culturais. Essas ações executadas pelo CFC serão retratadas no próximo capítulo e respondem à orientação cívica a ser promovida pela cultura.



#### 4 A FUNÇÃO CÍVICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS: DISCURSOS E AÇÕES PROMOVIDOS PELO CFC

“Sr. Ministro: Todos, neste Conselho – como V. Exa. – amamos e desejamos servir à Pátria comum. E acreditamos saber como fazê-lo, no desempenho da transcendente missão que nos incumbe de promover a defesa e o constante acréscimo da cultura nacional.”<sup>244</sup>

O Conselho Federal de Cultura, entre 1967 e 1975, promoveu convênios; financiou projetos; investiu na publicação de obras de referência sobre a cultura nacional; e, propôs importantes anteprojetos de lei para a institucionalização do setor cultural e reformulação de suas principais instituições. A capacidade de execução dos inúmeros projetos criados pelo Conselho sempre foi limitada, especialmente, devido aos seus poucos recursos. Entretanto, a vitalidade política desta instituição só apresentou sinais de esgotamento, em meados da década de 1970, quando uma nova proposta para o setor cultural avançou pelo aparelho estatal e o investimento maciço na produção cultural foi vislumbrado como a melhor opção para responder ao processo de desenvolvimento almejado pelo executivo.

Em 1973, durante a cerimônia de posse dos novos presidente e vice-presidentes do CFC, respectivamente, Raymundo Moniz de Aragão e Manuel Diégues Júnior, para o biênio de 1973/1974, o conselheiro Arthur Cezar Ferreira Reis, ao se despedir da presidência do Conselho, cargo que ocupou durante quatro anos (1969-1972) aproveitou a rara presença do ministro da Educação e Cultura no plenário do CFC, para discursar sobre as limitações da intervenção estatal no setor e a importância da cultura no desenvolvimento estrutural da nação. Certo da existência de uma cultura brasileira, forjada neste “continente-arquipélago”, carente de ser preservada, e do seu caráter de patrimônio da nação, Arthur Reis ressentia-se da fragilidade das políticas culturais brasileiras:

---

<sup>244</sup> “Discurso do presidente do CFC, Raymundo Moniz de Aragão”, durante a visita do recém-empossado Ministro da Educação e Cultura Ney Braga. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, abril-junho de 1974, pp.12-13, p.13.

“O que podemos considerar como política cultural, todavia, é ainda um tanto tímido como exteriorização de um propósito, de uma decisão, de uma orientação perseguida incessantemente e executada através de atos permanentes e não acidentais.”<sup>245</sup>

Seu pessimismo em relação à capacidade de organização de políticas culturais sistemáticas pelo Estado traduzia uma profunda indignação pelas escassas dotações orçamentárias destinadas ao setor: “Um algarismo será suficiente para confirmar – na atividade cultural o que a União despende é apenas 0,16% do Orçamento Nacional!”<sup>246</sup> Ainda em tom reclamatório, insistia nos esforços débeis do Conselho para reformular as instituições culturais e criar uma Secretaria de Cultura, braço institucional do ministro para a coordenação de projetos específicos ao setor. A batalha no interior do aparelho estatal naqueles últimos quatro anos à frente do CFC o deixara visivelmente decepcionado. A Secretaria de Cultura foi um projeto frustrado; em seu lugar apenas um Departamento de Assuntos Culturais, criado com a Reforma Administrativa de 1970, num modelo incapaz de suprir tantas demandas. As dotações orçamentárias, por sua vez, sofriam cortes progressivos, limitando a capacidade real de ação do Conselho. Indignou-se ostensivamente com dois tipos de críticos à ação do Conselho: daqueles que acusavam a intervenção do Estado de apenas manipular a produção cultural, limitando sua criatividade e liberdade; e daqueles que desejavam reduzir o Conselho a um “(...) mero organismo consultivo, sem competência para atos de execução.”<sup>247</sup> As críticas, oriundas de diferentes grupos, o abalava profundamente:

“Somos um órgão novo (...) sujeito, por isso mesmo, a toda a sorte de contestações, de negações, de críticas desonestas, sim, desonestas, porque nelas não se traz uma linha de cooperação, de esclarecimento, reduzidas que ficam à felonía de acusações maldosas que escondem frustrações de quem desejaria ser parte do Conselho. (...) Se há até os que desejam a extinção do Conselho, para isso tentando a negação dos recursos financeiros, para as operações a que, por dispositivo de lei, devemos proceder!”<sup>248</sup>

Constatou a pouca repercussão das duas reuniões realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura com as secretarias de Cultura ou conselhos estaduais, já avaliadas nesta tese, referindo-se ao descaso dos governos com os “Compromissos” assumidos em Brasília e, depois, em Salvador. Para ele, só um Ministério da Cultura seria capaz de estabelecer uma política cultural organizada e coerente. No entanto, a criação de um Ministério para a cultura era um desejo de poucos e ainda sem espaço nas agendas políticas. Por fim, o principal objetivo do CFC, elaborar o Plano Nacional de Cultura, foi cumprido havia três anos, mas sem votação no Congresso Nacional não podia ser executado. Após o desabafo, Arthur Reis inventariou os projetos mais importantes executados pelo CFC ao longo de seus sete anos de existência. Encerrou seu discurso, que bem pode constituir a síntese da

<sup>245</sup> Discurso realizado por Arthur C. F. Reis durante a cerimônia de posse do Prof. Raymundo Moniz de Aragão da presidência do Conselho Federal de Cultura. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n°9, Janeiro-março de 1973, pp.11-24 p.13

<sup>246</sup> Idem, p.13

<sup>247</sup> Idem, p.13

<sup>248</sup> Idem, p.14

existência do CFC, seus alcances e limitações, associando a proteção do patrimônio ao desenvolvimento e à segurança nacional, afinal,

“No balanço sintético em que pretendemos dizer o que podemos realizar (...) estão registrados nossos esforços e nossa concepção do que entendemos como cultura brasileira, política de desenvolvimento cultural e segurança e defesa dos bens que integram o patrimônio cultural do Brasil.”<sup>249</sup>

Este capítulo pretende realizar também um “balanço sintético” daqueles que consideramos os principais projetos coletivos produzidos pelo Conselho Federal de Cultura, investigando os setores em que sua intervenção foi possível. Busca-se, prioritariamente, inventariar os projetos coletivos realizados pelo Conselho e suas propostas para institucionalização, proteção e divulgação da cultura nacional.

#### 4.1 A ação editorial do Conselho Federal de Cultura

O Conselho Federal de Cultura publicou vários livros e financiou periódicos das diversas áreas das ciências humanas, tornando-se um importante articulador na captação de recursos para o financiamento dos projetos editoriais dos intelectuais sob sua órbita. O CFC estava situado entre a capacidade de promover convênios no interior da malha burocrática e a função de selecionar os projetos a serem beneficiados pelas verbas públicas, ainda que escassas, destinadas ao setor cultural.

Os convênios estabelecidos pelo Conselho com o Instituto Nacional do Livro (INL), a Fundação Nacional do Material Didático e Escolar (FENAME), o Arquivo Nacional e as universidades federais, além das verbas disponibilizadas pelo MEC, possibilitaram a publicação dos periódicos do CFC, *Cultura* e *Revista Brasileira de Cultura*; das obras coletivas como o *Atlas Cultural do Brasil* e a *História da Cultura Brasileira*; e de inúmeras obras dos conselheiros e seus homenageados. Sob os auspícios do CFC, entre 1969 e 1975, foram publicadas aproximadamente três dezenas de livros, como por exemplo: a *Coleção Centenário*, projeto para a publicação das obras principais ou completas dos grandes nomes da literatura que homenageou Graça Aranha, Oliveira Vianna e Afonso Arinos de Mello Franco (tio); *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de Sacramento Blake, editado em sete volumes (fac-símile); *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá*, manuscrito do século XVIII escrito por Alexandre Rodrigues Ferreira. Os conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco (sobrinho), Andrade Muricy, Clarival do Prado

---

<sup>249</sup> Idem, p.24

Valladares, Djacir Menezes, Manuel Diégues Júnior e Pedro Calmon também obtiveram apoio financeiro do CFC para a publicação de suas respectivas obras. Nas publicações selecionadas prevaleciam as temáticas dedicadas à história e à geografia do Brasil Colônia, à literatura e à arte nas suas diversas expressões.

Ao analisar os projetos coletivos editados pelo Conselho Federal de Cultura, compreendemos os periódicos e a produção intelectual como estratégias de divulgação dos atos e discursos promovidos pelo CFC e inseridos em práticas presentes na formação do campo intelectual brasileiro, neste período marcado pela excessiva proximidade com as políticas e os políticos de Estado. Dessa forma, o processo de institucionalização do Conselho está situado na interseção entre as lutas na arena política e as regras específicas do campo intelectual, especialmente na definição da cultura nacional.

A proximidade entre a esfera política e o campo intelectual talvez seja a principal característica dessa geração de intelectuais. Essa interação entre mundo político e a organização do mundo intelectual foi promovida por diversas redes intelectuais e, como já exposto nesta tese, também pode ser observada através dos periódicos organizados pelo Conselho. Conforme, propõe Miceli, as fileiras do Estado são o lugar de atuação dos intelectuais nas décadas iniciais do século XX, devido aos poucos espaços de trabalho fora de sua órbita para inserção deste grupo social.<sup>250</sup> Este processo permanece ao longo do período republicano; só com a criação, ampliação e consolidação dos cursos de pós-graduação, o investimento de agências financiadoras governamentais em pesquisas científicas, observamos um processo de maior distanciamento entre o campo intelectual e as intempéries políticas.

#### 4.1.2 As obras coletivas do CFC: a divulgação da cultura brasileira

A seção “Estudos e Proposições” apresentou alguns projetos coletivos a serem realizados pelo Conselho como a *Biografia das Instituições Culturais Brasileiras* sob responsabilidade de Gilberto Freyre; a coleção *Grandes Biografias Brasileiras*, dedicada às personalidades nacionais, proposta por Afonso Arinos de Mello Franco; a criação do *Atlas Cultural do Brasil*; e ainda a publicação de *História da Cultura Brasileira*, que seria organizada em vários volumes. Os projetos coletivos apresentados em “Estudos e

---

<sup>250</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Proposições” tinham como objetivo identificar as instituições e personagens representativas da cultura nacional e que, por isso, mereciam ser resgatadas, inventariadas e preservadas.

No relatório anual das atividades do CFC no ano de 1969, enviado ao ministro da Educação e Cultura, os projetos para as publicações coletivas como o *Atlas Cultural do Brasil* e a *História da Cultura Brasileira* são apresentados como “dois trabalhos marcantes” e que possibilitariam o “retrato da realidade cultural do país”.<sup>251</sup> Funcionando como retratos, os projetos dessas edições enfatizavam a valiosa ação do governo em registrar as manifestações culturais brasileiras, mas dissimulavam o aspecto seletivo, centralizador e hierarquizador do processo de escolha, orientado prioritariamente pelos próprios membros do Conselho. As obras ao fotografarem minuciosamente uma suposta “realidade cultural”, forjavam uma concepção de cultura ancorada em aspectos estáticos, imutáveis e legitimada por um passado histórico bem ordenado.

Dos projetos coletivos apresentados no ano de 1969, apenas duas publicações foram concretizadas: o *Atlas Cultural do Brasil* (1972) e a *História da Cultura Brasileira* (dois volumes, em 1973 e 1976). Devido às dificuldades orçamentárias e à pouca infra-estrutura, o Conselho foi obrigado a realizar convênios para a concretização de seus projetos. A elaboração do *Atlas Cultural do Brasil* só foi possível através de duas parcerias: com o Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, dirigido por Manuel Diégues Júnior, que auxiliou na investigação e na delimitação das regiões culturais do país; e com a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) que editou a obra. A mesma estratégia ocorreu com os dois volumes de *História da Cultura Brasileira* que contou com a contratação de autores externos ao Conselho e também foram editados em convênio com a FENAME.

O projeto da obra *História da Cultura Brasileira* foi apresentado pela Câmara de Ciências Humanas no início do ano de 1969, sob responsabilidade do sociólogo Manuel Diégues Júnior. O projeto, que inicialmente publicaria cinco volumes, só conseguiu concretizar dois, em 1973 e 1976, demonstrando novamente a dificuldade na execução de qualquer ação efetiva no setor. As dificuldades de execução do projeto podem ser compreendidas através de alguns fatores: a falta de verbas; a lenta burocracia na aprovação dos projetos e na realização dos convênios; e, o próprio acúmulo de trabalho dos conselheiros. Contudo, a incapacidade na concretização de todo o projeto só foi percebida pelos conselheiros com o passar dos anos; ainda no lançamento do primeiro volume a expectativa

---

<sup>251</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. “Relatório das Atividades do Exercício de 1969”. In: *Cultura*, MEC/CFC. Ano IV, nº31, janeiro de 1970. pp. 07-15. p.11

era publicar toda a coleção. Ao terminar a apresentação da obra, Manuel Diégues enfoca os cortes temporais e temáticos de cada volume; tais cortes foram respeitados também no segundo volume da coleção, indicando um esforço na concretização do projeto inicial.

“A previsão desta *História da Cultura Brasileira* é para cinco volumes, os dois iniciais abrangendo as origens de nossa formação cultural, suas primeiras manifestações e seu desenvolvimento, através de diferentes formas, até o século XVII. Os volumes subseqüentes tratam de nossa vida cultural, em suas atividades educativas, artísticas, literárias etc. nos séculos XIX e XX, sendo o 5º volume constituído dos índices em geral.”<sup>252</sup>

O anteprojeto aprovado inicialmente pela Câmara de Ciências Humanas, ao qual o sociólogo pertencia, foi apresentado ao presidente do CFC Arthur Reis no final de fevereiro de 1969 e dependia da aprovação das demais Câmaras para ser executado. O jornal “O Globo” publicava, no início de 1969, uma entrevista com Arthur Reis sob o projeto da *História da Cultura Brasileira*. Para Reis, a importância da obra estava no seu valor de guia, funcionando como orientador das características nacionais:

“Uma obra deste alcance tem, necessariamente, de alcançar uma área maior. Ela terá uma dimensão cultural de nível superior, e é por isso que compreenderá vários volumes, abordando aspectos da Sociologia, da Arte, da Economia, da Política e outros ângulos culturais.”<sup>253</sup>

A obra, coordenada por Manuel Diégues Júnior, foi definida por Arthur César Ferreira Reis como um “complemento natural” ao *Atlas Cultural do Brasil*, demonstrando uma clara articulação entre os dois projetos coletivos do Conselho. Manuel Diégues Júnior, ao apresentar a obra, narra o longo processo de elaboração do projeto até a sua edição. Após ser avaliado por todas as Câmaras do CFC, o projeto recebeu a finalização de uma comissão constituída pelos presidentes das Câmaras e da Comissão de Legislação e Normas, “quando o plano sofreu mais sensíveis alterações”, como a divisão dos volumes que passou a ser realizada seguindo a tradicional divisão temporal histórica dos séculos.

A Câmara de Patrimônio ao entregar seu parecer ao presidente do Conselho, durante a 177ª sessão plenária, realizada em 5 de dezembro de 1969, enfatizou a necessidade de definição do conceito de cultura para a adoção de critérios e metodologias eficazes na formulação da obra. Manuel Diégues afirmou que o conceito de cultura seguia as concepções antropológicas mais genéricas, ou seja, “todas as criações do homem, de natureza material ou

<sup>252</sup>DIÉGUES, Manuel Júnior. “Apresentação”. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: CFC/FENAME, 1973. pp.6-8 p.8

<sup>253</sup> Arthur César Reis em entrevista ao jornal “O Globo”. In: O GLOBO, “*História da Cultura do Brasil*” *Espera Aprovação*. 27/02/1969

espiritual”.<sup>254</sup> Afonso Arinos insistiu na importância de uma melhor definição do conceito de cultura e por sugestão de Raymundo Faoro foi decidido que o debate envolveria todo o plenário. Na prática, a questão esvaziou-se diante da necessidade de organizar os volumes em curto espaço de tempo, prevalecendo a definição original.

Conforme informou Manuel Diégues na apresentação do primeiro volume, o conceito de cultura adotado pelo projeto seguia as orientações dos estudiosos das ciências sociais, marcando o caráter científico da obra. Contudo, a pretensão de realizar uma história total da cultura nacional solicitava uma excessiva maleabilidade no uso do conceito, dificultando a escolha de uma linha teórica específica. Dessa forma, buscavam abranger os mais diversificados aspectos da organização social e evitavam a adoção de um aparato conceitual bem delimitado. Na apresentação da obra ficou definida a amplitude dada ao conceito de cultura:

“O plano procurou dar uma idéia de toda a formação, evolução, transformação, situação atual da cultura brasileira, em seus aspectos mais amplos, dando ao estudo de todas as manifestações das atividades do homem brasileiro o sentido antropológico ou sociológico de cultura, isto é, tudo aquilo que é produto da criação do homem, de suas formas de comportamento, de suas idéias, de seus costumes, na visão mais ampla possível do que realizou, e vem realizando, em letras, em artes, em técnicas, em pensamento, em trabalho, em instituições transmissoras de cultura, em maneiras de expressar idéias e ações, enfim, tudo quanto constitui espírito de criatividade do homem brasileiro – o de hoje e o de ontem.”<sup>255</sup>

O primeiro volume, publicado em 1973, tratou dos fundamentos da cultura brasileira, divididos em duas temáticas: “o meio e o homem” e “as instituições e os modos de vida”. A obra pretendia registrar o processo inicial de formação da cultura nacional, marcada pelas contribuições das diversas etnias que, segundo os organizadores, se encontraram no processo de conquista e colonização orquestrado pelos portugueses. A temática “O meio e o homem” foi subdividida nos itens: a ocupação do território, narrada por Nilo Bernades; e as diversas etnias que formariam a sociedade brasileira, apresentadas por Marília Carvalho Alvim, Dante Laytano, Thales de Azevedo, José Antônio Mello e Arthur Reis. A segunda parte da obra dedicada “As instituições e modos de vida” selecionava como fatores preponderantes à formação da cultura brasileira: a língua, sob responsabilidade de Gladstone Chaves de Mello; o engenho, o patriarcalismo e o trabalho escravo, descritos por José Arthur Rios; a administração, a política portuguesa e o papel dos jesuítas, apresentados por Raymundo Faoro; a defesa militar, investigado por Francisco Ruas Santos; as instituições eclesiásticas

<sup>254</sup> Ata da 177ª sessão plenária realizada em 5 de dezembro de 1969. In: *Cultura*, MEC/CFC, ano III, nº30, dezembro de 1969, pp. 155-158 p.157

<sup>255</sup> DIÉGUES, Manuel Júnior. (1973). Op.cit. p.7

pesquisadas por Alceu Amoroso Lima; as artes e profissões, descritos por Vicente Salles; a educação familiar e formal nos primórdios da colônia, retratada por Américo Jacobina Lacombe; e, finalizando a obra, o artigo de Renato de Almeida sobre as diversões e festas populares.

Os capítulos iniciais, dedicados ao espaço geográfico e à ocupação humana ao longo dos séculos, enfatizavam o caráter continental do país, as diferenças climáticas e de relevo e os diversos grupos humanos que contribuíram para a ocupação desse vasto território. Os portugueses, africanos e indígenas foram retratados nas suas multiplicidades linguísticas e étnicas, demonstrando a formação plural da sociedade brasileira. O artigo dedicado à presença dos negros no Brasil, escrito por Thales de Azevedo, registrou os horrores da escravidão e do tráfico; as formas de resistência à condição escrava; as diferenças culturais entre as etnias africanas; e a incorporação de costumes africanos à cultura brasileira. A presença holandesa no Brasil também foi ressaltada como parte integrante do processo de ocupação e povoamento do território, n em um pequeno artigo escrito por José Antônio G. Mello Neto. Para finalizar a temática, Arthur Reis descreve o longo e difícil processo de povoamento e delimitação do território brasileiro, iniciado com o Tratado de Tordesilhas em 1493 até as recentes políticas de integração territorial promovidas com a abertura de rodovias emblemáticas como a Belém-Brasília e a Transamazônica.

A última parte da obra é dedicada às formas de organização da sociedade colonial promovidas pela Coroa portuguesa, pela presença das missões jesuíticas, pela montagem dos engenhos, pelo uso do trabalho escravo, pela diversidade linguística, e as festas e diversões coloniais. Tais elementos são apontados como os bastiões da formação sócio-cultural do país. Em toda a obra, prevalecem análises sobre a montagem da colônia, amparadas em larga historiografia. A montagem da colônia é considerada o ato gestacional da formação da sociedade brasileira que somente irá apresentar os primeiros aspectos de uma cultura autêntica e independente no final do século XVIII com o desenvolvimento de expressões artísticas próprias, como o barroco.

O segundo volume de *História da Cultura Brasileira*, planejado e organizado como parte integrante da coleção, apesar dos três anos que separavam as edições, manteve as mesmas características editoriais na sua execução. Teve como assessor iconográfico, Clarival do Prado Valladares; e, os artigos foram escritos por diversos especialistas naqueles setores considerados representativos da cultura brasileira, ou seja, nas áreas de ciências humanas, artes e letras.



A obra era iniciada pelo termo “segunda parte” registrando para o leitor o caráter continuísta. Com o subtítulo, “O desenvolvimento da Cultura”, o segundo volume retratou o despertar da cultura brasileira no século XVIII. O coordenador Manuel Diégues Júnior, no prefácio, justificou a importância deste século para o surgimento de uma cultura brasileira autônoma, apoiando-se na conjuntura política daquele período.

“Se se pode admitir o século XVIII como de transição, sobretudo porque nele se preparam e se consolidam idéias que iriam deflagrar como independência, no século XIX, também nele se expressam já brasileiroamente pensamentos e idéias numa tendência autonômica que vai significar pujança, embora incipiente, das diferentes manifestações culturais.”<sup>256</sup>

O primeiro tópico da obra foi intitulado “As manifestações culturais”. Para os organizadores, ainda que incipiente, as “primeiras manifestações culturais” consideradas genuinamente brasileiras podiam ser observadas através das expressões literárias, sob a responsabilidade respectivamente de José Aderaldo Castelo e Manoel Caetano Bandeira de Mello; da oratória sacra, através das cartas e da literatura religiosa, investigadas por Ivan Lins; das artes plásticas, destacando a arquitetura civil, religiosa e militar, a pintura e o mobiliário, retratadas por Paulo Barreto, Francisco Santos e Lygia Costa; da música, apresentada por Helza Camêu; do teatro e da dança descritos por Barbara Heliadora; das ciências naturais, pesquisadas por Olympio da Fonseca Filho; da medicina no Brasil, cujo especialista convidado foi Deolindo Couto; das técnicas do trabalho debatidas por Carlos Borges Schimdt; e, por fim, do nacionalismo literário investigado por Clodimir Vianna Moog.

O segundo tópico da obra, “A cultura no século XVIII”, associava as ideias iluministas do século XVIII ao desenvolvimento das manifestações culturais brasileiras, ressaltando a importância das instituições, associações, sociedades literárias, escolas e manifestações em busca da autonomia literária. Neste tópico foram publicados cinco artigos que discutiam o papel da intelectualidade na “evolução cultural brasileira”. O primeiro artigo deste tópico, “Idéias políticas do século XVIII e a sua repercussão no Brasil”, foi escrito por Leandro Tocantins e destacou a formação da intelectualidade. O autor, apoiado em clássicos da historiografia como Nelson Werneck Sodré e Kátia Matoso, propôs demonstrar como “a evolução cultural brasileira fez-se (...) via Universidade de Coimbra (...)”, criando os fundamentos ideológicos necessários para a contestação das relações entre a colônia e a metrópole. Para o autor, desde meados do século XVIII constitui-se um grupo de intelectuais

---

<sup>256</sup> Apresentação da obra *História da Cultura Brasileira*. In: JÚNIOR, Manuel Diégues. *História da Cultura Brasileira*, CFC/ FENAME, 1976. P.9

que incorporava o ideário iluminista europeu, via Coimbra, e buscava através da ciência uma renovação no pensamento político e social da colônia.<sup>257</sup>

O segundo e terceiro capítulos são dedicados à originalidade e à especificidade da arte brasileira, devido a seu caráter regional, expressas através do barroco mineiro e do rococó pernambucano, e sua contribuição para o mundo da arte. O quarto capítulo enfatiza o surgimento da “escola mineira”, ou melhor, de um grupo de literatos e poetas mineiros que nos setecentos foi responsável pelo nascimento de uma literatura autônoma identificada com o Arcadismo, dos quais participaram Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga, Alvarenga Peixoto etc. Após esse movimento inicial, começaram a surgir as sociedades literárias e as academias, abordadas no último capítulo deste segundo tópico. A obra será finalizada com o tópico “A Transmissão da Cultura”, dedicado à criação das escolas de educação formal, como os colégios fundados pelos jesuítas, o Seminário de Olinda, as primeiras tipografias e as edições brasileiras.

Assim, *História da Cultura Brasileira* apresentava a cultura nacional a partir de quatro eixos considerados essenciais na formação cultural do país: a administração portuguesa; as obras artísticas; a formação da intelectualidade; e a criação de instituições de ensino e cultura. O caráter erudito dos dois volumes, claramente escritos para especialistas, pode ser verificado através das discussões historiográficas apresentadas, do detalhamento dos eventos e personagens selecionados, da aplicação dos conceitos caros às ciências humanas. Em contraposição, à *História da Cultura Brasileira*, o projeto do *Atlas Cultural* foi elaborado para a divulgação da cultura nacional entre o grande público, para ser utilizado como um guia geral da formação histórico-social do país, com preço definido e formato especial, encantando o não-especialista pela seleção de belas imagens e de textos de fácil compreensão. Dessa forma, o CFC organizou dois projetos complementares, compreendendo a necessidade de atender a dois públicos distintos, com regras próprias e interesses diferentes, mas que deveriam compartilhar das mesmas representações sobre a memória e a cultura nacional.

O *Atlas Cultural do Brasil*, coordenado pelo presidente do Conselho, prof. Arthur César Ferreira Reis, foi publicado em 1972, como parte integrante das comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil e editado em convênio com a FENAME. O cuidadoso processo de edição, perceptível pela magnitude da obra, demonstra a importância do projeto. A obra está dividida em vinte e uma temáticas, distribuídas em trezentos e setenta

---

<sup>257</sup> TOCANTINS, Leandro. “Idéias políticas do século XVIII e sua repercussão no Brasil”. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *História da Cultura Brasileira*. FENAME, 1976. pp. 225-242

e sete páginas amplamente ilustradas: “espaço físico”; “Brasil político”; “o Homem e a Natureza”; “formação histórica”; “população brasileira”; “áreas culturais”; “falares regionais”; “criatividade popular”; “atividade científica”; “processo educacional”; “instituições culturais e sistema de comunicações”; “panorama literário”; “música”; “teatro”; “cinema”; “artes plásticas”; “arquitetura”; “rede de transportes”; “turismo”; “processo econômico”; “integração nacional”. Os artigos foram escritos por dezoito autores, dos quais dez eram conselheiros.<sup>258</sup> A tentativa de popularizar a obra fixou seu preço em sessenta cruzeiros.<sup>259</sup>

O prefácio, escrito por Arthur Reis, resumia os objetivos concretizados do projeto e a função cívica e didática da obra. A primeira página do prefácio trazia a imagem da obra *Monumento do Ipiranga*, relevo monumental em bronze, esculpido por Ettore Ximenez, em 1922, e inspirado na pintura de Pedro Américo. A escolha da imagem funcionava como um registro do ano do centenário da independência; a próxima imagem era a gravura *Prospecto da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* datada de 1784, provavelmente escolhida por Arthur Reis em homenagem a sua região de origem, a região Norte. No prefácio, Reis ressaltou a importância da obra que pretendia “ser um retrato autêntico do Brasil” ao promover um minucioso inventário dos aspectos culturais e físicos do país, “através dos textos, quadros estatísticos, das telas e dos mapas”.<sup>260</sup>

O prefácio destacava a ousadia bem-sucedida do projeto ao pretender registrar fidedignamente as realizações efetivadas nos últimos quinhentos anos e que preservavam a história da “nação brasileira”. Arthur Reis declarava que o maior mérito da obra era ter escapado de quaisquer demonstrações ufanistas ou pessimistas sobre a trajetória nacional. O *Atlas*, para o CFC, era resultado de um realismo investigativo profundo, tinha a neutralidade das técnicas e metodologias das ciências humanas, tornando-se o guia incontestável da formação sócio-cultural brasileira. Após o registro da totalidade dos eventos e obras do país e da imparcialidade da obra, Reis apresenta o conceito de cultura utilizado. O conceito de cultura defendia que as criações materiais e espirituais das sociedades surgem da relação entre

---

<sup>258</sup> Os autores dos artigos foram: Arthur Cezar Ferreira Reis; Ariano Suassuna; Catharina Vergolino Dias; Celso Ferreira da Cunha; Celso Kelly; Clarival do Prado Valladares; Gladstone Chaves de Mello; Hélio Vianna; José Augusto da Silva Reis; José Candido de Mello Carvalho; José Mozart de Araújo; Luiz Maximino Miranda de Correa Neto; Marcelo de Ipanema; Manuel Diégues Júnior; Octávio de Faria; Renato Soeiro; Vicente Salles; Wanderbitt Barros.

<sup>259</sup> O valor do salário mínimo em vigor a partir de maio de 1972 era de Cr\$ 268,80. Fonte: [www.jfpr.gov.br/ncont/salariominimo.pdf](http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariominimo.pdf). Data de acesso: 24 de janeiro de 2010

<sup>260</sup> REIS Arthur Cezar Ferreira. “Prefácio”. In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: CFC/FENAME, 1972. pp. 07-15 p.07

os seus povos formadores e sua inter-relação com o espaço físico. Ao buscar os elementos formadores da nacionalidade, sem poder negar as grandes diferenças culturais das regiões brasileiras, Reis reafirma a estratégia do Conselho de compreender a cultura nacional como valorosamente regional, elemento da especificidade e originalidade da cultura brasileira, harmonicamente construída pela convivência pacífica dos povos aqui reunidos, sem violência, descontinuidades ou ameaças que ferissem a grandiosidade da nação.

“O processo cultural, aqui compreendido como expressão de sua inteligência e como atitude em face do mundo físico de que dispõem, vem sendo um processo em que se pode encontrar, apesar da variedade regional, uma unidade real, que se consolida efetivamente nos dias de hoje pela execução mais veloz, da política de integração, que não desestimula a riqueza regional, mas vincula, mais intensamente, todo o vasto arquipélago no sentido mais forte da nacionalidade.”<sup>261</sup>

Para compreendermos os aspectos gerais da obra, selecionamos alguns capítulos considerados exemplares. O quarto capítulo, intitulado *Formação Histórica*, apresentava um panorama da trajetória política brasileira desde a “origem portuguesa” até a reforma da Constituição de 1967. Sob responsabilidade do conselheiro Hélio Vianna, a formação histórica era narrada privilegiando os grandes acontecimentos. O golpe de 1964 e os Atos Institucionais que configuraram a ditadura civil-militar são considerados medidas revolucionárias e emergenciais para evitar o caos provocado pela presença de elementos subversivos e alheios à nossa formação social. O texto apresentava as ações autoritárias do executivo como as cassações de mandato e as demissões punitivas como estratégias necessárias em uma “guerra revolucionária” promovida contra os “agitadores” que utilizavam mecanismos de terror como sequestros, assaltos, atentados. O penúltimo capítulo, *Processo Econômico*, também descreve o desenvolvimento da economia brasileira desde os tempos coloniais até aquele momento. Para o autor, José Augusto da Silva Reis, era inegável o crescimento econômico vivido pelo país naqueles anos de chumbo e os seus benefícios sociais. O caráter ufanista da obra está presente nos principais textos. O último capítulo, *Integração Nacional*, escrito por Arthur Cezar Ferreira Reis, apresenta a “evolução histórica” do processo de interiorização caracterizado por uma política de integração iniciada na colônia com a criação das capitânicas, consideradas embriões do espírito federativo, até os áureos anos da República com a vitória do Brasil na copa do mundo de 1970, afinal, “este esporte no país, constitui vigoroso elemento de reforço do sentimento nacional.”<sup>262</sup> O livro será encerrado com outra imagem em homenagem ao processo de Independência do Brasil: o *Monumento do*

<sup>261</sup> Idem. 10

<sup>262</sup> REIS, Arthur Cezar. “Integração Nacional”. In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: FENAME, 1972 pp. 369-367 p.376

*Ipiranga*, datado de 1922, também do escultor Ettore Ximenez, exposto no Museu do Ipiranga, em São Paulo.

Os monumentos de Ettore Ximenez selecionados para iniciar e finalizar o *Atlas* foram construídos como parte das comemorações do centenário da emancipação política do país, realizadas em 1922. A escolha das imagens pelos conselheiros não foi ocasional. O *Atlas*, lançado em 1972, integrava as comemorações do sesquicentenário e homenageava a efeméride através da divulgação das obras erguidas para o centenário da independência, em 1922. Essa associação entre as duas comemorações enfatizava como o ritual das efemérides políticas pertencia à tradição cultural brasileira. Conforme propõe Marcelo Abreu, os monumentos erguidos em São Paulo para comemorar o centenário da independência, em 1922, buscavam no regionalismo paulista as bases da nacionalidade. O autor destaca que a relação região-nação representada pelos paulistas através dos monumentos históricos buscava no passado os traços capazes de indicar a supremacia do estado de São Paulo nos rumos do país.<sup>263</sup> Contudo, o CFC constrói uma leitura sobre o caráter nacional das obras no *Atlas Cultural* minimizando as disputas regionais que as produziram. Dessa forma, deslocou-se a função original das obras e criou-se outro cenário, no qual prevalece o discurso nacionalista que impregnava as efemérides, rompendo com a dualidade região-nação e fortalecendo no imaginário social a percepção do regional como especificidade da formação nacional brasileira.

O *Atlas* funcionava como uma obra de referência ao projetar luz sobre o passado e apresentar os processos de mudança que forneceram ao país as estruturas necessárias para a “etapa que nos afasta do subdesenvolvimento.” O pioneirismo da obra era garantido pelo enfoque dos vários aspectos que formavam a nacionalidade, incluindo os aspectos geográficos, superando, conforme afirma seu organizador, as obras que reverenciavam apenas as análises históricas no desenvolvimento da cultura. Contudo, a importância do passado histórico na construção de uma narrativa para cada temática é inegável; com exceção da primeira temática – Espaço Físico – que ocupava doze páginas, todos os demais tópicos buscavam reconstituir a trajetória histórica do país desde o período colonial até aquele momento. Assim, a cultura brasileira era novamente retratada pelo viés histórico, especialmente, pela associação com os eventos políticos consagrados, escrita por intelectuais, a maioria historiadores não profissionais, mas que assumiram o ofício da história, em busca

---

<sup>263</sup> ABREU, Marcelo. “Comemoração e Regionalismo: o monumento a independência e a difícil hegemonia – São Paulo, 1922.” In: ANPUH/RJ. *Usos do Passado*. XII Encontro Regional de História, Rio de Janeiro, 2006.

da nacionalidade, através da atitude cívica de resgatar aqueles acontecimentos considerados marcantes e que pareciam estar à espera do especialista que iria fidedignamente retratá-los.

#### 4.2 Os Calendários Culturais do MEC: lugares de memória?

Os lugares de memória, tal como definidos por Nora, funcionam como guardiões dos estilhaços das memórias coletivas, selecionados por agentes socialmente legitimados para a tarefa de preservar os elementos singulares de identificação das sociedades modernas. Esses lugares, materiais ou não, surgem da necessidade de manter vivas as memórias ameaçadas pelos avassaladores processos de modernização e diferenciação sociais, forjando memórias capturadas pela construção histórica e que serão inseridas nos embates políticos dos diversos grupos sociais. Se as “memórias coletivas” transmitidas pelos rituais das sociedades tradicionais prevalecessem nas sociedades modernas, não criaríamos “lugares” para nos lembrar sobre os registros do passado; por outro lado, cabe aos sujeitos históricos apoiados na história e nos embates conjunturais definir quais serão esses lugares e como eles devem ser edificadas. “É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história, arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos”<sup>264</sup> através dos agentes sociais responsáveis por construir os lugares de memória.

Dessa forma, os lugares de memória construídos pela incapacidade da transmissão integral das memórias coletivas funcionam como espaços políticos na formação das identidades sociais. Dos diversos lugares simbólicos que podem ser classificados como “lugares de memória”, iremos analisar os Calendários Culturais produzidos pelo Conselho Federal de Cultura, que por sua função e constituição representam um tipo de lugar de memória.

O Calendário Cultural funcionava como um lugar de memória, ao selecionar os acontecimentos históricos, eventos e personagens considerados representativos da nacionalidade. Como propõe Nora, com o advento da modernidade, ocorre um processo de perda das memórias coletivas que dependem de rituais cotidianos, impossíveis de serem transmitidos e realizados nas modernas sociedades industriais. A perda da memória coletiva, transmitida e transformada cotidianamente, foi substituída pela história e pelos lugares de

---

<sup>264</sup> NORA, PIERRE. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. trad. Yara Aun Khory. São Paulo, n°10, dezembro de 1993 pp. 07-28

memória. A incapacidade de transmissão das memórias coletivas a todo corpo social e o aparecimento de múltiplas memórias propiciou o aparecimento de lugares, materiais ou imateriais, para resguardar os fragmentos de memórias dos grupos sociais e possibilitar os mecanismos de auto-identificação desses grupos.<sup>265</sup> Assim,

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.”<sup>266</sup>

Esses lugares de memória atuam como espaços operacionais de reorganização dos elementos simbólicos já esfacelados pela organização social industrial. Esses lugares são criados com a finalidade de manter a coesão de um grupo e interessam, sobretudo, na legitimidade almejada pelos Estados Nacionais. Assim, os ideólogos da identidade nacional encontram nos lugares de memória, no qual podem atuar como agentes produtores, um espaço adequado para reconstruções aparentemente inquestionáveis do passado.

A elaboração anual do Calendário Cultural era assunto de grandes divergências entre os conselheiros e as Câmaras; afinal, os nomes e instituições selecionados para o Calendário Cultural eram obrigatoriamente homenageados pelo Conselho nas reuniões plenárias. As atas registravam integralmente as comemorações das efemérides indicadas nos calendários culturais. Josué Montello creditava ao Calendário uma função educativa, pois seu objetivo era informar às instituições culturais e ao país as datas nacionais representativas, incluindo também datas internacionais consideradas significativas para a “Humanidade”. Na definição do Calendário de 1968, Andrade Muricy, representante da Câmara de Artes, criticou o calendário apresentado, identificando no projeto inicial a excessiva valorização das efemérides e a ausência de eventos contemporâneos de natureza cultural. Na tentativa de inserir outros itens, o conselheiro solicitou um prazo maior para apresentação das propostas.<sup>267</sup> Na 101ª sessão plenária, realizada em 25 de setembro de 1968, foram debatidas as regras do Calendário. As Câmaras do Conselho apresentaram suas propostas para a definição dos critérios de organização do Calendário: a Câmara de Letras sugeriu que o Calendário fosse exclusivamente dedicado à vida cultural brasileira, excluindo-se datas cívicas e científicas; essa proposta recebeu apoio da Câmara de Artes e Ciências Humanas. A Câmara de Letras também propôs que nenhum acontecimento inferior a cem anos fosse incorporado ao Calendário. A Câmara de Artes sugeriu que o Calendário fosse dividido em

<sup>265</sup> Idem. pp.07-28

<sup>266</sup> Idem, p.13

<sup>267</sup> Ata da 59ª sessão plenária realizada em 13 de dezembro de 1967. In: *Cultura*, nº 6, ano I, dezembro de 1967. pp. 154-158 p.155

duas partes: primeiro, as propostas do ano para o setor; depois, a comemoração das efemérides. Ariano Suassuna apoiou a proposta, sugerindo a criação de uma agenda da cultura com as datas dos eventos anuais e a manutenção do calendário com a descrição apenas das efemérides. Ficou aprovado que o Calendário trataria preferencialmente das temáticas relacionadas à cultura apenas através da comemoração de efemérides. Por sugestão de Pedro Calmon, as normas para a inclusão das datas comemorativas não foram rigidamente definidas. O debate foi então encerrado com a aprovação da proposta de Montello para a inclusão ao lado do Calendário das “Grandes Datas Universais”. Este último não se concretizou, porém algumas efemérides universais foram inseridas. Os calendários avaliados nesta pesquisa foram referentes aos anos de 1969, 1970, 1973 e 1974 e seguiram os parâmetros definidos pelos conselheiros na 101ª sessão plenária:

“O Conselho Federal de Cultura, que elabora e divulga o Calendário Anual de Cultura para todo o país, pretende celebrar condignamente, nas épocas adequadas e a exemplo do que já vem fazendo, ora em sessões ordinárias, ora em solenidades especiais, as principais datas constantes da agenda do referido Calendário (...).”<sup>268</sup>

O Calendário era organizado a partir das sugestões dos membros do Conselho, das instituições culturais e das secretarias/conselhos estaduais. A elaboração dos projetos dos calendários anuais ficava sob responsabilidade de um intelectual escolhido pelo Conselho, que depois apresentava o projeto para aprovação, alteração ou inclusão de datas em sessão plenária. Os quatro calendários foram compostos apenas por efemérides, em sua maioria, com datas superiores a cem anos. Do total de cento e doze datas comemorativas apenas quatorze (12,5%) rompiam este padrão; em geral, trata-se de comemorações de cinquentenários de falecimento. As agendas dos calendários nem sempre eram constituídas por comemorações em todos os meses. A seção que encerrava os calendários de 1969 e 1970 era dedicada às “datas internacionais”. O Calendário Cultural de 1969 iniciou sua agenda no mês de setembro; já o calendário de 1970 iniciou a sua no mês de maio. Os calendários homenageavam reconhecidos literários, instituições culturais, personalidades políticas e acontecimentos históricos. Os calendários de 1973 e 1974 iniciaram suas agendas no mês de janeiro.

Para traçar o perfil das efemérides escolhidas para os calendários, iremos retratá-las resumidamente, apresentando-as no anexo III, e investigaremos os elementos que norteiam a sua seleção. Como metodologia para análise da composição do calendário, subdividimos em cinco categorias: personalidade política; instituições educacionais/culturais;

<sup>268</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil”. In: *Cultura*. Nº25, ano III, julho de 1969. pp.07-20 p. 17



literatos/jornalista/professor/músico; personagens/acontecimentos históricos; médicos/cientistas/engenheiros.

O Calendário Cultural do ano de 1969 era composto por apenas seis datas comemorativas, dedicadas a: três literatos/jornalista; duas personalidades políticas; um intelectual. No Calendário Cultural de 1970 foram comemoradas vinte e três datas dedicadas a: dez literatos/jornalistas; cinco personalidades políticas; quatro personagens/acontecimentos históricos; duas instituições; uma comemoração contemporânea do Ministério. No ano de 1973, foram comemoradas trinta e uma efemérides dedicadas a: nove literatos/jornalistas; quatro personalidades políticas; quinze acontecimentos/personagens históricos; três médicos/cientistas/engenheiros. No Calendário Cultural de 1974 foram comemoradas cinquenta e duas efemérides dedicadas a: trinta literatos/jornalistas; três personagens políticas; nove acontecimentos/personagens históricos; duas instituições; dez médicos/cientistas/engenheiros.

A escolha dos homenageados segue alguns padrões: todas as personalidades homenageadas eram falecidas; as efemérides eram dedicadas às datas de nascimento ou morte de uma personalidade, acontecimento histórico ou criação de uma instituição; essas datas são consideradas marcos delimitadores e servem para enfatizar a importância de determinada obra ou personagem na formação sócio-cultural brasileira. No caso das quatro instituições, todas tinham o caráter nacional e foram fundadas em cidades que exerciam a função de capital. As personalidades políticas exerceram cargos importantes no Império e nos anos iniciais da República; os literatos e jornalistas homenageados participaram de diversas entidades como as academias de letras e os institutos históricos e geográficos. As personagens homenageadas eram naturais de diversos estados da federação, indicando a pluralidade intelectual e política brasileira.

O hábito de homenagear grandes nomes da literatura não foi uma tradição inventada pelos conselheiros e já era praticado pela Academia Brasileira de Letras desde sua fundação em 1897. O investimento simbólico e financeiro para rememorar os homens que por aquelas cadeiras passavam e, por isso, eram considerados os “arautos” da nacionalidade, fomentou uma série de eventos, ensaios, biografias, monumentos, arquivos pessoais etc.<sup>269</sup> Os conselheiros, muitos dos quais imortais da ABL, incorporaram ao CFC a mesma prática da

---

<sup>269</sup> FAR, Alessandra El. “‘A presença dos ausentes’: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários.” *Estudos Históricos*, n°25, 2000/1

homenagem, neste caso, não restrita apenas aos vultos da literatura, mas a todos aqueles que podiam integrar a memória nacional.

A associação entre literatura e nacionalidade realizada pela intelectualidade brasileira percorreu as mais diversas correntes literárias, tornando-se uma tradição entre os escritores. A crença no papel da literatura como “espelho da nação”, ou seja, relato descortinador das estruturas sociais brasileiras foi estimulada pelos nossos escritores. Assim, como destaca Mônica Velloso, homenagear literatos, financiar a publicação de suas obras completas e retratá-los em biografias eram instrumentos de divulgação das bases da nacionalidade, ação cívica e de reconhecimento ao papel de descortinador nacional exercido pelos vultos da literatura.

“Ao longo de nossa história político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura enquanto instância portadora e/ou refletora do mundo social. Assim, a produção literária aparecia como reflexo imediato e diretamente condicionado pela ordem social. (...) Seja ao defender a literatura como ‘escola de civismo’ (Olavo Bilac e Afonso Celso), seja ao considerá-la como instrumento de conscientização política (fase inicial da obra de Jorge Amado), a idéia acaba sempre incidindo sobre o mesmo ponto, literatura-sociedade via relação didático-pedagógica.”<sup>270</sup>

O ritual de comemoração das efemérides incluídas nos calendários anuais previa a publicação de um artigo sobre a importância da efeméride na memória nacional, sua leitura em sessão plenária e uma salva de palmas. As homenagens eram verdadeiros rituais de glorificação da personagem escolhida e incluíam desde pequenos artigos até a publicação de uma biografia ou da sua obra completa.

Conforme propõe Regina Abreu, essas práticas modernas de recordar e indicar socialmente qual a “história de vida” merece destaque no conjunto social criam as performances sociais almejadas e demonstram a importância dos “mortos” na caracterização dos tipos sociais considerados ideais.

“Relatos de personalidades desempenham um duplo papel na construção póstuma: de um lado, servem para demonstrar a perenidade do morto e de sua obra e, de outro, servem para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos. Ao incluir nas biografias ou nos rituais póstumos depoimentos de pessoas consagradas, os construtores de memória realizam um movimento com alto teor ‘aurático’, onde todos os envolvidos participam de uma troca de bens simbólicos.”<sup>271</sup>

O Calendário Cultural criado pelo CFC funcionava como instrumento ritualizado do universo político e cultural ao eleger os elementos simbólicos constitutivos da nacionalidade.

<sup>270</sup> VELLOSO, Mônica. “A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista.” *Estudos Históricos*. pp.89-112. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 6, n.11, 1993, p.239

<sup>271</sup> ABREU, REGINA. “Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 205-230 p.210

No entanto, a construção dessas estratégias de preservação das memórias coletivas através dos resquícios de passado, produzidas por agentes sociais e legitimadas pelo Estado têm sua eficácia limitada. O desenvolvimento de uma história da história possibilitou a revisão da relação história-memória favorecendo a des-ritualização dos mecanismos de celebração da nação e o questionamento de sua legitimidade. Os lugares de memória oficial têm sua credibilidade questionada pelos cientistas sociais que criticam sua unanimidade, ainda que a força desses lugares consista na capacidade de gerar sentimentos de pertencimento.

“A própria perda de nossa memória nacional viva nos impõe sobre ela uma olhar que não é mais nem ingênuo, nem indiferente. Memória que nos pressiona e que não é mais nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida. Apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga a considerar com um olhar fraco a herança e inventariá-la. Lugares salvos de uma memória que não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo (...)”<sup>272</sup>

Nos casos dos Calendários Culturais produzidos pelo Conselho, por exemplo, em alguns momentos foram incluídas datas comemorativas solicitadas por grupos tradicionalmente excluídos daquelas efemérides. Na 67ª sessão plenária, realizada em 19 de dezembro de 1967, Manuel Diégues Júnior leu uma carta enviada pelo grupo do Teatro Experimental do Negro, solicitando que no calendário de 1968 fosse incluída a comemoração pelo octogésimo aniversário da abolição dos escravos e que fosse realizado um concurso de monografias patrocinado pelo Conselho sobre a importância do acontecimento histórico. A efeméride foi incluída no Calendário, mas as divergências sobre a realização do concurso inviabilizaram-no.<sup>273</sup> Dessa forma, o Calendário Cultural, lugar de memória, privilegiou a exaltação de símbolos tradicionais da história, reforçando a posição conservadora e nacionalista das políticas culturais destinadas ao setor.

O culto ao passado, realizado pelos conselheiros através da valorização de diversos tipos de lugares de memória, era considerado essencial na construção de um “estado de consciência cívica dignificadora”. A noção apresentada por Arthur Reis em seu artigo “O Culto do Passado no Mundo em Transformação”, publicado no segundo número da *Revista Brasileira de Cultura*, em 1969, debatia a importância do conhecimento histórico na soberania nacional e no desenvolvimento dos países modernos. O passado teria a função prioritária de fornecer os elementos de “sustentação da ideologia política” necessários a todos os Estados independentes.

<sup>272</sup> NORA, Pierre. Op.cit. p.13

<sup>273</sup> Ata da 67ª sessão plenária realizada em 19 de dezembro de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro, ano I, nº 7, dezembro de 1967.

“Não esqueçamos que, nos momentos mais difíceis da vida dos povos, o culto do passado, o tradicionalismo, hoje tão malsinado, serviu a manutenção das esperanças e valeu como fogo sagrado, necessário as energias que se perdiam ou interrompiam e estavam precisando de renovação, do rejuvenescimento que se foi buscar no que ele representava, isto é, nos valores do pretérito distante ou próximo como lição eterna a guiar o mundo.”<sup>274</sup>

Para Arthur Reis, a função maior do Conselho e, logo, das políticas culturais, e que vinha sendo arduamente cumprida, era garantir a manutenção dos lugares de memória, materiais ou simbólicos. Tais lugares de memória guardavam os registros do passado, expressão cívica da grandeza nacional. A história nacional, ainda à espera de investigação, precisava ter suas fontes resguardadas através de políticas dedicadas à preservação dos acervos documentais, arquivos, museus etc. Por outro lado, cabia aos historiadores a tarefa de proceder a uma investigação profunda nos documentos em busca de uma “história autêntica”. Assim, a ênfase no investimento prioritário das verbas nos lugares de memória era justificada pela necessidade cívica de promover políticas de proteção aos monumentos, de fomentar pesquisas que descortinassem a história nacional e de garantir o funcionamento regular das instituições culturais.

A produção intelectual do Conselho expressa nos calendários, nas obras coletivas e nos periódicos oficiais, funcionava como políticas públicas em defesa do patrimônio e da cultura nacional. Tais estratégias compartilhadas em outros espaços de sociabilidade demonstram a importância do Estado na divulgação de projetos de grupos intelectuais específicos e retifica a tradição do intelectual como agente promotor do civismo a partir de 1920. A institucionalização do setor cultural só foi possível graças à inter-relação entre Estado e campo intelectual. Se a fragilidade do campo intelectual brasileiro os empurrava para as fileiras estatais, a presença dessas personagens no Estado consolidou o setor cultural como área de atuação governamental no Brasil, ainda que os poucos recursos fossem um entrave às ações políticas de maior abrangência.

#### 4.3 Os documentos-síntese: “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura” e o “Plano Nacional de Cultura”

O decreto n. 74, de 21 de novembro de 1966, estabeleceu dois objetivos ao criar o CFC: organizar as políticas culturais do MEC e elaborar o Plano Nacional de Cultura, PNC,

---

<sup>274</sup> REIS, Arthur. “O Culto ao Passado num Mundo de Renovação”. In: *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro: outubro/dezembro de 1969. pp. 57-68 p. 59

atendendo às especificidades regionais brasileiras. Apenas seis meses depois do início de suas atividades, o CFC já apresentava o primeiro anteprojeto de lei do Plano Nacional de Cultura. Previa-se a execução plena do Plano em quatro anos, através de programas responsáveis pelo estímulo à unidade nacional. Os objetivos desses programas nacionais eram exclusivamente destinados à formação de uma infra-estrutura nas instituições nacionais de cultura através da:

“a) reforma e reaparelhamento das instituições nacionais de cultura; b) irradiação das referidas instituições a todo o território nacional; c) criação de serviços nacionais que atendam à expansão e à conservação do patrimônio cultural, não previstos na organização vigente.”<sup>275</sup>

As instituições prioritariamente beneficiadas pelo PNC seriam: Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional de Cinema, Serviço Nacional de Teatro, Serviço de Radiodifusão Educativa, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e demais instituições culturais vinculadas ao MEC. Essas instituições deveriam apresentar um plano quadrienal ao CFC – critério necessário a sua inclusão no PNC.

Instituições particulares de cultura, definidas como de utilidade pública, também poderiam participar do PNC, desde que subordinadas aos princípios gerais do Plano e com propostas previamente aprovadas pelo CFC. Os programas regionais de cultura dependiam de convênios com os conselhos ou secretarias estaduais de cultura. Dois programas regionais já estavam definidos: a criação de bibliotecas municipais e das Casas de Cultura.

As Casas de Cultura eram consideradas unidades cívicas, responsáveis pela democratização do acesso à cultura nos pequenos e médios municípios brasileiros. Logo nas primeiras reuniões plenárias do CFC foi proposta a criação de espaços culturais com biblioteca, sala de espetáculos, sala de cinema, auditório para conferências. Tais espaços, sem fins lucrativos, inicialmente nomeados de “unidades culturais ou centros cívicos” seriam construídos a partir da distribuição geográfica do país e funcionariam como multiplicadores nos pequenos e médios municípios brasileiros do trabalho desenvolvido nas instituições nacionais de cultura<sup>276</sup>. Josué Montello sugeriu, após esse debate inicial, que se criassem casas de cultura, inspirado no modelo de casas de cultura desenvolvido pelo ministro da

<sup>275</sup> Anteprojeto de lei do Plano Nacional de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, agosto de 1967. Pp. 63-68, p.63 O plano foi apresentado durante a sessão plenária realizada em 23 de junho de 1967 e a notícia veiculada pelo jornal “Correio da Manhã”, em 24 de junho de 1967. A notícia foi transcrita integralmente para este número da revista *Cultura*, p. 85. Este foi o primeiro PNC elaborado pelos Conselheiros. O CFC ao longo desta pesquisa revisou esse PNC na expectativa de aprovar o documento no Congresso Nacional, apresentando outras versões. Para esta análise iremos nos concentrar neste primeiro documento, pois considero os demais complementares.

<sup>276</sup> Ata da 4 sessão plenária realizada em 6 de março de 1967 e ata da 11 sessão plenária realizada em 25 de abril de 1967.

Cultura francês André Malraux, ainda que mais acanhadas. O projeto brasileiro para as casas de cultura previa que fossem compostas por salas de projeção cinematográfica, de concertos sinfônicos, de espetáculos e exposição. Além dessa infra-estrutura, pretendia-se que as casas funcionassem como um espaço para a realização de levantamentos de documentação existente nos arquivos locais; promovessem exposições itinerantes e manifestações folclóricas; exibissem filmes-documentários do tipo cinema-pesquisa; fomentassem a publicação de revistas especializadas; promovessem seminários regionais; e, elaborassem uma programação de festivais folclóricos de caráter regional.<sup>277</sup> O governo federal se responsabilizava pelas obras de infra-estrutura e implementação das casas de cultura; em contrapartida, exigia-se que os governos municipais assumissem os custos de administração, funcionamento e manutenção. Conforme o registro das atividades do CFC realizado por Adonias Filho até 1978 foram criadas mais de vinte Casas de Cultura<sup>278</sup>. Os espaços para a instalação desses centros cívicos foram preferencialmente selecionados por sua importância no patrimônio cultural brasileiro, como as antigas casas de Câmara e Cadeia do período colonial, em Minas Gerais, ou ainda casas de literatos como Jorge Lima e Graciliano Ramos, ambas no estado de Alagoas, através de atos de desapropriação dos imóveis.<sup>279</sup>

A concessão de auxílios caberia ao CFC. O PNC previa para o ano de 1968 um investimento total de NCr\$ 38.000.000,00 em obras de infra-estrutura e programas diversos. Para as obras de infra-estrutura foram previstos NCr\$ 13.000.000,00, dos quais NCr\$ 10.000.000,00 eram destinados às instituições nacionais de cultura vinculadas ao MEC; NCr\$ 1.250.000,00 às instituições nacionais de cultura particulares; NCr\$ 1.000.000,00 para construção de cinquenta Casas de Cultura; e, NCr\$ 750.000,00 aos Programas Regionais solicitados pelos estados e aprovados pelo CFC.

Nos programas nacionais e regionais destinados à pesquisa e à divulgação da cultura brasileira, previa-se para o mesmo ano um investimento total de NCr\$ 25.000.000,00, sendo NCr\$ 20.000.000,00 para programas nacionais e NCr\$ 5.000.000,00 para programas regionais. Estes últimos foram subdivididos em três categorias: convênios com universidades – NCr\$ 2.000.000,00; convênios com conselhos ou secretarias estaduais de cultura – NCr\$

---

<sup>277</sup> Ata da 34ª sessão plenária realizada em 23 de junho de 1967.

<sup>278</sup> Foram criadas Casas de Cultura nos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Ver: FILHO, Adonias. *O Conselho Federal de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e divulgação, DF, 1978.

<sup>279</sup> Ata da 2ª sessão plenária da I reunião nacional dos Conselhos de Cultura, realizada em 32 de abril de 1968.

1.500.000,00; realização de pesquisas – NCr\$ 1.500.000,00. Os Programas Nacionais foram divididos em oito itens<sup>280</sup>:

“Exposições, congressos, filmes, publicações, representações, concertos;”	NCr\$ 6.000.000,00
“Conservação do acervo histórico tombado pela união e não incluído no programa da DPHAN;”	NCr\$ 3.000.000,00
“Pesquisas de caráter cultural (...) através de convênios com instituições de cultura e universidades;”	NCr\$ 2.000.000,00
“Auxílio para execução de programas nacionais;”	NCr\$ 2.000.000,00
“Campanhas nacionais de cultura em favor do livro, do teatro, do cinema, das artes plásticas, da música, etc;”	NCr\$ 2.000.000,00
“Exposições itinerantes (...) com o objetivo de divulgar a cultura no plano das artes, das letras, das ciências humanas;”	NCr\$ 2.000.000,00
“Exposições e outras iniciativas no exterior sobre cultura brasileira;”	NCr\$ 2.000.000,00
“Conservação do acervo bibliográfico e arquivístico do país.”	NCr\$ 1.000.000,00

Esses dados nos revelam a concentração dos investimentos nas áreas de pesquisa, conservação de acervo e divulgação das áreas da cultura, ao destinar 65,7% a esses programas, enquanto 34,3% dos recursos eram destinados às obras de infra-estrutura, contrastando com a percepção do caráter patrimonialista do Conselho, compreendido como valorização do patrimônio de *pedra e cal*. No caso da valorização da cultura regional, ainda que a “realidade regional” fosse considerada pelos conselheiros como o traço marcante da cultura nacional, eram as instituições nacionais de cultura que deveriam ser mais bem assistidas demonstrando a ação centralizadora do órgão. O caráter nacional da cultura era privilegiado em detrimento das políticas regionais, ao serem destinados 78,9% dos recursos para obras e programas nacionais. Isso demonstra que o discurso em torno do regionalismo como fator determinante na identificação da cultura nacional não produz automaticamente a descentralização das políticas culturais. Neste caso, revelava-se uma hierarquia. As instituições nacionais irradiariam seus modelos para as regionais. O investimento maciço em

<sup>280</sup> Anteprojeto de lei do Plano Nacional de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, agosto de 1967. Pp. 63-68, p.68

instituições nacionais de cultura e o controle financeiro das verbas pelo CFC implicam no processo de centralização do Estado na orientação das políticas culturais. Para concretização do Plano, se arrecadariam recursos financeiros através do Fundo Nacional de Educação às políticas culturais, destinando 10% do seu orçamento para a cultura. Tal solução sempre foi refutada pelos representantes do Ministério do Planejamento, assim como a proposta de concessão de incentivos fiscais às empresas privadas interessadas em investir no setor cultural.

Os anteprojetos do Plano Nacional de Cultura formulados pelo CFC não foram sequer votados pelo Congresso Nacional. Porém, como veremos adiante, antes do CFC ser surpreendido com a aprovação de uma “Política Nacional de Cultura”, elaborada por um grupo de técnicos vinculados ao Departamento de Assuntos Culturais, o CFC formulou as *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*, numa clara tentativa de evitar as barreiras administrativas estabelecidas contra a aprovação do Plano Nacional de Cultura.

#### 4.3.1 “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”

Os entraves burocráticos à aprovação do Plano Nacional de Cultura, elaborado inicialmente pelo CFC já no seu primeiro ano de seu funcionamento, motivaram o Conselho a adotar uma nova estratégia de intervenção nas orientações estatais para o setor. No final de 1972, o novo presidente do CFC, Raymundo Moniz de Aragão, durante sua cerimônia de posse para o biênio de 1973/1974, propôs ao ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho a formulação, em apenas três meses, das *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*. Tratava-se do estabelecimento inédito de um conjunto de normas, orientações e definições sobre a função do Estado no setor, as suas áreas de atuação, os mecanismos de intervenção e os recursos.

Em março de 1973, o próprio Raymundo M. de Aragão entregou ao ministro Jarbas Passarinho o documento com as *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*, que não dependiam da aprovação prévia do Congresso Nacional. As *Diretrizes* foram divididas em dois tópicos: “Preliminares” e “Política Nacional de Cultura”. O primeiro tópico apresentava a “fundamentação legal” e os “conceitos fundamentais”. O tópico “Política Nacional de



Cultura” foi subdividido em quatro itens: “Definição”, “Objetivos”, “Normas de ação” e “Recursos”.<sup>281</sup>

A “Fundamentação legal” apresentou os artigos da Constituição Federal que definiam como função do Estado o amparo à cultura, estabelecendo como o seu dever zelar pelas “(...) letras e artes, e o patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico, na área de competência do Ministério da Educação e Cultura; (...)”<sup>282</sup>. Completava informando que para cumprir os dispositivos constitucionais foi criado o Conselho Federal de Cultura, órgão responsável pela orientação das políticas culturais brasileiras.

Os “Conceitos Fundamentais” apresentavam as definições de “política cultural” e “cultura brasileira” associando-as a noções como desenvolvimento, patrimônio e identidade nacionais. Além disso, apresentava a política cultural como complementar a outras duas políticas caras à ditadura civil-militar: “as Políticas de Segurança e de Desenvolvimento”.

“Em conseqüência, o desaparecimento do acervo cultural acumulado, ou o desinteresse pela contínua acumulação da cultura, representariam indiscutível risco para a preservação da personalidade brasileira e, portanto, para a segurança nacional.”<sup>283</sup>

Construía-se, então, um tripé de áreas fundamentais à manutenção da sociedade: cultura, desenvolvimento e segurança. Um país continental, fruto da miscigenação, sofrendo constantes transformações com o processo de modernização, dependia de uma “personalidade nacional forte e influente” na preservação da sua soberania nacional, sempre ameaçada por modelos ideológicos “alienígenas” à formação social brasileira. A relação entre cultura, desenvolvimento e segurança nacionais estabelecia por princípio que só o desenvolvimento global da sociedade afastaria o perigo de ideologias nefastas, em especial, o comunismo. Esse tripé seria o responsável pelo fortalecimento da nossa “vocação democrática”. A insistência na defesa dos valores democráticos, presente nos discursos oficiais do CFC e dos ministros do MEC, estava harmonicamente integrada aos discursos produzidos pelos próprios integrantes do sistema de segurança nacional. Como propõe Joseph Comblin, uma característica recorrente nos discursos governamentais era informar a ado o de medidas coercitivas, identificando-as como necessárias ao restabelecimento da democracia:

“(...) o desejo de retorno às institui es democráticas, repetido indefinidamente, parece corresponder mais a um rito oficial do que a uma inten o verdadeira. As institui es democráticas existem no papel, porém as estruturas e mecanismos que foram montados para evitar seu funcionamento tornaram-se de tal maneira fortes que

<sup>281</sup> Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n 9, Janeiro-março de 1973, pp.57-64.

<sup>282</sup> Idem, p.57

<sup>283</sup> Idem, p.59

as declarações democráticas perderam sua credibilidade. A boa-fé dos presidentes ou dos personagens políticos não é posta em dúvida, mas sim sua capacidade de dominar efetivamente as estruturas que foram elaboradas para impedir que suas veleidades venham, um dia, a se tornarem uma realidade.”<sup>284</sup>

As *Diretrizes* apresentaram como “cultura brasileira” um conjunto de produções artísticas, costumes, normas, ideias, modos de viver e sentir vivenciado pelos nacionais ao longo de sua trajetória histórica. Essa cultura singular diante das demais nações, responsável pela formação da “comunidade nacional”, precisava ser preservada e defendida “(...) tanto quanto a do território, dos céus e dos mares pátrios”<sup>285</sup>. Mas, para além da defesa, era igualmente importante promover o seu aprimoramento, incentivando novas produções culturais em todos os setores, capaz de assegurar o papel de vanguarda do país no plano internacional.

“Mas, não é suficiente a conservação do patrimônio acumulado; é preciso promover o seu constante acréscimo, incentivando-se a atualização do potencial criativo da comunidade nacional, de forma a assegurar à cultura brasileira presença influente no âmbito internacional e ampla capacidade de assimilação discriminativa, dos contingentes recebidos de outras culturas.”<sup>286</sup>

As *Diretrizes* enumeraram três objetivos da política cultural: a “preservação do patrimônio cultural”, o “incentivo à criatividade” e “a difusão das criações e manifestações culturais”. O primeiro deles teria como função resguardar a memória nacional; seguia-se, então, o investimento na criatividade do brasileiro para que novas produções fossem incorporadas à cultura nacional; finalizava-se com a democratização da cultura, processo responsável pelo acesso da população à produção cultural brasileira. Tão importante quanto investir na preservação e em novas formas de expressão cultural era garantir o acesso a esses bens. Novamente, a difusão da cultura dependia de um projeto educacional eficiente, capaz de garantir o acesso aos bens preservados ou produzidos pelo setor. O êxito das políticas culturais dependia tanto dos investimentos nos setores específicos quanto da capacidade da população consumir esses bens culturais, afinal, “(...) era preciso preparar o homem brasileiro para a participação nos benefícios da cultura”<sup>287</sup>. As altas taxas de analfabetismo e os poucos anos de estudos de parcelas representativas da população brasileira limitavam o diálogo dessas produções culturais com o imaginário social coletivo, dificultando a difusão de valores e ideais veiculados por essas intervenções.

“Comporta, assim, a difusão cultural dois aspectos: primeiro é a democratização da cultura, obtido pela apresentação, ao povo, pelos meios modernos de comunicação

<sup>284</sup> COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978. Trad. A. Veiga Fialho. p.160

<sup>285</sup> *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*. Op.cit. p.58

<sup>286</sup> Idem, p.58

<sup>287</sup> Idem, p.61

de massa, das suas manifestações em todos os setores. O segundo é o movimento devolutivo, que reforça o processo criador da cultura (...).”<sup>288</sup>

Para a execução de políticas sistemáticas, até então consideradas esporádicas, as *Diretrizes* destacavam a necessidade de um Ministério da Cultura. O documento elegeu dez medidas estruturais, sem as quais o êxito da intervenção do Estado no setor estaria comprometido: a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura; a criação de serviços nacionais de artes plásticas, folclore e música; a realização de inventários dos bens culturais a serem tombados; a ampliação do funcionamento de conselhos estaduais e municipais de cultura; a construção de novas casas de cultura; o investimento em pesquisas nas universidades brasileiras sobre a cultura nacional, políticas culturais e ações produzidas pelo setor; a restauração do patrimônio cultural, inclusive de particulares, quando comprovada a incapacidade do proprietário em manter os bens tombados pelo Estado; o financiamento de projetos nas áreas consideradas essenciais para a cultura nacional. Como afirma Lia Calabre, destacando a importância política do documento, “grande parte das medidas previstas já estava sendo executada pelo CFC. Entretanto, a existência de um plano aprovado significaria a destinação dos recursos necessários para a manutenção do trabalho.”<sup>289</sup>

Ao Estado caberia o incentivo, a coordenação e a fiscalização dos investimentos. Os recursos financeiros seriam provenientes dos orçamentos da União, dos estados e municípios, além dos estímulos à participação da iniciativa privada. Para a ampliação necessária desses recursos seria criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura, além da definição por lei da obrigatoriedade de aplicação de recursos estaduais e municipais, tal como ocorria em outras áreas sociais. A formação de pessoal especializado e a revisão da legislação existente também foram previstas como essenciais para coordenação, gerenciamento e execução das políticas culturais sugeridas.

As *Diretrizes* privilegiaram a construção de uma infra-estrutura considerada necessária à realização de políticas sistemáticas. Afinal, a inexistência de um aparelho burocrático específico e bem organizado desde a área federal até a municipal; a falta de recursos financeiros próprios; a permanência de uma legislação desatualizada; o desconhecimento dos bens móveis e imóveis que comporiam o patrimônio cultural; e, a carência de recursos humanos eram problemas estruturais graves. Sem solucioná-los, todas as proposições para a área da cultura ou não eram concretizadas ou tinham um alcance limitado.

---

<sup>288</sup> Idem, p.61

<sup>289</sup> CALABRE, Lia. “O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, n° 37, janeiro-junho de 2006, pp.81-98 p. 95

Conforme propõe Mário Brockmann Machado, a relação entre o Estado e a área cultural no Brasil sempre foi marcada pela intervenção estatal em dois grandes setores-chaves: a preservação do patrimônio e o financiamento da produção contemporânea, especialmente, os bens culturais de massa – desde a produção até a sua distribuição. Para Machado, esses dois setores, aparentemente complementares, são formados por grupos intelectuais distintos e que constantemente disputam espaço no interior da burocracia estatal. As chamadas “política do evento” e “política preservacionista” compõem os dois lados antagônicos do setor cultural e ambas buscam o controle das tendências políticas sobre o setor, o que na prática administrativa significa dispor das escassas verbas existentes.<sup>290</sup>

No período pesquisado, 1967-1975, a tendência do executivo era apoiar a “política preservacionista” defendida pela “vertente patrimonialista” do qual o Conselho Federal de Cultura faria parte. Contudo, a “política preservacionista” proposta enfatizava também a necessidade de investimento na ampliação do setor cultural pela incorporação de novas formas de expressão artística, contrastando com a visão construída pelo grupo executivo, formado pelos novos grupos técnicos do MEC, de que os conselheiros defendiam exclusivamente a conservação do patrimônio arquitetônico. Sim, havia uma prioridade na execução de políticas de proteção do patrimônio, sem com isso reduzir a noção de patrimônio aos conjuntos de *pedra e cal* ou desconsiderar a importância de investimentos na produção cultural mais recente. A hierarquização das políticas, a partir da definição de prioridades, não justifica a redução dos conselheiros à “vertente patrimonialista”, apresentada sempre em rígida oposição à “vertente executiva”<sup>291</sup>. Essa polarização de conceitos, mais nomeia os agentes do que explica suas posições no cenário cultural. É indiscutível a opção pelo patrimônio cultural dos principais intelectuais que atuaram no MEC, a partir do SPHAN, desde 1937 e migraram para o CFC na década de 1960. Contudo, as primeiras ações da chamada vertente “executiva” no MEC foram desenvolvidas no Departamento de Ações Culturais sob a direção de Renato Soeiro e, posteriormente, Manuel Diégues Júnior, vinculados, respectivamente, ao IPHAN e ao CFC. Além disso, como inventariado nesta pesquisa, parcela considerável do orçamento previsto pelo CFC para o Plano Nacional de Cultura era destinada a áreas de pesquisa e divulgação do patrimônio cultural. A força política

---

<sup>290</sup> MACHADO, Mário Brockmann. “Estado e cultura no Brasil”. In: VILLAS BÔAS, Gláucia e GONÇALVES, Antonio (org.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. pp. 268-271

<sup>291</sup> Sobre as polarizações ideológicas no interior do MEC na década de 1970 e o uso das categorias “vertente patrimonialista” e “vertente executiva” ver: MICELI, Sérgio. “O processo de ‘construção institucional’ na área da cultura federal (anos 70)”. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1984. pp.53-94

capitaneada pelo denominado “projeto executivo” é melhor compreendida se observarmos as transformações no cenário cultural brasileiro que anunciavam o desgaste do projeto modernista conservador, cuja perda de espaço político iniciou em 1970, justamente com a criação do Departamento de Ações Culturais. O projeto político inaugurado pelos modernistas-conservadores no interior do MEC na década de 1930 apresentava fortes sinais de esgotamento no final da década de 1970, mostrando-se incapaz de absorver as novas demandas surgidas com a complexificação do setor cultural, afinal “se a questão modernista era o caráter do homem brasileiro, agora a questão se atém ao produto brasileiro”<sup>292</sup>. O projeto modernista, notadamente voltado para promoção de políticas centralizadoras e elitistas, manteve-se alheio ao processo de diversificação dos produtos culturais e a pressão de diversos grupos pelo acesso ao financiamento estatal. Isso possibilitou o surgimento de novos agentes dentro e fora do Ministério da Educação e Cultura que no jogo político se diferenciavam do grupo anterior valorando-os negativamente de patrimonialistas, ao significarem as ações dos velhos modernistas como promotoras apenas da conservação do patrimônio de *pedra e cal*. Tais simplificações, justificáveis no campo político, devem ser cuidadosamente retratadas, sob o risco de tomarmos como incontestável o discurso fabricado no calor daquelas disputas políticas.

#### **4.4 Novos tempos no setor cultural: o esgotamento político do Conselho Federal de Cultura**

Com a posse do ministro da Educação e Cultura Ney Braga, em 03 de abril de 1974, a ação do Estado no setor cultural sofreria profundas alterações. Ao invés do Plano Nacional de Cultura, uma “Política Nacional de Cultura”, também identificada pela sigla PNC, foi aprovada em 1975, durante a gestão Ney Braga. Elaborada pelo grupo-tarefa responsável pelo Programa de Ação Cultural – PAC, a Política Nacional de Cultura foi vinculada ao Departamento de Ações Culturais. Sobre esta PNC, nos informa Isaura Botelho, a partir do depoimento de Roberto Parreira, coordenador do PAC e um dos idealizadores da nova política:

“Ele afirma que desde sua fundação, em 1966, o Conselho Federal de Cultura havia apresentado dois ou três planos nacionais de cultura, que não foram muito além da

---

<sup>292</sup> OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. “Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005.” In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007. pp.137-154 p.140.

apresentação do ministro da época. Nei Braga inverteu o processo: ao invés de solicitar ao Conselho mais um plano, ele solicitou a um grupo de técnicos a formulação de uma política para nortear a sua gestão, para submetê-la, *a posteriori*, à homologação do Conselho.”<sup>293</sup>

Assim, a Política Nacional de Cultura adotada foi formulada pelo grupo gestado no interior do DAC, a partir do lançamento do Plano de Ação Cultural, em agosto de 1973. Foi um duro golpe nas pretensões políticas do CFC. A aprovação da Política Nacional de Cultura elaborada e subordinada a outro órgão do MEC não deixava dúvidas: o CFC não tinha mais legitimidade política e administrativa para organizar as políticas culturais brasileiras. Fragilizado, cabia ao Conselho a função normativa e fiscalizadora, limitando-se à categoria administrativa na qual se enquadrava, apesar das intervenções executivas realizadas naqueles últimos nove anos. A correlação de forças políticas no interior do MEC havia mudado.

A gestão Ney Braga iniciou uma nova fase no setor cultural<sup>294</sup>, empurrando para o ostracismo os projetos defendidos pelos velhos modernistas e trazendo para o interior do MEC outra percepção sobre como gerenciar as políticas culturais brasileiras, afinal:

“Essa ideologia tradicional não seria adequada ao desenvolvimento do capitalismo que tem o Estado como promotor da racionalidade e da técnica. Há necessidade de contar com um novo intelectual e com um novo aparato organizacional (...)”<sup>295</sup>

Os técnicos, tão criticados pelos conselheiros pela postura racionalista, pelo precário domínio dos conhecimentos humanísticos, considerado necessário à formulação de políticas no setor cultural, foram agentes importantes na dinamização do setor a partir de 1975, especialmente na elaboração do documento “Política Nacional de Cultura”.

A análise do documento “Política Nacional de Cultura” extrapola os objetivos desta tese.<sup>296</sup> Contudo, a relação entre os anteprojetos de lei do Plano Nacional de Cultura, organizado pelo CFC e o documento elaborado pelo PAC e executado a partir de 1975 é indiscutível. Por isso, levantamos algumas indagações sobre a Política Nacional de Cultura que devem ser exploradas em futuras pesquisas dedicadas ao assunto. Essa opção justifica-se pela necessidade de demarcar o papel atribuído pelo Estado ao CFC a partir da publicação do documento. Neste momento nos limitamos à compreensão dos novos sentidos atribuídos às categorias de “proteção” e “defesa” do patrimônio apresentada na “Política Nacional de Cultura”. Ao produzirem sentidos distintos para as políticas culturais daquelas até então

<sup>293</sup> BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. p.67

<sup>294</sup> Sobre a dinamização do setor cultural promovida pela gestão Ney Braga (1974-1978) ver: CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2009.

<sup>295</sup> OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. (2007) p.138

<sup>296</sup> Para uma discussão detalhada do documento “Política Nacional de Cultura” ver: OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Op.cit. (2007)

preconizadas pelo CFC, o grupo formado em torno do DAC provocou como efeito de sentido um redirecionamento dos investimentos no setor cultural, demandando novos agentes, estratégias de ação e metas.

O documento da Política Nacional de Cultura foi organizado em oito itens considerados essenciais para compreensão da ação do Estado no setor: “Política: concepção básica”; “Cultura brasileira”; “Fundamentos”; “Diretrizes”; “Objetivos”; “Componentes Básicos”; “Idéias e Programas”; “Formas de Ação”; além de uma breve introdução e uma apresentação do ministro Ney Braga<sup>297</sup>. A seleção desses itens refletia o aparato teórico que envolvia a organização das políticas culturais e propôs ações práticas de intervenção. Essa estratégia suprimiu a necessidade de coexistência de dois documentos complementares, tal como adotado pelo CFC: as “Diretrizes para uma Política Cultural” e o “Plano Nacional de Cultura”. Decerto, o documento Política Nacional de Cultura substituiria automaticamente o equivalente proposto pelo CFC (Plano Nacional de Cultura); mas, para descartar as Diretrizes para uma Política Cultural, projeto aprovado pelo MEC desde 1973, fazia-se necessário que o documento organizado pelo DAC também apresentasse um debate teórico sobre a cultura brasileira e o papel da ação estatal no setor.

A Política Nacional de Cultura afastou-se das políticas de proteção do patrimônio tal como preconizadas pelo Conselho, invertendo a ordem das prioridades. A nova PNC destacava como objetivo maior das políticas culturais a promoção da cultura e sua diversidade, o investimento nas áreas de produção e difusão cultural, ainda que reconhecesse a importância do patrimônio. Mantinha-se a percepção da cultura como definidora da identidade nacional, sendo considerada fundamental na manutenção do binômio desenvolvimento-segurança nacional. Contudo, as ações em defesa do patrimônio cultural foram limitadas pelo documento. A própria noção de proteção do patrimônio e a função do passado nas políticas culturais sofreram profundas alterações.

Como investiga Lúcia Lippi Oliveira, a nova política cultural brasileira seria formada por um conjunto de ações destinadas aos seguintes setores: artesanato e folclore – representantes da cultura regional –; o mercado editorial dedicado à literatura, incluindo a publicação de textos de novos autores; preservação do patrimônio histórico, artístico, natural e científico brasileiro; produção teatral; produção cinematográfica; produção musical; dança; artes plásticas. O documento também previa o investimento na difusão cultural, processo

---

<sup>297</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977

necessário à circulação e ao consumo dos bens culturais nacionais, utilizando-se inclusive dos meios de comunicação de massas, considerados veículos indispensáveis para o acesso à essa produção. Assim,

“A abrangência dos tópicos mencionados no documento é grande, uma vez que se estava propondo definir os parâmetros de uma política nacional de cultura. (...) A ênfase não está na cultura como representante de uma autenticidade primeira, ontológica, da brasilidade ou do caráter nacional, e sim, na valorização do alcance dos bens culturais. A cultura deve então estar voltada para o povo e para o consumo.”<sup>298</sup>

Estabelecidos os objetivos prioritários das políticas nacionais, caberia ao Estado definir as suas linhas de ação. Baseando-se na mesma justificativa apresentada pelo CFC, o documento reafirmava ser preciso superar a crise provocada pelo aparecimento dos “(...) mecanismos de comunicação de massa e pela racionalização da sociedade industrial”<sup>299</sup>. Contudo, neste caso, ao contrário da proposta do CFC, não se tratava de promover a defesa da memória nacional, mas evitar o esvaziamento da criatividade do brasileiro, seduzido por esses novos instrumentos de comunicação e produção de massas. Por isso, caberia à política cultural “promover e incrementar” a “generalização do acesso”, a “espontaneidade” e a “qualidade”. Essas noções substituiriam as ideias-força de “conservação” e “preservação” tal como definidas pelo Conselho. Esse processo de inversão das prioridades estabelecidas pelo CFC não indica o total abandono das políticas de proteção do patrimônio, mas um forte redirecionamento nos sentidos produzidos sobre as noções de “conservação” e “preservação”:

“Preservar não sugere uma atitude de conservação no sentido de mero registro ou exposição, sob diferentes formas de museus. O que se pretende é manter a participação vivencial do povo em consonância com os valores que inspiram a vida em sociedade. A atitude de preservação de determinados valores sociais, e suas projeções culturais, não é algo que esteja ancorado no passado. Ela constitui, também, a antecipação das potencialidades do futuro.”<sup>300</sup>

O papel do CFC, dentro da Política Nacional de Cultura, ficou restrito ao caráter normativo definido por lei, cabendo ao Conselho participar de um “sistema de cooperação” que incluía também o DAC, as universidades, o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e os demais órgãos governamentais interessados em desenvolver programas na área cultural. O CFC permaneceria como impulsionador do projeto das Casas de Cultura, além de manter suas tarefas básicas de preservação do patrimônio e divulgador da nova política. Ao DAC caberia a tarefa principal de executar a Política Nacional de Cultura, captar recursos financeiros e estabelecer convênios com as instituições culturais. As universidades estimulariam o desenvolvimento da

<sup>298</sup> OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Op.cit. (2007) p.143

<sup>299</sup> *Política Nacional de Cultura*, op.cit. p.12

<sup>300</sup> Idem, p. 29



criatividade artística e intelectual e pesquisas científicas nas diversas áreas de conhecimento. Os demais órgãos deveriam divulgar e preservar a cultura brasileira dentro de suas áreas de atuação.

A nova política limitou a capacidade de intervenção do Conselho ao retirar-lhe o papel executivo. O documento apoiou-se no decreto de criação do CFC que lhe imprimia caráter normativo e de assessoramento, esvaziando qualquer possibilidade de ação executiva. As Casas de Cultura permaneceram sob a guarda do Conselho, não sendo mais um projeto de interesse dos novos agentes responsáveis pelas políticas culturais. Em consequência, junto com o CFC, esses centros culturais foram esquecidos.

A partir do lançamento oficial da PNC organizada pelos técnicos do PAC, o CFC viu minguar seu espaço de intervenção política. Soma-se a isso a criação de novas agências e instituições no interior do aparelho estatal, a partir de 1975, como a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE); Conselho Nacional de Cinema (Concine); Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC); Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC); Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória); entre outras – algumas inclusive fora da órbita do MEC. O CFC ainda seria o responsável pela organização do I Encontro dos Secretários Estaduais de Cultura, em Brasília, no ano de 1976. Entretanto, com o aparecimento de novas instituições com atribuições definidas e multifacetadas, o CFC passou a disputar espaço político que antes dominava, mesmo com limitações financeiras, vendo sua atuação limitada por força de lei, mas, fundamentalmente, pelos novos grupos que exigiam a clara demarcação das funções de cada setor do MEC. As novas instituições mostram o impulso dado ao setor cultural a partir de 1975, acentuado graças à gestão Ney Braga. A partir de 1976, muitos outros intelectuais passaram pelo Conselho, dificultando a coesão do grupo nuclear do CFC. Doravante, o silêncio em torno do Conselho pode ser compreendido pela tentativa dos novos grupos em torno do MEC de caracterizarem como política cultural e sistematização eficaz do setor apenas as ações executadas a partir de 1975. Contudo, o CFC foi o órgão responsável por intervenções sistemáticas que produziram no interior do aparelho estatal uma rotina burocrática fundamental na institucionalização do setor. De toda forma, com a gestão Ney Braga, o Conselho tornou-se mais contemplativo do que produtor dos rumos da política cultural. O CFC permaneceria em funcionamento até 1990, quando foi extinto, mas sem a pujança vivenciada nos anos anteriores.

## 5 CONCLUSÃO

Os intelectuais do Conselho Federal de Cultura, entre 1967 e 1975, foram responsáveis pela orientação das políticas culturais, atuando, especialmente, na proteção e divulgação do patrimônio cultural. Investiram os recursos disponíveis no financiamento de reformas estruturais e nos projetos das instituições nacionais de cultura; na defesa dos conjuntos arquitetônicos; na recuperação de arquivos documentais e bibliotecas; na criação de centros culturais nos pequenos e médios municípios; nas comemorações de efemérides; na publicação de obras de caráter literário ou histórico que descortinassem a “essência” da cultura nacional. Tais investimentos previam valorizar a história-pátria, símbolo máximo da nacionalidade, promovendo uma experiência cívica da qual todos os cidadãos deveriam participar.

Atuantes nas fileiras estatais desde os anos de 1930, esses intelectuais oriundos das correntes modernistas de caráter conservador, resgataram parte do projeto desenvolvido por muitos deles a partir do primeiro governo Vargas (1930-1945). Trouxeram para o centro das políticas culturais, o “espírito da nacionalidade” tão veiculado durante o Estado Novo através da valorização do folclore, do passado histórico, da literatura nacional, da arquitetura histórica, forjando, a partir de então, a “consciência nacional”. Esse conjunto formava o patrimônio cultural que traduzia a experiência do SER brasileiro.

A força política do Conselho consistiu na sua capacidade de intervenção justamente num período onde a área cultural foi relegada ao segundo plano pelo governo e limitada pelas reduzidas verbas orçamentárias. Desde a década de 1930, os intelectuais do CFC atuaram no Ministério da Educação e Cultura executando o projeto modernista. Esse projeto modernista, notadamente conservador, foi centralizado com a criação do CFC, e só foi esgotado, a partir de 1975, cujo marco foi o lançamento da Política Nacional de Cultura, assinada por um grupo de técnicos ligados ao DAC, na gestão Ney Braga (1974-1978).

Tal projeto modernista entrará em um processo de radicalização nacionalista ao incorporar o ideário cívico propagado durante a ditadura civil-militar. Os intelectuais do CFC adotaram muitos dos programas já executados na ditadura Vargas (1937-1945), incorporando novas práticas discursivas e adaptando tais programas ao otimismo pregado pela orientação governamental, sob a égide de um valor considerado essencial para a manutenção da nação, o civismo.

O civismo tomou forma como valor superior e absoluto, sobrepondo-se ao ideal originário – a cidadania moderna – sob a justificativa da defesa dos interesses nacionais, estes

considerados acima dos direitos individuais. Sendo superior e absoluto, o civismo era incontestável. A relação dos cidadãos com o Estado encontrava nos valores cívicos seu mediador. Mas, a personagem principal na defesa dos valores nacionais era o cidadão. Ele foi considerado o principal agente da propagação dos valores cívicos. Assim, o investimento em políticas que ensinassem aos cidadãos os seus deveres diante da nação, promovendo a “consciência cívica nacional” era tarefa urgente da área educacional. Defender a nação contra as ideologias externas, sobretudo a comunista, combater o inimigo interno e contribuir para a ordem social eram funções essenciais do bom cidadão. Era preciso conscientizá-lo também através de programas no setor cultural que enfatizassem a singularidade da nação, seus aspectos estruturais, sua organicidade. No passado histórico, encontraríamos os elementos simbólicos capazes de estruturar a nação. Tais elementos foram selecionados a partir das obras da literatura, da vida de grandes personagens exemplares, das raízes das manifestações folclóricas, do acervo documental, dos bens móveis e imóveis. A incorporação do civismo como valor máximo do exercício da cidadania garantiria a segurança nacional, fortaleceria o Estado, permitiria o acesso aos benefícios de uma sociedade tradicionalmente pacífica, ordeira e harmônica. O cidadão teria seus direitos garantidos na medida em que não ameaçasse o equilíbrio da nação; quaisquer contestações ou críticas romperiam com o padrão cívico desejado e, por isso, afetariam a estrutura social.

O Estado na sua tarefa máxima de garantir o equilíbrio da nação conferia a si próprio a autoridade para responder àqueles que abandonavam seus deveres cívicos, aviltando os direitos políticos e as liberdades individuais desses cidadãos. O Estado utilizava-se da força necessária justificada ante a ameaça constante do inimigo interno. Os direitos civis, políticos ou sociais propagados pela cidadania poderiam ser infringidos, pois a preservação da nação era o objetivo prioritário, superando inclusive a preservação do bem-estar dos cidadãos que nela vivem. Neste processo de radicalização do civismo, as ações repressoras, as sessões de tortura, as prisões arbitrárias podiam ser justificadas. Afinal, essas vítimas, ao não cumprirem seus deveres cívicos, se tornaram subversivos, tendo seus direitos de cidadão suprimidos pelo Estado autoritário.

A historiografia dedicada à análise da participação de civis no golpe e na organização do Estado ditatorial brasileiro, apresentada ao longo desta tese, rompe com explicações de simples dicotomias. Os intelectuais do CFC mostram-se contrários aos excessos cometidos pelos órgãos de censura e, por vezes, chocados com a ação do aparato policial. Mas, ao contribuírem com o aparato ideológico promovido pela ditadura civil-militar, incorporando o

civismo nas suas práticas discursivas e nos seus projetos, favoreceram a exacerbação do nacionalismo e da política autoritária do executivo. Por outro lado, o Conselho defendia o acesso à cultura; a valorização dos aspectos regionais; a atenção aos arquivos e bibliotecas; o investimento na produção e difusão da cultura. A relação de ambivalência existente entre os intelectuais do CFC e a cúpula do executivo produziu silêncios, protestos tímidos e negociações que também contribuíram para a vitalidade de um regime autoritário por mais de vinte anos.

A criação do CFC possibilitou às instituições nacionais, estaduais e municipais a manutenção de muitas de suas atividades, além de construir uma rotina para o setor até então limitada, através do estímulo à criação de conselhos estaduais e municipais de cultura; à elaboração de anteprojetos de lei para a reformulação do setor cultural; à realização de encontros com governadores, ministros e secretários para formulação de uma política integrada com co-responsabilidade de estados e municípios; à criação de um ministério dedicado exclusivamente à cultura; à edição de obras já esgotadas sem interesse mercadológico, mas com valor histórico. A proteção do patrimônio cultural, em suas diversas acepções, sempre ameaçado pelo descaso, foi uma área de atuação constante dos membros do Conselho. As realizações do Conselho não devem ser descartadas, nem minimizadas diante da dinamização do setor cultural promovida pelo Estado na década de 1970 e realizada por outros grupos no interior do aparelho estatal. Ao contrário, as propostas e políticas empreendidas pelo CFC devem ser compreendidas neste processo histórico específico de participação dos intelectuais no cenário político como portadores dos anseios nacionais e que atravessou governos legitimamente constituídos ou não para forjar os rumos da Nação.

Dessa forma, o CFC buscou responder ao projeto modernista de proteção do patrimônio cultural brasileiro sob a égide do civismo propondo para a cultura a função de geradora da “consciência cívica nacional”.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo. “Comemoração e Regionalismo: o monumento a independência e a difícil hegemonia – São Paulo, 1922.” In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Rio de Janeiro. *Usos do Passado*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2006.
- ABREU, Regina ; CHAGAS, Marcos (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ABREU, Regina. “Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n.14, p.205-230, 1994.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes. “Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfson et al. (Org). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru : EDUSC, 2003. p. 315-326.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BERSTEIN ; SIRINELLI, Jean-François. “Las Élités Culturales”. In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. *Para una Historia Cultural*. México: Taurus, 1999.
- BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRANDÃO, Adelino. *Olavo Bilac e o serviço militar, o homem, o artista, o patriota*. Rio de Janeiro: 1969.
- CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- \_\_\_\_\_. “O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.37, p. 81-98, jan./jul., 2006.
- CANCLINI, Carlos Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2000;
- CARVALHO, José Murilo. “Nação Imaginada: memória, mitos e heróis”. In: NOVAES, Adauto (Org.): *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 397-418.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Modernistas na repartição*. 2. ed. rev. Brasília: Iphan; Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Janaina Martins. “A nação que se salvou a si mesma.” Entre Memória e História, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. mimeo.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição redescoberta: Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista*. Campinas: Unicamp, 1992.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. “As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas”. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 4., 2006, São Luis do Maranhão. A luta pela liberdade de imprensa: revisão crítica dos 300 anos de censura. *Anais*. São Luis, MA : Rede Alfredo de Carvalho, v. 1. 2006, p. 1-13.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes Intelectuales em América Latina*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados: Universidad Santiago de Chile, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FALCÃO, José Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 21-40.

FAR, Alessandra El. “‘A presença dos ausentes’: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários”. *Estudos Históricos*, n.25, p.1-19, 2000.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Reinventado o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

FICO, Carlos. “‘Prezada censura’: cartas ao regime militar.” *Topoi - Revista de História*. Rio de Janeiro, n.5, p. 251-286, set. 2002.

FONSECA, Maria Cecília de Lourdes. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MIN/IPHAN, 2005.

GARCIA, Miliandre. “A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes.” *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p.127-162, jul. 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. “Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de *Festa*”. *Luso-Brazilian Review*, Michigan: The University of Wisconsin–Madison, p.80-106, 2004.

\_\_\_\_\_. “República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E ÉTICA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: UFC, 2009.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem/CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HOLANDA, Heloísa Buarque ; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e Participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KUSHNIR, Beatriz. “Da tesourinha ao sacerdote: os dois últimos chefes da censura brasileira”. In: FILHO, João Roberto Martins. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006. p. 47-66.

LABORIE, Pierre. *Les Français dès années troubles. Dela guerre d’Espagne à la Liberation*. Paris: Seuil, 2003.

\_\_\_\_\_. *L’opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d’identité nationali. 1936-1944*. Paris: Seuil, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LOPES, Moacir de Araújo. *Olavo Bilac, o homem cívico*. Brasília: Imprensa Nacional, 1968.

MACHADO, Mário Brockmann. “Estado e cultura no Brasil”. In: VILLAS BÔAS, Gláucia ; GONÇALVES, Antonio (Org.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 268-271.

MAGALHÃES Júnior, Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: CEA, 1974.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Trad. Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes, São Paulo: Ática, 1982.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

\_\_\_\_\_. “O processo de ‘construção institucional’ na área da cultura federal (anos 70)”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. p.53-94.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

NORA, PIERRE. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. trad. Yara Aun Khory. São Paulo, n.10, p.07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *Cultura é patrimônio. Um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008;

\_\_\_\_\_. “Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005.” In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 137-154.

\_\_\_\_\_. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEN, George Ruben. “A relação entre Estado e Cultura no Brasil”. In: MICELI, Sérgio. (Org.) *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense: 1986.

\_\_\_\_\_. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. “A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil”. *Tempo Social: revista de Sociologia da USP*, v.19, n.1, p.33-49, jun. 2007.

POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.03-15, 1989.

QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. “Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?” In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. p.113-134.

REIMÃO, Sandra. “Fases do ciclo militar e censura a livros – Brasil 1964-1978. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais*. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe e a ditadura. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 29-52.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RIDENTI, Marcelo. “Resistências e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: RIDENTI, Marcelo ; MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe militar e a ditadura. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise ; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2008]. p. 1-38.



SAES, DÉCIO. “Classe Média e Política no Brasil (1930-1964)”. In: GOMES, Angela Maria de Castro Gomes et al. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.449-50.

SANTOS, Afonso Carlos Marques. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SANTOS, José Reginaldo Gonçalves dos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996, p.88-114.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Temos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983

SIMONARD, Pedro. *A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006;

SODRÉ, Nelson Werneck. “Terrorismo Cultural.” *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.1, p.303-329, mar. 1965.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TRINDADE, Hélio. “Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes et al. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.304-335.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p. 89-112, 1993.

\_\_\_\_\_. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. “Controvérsias em torno do moderno brasileiro; as revistas na 1ª República” In: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema Resende (Org.). *Ciência, História e Historiografia*. São Paulo: Via Lettera: Rio de Janeiro: MAST, 2008. p.277-292.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE: FGV, 1997.

### **Fontes Documentais:**

AGUIAR FILHO, Adonias (Org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: IBRASA; RJ: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1982.

ÁVILA, Fernando Bastos de, padre, (Org.). *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: FENAME, 1967

*Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, 1967-1970, v. 1-42.

*Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, 1967-1970, v.1-20.

*Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, 1969-1974. v.1-20

BRASIL. *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: CFC/FENAME, 1972.

BRASIL. *História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: CFC/FENAME, v.1 e 2, 1973 e 1976.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977

## APÊNDICE A

<i>Colaboradores da Revista Brasileira de Cultura (1969-1974)</i>	
<b>Autores conselheiros:</b>	<b>Número de artigos publicados por autor:</b>
Arthur Cezar Ferreira Reis	17
Gilberto Freyre	7
Clarival do Prado Valladares	6
Octávio de Faria	5
Afonso Arinos de Mello e Franco	4
Adonias Aguiar Filho	4
Hélio Vianna	4
Manuel Diégues Júnior	3
Cassiano Ricardo	3
Jos Candido de Andrade Muricy	3
José Otão	3
Djacir Lima Menezes	2
Pedro Calmon	2
Raymundo Faoro	1
Ariano Suassuna	1
Josué Montello	1
Moyses Vellinho	1
Peregrino Júnior	1
Rachel de Queiroz	1
Raymundo Castro Maya	1
Roberto Burle Marx	1
Rodrigo Mello Franco de Andrade	1

<b>Colaboradores da Revista Brasileira de Cultura (1969-1974)</b>	
<b>Autores convidados:</b>	<b>artigos publicados por autor:</b>
Alphonsus de Guimaraens Filho	10
Álvaro Teixeira Soares	5
Mario Barata	5
Rodrigo Magalhães Júnior	5
Carlos Cavalcanti	4
Vicente Sales	4
Leandro Tocantis	3
Pessoa de Moraes	3
Celso Kelly	2
Mozart Araújo	2
Almir de Andrade	2
Bruno Kiefer	2
Catharina Vergolino Dias	2
Edilberto Coutinho	2
Delso Renault	2
Luis Camara Cascudo	2
Glycon de Paiva	2
Afrânio Coutinho	1
Antonio Houaiss	1
Antônio da Rocha Penteado	1
Antônio de Oliveira	1
Augusto Silva Teles	1
Bastos D'Ávila	1
Bráulio do Nascimento	1
Caldeira Filho	1
Carlos Alberto Medina	1
Carlos Araújo Lima	1
Carlos Dantas de Moraes	1
Carlos Penteado Resende	1
David Lunt	1
Donato Mello Júnior	1
Ênio de Freitas e Castro	1
Euryalo Cannabrava	1
Fernando Rocha Peres	1
Garrido Torres	1
Helza Camêu	1
Ivan Lins	1
Ivan Vianna	1
José Alípio Goulart	1
José Calasans Brandão da Siva	1
José Ramos Tinhorão	1
Luis Antonio Barreto	1
Luis Henrique Dias Tavares	1
Marcos Almir Madeira	1
Marcos Carneiro de Mendonça	1
Maria Elisa Dias Collier	1
Napoleão Figueiredo/	1
Paulo Ronai	1
Pedro Braga dos Santos	1
Raul Lima	1
Raymundo Souza Dantas	1
Renato Mendonça	1
Sônia Brayner	1
Teixeira Soares	1
Vamireh Chacon	1
Veríssimo Mello	1
Vicente de Paulo	1
Wilson Martins	1

## APÊNDICE B

<i>Obras financiadas pelo Conselho Federal de Cultura (1967-1975)</i>		
Autores:	Títulos:	Instituições financiadoras:
(?)	<i>Afonso Arinos de Mello Franco (tio) – Coleção Centenário;</i>	CFC/INL
Afonso Arinos de Mello Franco	<i>Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil;</i>	CFC
Afonso Arinos de Mello Franco	<i>O contratador dos diamantes;</i>	CFC/Serviço Nacional de Teatro
Alexandre Rodrigues Ferreira	<i>Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá;</i>	CFC
Alberto Rangel	<i>Marginalizados;</i>	CFC/Arquivo Nacional
Álvaro Teixeira Soares	<i>História da Formação das Fronteiras do Brasil</i>	CFC/Biblioteca do Exército
Clarival do Prado Valladares	<i>Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros (2 volumes);</i>	CFC
Clophie Pearson de Matos	<i>Catálogo temático da obra do Padre José Maurício Nunes Garcia;</i>	CFC
Clovis da Costa Rodrigues	<i>Inventiva Brasileira;</i>	CFC/INL
Comissão Especial Comemorativa do IV centenário de <i>Os Lusíadas</i>	<i>Índice analítico do vocabulário de “Os Lusíadas”</i>	CFC/INL
Djagir Lima Menezes	<i>O Brasil no pensamento brasileiro;</i>	CFC
Fernanda Pacca de Almeida Wright	<i>Desafio americano à preponderância britânica no Brasil</i>	CFC/IHGB
Afrânio Coutinho	<i>Graça Aranha – Coleção Centenário;</i>	CFC/INL
Herbert Wetzel	<i>Mem de Sá: terceiro governador geral (1555-1572)</i>	CFC
Jean Michel Massa	<i>A juventude de Machado de Assis;</i>	CFC/INL
José Candido de Andrade Muricy	<i>Panorama do Movimento Simbolista;</i>	CFC/INL
Luis Mendonça de Albuquerque	<i>Curso de História náutica</i>	CFC/Serviço de documentação geral da marinha
Manuel Diégues Júnior	<i>Ocupação Humana e definição territorial do Brasil;</i>	CFC
Manuel Diégues Júnior (org.)	<i>História da Cultura Brasileira (2 volumes)</i>	CFC/FENAME
Manuel Diégues Júnior (org.)	<i>Atlas Cultural do Brasil</i>	CFC/FENAME
Marcos Carneiro de Mendonça	<i>Raízes da formação administrativa do Brasil;</i>	CFC
Gilberto Freyre (org.)	<i>Oliveira Lima – Coleção Centenário;</i>	CFC/INL
Oswaldo Cabral	<i>As defesas da Ilha de Santa Catarina do Brasil Colônia;</i>	CFC
Pedro Calmon	<i>A vida de D. Pedro II</i>	CFC/Biblioteca do Exército
Roberto Mendes	<i>Um diplomata na corte de São Cristovão</i>	CFC
Roberto Pontual	<i>Dicionário de Artes Plásticas</i>	INL
Sacramento Blake	<i>Dicionário bibliográfico brasileiro (reprodução fac-símile em sete volumes)</i>	CFC
(?)	<i>As juntas governativas e a independência (três volumes);</i>	CFC

## APÊNDICE C

### Calendários Culturais: 1969, 1970, 1973 e 1974

a) Literatos/professor/jornalista/músico:

Bento de F. T. Aranha (1769-1811)	Bicentenário do nascimento (1969)	Poeta paraense.
Alberto de Figueiredo Pimentel (1869-1914)	Centenário do nascimento (1969)	Jornalista da “Gazeta de Notícias”.
Alberto Farias (1869-1925)	Centenário do nascimento (1969)	Membro da Academia Brasileira de Letras.
Dario Veloso (1869-1937)	Centenário do nascimento (1969)	Poeta simbolista; publicou poemas e crônicas em vários jornais e revistas.
Zeferino Brasil (1870-1942)	Centenário do nascimento (1970)	Poeta parnasiano e simbolista. Fundador da Academia Rio-grandense de Letras.
Joaquim Noberto (1820-1891)	Sesquicentenário do nascimento (1970)	Poeta e romancista. Autor de <i>História da Conjuração Mineira</i> .
Joaquim Manoel Macedo (1820-1882)	Sesquicentenário do nascimento (1970)	Romancista, historiador, jornalista, político. Sócio-fundador do IHGB.
Azevedo Cruz (1870)	Centenário do nascimento (1970)	Poeta.
Padre Antônio Sá (1620-1678)	Trezentos e cinquenta anos do nascimento (1970)	Poeta, discípulo do padre Antônio Vieira
Alphonsus de Guimaraens (1870-1921)	Centenário do nascimento (1970)	Literário simbolista, jornalista. Membro da Academia Mineira de Letras.
João Itiberê da Cunha (1822-1890)	Sesquicentenário do nascimento (1970)	Crítico e compositor. Participou do movimento simbolista belga; diplomata, jornalista, Fundador da Academia Brasileira de Música.
Pethion de Vilar (1870-1924)	Centenário do nascimento (1970)	Poeta simbolista.
Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920)	Cinquentenário do falecimento (1970)	Filólogo e defensor da gramática desenvolvida a partir da língua falada.
Raul Pompéia (1863-1895)	Sessenta e cinco anos do falecimento. (1970)	Escritor, jornalista político, tornou-se um exaltado nativista após a Proclamação da República.
Alfredo de Carvalho (1870-1916)	Centenário do nascimento (1970)	Engenheiro; jornalista; participou de diversas entidades como Academia Pernambucana de Letras e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.
Colatino Barroso (1873-1931)	Centenário do nascimento (1973)	Poeta simbolista
Rodolfo Machado (?)	Comemoração do falecimento (1973)	Poeta simbolista
Carlos Nelson (?)	Comemoração do falecimento (1973)	Poeta simbolista
Alceu Wamosy (1825-1923)	Cinquentenário do falecimento (1973)	Poeta simbolista
Aníbal Teófilo (1873-1915)	Centenário do nascimento (1973)	Poeta. Autor do soneto “A cegonha”

Gonçalves Dias	Sesquicentenário do nascimento (1973)	escritor
Rodolfo Garcia	Centenário do nascimento (1973)	historiador, escritor
Laudelino Freire (1873-1937)	Centenário do nascimento (1973)	Advogado, jornalista, professor, político
Joaquim Caetano da Silva (1810-1873)	Centenário do nascimento (1973)	Professor e diplomata
Agostinho M. Perdigão Malheiros (1824-1881)	Sesquicentenário do nascimento (1974)	Autor de <i>A escravidão no Brasil</i> (1866)
Teodósio Freire (1874-?)	Centenário do nascimento (1974)	Poeta, professor e compositor
João Pereira Barreto (1874-?)	Centenário do nascimento (1974)	Poeta e jornalista
Elviro Dantas Cavalcânti (1874-1947)	Centenário do nascimento (1974)	Professor da faculdade de Direito de Manaus
Alberto Muylaert (1866-1924)	Cinquentenário do falecimento (1974)	Pianista, compositor e regente
Ezequiel de Paula Ramos (1874-1928)	Centenário do nascimento (1974)	Pianista, compositor, poeta, teatrólogo
Odilon Nestor de Barros Ribeiro (1874-?)	Centenário do nascimento (1974)	Advogado, tribuno, professor, jornalista e poeta.
Flávio Cardoso (1874-1909)	Centenário do nascimento (1974)	Poeta, jornalista, engenheiro
Gonçalo Casimiro Jácome de Araújo (1874-1943)	Centenário do falecimento (1974)	Poeta
Pedro Calazãs (1837-1874)	Centenário do falecimento (1974)	poeta
João da Silva Belém (1874-1935)	Centenário do nascimento (1974)	Poeta, conferencista e teatrólogo
Manuel Francisco Pacheco (1874-1952)	Centenário do nascimento (1974)	Jornalista, escritor, teatrólogo
Manuel Evêncio da Costa Moreira (1874-1960)	Centenário do nascimento (1974)	Cantor
Vicente Augusto de Carvalho (1866-1924)	Cinquentenário do falecimento (1974)	Poeta e jornalista
Álvaro Bomfílcar da Cunha (1874-?)	Centenário do nascimento (1974)	Escritor e sociólogo
Antônio dos Reis Carvalho (1874-1946)	Centenário do nascimento (1974)	Jornalista, poeta e teatrólogo
Antônio de Moraes da Silva (1755-1824)	Sesquicentenário do falecimento (1974)	Autor do 1º <i>Dicionário da língua portuguesa</i> .
Henrique Castriciano de Souza (1874-1947)	Centenário do nascimento (1974)	Poeta, escritor, jurista
Antônio da Costa Cunha (1874-1934)	Centenário do nascimento (1974)	Poeta, jornalista, advogado
Narcisa Amália de Oliveira	Cinquentenário do falecimento (1974)	Poetiza
Basílio de Magalhães (1874-1957)	Centenário do nascimento (1974)	Folclorista e historiador
Teodoro Rodrigues (1874-1912)	Centenário do nascimento (1974)	Poeta, jornalista, professor e gramático
Raul Paranhos Pederneiras (1874-1953)	Centenário do nascimento (1974)	Poeta, professor, desenhista, caricaturista, autor teatral.
Padre Domingos Simões da Cunha (1755-1824)	Sesquicentenário do nascimento (1974)	Poeta satírico, latinista, músico e dramaturgo
João Alfredo do Nascimento (1855-1924)	Cinquentenário do falecimento (1974)	Jornalista, caricaturista, teatrólogo, desenhista
Emílio Kemp (1874-1955)	Centenário do nascimento	Poeta simbolista, romancista e comediógrafo
Carlos Augusto da Costa Vasconcelos (1784-1923)	Cento e noventa anos do nascimento (1974)	Poeta simbolista, mais conhecido como Carlos Nélon
Júlio César da Silva (1874-1936)	Centenário do nascimento (1974)	Constista, crítico, cronista e teatrólogo

Alba Váldez (1874-?)	Centenário do nascimento (1974)	escritora
Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa (1829-1874)	Centenário do falecimento (1974)	Dramaturgo e romancista

## b) Personalidades políticas:

Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá) (1769-1846)	Bicentenário do nascimento (1969)	Foi presidente do senado (1840-1841); foi um dos redatores da Constituição Imperial.
Herman Otto Blumenau (1819-1899)	Sesquicentenário do nascimento (1969)	Promoveu a colonização do Vale do Itajaí, em SC.
Pandia Calóregas (1870-1934)	Centenário do nascimento (1970)	Exerceu vários mandatos na legislatura; publicou diversas obras sobre política e economia e finanças. Membro da Academia Carioca de Letras.
Delfim Moreira (1868-1920)	Cinquentenário do falecimento. (1970)	Republicano histórico, ele foi deputado federal e presidente da província de Minas Gerais.
Araújo Lima (Marquês de Olinda) (1793-1870)	Centenário do falecimento (1970)	Diretor da faculdade de direito no Recife; sócio-fundador do IHGB; ministro da Justiça; foi regente e primeiro-ministro do Império.
Francisco José Furtado (1818-1870)	Centenário do falecimento (1970)	Presidente do Conselho de Ministros, deputado geral, presidente de província e senador do Império.
Augusto Meira (1873-1964)	Centenário do nascimento (1973)	Político. Governou durante o Império a província do RS
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (1873-1960)	Centenário do nascimento (1973)	Político, magistrado no RS.
José Plácido de Castro (1873-1908)	Centenário do nascimento (1973)	Militar e político, liderou a chamada Revolução Acreana, tornando-se governador deste estado.
Rui Barbosa (1849-1923)	Cinquentenário do falecimento (1973)	Político, Ministro da Fazenda na 1ª República.
José Feliciano Fernandes Pinheiro, Conde de São Leopoldo (1774-1847)	Duzentos e cinquenta anos do nascimento (1974)	Estadista do 1º Reinado; foi pioneiro na colonização alemã no RS.
Samuel Wallace Mac-Dowell (1874-1947)	Centenário do nascimento (1974)	Político, professor e jurisconsulto.
Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956)	Centenário do nascimento (1974)	Parlamentar, governador do estado do RN

## c) Acontecimentos históricos/personagens históricos:

Osório Duque Estrada (1870-1927)	Centenário do nascimento (1970)	Autor do Hino Nacional; Membro da ABL.
Felipe dos Santos (1680-1720)	Duzentos e cinquenta anos da sua execução (1970)	Liderou a revolta de Vila Rica, em 1720, contra a política fiscal de Portugal.
Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570)	Quarto centenário do falecimento (1970)	O padre jesuíta participou intensamente do processo de conquista e colonização da América Portuguesa.
Primeira representação de "O	Centenário (1970)	O livro foi escrito por José de



Guarani” (1870)		Alencar
1ª edição das poesias completas de Cruz e Souza	Comemoração (1973)	Introdução do simbolista Carlos Nelson
Santa Terezinha de Jesus (1873-1897)	Centenário do nascimento (1973)	Religiosa carmelita francesa
Filme “A Capital Federal” (1923)	Cinquentenário (1973)	Comédia dirigida por Luis Barros e produzida por Guanabara Filmes
Elevador Lacerda – BA (1873)	Centenário de inauguração (1973)	Elevador que permite o acesso entre a parte alta e a parte baixa de Salvador.
Elevação da Vila Rica à condição de cidade (1823)	Sesquicentenário (1973)	A nova cidade foi nomeada Ouro Preto
1ª apresentação da Ópera “Fosca” (1823)	Centenário (1973)	A ópera é de autoria do compositor Carlos Gomes
Integração do Amazonas ao processo de Independência (1823)	Sesquicentenário (1973)	A chamada “Guerra de Independência” ocorreu entre 1922 e 1923, tornando-se uma guerra civil pela consolidação da Independência do Brasil
Independência do Pará (1823)	Sesquicentenário (1973)	A chamada “Guerra de Independência” ocorreu entre 1922 e 1923, tornando-se uma guerra civil pela consolidação da Independência do Brasil
Independência do Maranhão (1823)	Sesquicentenário (1973)	A chamada “Guerra de Independência” ocorreu entre 1922 e 1923, tornando-se uma guerra civil pela consolidação da Independência do Brasil
Independência da Bahia (1823)	Sesquicentenário (1973)	A chamada “Guerra de Independência” ocorreu entre 1922 e 1923, tornando-se uma guerra civil pela consolidação da Independência do Brasil
Assembléia Constituinte do Império (1823)	Sesquicentenário da sua criação (1973)	A Assembléia foi originalmente formada para preparar a Carta Constitucional do Império. Foi dissolvida por D. Pedro I
Convenção Republicana de Itu (1873)	Centenário (1973)	Foi a 1ª Convenção Republicana do país.
Inserção do Almirante Cochrane à Armada Imperial Inglesa (1793)	Bicentenário (1973)	Foi nomeado guarda-marinha na Marinha Real do Reino Unido
Imperatriz D. Amélia (?-1923)	Cinquentenário do falecimento (1973)	(?)
Revolução Riograndense (1923)	Cinquentenário da Revolução (1973)	Disputa entre caudilhos locais divididos entre maragatos e chimangos
Inauguração do telégrafo submarino entre RJ, BA, PE e PA (1974)	Centenário da inauguração (1974)	Telégrafo submarino
Estela Sezefreda (1810-1874)	Centenário do falecimento (1974)	Atriz e companheira de João Caetano
Primeira audição da ópera Salvador Rosa (1874)	Centenário (1974)	Ópera de Carlos Gomes
Outorga da Constituição do Império do Brasil (1824)	Sesquicentenário (1974)	1ª Constituição brasileira
Início da correspondência telegráfica entre o Brasil e a	Centenário (1974)	Terminado o assentamento do cabo submarino transatlântico

Europa (1874)		
Gentil Augusto de Moraes Bittencourt (1847-1924)	Cinquentenário do falecimento (1974)	Político, republicano histórico
Rompe em SP a revolta chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes (1924)	Cinquentenário (1974)	Revolta contra o governo de Arthur Bernardes que levou a ocupação da capital paulista
Proclamação da Confederação do Equador (1824)	Sesquicentenário (1974)	Movimento de caráter emancipacionista e republicano surgido no NE.
Hipólito da Costa (1774-1823)	Bicentenário do nascimento (1974)	Patrono da imprensa brasileira

## d) Instituições:

Universidade do Rio de Janeiro	Cinquentenário da criação da primeira universidade brasileira (1970)	Nomeada posteriormente de Universidade do Brasil, atual UFRJ (1920).
Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil no Rio de Janeiro (1820)	Sesquicentenário da sua criação (1970)	A Academia Real surge graças à Missão Artística Francesa no Brasil
Instalação da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724)	Duzentos e cinquenta anos da criação (1974)	Academia dedicada às letras. Embrião da futura ABL
Escola Politécnica no Rio de Janeiro (1874)	Centenário da sua criação (1974)	1ª faculdade de engenharia do Brasil

## e) Médicos/cientistas/engenheiros:

Santos Dumont	Centenário de nascimento (1973)	Cientista
Nicolau Copérnico (1473-?)	5º centenário do nascimento (1973)	Cientista, astrônomo
Barão de Teresópolis – Francisco Ferreira de Abreu (1823-1905)	Sesquicentenário do nascimento (1973)	Médico, químico.
José Antônio de Abreu Fialho (1874-?)	Centenário do nascimento (1974)	Médico. Autor da obra <i>O que é ser médico</i>
Guilherme Schuch de Capanema – Barão de Capanema. (1824-?)	Sesquicentenário do nascimento (1974)	Cientista.
Antônio Pereira Rebouças (1839-1974)	Centenário do falecimento (1974)	Engenheiro responsável pela criação de ferrovias e portos no país.
Tomás Gomes dos Santos (1803-1874)	Centenário do falecimento (1974)	Médico e político
João Muniz Barreto de Aragão (1874-?)	Centenário do nascimento (1974)	Patrono da Veterinária do Exército Brasileiro
Abílio César Borges – Barão de Macaúbas (1824-1891)	Sesquicentenário do nascimento (1974)	Médico e educador
Luis Ferreira de Lemos (1839-1874)	Centenário do falecimento (1974)	Médico, membro da imperial Academia de Medicina
Francisco Freire Alemão (1797-1874)	Centenário do falecimento (1974)	naturalista